

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

André Custódio Pecini

**Relações das Tecnologias da Comunicação com desdobramentos do
empreendedorismo de si: startupper e trabalhadores de plataforma**

Tese de Doutorado

RIO DE JANEIRO

2020

**Relações das Tecnologias da Comunicação com desdobramentos do
empreendedorismo de si: startupper e trabalhadores de plataforma**

André Custódio Pecini

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antoun

RIO DE JANEIRO

2020

Pecini, André.

Relações das Tecnologias da Comunicação com desdobramentos do empreendedorismo de si: startupper e trabalhadores de plataforma

236f

Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2020.

Orientador: Henrique Antoun

1. Empreendedorismo de si. 2. Governamentalidade. 3. Subjetividade. 4. Startups. 5. Trabalho de plataforma. I. Antoun, Henrique (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III.

Título

**ATA DA QUADRIGENTÉSIMA OCTAGÉSIMA NONA SESSÃO PÚBLICA
DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR ANDRÉ
CUSTÓDIO PECINI NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte, às dezesseis horas, através de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **André Custódio Pecini**, intitulada: **“Desdobramentos contemporâneos do empreendedorismo de si nas Tecnologias da Comunicação: startupper e trabalhadores de plataforma”** perante a banca examinadora composta por: **Henrique Antoun** [orientador(a) e presidente], **Fernanda Glória Bruno**, **Beatriz Cintra Martins**, **Tatiana Marins Roque** e **Sérgio Amadeu da Silveira**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

A banca recomenda a tese para publicação.

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020



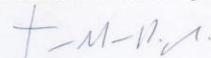
Henrique Antoun [orientador(a) e presidente]



Fernanda Glória Bruno [examinador(a)]



Beatriz Cintra Martins [examinador(a)]



Tatiana Marins Roque [examinador(a)]



Sérgio Amadeu da Silveira [examinador(a)]



André Custódio Pecini [candidato(a)]

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, aos meus pais e ao meu irmão.

Ao meu orientador.

Aos pesquisadores do CiberIdea.

Às professoras Ieda Tucheran, Maria Cristina Franco Ferraz e Beatriz Martins, banca da minha qualificação.

À coordenação do PPGCOM da ECO e aos funcionários da secretaria.

À CAPES, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

RESUMO

O potencial revolucionário das tecnologias da comunicação impulsionou a emergência de duas novas formas de trabalho e de vida. As *startups* são empresas criadas para promover rupturas nos comportamentos e nas relações por meio de aparatos digitais, entre redes e apps. As plataformas digitais reorganizam a mediação de informações e atividades, provocando mudanças extensas na sociedade e no trabalho. Tanto os indivíduos que se engajam no desenvolvimento dessas empresas, os *startupper*s, quanto os trabalhadores de plataforma, são definidos como empreendedores. Partimos das pesquisas foucaultianas sobre a governamentalidade para investigar os processos que dão forma às vidas desses indivíduos. O humano econômico que emerge com a razão de Estado assume a forma de um empreendedor de si no século passado, responsável por investir no próprio futuro. A partir de pesquisa documental e bibliográfica, propomos que atualmente, desdobra-se em um indivíduo voltado para o presente. No caso dos *startupper*s, trata-se de um empreendedorismo concreto, instigado por uma concepção solucionista e vinculado a um complexo dispositivo de fomento. Entre os trabalhadores de plataforma, questionamos o próprio uso do termo contra as evidências que mostram sua precariedade. Esses últimos expressam de forma privilegiada o quanto as plataformas digitais estão entranhadas na sociabilidade e fazem parte da constituição de novas formas de trabalho, de vida e de liberdade.

Palavras-chave: empreendedorismo de si, *startupper*s, plataformas digitais, trabalhadores de plataforma.

ABSTRACT

The revolutionary potential of communication technologies has driven two new ways of working and living. Startups are companies created to promote disruptions through digital devices, through networks and apps. As digital platforms reorganize the mediation of information and activities, they cause extensive changes in society and at work. Both individuals who develop companies like startups and platform workers are described as entrepreneurs. We started from Foucault's research on governmentality to investigate the processes that shape their lives. The economic human who appears together with a reason of State takes on a form of entrepreneur of the self in the last century, responsible for investing in his own future. From the documentary and bibliographic research, we propose it unfolds in an individual turned to the present. In the case of startupper, in the form of a concrete entrepreneurship, instigated by a solutionism perspective and linked to a complex development apparatus. Among platform workers, we question the very use of the term confronting it with data which show their precariousness. The latter expresses in a privileged way how digital platforms are intertwined in sociability and part of the constitution of new forms of work, life and freedom.

Palavras-chave: entrepreneurship of the self, startupper, digital platforms, platform workers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gibi “Turma da Mônica em: semeando sonhos – empreendedorismo”	64
Figura 2: Anúncio do banco Santander “você virou empreendedor”	65
Figura 3: etapas da criação de uma <i>startup</i>	86
Figura 4: Entregadores na praça (Tiago Queiroz)	192
Figura 5: Entregador na enchente (Alexandre Mota)	194

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1 Da invenção do <i>homo oeconomicus</i> ao empreendedorismo contemporâneo	19
1.1 Invenção do <i>homo oeconomicus</i> no processo de governamentalização do Estado	20
1.1.1 O bárbaro, o selvagem e o sujeito de interesses	23
1.1.2 A governamentalização do Estado	30
1.1.3 Os novos valores promovidos pela urbanização brasileira no século XIX	32
1.2 Empreendedorismo de si no século XX	34
1.2.1 Outro empreendedor, outro liberalismo, outro trabalhador	35
1.2.2 O humano é uma forma de capital, resta ao sujeito empreender a si mesmo	41
1.3 Sinais de ruptura: a emergência do empreendedorismo de fato	53
1.3.1 A educação empreendedora	59
1.3.2 O fato é: você virou empreendedor	65
2 Desdobramentos do empreendedorismo de si nas TICs: <i>startupper</i> s.....	78
2.1 <i>Startups</i> : empreendedorismo inovador tecnológico na atualidade	78
2.2 O ecossistema das <i>startups</i> : uma fábrica de fábricas	85
2.3 A geração <i>startup</i>	93
3 A plataformização da sociedade	105
3.1 Da plataformização da <i>web</i> à sociedade de plataforma.....	106
3.2 A economia do compartilhamento se realiza como capitalismo de plataforma.....	119
4 Desdobramentos do empreendedorismo de si nas TICs: trabalhadores de plataforma	131
4.1 Plataformas enxutas de transporte e entrega.....	142
4.1.1 Regulação <i>versus</i> reputação.....	147
4.1.2 Aprendizagem de máquina e opacidade algorítmica	154
4.1.3 A emergência de novas autoridades.....	166
4.2 Trabalhadores de plataforma: gestão da sobrevivência no presente infinito	173

4.2.1 Empreendedores de plataforma?	177
4.2.2 Governo pela liberdade: dos empreendedores do presente aos escravos de si.....	189
Considerações finais	209
Referências	217

Introdução

Diz-se com frequência que por trás de todas as relações de poder há, em última instância, uma coisa que é como que um núcleo de violência e que, se despojarmos o poder dos seus ouropéis, é o jogo nu da vida e da morte que encontraremos. Pode ser. Mas pode haver um poder sem ouropéis?

Michel Foucault (2014, p. 17)

O curso “Empreendedorismo em economias emergentes”, oferecido na plataforma educacional edX pela Universidade de Harvard, tem uma seção dedicada aos vácuos institucionais desses países.¹ Explica-se que a construção de um aparato institucional é complexa e depende de vetores históricos, econômicos e culturais. De acordo com o instrutor, esses mercados são repletos de incertezas regulatórias, sofrem com ausência de informações confiáveis e com sistemas judiciais ineficientes. Por um lado, esses vácuos são apresentados como obstáculos à realização de negócios e ao estabelecimento do sistema de serviços públicos, mas por outro, como oportunidades de negócios. A fragilidade institucional, e mesmo da democracia, nos países emergentes e – particularmente no Brasil – é um fator que deve ser considerado na leitura desta tese.

O impulso empreendedor ligado às Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) não é um tema novo, mas ganhou nuances inéditas nos últimos anos, especialmente no Brasil. O projeto desta tese, produzido em 2015, é resultado de inquietações provocadas pelas formas que este impulso assumia com a explosão das startups no país.² No breve período decorrido desde então, houve mudanças significativas, desde o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Donald Trump (e dos que o seguiram), passando por políticas econômicas inéditas na Europa, pela reforma trabalhista de 2017 e a previdenciária de 2019 no Brasil, até a expansão e consolidação das plataformas digitais que transbordaram o mecanismo de mediação de

¹ Tradução nossa. Preferimos usar o termo vácuo para reforçar a ideia de ausência, contra a tradução por vazio em Agostini et. al., 2016. No original: “Entrepreneurship in Emerging Economies” e “Introduction to Institutional Voids”. O curso está disponível em: <<https://online-learning.harvard.edu/course/entrepreneurship-in-emerging-economies>>. Acesso em 24/02/2020.

² Uma evidência desta mudança cultural foi a matéria de capa da revista Exame intitulada “Geração Startup” publicada em novembro daquele ano, mais especificamente na semana em que ocorreu a etapa de entrevistas do processo seletivo da ECO. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/edicoes/1102/>>. Acesso em 24/02/2020.

informações para a mediação de bens, atividades, trabalho e tempo. Todas interagem entre si e moldaram uma sociedade diferente daquela que existia há tão pouco tempo. Por isso, é inevitável escapar da óbvia constatação de que o ritmo das mudanças foi mais rápido que o da pesquisa.

Esta tese se insere nas discussões em torno do papel das TICs nas mudanças culturais, mais especificamente o empreendedorismo tecnológico e as formas de trabalho e conduta que emergem de reconfigurações sociais e técnicas. Neste universo, dois fenômenos se destacam: 1) as startups são empresas construídas para desenvolver modelos de negócios baseados em inovações por meio da tecnologia digital. Duas startups famosas definem o segundo fenômeno: Uber e Airbnb; 2) as plataformas digitais se disseminaram recentemente, impulsionadas pela combinação de fatores técnicos, sociais e econômicos já mencionada. Esses dois fenômenos promovem deslocamentos importantes na cultura contemporânea, na medida em que reorganizam a mediação da sociabilidade. As startups oferecem novos serviços que buscam reorientar o modo como realizamos diversas atividades, inclusive na substituição de serviços públicos como o transporte. E as plataformas atuam na mediação de atividades e interações – mais do que apenas de informações – por meio de processos que formatam, modelam e balizam os limites dentro dos quais essas relações se realizam.

O problema geral de que a tese trata diz respeito às direções que esses deslocamentos tomam. Em uma pergunta: como a emergência das tecnologias e plataformas digitais participam de um movimento de reavaliação da conduta empreendedora por meio do qual mudam a autoimagem dos indivíduos (sua percepção de si e das suas próprias vidas), as formas com se relacionam com os outros e até mesmo suas aspirações? Problemas específicos derivam desta pergunta. Os primeiros dizem respeito aos caminhos de construção de carreiras e vidas abertos pelas empresas tecnológicas. O processo de concretizar uma ideia inovadora em uma empresa de sucesso torna-se de fato mais fácil e democrático? Qual o espectro das mudanças promovidas pela tecnologia digital, traduzida em mecanismos de reorganização dos comportamentos e ruptura dos velhos modos de viver? O indivíduo comum tem acesso a este processo? O que ele se torna, uma vez que se engaja em uma empreitada deste tipo? Outro conjunto de problemas se concentra em torno das plataformas digitais. Elas tornam de fato a sociedade mais eficiente? O que significa esta eficiência promovida por elas? Quais os mecanismos usados pelas plataformas em seu processo de mediação de atividades? Qual a forma assumida pelo trabalho nessas

plataformas? E, finalmente, qual a forma assumida pelas vidas dos indivíduos que trabalham por meio dessas plataformas?

Partimos da premissa que esses indivíduos mudam seus modos de pensar e agir, não apenas em relação ao trabalho, mas também em relação à sociedade em que vivem. Consequentemente, alteram-se as relações com os outros indivíduos com quem interagem e consigo próprios. A hipótese central da tese é a de que os indivíduos engajados nesses processos de construção de carreiras e vidas vinculados às novas mediações tecnológicas expressam um modo peculiar de governo – entendido em sua dupla face, de estratégias da administração estatal e modos de orientação de condutas – que se define pela intensificação da atomização individual em formas relativamente inéditas de sujeição ligadas intrinsecamente com a noção de liberdade. Ela se bifurca entre os dois objetos, que abordamos na condição de domínios complementares e não isolados ou opostos.

A primeira hipótese específica é a de que os startupper, promovidos na mídia de negócios como indivíduos livres e inovadores que se multiplicam na esteira da exaltação contemporânea dos empresários, são expressões de um processo de assujeitamento promovido pelo que chamamos de dispositivo de empreendedorismo inovador. Ele se constituiria pelo fomento à produção massiva de novas pequenas empresas com projetos ambiciosos. O resultado seria a produção concomitante de um número reduzido de empresas de sucesso, ou lucrativas, e um número abundante de sujeitos empreendedores, à custa da produção de muitas empresas deficitárias que fracassam.

A última hipótese específica é a de que os trabalhadores de plataforma, símbolos do trabalho precário e mal remunerado na atualidade, não são resultado direto dos mecanismos inescapáveis do capitalismo avançado em busca de extração de lucro. Propomos que são expressões de dispositivos específicos, cujo funcionamento, mais que as razões, procuramos investigar. Ao mesmo tempo, são agentes no processo de manutenção das próprias vidas em uma sociedade crescentemente marcada pela desigualdade e pela agonística. Trata-se de um desdobramento de comportamentos e relações mais complexo do que aquele encerrado no processo de produção de valor econômico. Em suma, nossa hipótese é a de que a nova forma do empreendedorismo é um modo de pensar e agir que abre novas e específicas possibilidades de vida, compreendidas de modo abstrato como vidas mais livres, porém resultantes de novas formas de sujeição. Esse assujeitamento não seria a morte do empreendedor de si, mas um

desdobramento desse sujeito marcado pela racionalidade, pela atomização e por uma responsabilização que é ao mesmo tempo desalento e autocondenação.

Os objetivos da tese giram em torno da investigação dos processos de consolidação da produção de startups em larga escala e da expansão acelerada das plataformas de trabalho. Buscamos evidências de como os indivíduos que fazem parte desses processos interpretam os outros e a si mesmos. Isso se exprime nas suas relações, o que resulta em uma sociedade na qual a individualidade e o descolamento do coletivo são vistos como dados. O primeiro objetivo específico foi diagnosticar a dimensão dessa reconfiguração do empreendedorismo na atualidade, que se deslocaria do investimento em si para o investimento em um empreendimento externo ou na própria sobrevivência, fomentado por um conjunto de atores – dispositivo, nos termos foucaultianos – que operam a posituação desse comportamento. Analisamos dois conjuntos de fenômenos específicos, começando pelo empreendedorismo inovador. Aqui, buscamos avaliar como ele se diferencia das iniciativas empreendedoras genéricas. Depois, investigamos os atores que participam desse complexo conjunto de construção de startups. Por fim, pesquisamos as relações nas quais se engajam os *startupper*s, de que forma se veem e a que almejam.

O último grupo de objetivos específicos exigiu a investigação do processo denominado plataformização da sociedade, que vemos iniciar com a web de plataforma e se espriar para os mais diversos setores a partir da expansão das corporações digitais e das redes que operam a mediação de um número cada vez maior de atividades. O propósito foi identificar a dimensão e intensidade desse novo vetor. A partir dessa pesquisa, fechamos o foco nas chamadas plataformas enxutas – ou *lean*, que operam com um mínimo de ativos e funcionários – de transporte e entregas, a fim de avaliar seus componentes intrínsecos. Se este complexo empresarial-político-tecnológico advoga pelo fim da mediação institucional, procuramos descobrir os mecanismos sociotécnicos por meio dos quais se instituem novas formas de mediação. Em seguida, investigamos a explosão no contingente de trabalhadores de plataforma no Brasil, suas rotinas de trabalho e seus rendimentos, para questionar seu enquadramento como empreendedores. Por fim, buscamos delimitar seus modos de vida pelo modo de relação com o próprio tempo. Apesar de se tratar de grupos muito diversos, propomos um caminho para compreender seu estatuto de sujeitos éticos nesta sociedade.

Para realizar as investigações propostas, após a revisão bibliográfica teórica usamos dados quantitativos e qualitativos, a partir de pesquisa documental de programas governamentais,

estruturas digitais das plataformas e estatutos que regulam suas atividades. Relatos e depoimentos foram obtidos em fontes secundárias: artigos, livros, matérias de jornais, revistas e em publicações dos próprios indivíduos em redes sociais.

Em linhas gerais, a fundamentação teórica orbita em torno do conceito de governamentalidade, como concebido por Foucault (2008a, 2008b). Ele nos permitiu estudar os fenômenos propostos em nível infrainstitucional, ou nos níveis meso e micro, buscando as formas de conduta estimuladas e desencorajadas em cada um dos dispositivos limitados, as relações e os comportamentos concretos exibidos pelos indivíduos, suas declarações e aspirações para além de regras e leis vigentes. As duas acepções da noção de governamentalidade nos permitiram compor as necessárias relações desses conjuntos limitados com o aparato estatal, mas concentrar a investigação nas formas locais de governo entendido como a condução de condutas, a direção de modos de agir e pensar em relações em domínios limitados.

As concepções do humano econômico e do empreendedor de si como expressões de modos de governo derivam dessa abordagem, completada por pesquisas mais recentes, nomeadamente as de Dardot e Laval (2016), de Nikolas Rose e Peter Miller (2008), entre diversos outros. No âmbito das startups, destaca-se a noção de solucionismo tecnológico (MOROZOV, 2013), perspectiva sob a qual a sociedade é composta de problemas isolados que podem ser resolvidos a partir de inovações técnicas específicas. A pesquisa sobre as plataformas se baseou principalmente em duas perspectivas que procuramos articular nesta tese. Primeiro, o capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2016), que consideramos pertinente na avaliação dos mecanismos de produção de valor econômico, e em seguida, o conceito de sociedade de plataforma (DIJCK; POELL; WAAL, 2018), que proporciona uma visão mais ampla das modificações em curso na sociedade com o processo de espraiamento das plataformas nos mais diversos setores, especificamente em substituição a serviços públicos. Completa este grupo a crítica à noção de economia do compartilhamento (SLEE, 2017). Para a avaliação das plataformas, foram centrais as conceituações dos algoritmos que as movem (ROSENBLAT, 2018) e do processo de modelização da sociedade que promove novos grupos a posições privilegiadas nos jogos de poder (O'NEIL, 2016). Por fim, para fundamentar a pesquisa dos trabalhadores de plataforma, apoiamo-nos na noção de capitalismo 24/7 (CRARY, 2016), junto à conceituação das especificidades da construção dos modos de cidadania no Brasil (SOUZA, 2018) que ajudam na compreensão da forma que este fenômeno tomou aqui.

No primeiro capítulo da tese, com o risco de um recuo histórico excessivo, discutimos a invenção do conceito de *homo oeconomicus* a partir de sua interpretação por Foucault. Não um tipo ideal ou como essência da ação humana, mas a resultante das linhas de forças que compõem modos de governo históricos. Passamos então às duas dimensões do conceito de governo para Foucault, na forma do conceito de governamentalidade. No primeiro subcapítulo, apresentamos o historicismo para explicitar o caráter interessado do contratualismo, na figura do selvagem das trocas. Em seguida, tratamos da ruptura representada pelo sujeito de interesses, que por sua vez inaugura o humano atomizado e racional, míope e que deveria ser hipoteticamente ingovernável – figuras que fundam a perspectiva do humano econômico. Apresentamos então os múltiplos sentidos do termo governo e a consolidação de uma razão governamental. Uma de suas características é a emergência da população como um nível de realidade no qual se podia agir. Derivada dessa mudança, a consolidação de uma governamentalidade econômica. Por fim, articulamos essa nova forma de governo às transições ocorridas no processo de urbanização do Brasil.

O segundo subcapítulo se detém nas rupturas ocorridas nas concepções de empreendedor, trabalhador e liberalismo no século passado, com especial interesse no foco que colocam no indivíduo. O empreendedor schumpeteriano se desliga da grande indústria, o liberalismo se afasta do mero *laissez-faire* e a subjetividade do trabalhador passa a ser objeto de programas como o de higiene mental, que vincula a conduta do funcionário à produtividade da empresa. Por fim, apresentamos o conceito de capital humano e suas relações com a instauração do modo de comportamento denominado empreendedorismo de si, que tem como um de seus ícones o executivo de corporações multinacionais.

O terceiro subcapítulo trata da nova forma geral e do âmbito que o empreendedorismo de si parece assumir na atualidade, designado provisoriamente pelo termo “empreendedorismo de fato”. Esta denominação busca evidenciar a ênfase na atividade de abrir novos negócios ou se lançar ao trabalho autônomo em vez de formar um si, ou investir na própria formação para construir carreiras progressivas. A primeira parte, dedicada à educação empreendedora, é repleta de exemplos recentes de iniciativas diversas voltadas para o ensino da conduta empreendedora e a produção de planos de negócios nos cursos superiores, em projetos independentes e até na educação infantil. A segunda parte trata de outra dimensão do novo estatuto do empreendedorismo, que é seu caráter praticamente inescapável. A partir de situações-limite do

trabalho formal – o presenteísmo, o *burnout* e o *karoshi* –, discutimos a intensificação do trabalho na atualidade e as novas formas jurídicas implantadas por meio de reformas trabalhistas em diversos países, e mais especificamente no Brasil. Em seguida, mostramos como diversas formas de empreendedorismo, sejam elas abstratas ou concretas, se multiplicam, com destaque para a promoção do empreendedorismo como solução individual para crises sistêmicas, um imperativo contemporâneo.

O segundo capítulo trata dos *startupper*s. Iniciamos com elementos gerais do empreendedorismo inovador, desde elementos de política econômica até iniciativas governamentais para promover a criação de empresas inovadoras. Depois passamos à avaliação do que é chamado o ecossistema das startups, que tratamos como um dispositivo composto por agentes semiautônomos articulados provisoriamente para objetivos específicos. Constituem um aparato de fomento à criação de novas empresas por indivíduos que almejam o sucesso empresarial, a fortuna, ou mesmo fazer diferença. Terminamos este capítulo com os elementos subjetivos desse empreendedorismo inovador, desde seus novos ídolos e a postura empreendedora promovida pela mídia de negócios até uma valorização do fracasso e a relação que estabelecem com as dívidas e as carreiras.

O tema do terceiro capítulo é a plataformação da sociedade, o processo tortuoso pelo qual a web 2.0, ou a web como plataforma se desenvolve e expande em um grupo de empresas-plataforma responsáveis pela mediação de grande parte da atividade online e, em seguida, *offline*. Seguimos com a pesquisa da dimensão cultural da economia do compartilhamento, que se mostra uma utopia se considerarmos os ditames seguidos pelas corporações no capitalismo de plataforma, que vão de sua influência nas redes ou cadeias de valor dos setores nos quais as plataformas atuam, até sua característica rizomática, de expansão quase descontrolada, parcialmente explicada pela importância dos dados na atualidade.

A tese se encerra no quarto capítulo, que trata de seu principal objeto, os trabalhadores de plataforma. Iniciamos o capítulo apresentando dados sobre o estado das relações de emprego na atualidade para delimitar a perspectiva sob a qual o trabalho de plataforma será abordado. A partir da divisão entre plataformas baseadas na web e locais, apresentamos brevemente as plataformas de microtarefas, que participam do desenvolvimento dos projetos de Inteligência Artificial (IA) e as plataformas locais, por meio das quais os serviços de hospedagem, transporte

e entregas são oferecidos. Discutimos os principais termos que evidenciam a novidade desse trabalho: *uberização*, *gig economy* e *crowdsourcing*.

No primeiro subcapítulo, tratamos das plataformas enxutas, que são exemplos privilegiados da reconfiguração social em curso. Operam a mediação de bens e serviços sem que possuam ativos nem funcionários dedicados à realização das atividades que promovem. Portanto, são aparatos de mediação. Esta seção analisa o estatuto das plataformas em casos que mostram sua posição problemática em uma sociedade ainda despreparada (propositalmente ou não) para lidar com tais entes jurídicos. Continuamos em direção à avaliação de seus elementos técnicos e sua interação com outros vetores. Começando com as interfaces, programas de vigilância e sistemas para escapar de fiscalização, discutimos mais detalhadamente três dimensões desses aparatos sociotécnicos. Primeiro, a forma como os sistemas de reputação são usados para contornar a regulação institucional. Depois, discutimos brevemente a opacidade algorítmica nessas plataformas para questionar tanto a neutralidade quanto a ingovernabilidade alegada em relação a elas, fazendo uma aproximação com a concepção liberal da economia do primeiro capítulo. A terceira dimensão é a forma como os modelos matemáticos abrem novos níveis de ação para os dispositivos de sujeição, tal como a estatística abriu o da população na governamentalização do Estado em outro período. Ao produzir mundos virtuais baseados em cálculos de probabilidade, restringem as potências do mundo atual em uma forma inédita de governo e por meio da elevação de novas figuras à condição de autoridades.

O último subcapítulo da tese trata dos trabalhadores de plataforma, começando com a discussão da mediação do trabalho, desde sua definição nos contratos de termos e condições dessas empresas, passando pela forma como são delimitados e organizados por meio de sistemas digitais inescrutáveis, a remuneração e a autoimagem desses trabalhadores. Encerramos a tese discutindo suas jornadas e seu ritmo de vida. A banalização do trabalho praticamente sem folga e a insensibilidade a condições de trabalho adversas obviamente não são uma novidade completa, especialmente no chamado Sul Global. Remetemo-nos aos processos de construção da cidadania no Brasil para propor uma abordagem que ao mesmo tempo não normalize as condições sob as quais trabalham e não ignore as linhas de força que levam um grupo de pessoas aos limites da dignidade humana.

1 Da invenção do *homo oeconomicus* ao empreendedorismo contemporâneo

Este capítulo será dedicado a apresentar o *homo oeconomicus*, personagem que surge no processo de governamentalização do Estado e vigora até hoje como expressão de uma forma de governo de condutas (FOUCAULT, 2008; DARDOT & LAVAL, 2016; MILLER & ROSE, 2008), com ênfase no empreendedorismo de si, forma subjetiva que emerge no século XX, e ao processo de transformação que sofre na atualidade – segundo alguns autores, sua morte (LAZZARATO, 2012; FLEMING, 2017). A questão que norteia a discussão diz respeito às formas assumidas pelas relações consigo e com os outros nas últimas décadas do século passado e seus desdobramentos contemporâneos. Essa questão pode ser bifurcada em duas. O que há de específico ou peculiar nesses modos de pensar e agir em que o humano é interpelado, incitado a viver e construir relações sob um prisma econômico – de modo contratual, racional, competitivo? Em seguida, o que mudou por volta da última década, quando o empreendedor de si, representado pela carreira e pela ideia de progresso, dá lugar a novas modalidades de comportamento ligadas à realização imediata (de projetos, mas também de si), à eficiência e à produtividade?

A partir dos autores citados acima, compreendemos o empreendedorismo de si como uma forma provisória do *homo oeconomicus*, tido como personagem ou tipo ideal pela literatura econômica, mas discutido aqui como resultado de dispositivos de assujeitamento³ que expressa o conjunto de condutas incitadas pelas formas específicas de governo de cada época. O ponto de partida dessa proposta são as condições do nascimento, ou da invenção, do *homo oeconomicus* no século XVIII. Não pretendemos fazer uma história do *homo oeconomicus*, uma discussão sobre o desenvolvimento da teoria econômica, tampouco sugerimos um caminho linear no qual o empreendedor de si tenha sido uma evolução de formas anteriores deste humano e seu

³ Em entrevista sobre sua história da sexualidade, Foucault sintetiza que um dispositivo é um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Foucault destaca ainda duas outras características dos dispositivos, que são as funções ou posições cambiantes de cada elemento no dispositivo (seu exemplo são os discursos, que podem funcionar como programas institucionais, justificações de uma prática, ou reinterpretações dela) e a sua gênese, que se daria em duas etapas: primeiro, uma sobredeterminação funcional na qual o objetivo estratégico sob o qual emergem os dispositivos não determina seus efeitos, que podem ser positivos ou negativos, indesejáveis ou contraditórios com outros, exigindo sua rearticulação; a seguir, o preenchimento estratégico desses efeitos, em que seu efeito é a criação de um meio delinquente que depois será reutilizado com finalidades políticas e econômicas. Aqui, o que mais nos interessa é esta autonomia parcial do dispositivo, que nos permite investigar o “como do poder” por meio da avaliação de práticas e discursos locais. Cf. FOUCAULT, 2001.

desenvolvimento gerará os modos de conduta que apresentaremos nos próximos capítulos. Ao contrário, este retorno histórico tem o objetivo de apresentar brevemente as condições de sua emergência, da qual participam elementos que retornarão com diferentes contornos nas diferentes épocas. Isso nos permitirá delinear a principal base teórica deste trabalho com mais consistência, além de enfatizar o caráter provisório desse sujeito do século passado, ele próprio fruto de rupturas. Em suma, entendemos ser útil localizar o empreendedor de si, contraponto ao empreendedor contemporâneo, nesta sequência de rupturas de um processo anterior a ele para evidenciar seu caráter contingente. Não propomos que é completamente substituído, mas sobrepujado pelas formas de empreendedorismo que se desdobra a partir dos dispositivos contemporâneos de sujeição, especificamente aqueles nos quais há atuação decisiva das TICs.

1.1 Invenção do *homo oeconomicus* no processo de governamentalização do Estado

O *homo oeconomicus* é uma derivação do *Homo sapiens* de Lineu, cunhado em 1735.⁴ Apesar de alguns autores alegarem o contrário⁵, o termo não foi inventado nem usado por Adam Smith, que abordou o humano como um ser utilitário, mas não teria imputado a ele um comportamento guiado por interesses econômicos nem extrapolado a tomada de decisão racional para todas as esferas da vida. O termo surgirá apenas no final do século XIX, em palestra de Alfred Marshall de 1885 e na forma *economic man* por John Kells Ingram, em 1888 (CARUSO, 2013, p. 6). Foi usado inicialmente de forma pejorativa por Ingram e outros críticos de Stuart Mill, que consideravam seu humano um “animal fazedor de dinheiro” (MELÉ; CANTÓN, 2014, p. 13).⁶ Maffeo Pantaleoni teria positivado o termo em obra de 1889 e disseminada mais amplamente no início do século XX, segundo Pareto, que também faz uso dele (CARUSO, op. cit., p. 7). Portanto, a noção de um *homo oeconomicus* teria surgido de modo incipiente no século XVIII, mas uma teoria de escolha racional se esboçaria apenas no século XIX com Bentham e,

⁴ Cf. < <https://revistapesquisa.fapesp.br/2008/03/06/deus-fez-lineu-organizou/> >. Acesso em 10.09.2019. Por não se tratar de um nome científico, é comum encontrar o termo em minúsculas, na forma *homo economicus* ou traduzido para *homo economicus* ou homem econômico, por exemplo em Fonseca, 1990. Nesta tese, usaremos os termos *homo oeconomicus* e humano econômico de modo intercambiável.

⁵ Cf. discussão na nota 3, em Caruso, 2013, p. 5.

⁶ Tradução nossa. No original, “money-making animal”.

em sua esteira, uma concepção econômica do comportamento humano é desenvolvida por Stuart Mill.

Stuart Mill defende que a utilidade, entendida como felicidade, é o objeto do desejo humano e que a maximização da utilidade é a finalidade do comportamento econômico. Desta forma, promove uma transformação na concepção da atividade econômica, de aspectos objetivos e coletivos, como a divisão social do trabalho, para elementos subjetivos e a satisfação individual. O agente econômico de Stuart Mill – uma abstração incompleta usada para o desenvolvimento de sua economia política, segundo o próprio autor – seria movido por duas paixões: a “aversão ao trabalho” e “o desejo de desfrutar de indulgências dispendiosas no presente” (MELÉ; CANTÓN, 2014, p. 13).⁷ Essa abstração se populariza entre economistas, que desenvolvem modelos matemáticos e hipóteses com base nesta abordagem da ação humana que se torna dominante na economia neoclássica do fim do século XIX e início do XX.⁸

Para os fins desta pesquisa, pode-se simplificar que a ciência econômica avalia a ação humana sob o prisma do agente racional que toma decisões baseado em preferências e restrições a fim de escolher entre alternativas limitadas, ou aquele que busca maximizar a utilidade sob condições incertas (KIRCHGÄSSNER, 2008, p. 13). Contudo, a abordagem do humano econômico nessa tese terá viés diferente. Caruso (op. cit., p. 9-12) faz uma tipologia de usos da noção de *homo oeconomicus* com três grupos: primeiro, formal ou metodológico, com função preditiva ou normativa, que deve ser articulado à psicologia econômica, caso em que suas variações podem ser mais úteis (o empreendedor, o investidor, o consumidor); em segundo lugar, o uso em um sentido antropológico limitado – que assume a existência de um *homo oeconomicus* abstrato ou na condição de um *a priori* – seria estéril, mas a noção seria usada como um tipo ideal que sofre modificações no tempo e no espaço, especificados historicamente e socialmente, de acordo com papéis econômicos, psicologias e tipos comportamentais; por fim, o uso do termo na condição de essência humana e imagem de sua real natureza é muitas vezes vinculada a tentativas de torna-lo um elemento ideológico em visões de mundo que legitimam abusos sociais e políticos.

⁷ Tradução nossa. No original, “Mill’s economic agent is driven by two passions, ‘aversion to labour’ and the ‘desire of the present enjoyment of costly indulgences’.”

⁸ A economia neoclássica é aquela que rompe com a teoria do valor de Ricardo e Adam Smith (que atribui o preço de uma mercadoria ou serviço ao trabalho investido em sua produção) e se baseia no conceito de taxa marginal de substituição, segundo o qual o preço de uma mercadoria reflete a taxa pela qual um consumidor trocaria um bem por outro, mantida a utilidade (MELÉ; CANTÓN, 2014, p. 14).

A perspectiva que sustenta este capítulo não se detém na teoria econômica e, portanto, se enquadraria no segundo grupo. Porém, o humano econômico será tratado menos como um tipo ideal do que uma forma de subjetividade concreta, que expressa valores e condições contingentes por meio de relações, comportamentos, pensamentos e ações, contra o conjunto de usos do termo que assume uma essência de racionalidade e uma natureza humana. Não se trata aqui de fazer uma história do conceito de humano econômico⁹, mas toma-lo como fio condutor para caminharmos entre formas de governo e as táticas pelas quais os valores e as condutas são consolidados provisoriamente em cada momento histórico. Seguimos a abordagem segundo a qual o *homo oeconomicus* não funciona apenas como uma forma de conceituação da conduta humana, mas exprime os modos de governo dos indivíduos e as formas de subjetividade que emergem em cada período.

Após delinear o surgimento desta noção na economia, baseamo-nos nos cursos de Foucault de 1975-6 (2010), 1977-8 (2008b) e 1978-9 (2008a) para fazer um recorte que enfatiza a correlação entre o processo de governamentalização do Estado e a emergência do *homo oeconomicus*. O retorno ao século XVIII busca mostrar a amplitude do termo e evidenciar a ruptura histórica que a própria forma do empreendedor de si representa em relação ao homem da troca e o sujeito de interesses anteriores a ele. Assim, além da ruptura que nos traz ao sujeito empreendedor do presente, buscamos destacar que sua forma anterior provém de transformação semelhante. Faremos essa articulação de duas perspectivas complementares e sem a intenção de traçar um quadro exaustivo do período. Primeiro, recuperamos brevemente a discussão em torno dos discursos históricos nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra e na França a fim de contrastar o contratualismo com o historicismo, ilustrados pelas figuras do selvagem e do bárbaro. A seguir, nos detemos em transformações nas noções de economia e governo até o século XVIII para apresentar a consolidação de uma governamentalidade econômica a partir desse período – governo que sofre rupturas significativas desde então, mas constrói o quadro a partir do qual agirão os dispositivos de assujeitamento mais recentes, que serão discutidos no próximo capítulo.

⁹ Para histórias do conceito, cf. Nota 8 em Caruso, 2013, p. 7; Kirchgässner, 2008, caps. 2 e 3 e O’Boyle, 2009.

1.1.1 O bárbaro, o selvagem e o sujeito de interesses

Ao produzir um relatório sobre o Estado francês solicitado por Luís XIV para educar seu neto e herdeiro, Boulainvilliers faz uma história das guerras e dos conflitos, a que Foucault chamará historicismo (ibid., p. 145). O resumo e os comentários do autor evidenciam uma disputa. Há ao mesmo tempo uma crítica ao saber real – circular, por ser produzido pela própria administração real – e a constituição de uma espécie de contrassaber histórico de interesse da nobreza, que havia sido despojada de seu poder econômico e político. Não se trata de uma investida meramente teórica, mas de uma tática discursiva que nega o discurso histórico-jurídico para buscar os conflitos fundadores da sociedade a fim de estabelecer novas relações entre os grupos que disputam poder.¹⁰ Portanto, não era apenas outra narrativa, mas outro sistema de relações em uma história alternativa ao processo de produção de riquezas que foi produzida para “mostrar através de que ruínas, dívidas, acumulações abusivas, se constituiu, de fato, certo estado das riquezas que não passa, afinal de contas, de uma mescla de desonestidades realizadas pelo rei com a burguesia” (FOUCAULT, 2010, p. 111).¹¹

Assim Boulainvilliers inaugura uma perspectiva histórica inédita, ao conceber o poder como relação de forças. Ao contrário da história da monarquia e dos agentes do poder, mostra que “não se pode fazer a história dos reis nem a história dos povos, mas a história daquilo que constitui, um em face do outro, esses dois termos, dos quais um nunca é ilimitado e o outro nunca é zero” (FOUCAULT, 2010, p. 142). Contra a história das leis e da soberania, essa história dos súditos e do povo busca uma constituição que não é jurídica, mas proveniente das conquistas, das batalhas reais que instauram, de fato, a sociedade na forma do “par monstruoso [...] formado pelas forças originárias do povo e pela força finalmente constituída de alguma coisa que não tem força mas que é, porém, o poder” (ibid., p. 142). Nova relação com os fatos do passado, mas também com a constituição da sociedade e com os sujeitos que participam dela.

¹⁰ Segundo Foucault, narrativa com foco na nobreza, para quem esse discurso provia uma memória e um saber que a reconduziam a uma posição central na sociedade.

¹¹ Cabe mencionar que a pesquisa de Foucault tem o objetivo de estudar “como a guerra começou a aparecer como analisador das relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 75). Fazemos aqui um recorte dessa perspectiva a fim de traçar uma articulação transversal entre as acepções das condutas e dos valores imputados a bárbaros e nobres com a abordagem econômica que apesar de se apresentar neutra será, ela também, preñe de valores que atribuirá aos agentes racionais.

O historicismo articula um conjunto de elementos que soam contraditórios. Não opõe, mas articula revolução, barbárie e constituição.¹² O bárbaro é aquele que está sempre no exterior de uma civilização e busca destruí-la ou invadi-la. Não remete a uma natureza original, mas sempre a uma sociedade contra a qual se choca. Este bárbaro teria uma relação secundária com a propriedade, pois se apodera dos bens de outrem, subjuga o outro (ibid., p. 163-165). Mas sua relação singular com a noção de liberdade é a característica que mais nos interessa. Pois o bárbaro nunca abdica dela. Ao contrário, as hierarquias bárbaras instauram governos de tipo militar que não restringem, mas multiplicam as forças individuais.¹³ Da mesma forma como age com a propriedade alheia, “sua liberdade é a liberdade perdida dos outros” (ibid.). Em vez de uma liberdade que se funda na tolerância, na igualdade e no respeito mútuo, é uma liberdade da ferocidade, do egoísmo e da avidez.¹⁴

Este seria o passado histórico que traz à tona um jogo de forças antes ausente na memória da sociedade e põe a constituição do avesso ao substituir as leis pelas conquistas. O último movimento dessa narrativa mostra de que forma esses bárbaros, senhores feudais, nobres, tornam-se submissos a uma monarquia absoluta. Boulainvilliers denuncia uma aliança entre o poder monárquico e o civil, constituído pela aristocracia gaulesa que havia sido espoliada pelos francos. Essa aristocracia se refugia na Igreja e atua de modo a aumentar sua influência sobre o povo e desenvolve um dispositivo composto pelo direito romano, a prática judiciária e o latim, que se torna a língua jurídica, a língua do saber e, mais importante, do Estado (ibid., p. 129). O passo final é dado quando a nobreza, que fica enfraquecida por não pertencer àquele sistema linguístico, passa a ter sua educação orientada pela Igreja. Ao pregar que o além era o sentido da vida terrena e diminuir a importância dos acontecimentos do presente, a Igreja teria transformado os nobres germanos,

tão ávidos de possuir e dominar, [...] tão apegados ao presente [...], em pessoas tipo cavaleiros, tipo cruzados, que negligenciavam inteiramente o que se passava em suas próprias terras e em seu próprio país, e se encontraram espoliados de sua fortuna e seu poder (ibid., p. 130)

¹² . “Foi essa personagem do bárbaro que [...] a história do tipo da de Boulainvilliers pôs em cena no século XVIII” (ibid., p. 165).

¹³ Eles resguardam suas autonomias, em um conjunto de relações de comando nas quais o rei é um chefe de guerra, modelo que desembocará na divisão de terras conquistadas que instauram o feudalismo.

¹⁴ A palavra “franco” era remetida à palavra “livre” e, após Boulainvilliers, passa a ser relacionada a feroz, ou *ferox*, “em todos os sentidos dela [...], altivo, intrépido, orgulhoso, cruel” (FOUCAULT, 2010, p. 125).

Aqui, o que mais chama atenção é a mudança na relação com o tempo, que retornará diversas vezes adiante. A operação que o autor denuncia tira os nobres do presente e faz se preocuparem com um além-mundo que os leva às cruzadas, os torna cavaleiros e provoca o declínio de sua fortuna e de seu poder. Apresentamos a contranarrativa àquela que será fundamental para a emergência do humano econômico para tornar sua posição contingente e interessada de antemão. A principal questão que justifica o interesse neste período diz respeito ao papel estratégico da história e do personagem contra os quais esse historicismo se ergue. A história da monarquia é tanto uma história jurídica quanto natural. Depois, o anti-historicismo burguês também o será, pois promoverá uma reativação histórica que execra o feudalismo e exalta a cidade romana no período da Revolução Francesa.¹⁵ Nosso objetivo é de mostrar o interesse dessa última forma da história e do personagem que a anima, o selvagem.

Se a narrativa histórica da nobreza busca evidenciar os conflitos fundadores da sociedade, é curioso que a guerra de todos contra todos de Hobbes mostre o oposto. Essa guerra generalizada não funda o Estado, mas vive dentro dele. E não se trata de uma guerra real. Ao contrário, a ausência de conflitos reais é o que caracterizaria o estado de guerra.

Não há batalhas na guerra primitiva de Hobbes, não há sangue, não há cadáveres. [...] Está-se no teatro das representações trocadas, está-se numa relação de medo que é uma relação temporalmente indefinida; não se está realmente na guerra. [...] O que caracteriza o estado de guerra é uma espécie de diplomacia infinita de rivalidades que são naturalmente igualitárias (ibid., p. 77).

Daí emerge o Estado, ou o Leviatã, em um movimento que ajuda a esclarecer a forma das relações que se promovem nessa linha de narrativas. Nos chamados Estados de aquisição, é por uma espécie de contrato que o soberano ou a assembleia não apenas representam as vontades de um grupo, mas o encarnam. A interpretação foucaultiana desses Estados nos oferece elementos que permitem recortar ainda melhor essa perspectiva. Seriam aqueles conquistados em batalhas ou conflitos, em que seus habitantes são subjugados, mas suas vidas são poupadas. Onde se poderia ver dominação, Hobbes vê a instauração de uma nova soberania no momento em que os indivíduos escolhem viver e obedecer aos vencedores.

¹⁵ Não nos deteremos nos detalhes desse movimento cujo sintoma peculiar Foucault (ibid., p. 178) identifica nos romances góticos que tratam de “abusos de poder, de extorsões [...], de soberanos injustos, de senhores implacáveis e sanguinários, de padres arrogantes” e constroem um imaginário que acompanha as disputas por saber e poder da época.

Assim, o pacto de soberania é fundado sem necessidade de que seja expressa uma vontade. “É preciso e basta, para que haja soberania, que esteja efetivamente presente uma certa vontade radical que faz que se queira viver mesmo quando não se pode viver sem a vontade de um outro” (ibid., p. 81). Onde se esperaria encontrar guerra por todos os lados, encontramos representações, vontades e pactos. Para Foucault (2010, p. 82-3), o “adversário invisível do Leviatã é a conquista. [...] Hobbes pode mesmo parecer escandalizar. Na verdade, ele tranquiliza: enuncia sempre o discurso do contrato e da soberania, ou seja, o discurso do Estado”. Esta linha de narrativas imputa a instauração da soberania aos pactos e contratos. Coloca em funcionamento o dispositivo de conhecimento, leis e língua que Boulainvilliers denunciou com seu historicismo. Vemos aí a importante menção a um pacto, um contrato, uma delegação de poderes que não é conflituosa nem deriva de jogos de forças, mas são alienados pelos indivíduos a fim de instituir uma soberania, que é um tipo de relação que permeará as primeiras narrativas do humano econômico.

A personagem que encarna esta perspectiva teórica-jurídica é o selvagem. Apresentamo-lo apenas após seu antípoda para enfatizar o caráter interessado e contingente de ambas as abordagens. O selvagem que a história do Estado inventa é o homem natural, um humano que vem da natureza e constrói uma sociedade, humano que é anterior a ela. Essa história se apoia no conceito de direito natural, segundo o qual todos teriam direito transcendente à vida e à liberdade (CHAUÍ, 2000). Vindo de uma natureza generosa, o modo pelo qual o selvagem molda a sociedade é peculiar: ele faz trocas. Não troca apenas suas posses ou seus bens, mas também aliena parte de sua própria liberdade. Ao contrário do bárbaro, que exerce sua liberdade sobre a liberdade alheia, este personagem teria “uma espécie de superabundância de liberdade, que ele acaba cedendo para garantir sua vida, sua segurança, sua propriedade, seus bens” (FOUCAULT, 2010, p. 164-165).

Da mesma forma que os indivíduos hobbesianos que fundam a soberania pela mera vontade de viver, o selvagem abriria mão de parte de sua liberdade para garantir a manutenção da própria vida. “Enquanto trocador dos direitos, ele funda a sociedade e a soberania. Enquanto trocador dos bens, constitui um corpo social que é, ao mesmo tempo, um corpo econômico” (ibid., p. 163-4). Temos assim a articulação na qual a economia participa do modo de governo da

sociedade, pois está imiscuída em sua própria constituição, ou na formação das instituições e dos modelos de conduta sobre os quais esta sociedade se desenvolverá.¹⁶

Ainda segundo Foucault, o fundador desta sociedade é um selvagem *homo oeconomicus*. Um “elemento ideal inventado pelos economistas, esse homem que não tem história nem passado, que só é movido por seu interesse” (ibid., p. 163). Mas há na interpretação de Foucault uma ruptura com a história jurídica e o direito natural que fará emergir um novo sujeito.¹⁷ O selvagem da troca é também aquele do contrato, do escambo e do excesso. Mas a emergência do sujeito de interesses promove um deslocamento importante. Transição vinculada por Foucault ao empirismo inglês, nomeadamente de Locke, na qual se instaura uma nova concepção do sujeito, “que não é definido nem pela sua liberdade, nem pela oposição entre alma e corpo, [...] mas um sujeito que aparece como sujeito das opções individuais ao mesmo tempo irredutíveis e intransmissíveis” (FOUCAULT, 2008a, p. 370-371).¹⁸ Esse interesse que constitui o sujeito será característica importante das narrativas e relações estabelecidas posteriormente.

O que seria à primeira vista facilmente articulável ao sujeito de direitos extrapola este último e coloca um problema ao contratualismo. Pois se os contratos resguardam certos interesses, exigem que se sacrifiquem outros. Se o interesse é o motor de sua ação, ele não respeita o contrato porque este se afirma um transcendente, mas porque interessa que haja contratos para garantir segurança às trocas que lhe proporcionam vantagens, segundo os exemplos de Hume (ibid., p. 373). Abrem-se condições para que o humano econômico ganhe mais consistência a partir de então. Emerge um sujeito que troca e contrata, mas também calcula e racionaliza. Se ele era compreendido como o selvagem que troca porque o direito natural lhe garantia um excesso e age de acordo com uma mecânica da negatividade e da renúncia, agora é um sujeito que não age de acordo com uma vontade à qual consente, mas um sujeito que nunca renuncia seus próprios objetivos. Esse sujeito não é apenas resultado de uma nova concepção

¹⁶ Este selvagem também encarna a ética protestante, que pregava uma vida voltada para o trabalho, como exemplifica sua aparição no Robinson Crusóe de Daniel Defoe, no século XVIII (HIMANEN, 2010, p. 17).

¹⁷ Aqui, articulamos duas abordagens feitas pelo autor. O historicismo é tratado no curso de 1975-6. O sujeito de interesses é aprofundado no curso de 1979.

¹⁸ Mas também de Hume, a quem Foucault cita para explicar o sujeito das opções individuais em dois exemplos. No primeiro, uma série de perguntas ao indivíduo que se exercita leva à irredutibilidade da dor causada pela doença que quer evitar; além disso, a preferência por estar saudável ao invés de doente é intransmissível por constituir uma opção individual. O outro é a uma hipotética opção pela morte de outrem em vez do corte de um dedo próprio: “quando me é dado optar entre o corte do meu dedinho e a morte de outrem, nada afinal pode me forçar a considerar, mesmo que me obriguem a deixar cortar o meu dedinho, que o corte do meu dedinho deve ser preferível à morte de outrem” (ibid., p.371-2).

filosófica e ética do humano, mas sintoma de uma transformação no exercício do poder soberano entre os séculos XVII e XVIII, que será crescentemente limitado a garantir a harmonia entre os interesses individuais exaltados pelos fisiocratas franceses e economistas ingleses.

A partir de então, o indivíduo se torna “elemento intangível em relação ao exercício do poder” (ibid., p. 369), a quem não se deve interromper, deve-se deixar agir da forma como quer – *laissez-faire*, pois seria o principal parceiro do Estado. Emerge como a contraparte de uma razão governamental econômica de um Estado que deverá habilitar os sujeitos a atingirem seus objetivos. Ao contrário do príncipe que tudo comanda, ele é aquele que nada sabe sobre o todo ou, nas palavras de Foucault (ibid., p. 378) está em um “duplo involuntário”, primeiro dos acontecimentos que se precipitam sobre ele (em relação aos quais não tem controle) e em seguida, dos benefícios que garante aos outros ao perseguir seus próprios interesses.

O homo oeconomicus é a única ilha de racionalidade possível no interior de um processo econômico cujo caráter incontrolável não contesta, mas funda, ao contrário, a racionalidade do comportamento atomístico do *homo oeconomicus*. Assim, o mundo econômico é, por natureza, opaco. É por natureza intotalizável. É originária e definitivamente constituído de pontos de vista cuja multiplicidade é tanto mais irredutível quanto essa própria multiplicidade assegura espontaneamente e no fim das contas a convergência deles. A economia é uma disciplina sem Deus [...] que começa a manifestar não apenas a inutilidade, mas a impossibilidade de um ponto de vista soberano sobre a totalidade do Estado que ele tem de governar. A economia rouba da forma jurídica do soberano que exerce sua soberania no interior de um Estado o que está aparecendo como o essencial da vida de uma sociedade, a saber, os processos econômicos. O liberalismo, em sua consistência moderna, começou quando, precisamente, foi formulada essa incompatibilidade essencial entre, por um lado, a multiplicidade não-totalizável dos sujeitos de interesse, dos sujeitos econômicos e, por outro lado, a unidade totalizante do soberano jurídico (FOUCAULT, 2008a, p. 383-4).

Nesta longa passagem, Foucault sintetiza a consolidação do liberalismo sobre esta nova concepção que implica a incapacidade do soberano de governar as relações econômicas, uma impotência fundamental que faz com que o humano econômico seja contraparte em uma relação de governo diferente daquela do sujeito de direitos. Neste modelo, o bem comum não deveria ser o objetivo de nenhum agente individual, pois seu cálculo seria inalcançável não apenas aos agentes econômicos, mas também aos políticos. Posteriormente, já na teoria econômica de Adam Smith, revela-se um estado que poderia ser caótico, não fosse a mão invisível, um feixe de transparência que une todos os pontos de cegueira que movem a economia. Curiosamente, esta disciplina sem Deus recorre a um transcendental, “lugar vazio, mas secretamente ocupado, de um deus providencial que habitaria o processo econômico, quase, digamos, como o Deus de

Malebranche” (ibid., p. 379). Nos próximos capítulos discutiremos o recurso à neutralidade, tanto técnica quanto econômica, para a consolidação de narrativas e formas de exercício de poder.

Por fim, destacamos que quase paralelamente à emergência do sujeito de interesses ético nos séculos XVII e XVIII, surge a figura que encarnará o *homo oeconomicus* mais emblematicamente, que é o empreendedor de Cantillon, cuja obra influenciou os fisiocratas. Para o autor, exceto o príncipe e os proprietários de terras, os indivíduos poderiam ser divididos entre “homens de renda certa” – funcionários – e “homens de renda incerta” – empreendedores (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346-7). Ou seja, aqueles que devem perseguir seus próprios interesses em condições de incerteza, de miopia sobre o estado geral da sociedade e da economia. A renda incerta exige que o empreendedor reflita o tempo todo, use sua razão para se conduzir por si próprio (EHRENBERG, 2010, p. 57). Curiosamente, Cantillon inclui mendigos e ladrões entre os empreendedores, dada a incerteza que permeia suas vidas. Identificamos aí um deslocamento no qual a avaliação das condutas não recai prioritariamente no fim das atividades ou na conformidade moral do que os indivíduos realizam, mas nos meios pelos quais cada indivíduo se governa.

Depois, Adam Smith também destacará entre as características dos empreendedores a racionalidade e as habilidades de avaliar riscos e de fazer julgamentos (SALGADO, 2016, p. 23-4). Portanto, o empreendedor do período encarna aquelas condutas adequadas à concepção daquele agente atomizado, cuja atividade se coordena com a de outros na produção do bem comum, mas a quem só cabe perseguir os próprios interesses e agir racionalmente diante da incerteza que permeia sua vida. Derivada dessas mecânicas de conduta e governo, a narrativa do *self-made man* surge nos EUA no século XIX pela disseminação da crença puritana no trabalho para a ascensão social (CASTELLANO; BAKKER, 2015).

Neste subcapítulo, procuramos apresentar a perspectiva foucaultiana das narrativas históricas representadas pelos personagens do bárbaro e do selvagem, e em seguida do sujeito de interesses, para enfatizar algumas características que serão importantes para a avaliação do empreendedor de si. Primeiro, que desde o século XVII já podemos identificar a emergência da figura de um *homo oeconomicus* na forma de um sujeito idealizado que renuncia, troca e contrata em vez de conquistar ou lutar – mesmo a própria vontade de viver é interpretada como um consentimento implícito à soberania. Em seguida, a ruptura representada pela ascensão do sujeito de interesses fundamentalmente diferente do sujeito de direitos e da mecânica de governo que

será colocada em funcionamento desde então. Transição que é contemporânea ao uso do termo empreendedor para tratar dos indivíduos que racionalizam e calculam ao se conduzir em um ambiente econômico no qual a miopia de cada um garante o bem-estar de todos. As mudanças ocorridas desde a concepção desses indivíduos que formarão uma população a ser governada serão tratadas a seguir.

1.1.2 A governamentalização do Estado

Textos anti-Maquiavel dos séculos XVI a XVIII substituem a literatura dedicada a dar conselhos ao príncipe – em relação de exterioridade ao território, com o objetivo de conquistar e manter suas conquistas – por uma arte de governar. Já no século XVI, Guillaume de La Perrière enfatiza que o governo se refere à “correta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente” (FOUCAULT, 1979, p. 282), e não ao domínio de um território. Foucault identifica no texto de La Perrière a emergência de uma oposição entre a soberania, que implicava a obediência dos súditos a uma ordem que refletia as leis de Deus, e o governo, no qual a correta disposição das coisas desvela uma multiplicidade de fins.¹⁹

Ao contrário da soberania, quando a lei divina era imposta aos súditos, o governo se efetuará pelo uso mais de táticas do que de leis – ou de leis como táticas, em uma atividade que não se referia mais a transcendências ou leis naturais, mas a um conjunto próprio de regras, uma “Razão de Estado” (ibid., p. 286). Trataremos brevemente deste período a fim de apresentar de que modo a economia emerge de um Estado monárquico, mercantil, e faz seu caminho junto à arte de governar na constituição de um conjunto de relações que servirão de base à emergência do sujeito de interesses tratado anteriormente.

Ainda no século XVI, La Perrière já aventava múltiplas formas de governantes, que poderiam ser um monarca, mas também um magistrado, juiz etc., assim como diferentes objetos desse governo, desde a casa até as almas, os conventos, a família (ibid., p. 280). Já no século XVIII, François La Mothe Le Vayer divide em três os tipos de governo: o governo de si, que seria da alçada da moral, ao governo da família corresponderia a economia e ao governo do

¹⁹ As coisas a que La Perrière se refere também incluem os habitantes do território. Algumas finalidades seriam “que se produza a maior riqueza possível, que se forneça às pessoas meios de subsistência suficientes, [...] que a população possa se multiplicar” (FOUCAULT, 1979, p. 284).

Estado, a política. A transição de uma teoria da soberania a uma arte de governar foi marcada pela dupla continuidade entre esses tipos de governo: se o governante do Estado deve saber se governar, um Estado bem governado se desdobra em famílias bem geridas e cidadãos que se comportam de modo correto. O que sustentava essa continuidade era “o governo da família, que se chama economia” (FOUCAULT, 1979, p. 281).²⁰

Ainda segundo Foucault, o que desbloqueará a arte de governo no século XVIII será a “emergência do problema da população” (ibid., p. 288). Nesse deslocamento, a família deixará a posição central na articulação entre as formas de governo, que passa a ser ocupado por um nível de grandeza analítico provido de fenômenos irreduzíveis (taxas de natalidade, mortalidade, doenças, trabalho, riqueza etc.). Nesse deslocamento, a estatística transborda o papel de instrumento de uma administração monárquica em uma economia mercantil e aparece como fator técnico decisivo, revelando as regularidades da população e suas características próprias. Habilitará, assim, o desenvolvimento da economia como uma forma de governo desvinculada do modelo familiar. A economia política se consolidará como ciência privilegiada do governo dos homens em geral. “A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para a nossa história” (ibid., p. 282). A partir de então, a família passa a ter apenas papel instrumental em campanhas (de vacinação, por exemplo) que tinham como objeto final regular uma população.

Cabe aqui lembrar a transição operada pelo empirismo inglês descrita acima, que faz surgir o sujeito de interesses. Conforme discutido anteriormente, não se trata apenas de rupturas teóricas, mas de novas técnicas para conduzir uma população em face de novas relações dos habitantes de um território.

O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. Nascimento portanto de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas (FOUCAULT, 1979, p. 289).

²⁰ Foucault lembra que no artigo “Economia política”, Rousseau aponta que o problema político da época seria como introduzir a economia na administração do Estado e Quesnay afirma que um bom governo seria um governo econômico (ibid.).

Em suma, procuramos destacar nessa ruptura entre concepções e modos de governo os elementos que terão papel central na avaliação das relações de forças atuais: as noções ampliadas do termo governo, que extrapola sua concepção apenas como administração pública; o papel da estatística, que abre um novo nível analítico e de exercício de poder; o funcionamento da economia como um princípio organizador geral das diferentes formas de governo e se torna vetor privilegiado nessa transformação.

Nova governamentalidade que nasce com os economistas mais de um século depois de outra governamentalidade [ter] aparecido no século XVII. Governamentalidade dos políticos que vai nos dar a polícia, governamentalidade dos economistas que vai, ao meu ver, nos introduzir a algumas das linhas fundamentais da governamentalidade moderna e contemporânea (FOUCAULT, 2008b, p. 468).

O Estado deixa de representar o princípio transcendente que garantiria a felicidade e o bem-estar de uma totalidade social para assumir um a espécie de papel regulador, de modo a “deixar agir os mecanismos de interesse particular, que estarão, assim, por fenômenos de acumulação e regulação, servindo a todos” (ibid. p. 466). Essa governamentalidade substitui a antiga naturalidade do Estado monárquico por uma nova forma de naturalidade, a da flutuação de preços e de estoques de bens que o conjunto de interesses particulares organizará. A partir de então, o governo estatal se sustentará na tríade “soberania – disciplina – gestão governamental” (FOUCAULT, 1979, p. 291). Por mais que aparatos administrativos e legais tenham se sustentado nessa transição, mudam tanto as relações quanto os valores que os fundamentavam. E se consolida uma forma de governo dos economistas que tem suas marcas até na atualidade.²¹

1.1.3 Os novos valores promovidos pela urbanização brasileira no século XIX

A fim de consolidar a base teórica desta pesquisa, é necessário articular o processo de governamentalização europeu descrito acima com as formas de governo do Brasil. Aqui, ainda no século XIX os “empresários rurais” tinham privilégios para alcançar postos no Senado, que

²¹ Esta passagem pela concepção foucaultiana do processo de governamentalização do Estado visa destacar elementos específicos do processo: a ascensão da ciência econômica, da estatística e, conseqüentemente, da população. A seguir, discutiremos a outra dimensão da governamentalidade, que será o prisma sob o qual avaliaremos os objetos (de modo local e limitado, apesar das inevitáveis relações com estratégias globais e administrações estatais). Por isso, apesar de sua pertinência na interpretação dos fenômenos estudados, não usaremos o conceito de biopoder neste trabalho. Para discussões recentes sobre o conceito, cf. Lemke, 2018.

detinha o poder moderador, mas não seria este o principal vetor que teria moldado as relações de poder no país (SCHWARCZ, 2019, p. 78). A chegada da corte portuguesa e a construção de um aparelho local de Estado exigiram a formação de mão-de-obra especializada, minando o poder dos senhores de engenho e impulsionando uma paulatina urbanização do país. Essa transformação na organização social faz emergir uma espécie de classe média, na qual se destacam os descendentes de senhores, entre filhos legítimos e ilegítimos, mestiços e mulatos.

O conhecimento técnico se torna elemento promotor de ascensão social e diferenciação de alguns, mas desvaloriza ainda mais o trabalho manual com a chegada das máquinas. Contra Gilberto Freyre, que teria compreendido essa modernização como um “processo inautêntico” e Raymundo Faoro, que teria argumentado que essa modernização não altera o mandonismo, ou seria “vinho novo em odres velhos” (ibid., p. 62), Jessé Souza vê aí uma transformação importante de valores, relações sociais, condutas e aspirações.

Os papéis sociais se modificam radicalmente. [...] A noção de tempo, a condução da vida cotidiana, a economia afetiva necessária para o aprendizado dos novos ofícios e profissões é completamente diferente da que imperava anteriormente. O que é tido como bonito, como bom, como legítimo de ser perseguido na vida, enfim, a configuração valorativa da sociedade como um todo (ibid., p. 72).

Dissemina-se, assim, um conjunto de valores individualistas, de diferenciação, a partir do papel do talento e da perícia individual durante a consolidação não apenas desse aparelho autônomo e expandido de governo estatal, mas também de um mercado de bens e serviços. O indivíduo passa a poder buscar condições diferentes de vida a partir de seu esforço próprio e, apesar das diversas dificuldades, multiplicam-se os mulatos em posições de destaque.²² Condição que mudaria com a migração europeia para o país. Em vez da ampla concorrência por cargos e mercados, uma hierarquia social que vincula a modernização do país à sua europeização se consolida com a valorização dos atributos morais e sociais do branco, exemplificado pelo termo “embranquecer”, que significava compartilhar desses valores (ibid., p. 74). Reorganizam-se as posições sociais e instaura-se um novo sistema valorativo e concorrencial, no qual a competência do indivíduo passa a ser promovida como vetor de ascensão social. As figuras do sujeito de

²² Não podemos deixar de mencionar que cria também o que Jessé Souza chama de “ralé brasileira”, os negros do trabalho braçal que são cada vez mais desvalorizados e passam a representar aqueles dos quais se deveria distinguir. Mais do que o patrimonialismo restrito a um aparelho estatal corrupto, a dimensão da escravidão cristalizou um estrato social sobre o qual se pode exercer o mando. Ao mesmo tempo, criou uma “classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil” (SOUZA, 2019, p. 70).

interesses parceiro do Estado e do trabalhador que ascende por talento próprio parecem-nos duas formas de um indivíduo que persegue seus objetivos.

Encerramos, assim, a primeira etapa desta tese na qual buscamos apresentar as condições de emergência do *homo oeconomicus* para além da ciência econômica, na condição de expressão das relações de poder anteriores ao empreendedor de si. Recortamos duas perspectivas complementares na pesquisa de Foucault, ao descrever o contraste entre as táticas narrativas do historicismo e contratualismo e algumas características do processo de governamentalização do Estado. Em seguida, mostramos elementos da construção de um mercado de trabalho e um trabalhador diferente na urbanização brasileira para apontar as rupturas que estabelecem novos valores, novas relações e novas percepções. Passamos agora à figura do empreendedor de si.

1.2 Empreendedorismo de si no século XX

Conforme discutimos acima, o empreendedor de si é uma forma histórica do *homo oeconomicus*. O recorte proposto não tem o objetivo de traçar uma história exaustiva do conceito de empreendedorismo na administração ou aprofundar as discussões sobre seu lugar no processo de desenvolvimento das relações de trabalho.²³ Seguimos Rose e Miller ao investigar a produção de valores e subjetividade na atividade de trabalho para além dos mecanismos de produção de valor econômico. Segundo os autores, os “[i]ndivíduos foram incentivados a descobrir quem eles são não apenas nos domínios da sexualidade e da família, mas no chão de fábrica, na bancada de trabalho, na linha de produção [...] e em outros domínios análogos” (MILLER; ROSE, 2008, p. 174).²⁴ Entendemos que a atividade de trabalho é um objeto privilegiado ao evidenciar também o vetor econômico desses dispositivos de assujeitamento. Pretendemos, assim, articular as mudanças em concepções, relações e condições de trabalho com as formas de assujeitamento que se consolidaram e atuaram para que emergisse algo como um sujeito empreendedor que transborda a atividade profissional ao assumir a tarefa de constituição de si nos moldes

²³ Para discussões sobre essas dimensões do termo, cf. SALGADO, 2016; MARTES, 2010; LORENZI, 2014.

²⁴ Tradução nossa. No original, “Individuals have been encouraged to discover who they are not only in the domains of sexuality and the family, but on the shop floor, at the work bench, on the production line, in a manufacturing cell and in other analogous domains”.

empresariais.²⁵ Para introduzir esse deslocamento, escolhemos três rupturas significativas ocorridas nas primeiras décadas do século passado, na concepção do empreendedor, do liberalismo e do trabalhador. Elas mostram como se abrem novos campos de intervenção importantes para a perspectiva que seguimos, ligados à dimensão subjetiva deste indivíduo.

1.2.1 Outro empreendedor, outro liberalismo, outro trabalhador

A primeira ruptura a ser apresentada é aquela sofrida pela figura do empreendedor, Ilustrada pela abordagem de Schumpeter no início do século XX. Configura-se inicialmente como uma reação ao domínio da grande indústria pós-Revolução Industrial e dá novo sentido ao termo. Ele afasta o empreendedor dos indivíduos sem renda certa cuja vida é moldada pelo cálculo de riscos, mas também o diferencia dos empresários e industriais que administram seus negócios e organizam a produção. O empreendedor schumpeteriano seria apenas o indivíduo que produz inovação, ou seja, aquele que transforma e provoca rupturas no setor em que atua, seja pela criação de novos produtos, abertura de novos mercados, obtenção de novas matérias-primas ou quebra de monopólios. Mais significativamente, o termo empreendedor deixa de designar um indivíduo e passa a definir uma função temporária, uma atividade. Isso o afasta do capitalista, pois não se refere mais a uma classe ou uma condição hereditária (MARTES, 2010).

Schumpeter afasta as motivações do empreendedor da perspectiva do homem econômico clássico. Alega que a dimensão psíquica tem pouca ou nenhuma influência na teoria econômica neoclássica do fluxo circular de renda²⁶, em que toda ação econômica visa à satisfação de necessidades e a conduta racional não é vinculada necessariamente a motivações racionais. Ou seja, a motivação seria sempre vinculada à satisfação de necessidades em um sistema que

²⁵ Recorremos também à regra do duplo condicionamento, na qual os focos locais – dispositivos de assujeitamento – sempre estão inseridos em estratégias globais (que compreendemos serem mais que apenas econômicas), e estas últimas não funcionam sem os primeiros, que compõem o nível de análise escolhido para esta pesquisa a fim de compreender de que formas o empreendedor de si não apenas vem à existência, mas quais modos de governo, vida e sociedade ele expressa (FOUCAULT, 2001, p. 110). Entendemos que a produtividade das relações de poder se mostra de maneira mais clara nesse nível analítico. Processo no qual “cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

²⁶ Na qual bens e serviços, de um lado, e dinheiro, de outro, transitam em direções opostas em um circuito fechado, cujos representantes seriam Pareto e Barone.

funciona a partir do equilíbrio de fluxos.²⁷ Assim, a ação do empresário é eminentemente econômica, mesmo que suas necessidades e seus desejos tenham sido moldados socialmente – e aparecem sob a forma de deveres. Portanto, “não é mera coincidência que o período de ascensão da figura do empresário também tenha dado origem ao Utilitarismo” (SCHUMPETER, 1997, p. 97). Schumpeter quer evitar o achatamento de todos os impulsos e motivações à forma da necessidade (inclusive aqueles hedonistas como a autogratificação). Argumenta que estes empresários não cessam sua atividade com uma eventual satisfação²⁸, mas apenas quando não têm mais forças ou quando se deparam com uma tarefa que parece exceder suas capacidades. “Isso não parece confirmar a imagem do homem econômico, confrontando os resultados prováveis com a desutilidade do esforço e alcançando em tempo hábil um ponto de equilíbrio além do qual ele não está disposto a ir” (ibid., p. 98).

Se esse empresário ou empreendedor não agiria de acordo com a utilidade, o que move sua ação? Schumpeter lista diversas motivações, que começam com a curiosa constatação de que “[a]ntes de tudo, há o sonho e o desejo de fundar um reino privado e comumente, mas não necessariamente, também uma dinastia”. Ainda segundo o autor, “o que pode ser alcançado pelo sucesso industrial ou comercial ainda é, para o homem moderno, a melhor maneira possível de se aproximar da nobreza medieval” (ibid.). As razões para almejar a construção de tal reino vão da ambição ao esnobismo. Também há o desejo de conquistar, provar-se superior aos outros, onde Schumpeter faz uma analogia entre a competição empresarial e o esporte, afastando ainda mais as motivações desse empreendedor daquelas de um mero humano racional a fim de satisfazer necessidades.

Nesse aspecto, a ação econômica torna-se afim do esporte – há competições financeiras, ou melhor, lutas de boxe. O resultado financeiro é uma consideração secundária, [...] avaliada principalmente como índice de sucesso e sinal de vitória, cuja exibição mui frequentemente é mais importante como fator de altos gastos do que o desejo dos bens de consumo em si mesmos (ibid., p. 98-9).²⁹

²⁷ Schumpeter desenvolve o papel da satisfação de necessidades da seguinte forma: “Em todos os casos, o significado da ação econômica é a satisfação de necessidades no sentido de que não haveria nenhuma ação econômica se não houvesse nenhuma necessidade. No caso do fluxo circular, podemos também pensar na satisfação das necessidades como o *motivo* normal” (SCHUMPETER, 1997, p. 97, grifo do autor).

²⁸ Aqui, faz referência à lei de Gossen, ou lei da utilidade marginal, segundo a qual a quantidade de um determinado gozo diminui à medida em que ele progride, ou seja, que um mesmo comportamento proporcionaria cada vez menos satisfação adicional até que o indivíduo atinja a satisfação.

²⁹ Acreditamos ser possível aproximar esse comportamento de uma economia do dom, na qual a doação e o dispêndio têm função distintiva, garantem prestígio àquele que sacrifica o que possui a fim de demonstrar que possui força suficiente para reconquistar ou substituir aquilo de que se desfez, além de criar obrigações (MAUSS, 2002).

Por fim, Schumpeter lista a alegria de criar, com a ressalva de que seria uma motivação praticamente universal, mas no caso dos empreendedores se mostra um “fator independente de comportamento” (ibid., p. 99). Apesar de não se tratar de um indivíduo apartado da sociedade e de suas instituições (contra as quais muitas vezes se chocará), na perspectiva de Schumpeter,

o tipo social a que se chama empreendedor é portador de um quadro cognitivo diferenciado e sofre resistência de um conjunto de instituições (cultura, hábito e tradição), apesar de também contar com o apoio imprescindível de outras tantas instituições (MARTES, 2010).

A partir do conjunto de motivações que vão desde a ambição até a ânsia de superioridade que pode levar a mais gastos do que ganhos financeiros, temos uma distinção. Nem todos são empreendedores e, mais por motivação do próprio indivíduo do que por barreiras de classe ou hereditariedade, nem todos podem sê-lo. O empreendedor é representado como este tipo social diferente do empreendedor dos séculos anteriores. Não é o mesmo homem de projetos que calcula, nem o parceiro míope do Estado que move a economia. Tampouco é o grande empresário, comerciante ou industrial que apenas gerencia seus negócios a fim de manter margens de lucro. Mas de certa forma, também busca seus interesses individuais. No entanto, agora é aquele que cria, que produz inovações. Assim procuramos retratar brevemente esta ruptura que será um contraponto importante na definição do empreendedor de si que emerge décadas mais tarde. Se o início do século XX envolveu esta nova acepção do empreendedor, mudanças tão ou mais significativas ocorreram em relação ao liberalismo, ou à face conceitual dessa estratégia de governamentalidade econômica de que tratamos anteriormente.

De modo esquemático, pode-se dizer que o liberalismo clássico começou a entrar em crise já no fim do século XIX, quando a noção dos sujeitos de interesses dos quais emergiria o bem comum não encontrava sustentação no capitalismo das grandes indústrias cujo controle era exercido por uma oligarquia que dominava setores-chave como petróleo, ferrovias e bancos. Também nesta época, o spencerismo traz para a economia uma espécie de darwinismo social que distorce a ideia da concorrência como “condição para o bom funcionamento das trocas no mercado; ela é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53), inaugurando uma concepção fundamentalmente concorrencial das relações sociais. Ainda prevalecia na ciência econômica a perspectiva de que o Estado tinha um papel legítimo de organização da sociedade. As crises que sucederam a 1ª. Guerra Mundial e o *New Deal* contribuíram para a consolidação de um novo liberalismo que

rejeitava o *laissez-faire* e advogava pelo controle governamental do capitalismo. Um dos expoentes da época foi Keynes, que acusava o *laissez-faire* de ser um dogma relativamente descolado da realidade da economia e propunha um liberalismo no qual o Estado teria não apenas função de regular as trocas livres, mas também de redistribuir a riqueza gerada (ibid., p. 59-60).³⁰

No entanto, outra linha revisionista e contrária ao novo liberalismo de Keynes surgiu a partir do Colóquio Walter Lippmann, em 1938, dando início ao que se denomina neoliberalismo, segundo Dardot & Laval (ibid. p., 71). Esta “internacional neoliberal” buscava refundar a doutrina liberal, e ainda que houvesse divergências entre seus participantes, inaugurou uma investida contra o intervencionismo do Estado e o coletivismo (à época, relacionados aos totalitarismos que ganhavam força na Europa). Essa corrente se afastou do que considerava uma tendência conservadora do liberalismo clássico, baseada em uma ordem econômica nos moldes de uma lei natural que impedia adaptações em um sistema capitalista intrinsecamente mutável. A característica dessa doutrina que nos interessa é a defesa de uma intervenção estatal de caráter peculiar, com um objeto inédito para o governo: abaixo do nível da população, detém-se na vida individual em todas as suas dimensões, a fim de adaptar esses indivíduos à sociabilidade concorrencial.

O neoliberalismo repousa sobre a dupla constatação de que o capitalismo inaugurou um período de revolução permanente na ordem econômica, mas que os homens não se adaptam espontaneamente a essa ordem de mercado cambiante, porque se formaram num mundo diferente. Essa é a justificação de uma política que deve visar à *vida individual e social como um todo*, como dirão os ordoliberais alemães depois de Lippmann. Essa política de adaptação da ordem social à divisão do trabalho é uma tarefa imensa, diz ele, que consiste em “dar à humanidade um novo tipo de vida” (ibid., p. 90, grifo do autores).

A intervenção na vida individual seria realizada especialmente por meio da educação.³¹ Seu papel seria instrumental, de adaptação dos indivíduos à sociedade capitalista. Além disso, há preocupação com um novo nomadismo que pudesse resultar da mobilidade econômica e não seria benéfico para a construção de relações sociais.³² Os ordoliberais promoviam uma sociedade de

³⁰ Dardot e Laval (ibid., p. 58) apontam que “Keynes se tornará mais tarde o alvo preferido dos neoliberais, [mas] não devemos nos esquecer de que keynesianismo e neoliberalismo compartilharam as mesmas preocupações durante algum tempo: como salvar o próprio liberalismo o que é possível do sistema capitalista?”.

³¹ Mas também pela eugenia (ibid., p. 91).

³² No curso de 1972-3, Foucault menciona as táticas de controle da população em relação a esse nomadismo no século XIX, que é uma das formas do que chama “ilegalismo da dissipação”. Erigiu-se um aparato de “penalização da existência”, na forma de cadernetas de trabalho, onde os empregadores discriminavam suas sucessivas ocupações, e de poupança. Os indivíduos que não tivessem uma das cadernetas e fossem pegos pela polícia seriam presos por vagabundagem (FOUCAULT, 2015, p. 175-8).

molde empresarial ao mesmo tempo em que se preocupavam com a forma moral desta sociedade, propondo que o princípio da concorrência, reconhecidamente desagregador, fosse remediado por uma política que garantisse a cooperação entre os indivíduos e seu enraizamento social (FOUCAULT, 2008a, p. 332).

Buscamos aqui identificar o surgimento dessa abordagem do governo sob o prisma econômico que é ao mesmo tempo uma ruptura com o liberalismo clássico e uma transformação inédita no que se refere à ação governamental, agora direcionada à criação das condições individuais de vida que promovam uma subjetividade adaptada a essa concorrência ubíqua que permeia a sociedade. Agora, passaremos à apresentação de uma nova interpelação do indivíduo no trabalho, o indivíduo comum sobre o qual novas técnicas e novos saberes se consolidaram.

A higiene mental e os movimentos de relações humanas constituem novidades significativas no ambiente de trabalho na primeira metade do século passado. A concepção de higiene mental no trabalho foi resultado de um movimento que promoveu a criação de institutos de psicologia aplicada na década de 1920 para desenvolver pesquisas sobre problemas como a fadiga, acidentes e desperdício de tempo no trabalho, em uma nova forma de tratar o indivíduo produtivo. O trabalho passa a ser tratado institucionalmente como o resultado de um processo, composto não só pela força física ou a capacidade de raciocínio, mas também pelo modo como o indivíduo vive e se relaciona consigo e com os outros (ROSE; MILLER, 2008, p. 176). Esses programas desdobram uma nova dimensão do indivíduo que trabalha. A partir de então, “a subjetividade do trabalhador foi aberta ao conhecimento e à regulação em termos de duas noções que eram centrais para o pensamento psicológico e a estratégia no período posterior à 1ª. Guerra Mundial: diferenças individuais e higiene mental” (ROSE, 1999, p. 67).³³ A atenção às características individuais tornou a subjetividade um fator relevante para a produtividade e lucratividade das empresas.³⁴ Não se tratava mais de mera quantidade de força de trabalho físico ou intelectual, mas de trabalhadores que tinham instintos formados na infância e, portanto, características únicas cuja análise permitiria adequar indivíduos e cargos de acordo com seus temperamentos. Em vez de planos genéricos de produção, as relações no local de trabalho deveriam ser conduzidas a partir das características dos trabalhadores que eram agora

³³ Tradução nossa. No original, “The subjectivity of the worker was to be opened to knowledge and regulation in terms of two notions which were central to psychological thought and strategy in the period after World War I: individual differences and mental hygiene”.

³⁴ Uma das personagens desse aparato era o trabalhador desajustado, a quem faltaria autoconfiança, que seria assustado por autoridades, ansioso e teria problemas no trato com as pessoas (ROSE, 1990, p. 69).

individualizados. “A subjetividade do trabalhador emergiu, então, como um território complexo a ser explorado, entendido e regulado” (ibid., p. 56).³⁵

Muito além de uma concepção teórica, essa nova dimensão do trabalhador envolveu a mobilização de um aparato de recursos humanos com funcionários formados em psicologia e áreas afins para desenvolver processos de seleção de candidatos a emprego, avaliação de desempenho e distribuição de promoções. Na base dessas mudanças estavam as recém-criadas disciplinas que lhes garantiam caráter científico, entre elas a psicologia ocupacional, o aconselhamento vocacional, a ergonomia e a engenharia humana. Esse aparato sofreu críticas de sociólogos e estudiosos do trabalho e do capitalismo, que identificavam transformações superficiais impostas sobre uma estrutura de hierarquia e exploração. Mas Rose e Miller (op. cit.) consideram enganoso considerar o taylorismo uma resposta natural tanto às necessidades da organização empresarial das fábricas quanto à necessidade capitalista do controle sobre os trabalhadores. Se os princípios da administração científica certamente se relacionavam com outros elementos políticos e socioeconômicos da época, também promoveram mudanças profundas nas relações interpessoais nas fábricas.

De acordo com os autores, o taylorismo se consolidou “construindo normas e padrões que conferiam visibilidade a aspectos anteriormente obscuros e insignificantes das atividades das pessoas, calibrando e governando as minúcias da existência de acordo com essas normas” (ibid., p. 59).³⁶ Fazia parte de um movimento disciplinar que operava sobre características individuais e promovia novas formas de conhecimento sobre elas pela prática do exame. Portanto, uma série de intervenções que não apenas buscavam aumentar a eficiência dos trabalhadores, mas também produziam valores e moldavam formas de agir. Deste processo, interessa-nos que a dimensão subjetiva do trabalhador tenha sido aberta para os dispositivos de assujeitamento e que um novo tipo de relação tenha se estabelecido no ambiente de trabalho. O indivíduo oferece mais do que apenas sua habilidade motora ou intelectual ao empregador. Sua vida pessoal e sua conduta também passam a ser objeto de análise.

Nesta seção, procuramos mostrar brevemente um conjunto de deslocamentos que envolveram as figuras do empreendedor, do trabalhador e novas concepções sobre o liberalismo,

³⁵ Tradução nossa. No original, “The subjectivity of the worker has thus emerged as a complex territory to be explored, understood, and regulated”.

³⁶ Tradução nossa. No original, “it did this by constructing norms and standards that accorded a visibility to previously obscure and unimportant aspects of the activities of persons, and by calibrating and governing these minutiae of existence in accordance with these norms”.

ocorridos na primeira metade do século passado. O fio que os aproxima é o foco no indivíduo, nas condutas de cada um, na subjetividade. Assim, avançamos no argumento central deste capítulo, de que os desdobramentos do *homo oeconomicus*, anterior à forma empreendedor de si, ocorrem a partir de rupturas nos modos de conceber e governar os indivíduos. Neste caso, em uma transição que privilegia aspirações e comportamentos pessoais e abre caminho para explorarmos a dimensão mais local (ou nível micro) da governamentalidade, que é o governo de condutas. Este será o objetivo da próxima seção.

1.2.2 O humano é uma forma de capital, resta ao sujeito empreender a si mesmo

Em 1959, Theodore Schulz apresentou conferência na Universidade de Chicago defendendo que os habitantes pudessem ser considerados riquezas de uma nação, contra a linha de pensamento inaugurada por John Stuart Mill, para a quem a riqueza deveria servir aos homens. Schulz revisou sua teoria no início dos anos 1960 com o objetivo de diferenciar as despesas pessoais (ou o consumo que satisfaz preferências do indivíduo) dos investimentos em si próprio (que resultavam no aumento de suas capacidades). Nos anos 1970, faz uma distinção adicional entre consumo presente e consumo futuro e passa a considerar este último também um investimento. Assim, atribui aos investimentos o sentido positivo e o lugar que antes era ocupado pela poupança na ética protestante. O adiamento dos prazeres que comporia a ética protestante seria complementado pela revalorização do presente como tempo de investimento em si, de modo que o indivíduo não apenas refinasse sua capacidade de consumo futuro, mas principalmente que se mantivesse capacitado para um mercado de trabalho cujas demandas não cessavam de aumentar (LÓPEZ-RUIZ, 2009). O humano passa então a ser explicitamente considerado uma forma de capital, objeto de uma espécie de acumulação que não é apenas recusa de consumo presente, mas investimento a fim de que produzam retornos financeiros ou mesmo pessoais, até mesmo pelo refinamento do gosto de consumo.

Segundo Foucault (2008a), o investimento no indivíduo como em uma empresa se liga ao problema da baixa tendencial da taxa de lucro.³⁷ Essa busca por inovação coloca novo problema ao investimento governamental, pois o simples aumento da capacidade produtiva, em máquinas e

³⁷ Que para Schumpeter seria resolvido pela inovação produzida pelo empreendedor, contra a hipótese de Rosa Luxemburgo de que teria sido resolvido pelo imperialismo e pela dominação.

infraestrutura, não é suficiente para gerar invenções. Isso teria levado a toda uma reorganização de políticas públicas (sociais, culturais e educacionais), especialmente nos países desenvolvidos. Assim, a teoria do capital humano aparece como muito mais do que uma forma de interpretação do indivíduo e de seus padrões de consumo. Influenciou políticas públicas e relações interpessoais. A educação individual é o exemplo privilegiado desta forma de consumo-investimento que se desdobra em novas formas de relação, transborda o ambiente de trabalho e afeta o indivíduo na relação consigo. Outro exemplo desse escopo expandido para o investimento é a constatação de que o tempo que os pais passam com os filhos, assim como seus níveis culturais, influenciarão a formação do capital humano das crianças (ibid., p. 315-6). Deste modo, parece-nos ter sido inaugurada não apenas uma nova concepção do humano e de seu desenvolvimento na sociedade, mas uma forma inédita de relações entre governo e população e do indivíduo consigo mesmo.

Esta forma ganha nova força com Gary Becker, economista norte-americano que defendeu a possibilidade de analisar o comportamento humano, mesmo o não-racional, com conceitos da microeconomia. Agora, o humano econômico seria aquele para quem nem mesmo as condutas não-rationais são aleatórias, pois visariam otimizar a alocação de recursos escassos para finalidades quaisquer. A unidade-empresa que compõe a sociedade na forma de capital humano deve se conduzir de modo a obter o ganho ótimo a partir do investimento que faz em si, e age desta forma mesmo involuntariamente. Em um duplo movimento, não apenas seus atos se tornam passíveis de análise econômica, mas a economia se consolida como a ciência privilegiada para dar conta da realidade. Ou, como Foucault apontara anteriormente, a economia se consolida como uma grade de inteligibilidade que se bifurca em duas frentes. Primeiro, exerce crítica permanente ao governo, submetendo seus programas ao cálculo da relação custo-benefício – um dos efeitos mais importantes dessa ramificação é uma espécie de microgerenciamento do Estado pelos ditames da economia.³⁸ Segundo, funciona de base para que as questões sociais sejam avaliadas do ponto de vista individual, e não mais sistêmico.

³⁸ Curiosamente, as ONGs também são submetidas a esse microgerenciamento austero. O ativista Dan Pallota apresenta no TED uma crítica a esse pensamento que, segundo ele, engessa as iniciativas de organizações sem fins lucrativos e não é aplicado da mesma forma às empresas com fins lucrativos, que muitas vezes têm prejuízos em investimentos de risco. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/dan_pallotta_the_way_we_think_about_charity_is_dead_wrong?language=pt>. Acesso em 18/02/2020.

Nesse estágio de sua metamorfose, o *homo oeconomicus* é assujeitado em um dispositivo que primeiro opera a avaliação de condutas racionais pela análise econômica, ou parte da “identificação do objeto da análise econômica a toda conduta, qualquer que seja, que implique, claro, uma alocação ótima de recursos raros a fins alternativos” (ibid., p. 366). Em seguida, passa a dar conta de outros aspectos da vida, quando a análise econômica reivindica sua aplicação mesmo a condutas não-rationais, que “não têm absolutamente em vista [...] otimizar a alocação dos recursos raros para um fim determinado” ou, de forma ainda mais significativa, reivindica eficácia “se a conduta de um indivíduo corresponder à cláusula de que a reação dessa conduta não é aleatória em relação ao real” (ibid., p. 367).

Identificado por Foucault à psicologia comportamental de Skinner, o estatuto deste indivíduo sofre uma reviravolta. Agora, constitui-se como aquele “eminente governável [...], o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio” (ibid., p. 369). Pois quem responde racional e sistematicamente ao meio natural responderá da mesma forma a elementos artificiais introduzidos neste meio. Segundo Foucault, no momento em que a liberdade de escolha é traduzida no poder escolher qualquer coisa de forma indiferenciada, suas forças estariam docilizadas. Pode-se sugerir que seja uma forma moderna de estultícia.³⁹

Seguindo o fio iniciado no subcapítulo anterior, trataremos dessas mudanças nas relações e nas formas de vida a partir de transformações ocorridas na atividade de trabalho, ou no indivíduo que trabalha.

³⁹ As pesquisas de Foucault subsequentes aos cursos citados nesta tese dão margem à aproximação de certas características do *homo oeconomicus* e do personagem romano denominado *stultus*, mas seria prematuro sugerir articulações sem pesquisa dedicada especificamente ao tema. Podemos apenas apontar algumas características deste personagem. No curso de 1981-2, Foucault menciona Sêneca, para quem esse estado era “patológico”, “mórbido”, “do qual se deve sair” (FOUCAULT, 2006, p. 161). O que tornaria esse estado tão ruim para o indivíduo, “o pior estado em que se pode estar”, seria a total abertura do *stultus* ao mundo e ao tempo. O *stultus* deixa as representações do mundo exterior se misturarem com o seu espírito (paixões, desejos, hábitos de pensamento) sem conseguir fazer a discriminação entre eles, sem ser capaz de separar os elementos externos dos elementos subjetivos; adicionalmente, está disperso no tempo, “deixa a vida correr”, não dirige sua atenção e não cultiva uma memória do que deve ser lembrado (ibid., p. 162). O resultado de uma vida vivida assim, sem cuidado consigo, é que o indivíduo não será capaz de querer corretamente. Ou seja, “a vontade do *stultus* é uma vontade que não é livre. É uma vontade que não quer sempre” (ibid., p. 163). Não é livre porque é determinada de fora, ou melhor, determinada por uma mistura na qual o indivíduo é incapaz de saber o que conduz sua vontade. E, segundo Foucault, o resultado de tal estado é querer coisas que podem ser divergentes. Por exemplo, “ele quer a glória e, ao mesmo tempo, lastima por não levar uma vida tranquila, prazerosa” (ibid., p. 163-4). O objetivo dessa breve menção ao *stultus* visa, em primeiro lugar, indicar a importância do processo de subjetivação nesta abordagem produtiva do poder e, assim, evitar cair em uma totalização dos dispositivos de assujeitamento. Além disso, apontar mais um exemplo da ficção do homem racional atomizado que serve ainda hoje para operar um descolamento entre indivíduo e meio, de modo a promover a responsabilização individual por condições inerentes às formas sociais contemporâneas.

De largada, as condições do trabalho na sociedade mudam quando este liberalismo voltado para a conduta individual rompe com as análises sistêmicas. Agora,

os neoliberais, retomando o problema do trabalho, procuravam não mais pensar do ponto de vista do capital ou do ponto de vista da mecânica e do processo econômico, mas sim do ponto de vista de quem toma a decisão de trabalhar. Passam [...] para o lado do sujeito individual, mas, passando para o lado do sujeito individual, nem por isso derramam nele um saber psicológico, um conteúdo antropológico, assim como, ao falar do trabalho do ponto de vista do trabalhador, não faziam uma antropologia do trabalho (FOUCAULT, 2008, p. 345).

Mais do que condições psicológicas, sociológicas ou mesmo macroeconômicas, a decisão e o cálculo individuais passam a ser as chaves de interpretação das condições sob as quais o indivíduo escolhe trabalhar. O trabalhador isolado de quaisquer condicionantes externos (familiar, financeiro, psicológico) ou coletivos (taxa de desemprego, renda disponível da população, ou “aquecimento da demanda” etc.) decide se trabalhará ou não, ou em qual cargo trabalhará. Dardot e Laval (op. cit., p. 209) identificam também uma virada na crítica social entre as décadas de 1970 e 1980, quando problemas como desemprego, desigualdade e inflação, antes relacionados ao capitalismo, passam a ser vistos como problemas causados pelo Estado. Modo de avaliação segundo o qual cada indivíduo pode escolher ou querer qualquer coisa, indiferenciadamente, sem que para isso atuem vetores coletivos, históricos ou psicológicos. Portanto, sua condição pode ser explicada *a posteriori* apenas pelas decisões que tomou no passado, em uma forma de responsabilização peculiar.

No momento, a transformação que mais nos interessa diz respeito a esse modo de gerenciamento da própria vida e da vida familiar nos moldes de uma forma de capital, articulado à conduta individual que é destacada de coletividades e movida pelas respostas às variáveis do meio. Cabe aqui lembrarmos que o comportamento aparentemente desvinculado de quaisquer elementos coletivos e subjetivos na sociedade do capital humano se constrói parcialmente a partir do investimento de que se desfrutou na infância e juventude, mas torna-se uma constante na construção de uma vida empresarial. Esse investimento se liga à configuração empresarial que se dissemina a partir dos anos 1960, quando houve “a passagem de uma burguesia patrimonial centrada na empresa pessoal para uma burguesia de dirigentes assalariados, portadores de diploma superior e integrados a grandes administrações públicas ou privadas” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 96). A competição social passa de uma distinção entre patrões e empregados para um quadro administrativo que inclui os executivos em grandes empresas e

multinacionais. Especialmente nas camadas médias da população, a aspiração ao cargo de executivo implica a produção de uma série de competências e comportamentos emblemáticos dessa etapa da metamorfose do humano econômico.

Tratando da configuração de classes sociais do Brasil para além da mera diferença de renda, Jessé Souza (2019, p. 178) descreve o processo de distinção social dos trabalhadores qualificados como um misto de meritocracia e superioridade moral. Enquanto as classes altas se distinguem pelo capital financeiro que tentam transformar em bom gosto, os estratos médios, dos indivíduos portadores de conhecimento útil e formação cultural, tentam se distinguir primeiro por uma superioridade moral e em seguida, pelo mérito. Souza entende essa autoimagem imaculada como uma espécie de relação de ressentimento de quem, nem se quisesse, teria poder econômico para ser instado a participar de negociações ou grandes esquemas de corrupção. Por outro lado, como aquele investimento em educação e formação cultural envolve necessariamente uma contraparte do indivíduo – que deve estudar, viajar, visitar museus e consumir produtos culturais diversos –, torna-se um privilégio vivenciado como se fosse mérito. Um investimento que é incorporado na conduta desses indivíduos, para o autor, como diferentes formas de capital.

O capital cultural, ao contrário do capital econômico, precisa ser incorporado, ou seja, tornado corpo, reflexo automático, para produzir efeito. Ele representa um conjunto de predisposições para a ação que assimilamos na família e na escola e que nos definem, em grande medida, enquanto indivíduos. Geralmente não temos distanciamento reflexivo em relação àquilo que o capital cultural que incorporamos faz de nós, do mesmo modo que não temos distanciamento reflexivo em relação àquilo que somos (SOUZA, 2019, p. 183).

Portanto, pode-se assumir que o indivíduo que resulta do investimento em si muitas vezes permanece alheio a essa forma de governo e produção de comportamento de que é expressão.

Nas empresas, este indivíduo assumiu a forma de recurso humano. Mais do que o acolhimento do funcionário pela empresa, tratava-se de promover programas capazes de desbloquear competências que poderiam garantir mais produtividade, criatividade ou, em suma, mais receitas para a empresa.⁴⁰ O executivo que se devota pessoalmente à produção de riqueza é

⁴⁰ López-Ruiz (2004, p. 285) faz um breve histórico do aparecimento desta concepção do funcionário. “A expressão ‘recursos humanos’ aplicada à gestão das pessoas que trabalham nas organizações parece ter sido utilizada pela primeira vez em 1965. Naquele ano, Raymond Miles, no Harvard Business Review, levantava a pergunta: ‘relações humanas ou recursos humanos?’ Na verdade, no seu artigo criticava o modelo das relações humanas – surgido nos anos 1920 com a pretensão de superar as formas autocráticas da administração clássica – por, através de uma melhoria no tratamento dado aos empregados, não fazer muito mais do que melhorar a moral no trabalho para reduzir assim a resistência à autoridade formal, sem, porém, que isso significasse que as opiniões dos subordinados fossem realmente consideradas. Ele propõe, então, um novo modelo concentrado nos valores e habilidades das pessoas,

o modelo de conduta a ser perseguido (LÓPEZ-RUIZ, 2004). De um modo que lembra o governo do sujeito de interesses em uma nova articulação, suas forças não devem ser cerceadas, mas estimuladas, ao mesmo tempo em que são domadas, ou conduzidas para o fim do investimento em capacidades produtivas. O trabalho passa a ser tratado como um fim em si próprio, na medida em que o indivíduo que nele se engaja desenvolve habilidades pessoais na atividade que exerce. Nessa lógica, o funcionário se realizaria ao realizar o objetivo da empresa.

Não existe mais uma antítese entre as motivações do indivíduo e da organização. O cidadão, no trabalho tanto quanto fora dele, está envolvido em um projeto para moldar sua vida como um indivíduo autônomo impulsionado pela autorrealização. Indivíduos se produzem no trabalho; a cultura organizacional deve ser reformulada em nome de uma nova imagem psicológica do humano (ROSE, 1999, p. 116).⁴¹

Neste amálgama entre vida pessoal e profissional, o cidadão-consumidor da democracia liberal dotado de escolhas era também o trabalhador que deveria decidir, igualmente de forma autônoma, quais caminhos profissionais seguir a fim de construir sua vida. E o gerenciamento desses recursos humanos, além de buscar extrair eventuais potenciais de inovação e produtividade, respondia às demandas dos indivíduos estimulando e cultivando a “capacidade de ter um comportamento responsável, autodirigido e autocontrolado” (LÓPEZ-RUIZ, 2004, p. 285). Nos anos 1970, o gerenciamento da excelência no trabalho se articulou com a imagem do cidadão-consumidor, que enfatiza a liberdade de escolha do indivíduo e a leva para o ambiente de trabalho na forma de um trabalhador que busca sentido para a vida e realização pessoal em sua atividade profissional (MILLER; ROSE, 2008, p. 103). Assim, a atividade de trabalho produz o indivíduo, ou o indivíduo se produz também na atividade de trabalho e das relações que estabelece por meio dela. A ânsia por autonomia leva a uma reorganização que evidenciará a dimensão do conceito de governamentalidade que propomos seguir nesta tese, a condução de condutas.

Nas empresas enxutas e flexíveis dos anos 1990, nas quais as hierarquias médias de gerenciamento eram vistas como custosas e excessivas, adotam-se modelos mais horizontalizados e em rede. Neles, os indivíduos têm mais autonomia, mas precisam seguir diretrizes mais amplas

modelo que centra suas atenções em todos os membros da organização como reservatório de recursos ainda não explorados”.

⁴¹ Tradução nossa. No original, “No longer is there to be an antithesis between the motives of the individual and those of the organization. The citizen, at work as much as outside it, is engaged in a project to shape his or her life as an autonomous individual driven by motives of self-fulfillment. Individuals produce themselves in work; the organizational culture is to be reshaped in the name of a new psychological image of man”.

das estratégias da empresa. É um jogo complexo em que todos devem ser excepcionais, por mais paradoxal que soe. A empresa ganha função decisiva na produção dessa “nova gestão empresarial [...] povoada de seres excepcionais” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 104). A ruptura de cadeias de comando rígidas em benefício de uma autonomia reivindicada por trabalhadores cada vez mais especializados não se deu sem problemas. Na medida em que é necessário ordenar a produção, os vetores de condução das iniciativas individuais passam a ser, primeiro, os objetivos (a avaliação de desempenho, que podemos aproximar aos moldes disciplinares do exame), e depois, o sentido, no que se denomina a “visão da empresa”.⁴² Nesta configuração,

é preciso orientar todos esses seres *autogeridos* e criativos, nos quais se baseia agora o desempenho, numa direção ditada apenas por alguns, mas sem voltar aos “chefes hierárquicos” de antigamente. E então que entram em cena os *líderes* e suas *visões*. A visão tem as mesmas virtudes do espírito do capitalismo, pois ela garante o engajamento dos trabalhadores sem recorrer à força, mas dando sentido ao trabalho de cada um.

Graças a esse *sentido* compartilhado, ao qual todos aderem, cada um sabe aquilo que deve fazer sem que ninguém precise mandar. Imprime-se com firmeza uma direção, sem ser preciso recorrer a ordens, e o pessoal pode continuar a autogerir-se. Nada lhe é imposto, pois ele adere ao projeto. O ponto fundamental desse dispositivo é o *líder*, precisamente aquele que sabe ter uma *visão*, transmiti-la e obter adesão dos outros (ibid., p. 104-5, grifos dos autores).

O chefe das multinacionais que havia tomado o lugar do patrão ou dono da pequena empresa é agora substituído pelo líder. As ordens se transformam em visões estratégicas e objetivos que cada um, munido de sua autonomia, deve seguir e atingir. É uma adesão não apenas voluntária, mas também engajada, à missão da empresa. Essa liderança do sujeito que se engaja no trabalho a fim de tornar-se algo ou alguém, ou crescer junto com a empresa, atua como uma forma de condução, mais do que de coerção ou limitação. Nesse sistema de autonomia-avaliação no qual cada um pode se gerir, mas deve entregar à organização um resultado que muitas vezes escapa ao seu controle, o sujeito se constitui em um ambiente puramente concorrencial e no qual as relações devem ser produtivas. Dardot e Laval consideram que esse sujeito desenvolverá relações instrumentais com os outros e trabalhará incessantemente na tarefa de melhorar seu próprio desempenho.

Enquanto as novas tecnologias orientadas para a produção da “empresa de si mesmo” pareciam responder a uma aspiração dos assalariados a mais autonomia

⁴² A visão da empresa compõe um grupo de conceitos criados para auxiliar a administração de negócios. É uma espécie de aspiração da empresa e se junta à missão (o objetivo da empresa) e os valores (as balizas que direcionam a atuação da empresa). Cf. <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/ME_Missao-Visao-Valores.PDF>. Acesso em 10/11/2019.

no trabalho, a tecnologia avaliativa aumenta a dependência em relação à “cadeia administrativa”. Obrigado a realizar “seu” objetivo, o sujeito da avaliação é igualmente constrangido a impor ao outro (subordinado, cliente, paciente ou aluno) as prioridades da empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 351-3).

Dispositivo produtor de desempenho, de intensificação da produtividade, que altera as relações consigo mesmo e com os outros nesta sociabilidade que se constitui sob a chave da concorrência.⁴³ Reforçamos que uma das peculiaridades mais importantes desse modo de governo que convence o indivíduo de que está sozinho para assumir riscos e suportar fracassos é o fato de “suscitar essa força da vontade, estimulá-la, privilegiá-la e, ao mesmo tempo, domá-la” (SANTOS *apud* GADELHA COSTA, 2009, p. 180). Não se trata de um modo de assujeitamento no qual o indivíduo assume caráter passivo. Ao contrário, deve ser o mais ativo possível, pois precisa construir uma vida própria e se engajar continuamente na aquisição de competências úteis, conduzir-se no trabalho a fim de atingir suas metas que são frações da meta da empresa, seguir a visão desta empresa e incorporar boas condutas a fim de competir pelo sucesso.

A liderança corporativa nos permite desdobrar uma dimensão da governamentalidade que não é limitada a este período, mas parece se tornar mais explícita desde então, que é uma forma de poder pastoral, a partir de Foucault. Trata-se dos modos como a conduta se torna objeto de um governo que tem a conotação de relação de poder no nível do indivíduo.

A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de conduzir os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do “governo”. [...] Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio ao poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (que não podem ser mais do que instrumentos); porém, do lado desse modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo (FOUCAULT, 1995, p.244).

⁴³ Apenas como indicação de aprofundamento sobre a ascensão do imperativo do desempenho, o jurista Rubens Casara indica em texto na Revista Cult um livro recém-lançado que remete tais práticas de gerenciamento e sujeição ao modo de pensar nazista. “No recente (e polêmico) livro *Libres d’obéir: le management, du nazisme à aujourd’hui* (Gallimard, 2019), o historiador francês Johann Chapoutot revela que várias práticas de gestão neoliberal se desenvolveram durante o auge do III Reich. Ideias e exigências como as de flexibilidade, elasticidade, capital humano e performance estavam presentes nas diretivas de nazistas importantes como Herbert Backe. Backe, como muitos outros nazistas (e como muitos dos gestores e empreendedores de hoje), acredita que o mundo era uma arena em que tudo era válido para vencer” (CASARA, 2020).

É uma concepção das relações de poder para além dos confrontos e da coerção, que se realizam na forma da disposição de ações possíveis e suas probabilidades. Esta é a principal perspectiva pela qual propomos avaliar os objetos desta tese. Porém, devemos pontuar que esta é uma forma de relação que parece ser relativamente limitada a momentos históricos e territórios nos quais vigem instituições democráticas. Foucault faz uma espécie de tipologia sucinta: “Em minha análise do poder, há esses três níveis: as relações estratégicas, as técnicas de governo e os estados de dominação” (FOUCAULT, 2006, p. 285). Encontramos esta tripartição também em Lemke (2017, p. 25), que a apresenta como um “aprimoramento teórico na analítica do poder” de Foucault. Por mais que seja esquemática, ajuda a esclarecer onde se localizam as técnicas de governo dentro de sua vasta e multifacetada pesquisa sobre o poder.

Privilegiaremos o nível analítico das tecnologias governamentais⁴⁴, delimitando o campo de análise ao nível dos dispositivos locais, dos grupos de atores ou dos mecanismos que promovem resultados específicos, seja no comportamento dos indivíduos ou na forma das atividades e relações que se realizam. É nesse nível de análise que o governo servirá de lente para diagnosticarmos estados provisórios de relações e as formas assumidas pela subjetividade empreendedora, para identificar as forças que atuam na sua construção e manutenção, ou ainda para promover mudanças.⁴⁵

Fizemos este desvio para detalhar os limites que se tornam mais explícitos a partir do momento em que o indivíduo trabalhador assume a forma de um gerente de si mesmo e mais do que coagido por um chefe, é estimulado por um líder. Conforme apresentamos acima, as transformações comportamentais e conceituais na atividade de trabalho nos permitem explicitar ainda melhor as formas pelas quais a condução dos comportamentos e das aspirações individuais não se dão majoritariamente de forma repressiva ou coercitiva. Vemos de modo concreto como as relações assumem a forma da liderança. No processo de transformação da atividade de trabalho

⁴⁴ Segundo Foucault, “trata-se tanto a maneira com que se governa sua mulher, seus filhos, quanto da maneira com que se dirige uma instituição” (ibid., p. 285)

⁴⁵ Não desenvolvemos nesta tese uma dimensão importante da governamentalidade, que é o processo de subjetivação efetivado pelas relações consigo. Mas vale ressaltar que a virada ética no trabalho de Foucault não é considerada uma ruptura por Lemke (2017, p. 29). O autor afirma que Foucault “continua e corrige seu trabalho mais antigo, tornando-o mais complexo e concreto. É correto falar em um ‘rompimento’, mas essa ruptura ocorre dentro da analítica do poder, e não entre a genealogia do poder e uma teoria do sujeito”. Foucault (2006, p. 306) chega a dizer que “a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo”. E completa que “não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo”. Portanto, não se trata de um processo acessório ou um objeto diferente, mas uma dimensão que é parte intrínseca das relações de governo.

empresarial descrito anteriormente, há uma transformação nas relações que formam novos sujeitos. O engajamento do indivíduo que é interpelado por um dispositivo de assujeitamento evidencia a pertinência desta abordagem do poder na qual se trata menos de repressão e se concentra na “orientação [*guidance*] e ‘*Führung*’, isto é, sobre estruturar e moldar o campo de ação possível dos sujeitos” (LEMKE, 2017, p. 23).

O aumento da autonomia do indivíduo no trabalho é apenas uma das facetas desta nova forma subjetiva, ainda mais do que a de cidadãos-consumidores mencionada acima, que compõe “uma sociedade feita de unidades-empresa” (FOUCAULT, 2008, p. 310). Como vimos antes, ao se tornar palco de realização pessoal, o trabalho se torna cada vez mais objeto de aspirações do próprio indivíduo que se gerencia como agente exclusivo de seu próprio desenvolvimento. Não apenas da construção de uma carreira, mas de sua vida pessoal e de suas competências. Trata-se de vidas que podem ser moldadas da forma correta para o sucesso, quaisquer que sejam as condições coletivas. Essa força empreendedora do indivíduo-empresa-de-si que transborda o ambiente profissional é marcante da “era do indivíduo comum”, na qual “cada um, independente de onde venha, deve realizar a *façanha de tornar-se* alguém por meio de sua própria singularização” (EHRENBERG, op. cit., p. 172, grifo do autor).

Constituir a si próprio passa a ser simultaneamente uma possibilidade e uma tarefa. Multiplicam-se na mídia os perfis de empresários de sucesso, de esportistas, artistas e personalidades que têm em seus currículos grandes realizações.⁴⁶ Empreender não se limita a criar novas empresas, mas passa a ser considerado um modo de construir a própria vida. Ehrenberg aponta que o termo empresa⁴⁷ muda de sentido, não se limita mais ao processo de geração de riqueza e passa também a designar “uma maneira de se conduzir” (ibid., p. 48). Transmite-se ainda a ideia de que qualquer um seria capaz de atingir uma vida de sucesso se adotasse o comportamento adequado.

Nesta concepção, “poderíamos todos aprender a ser autorrealizadores se aprendêssemos as habilidades de autoapresentação, autodireção e autogestão” (ROSE, op. cit., p. 117).⁴⁸ Um comportamento desejável, correto, bom. Portanto, diferentemente do indivíduo de renda incerta

⁴⁶ A transformação de empresários e esportistas em celebridades fora de suas áreas de atuação é um ponto à parte que merece atenção. Recentemente, no desdobramento desse processo, é comum vermos esportistas apresentarem palestras de empreendedorismo.

⁴⁷ Em francês, *entreprise* significa tanto empresa (termo usado no livro), quanto empreendimento. Cf. Michaelis <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/XDbwX/entreprise/>>. Acesso em 10/11/2019.

⁴⁸ No original, “we could all learn to be self-realizing, if we learned the skills of self-presentation, self-direction and self-management”.

de Cantillon ou do empreendedor schumpeteriano que definia momentos específicos nos quais indivíduos extraordinários têm ímpeto inovador, este *homo oeconomicus* da segunda metade do século XX representa uma espécie de democratização na qual o indivíduo deve comportar-se como um empreendedor de si mesmo.

O *homo oeconomicus* é um empreendedor, e um empreendedor de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empreendedor de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda (FOUCAULT, 2008a, p.310-1).⁴⁹

Apresentamos acima esse empreendedor de si mesmo como o trabalhador qualificado que constrói uma carreira, mas também uma vida pessoal, no processo de disseminação desse modo de agir. A transformação operada pela concepção do humano como capital, desde políticas públicas às relações familiares, promove o investimento em si para obtenção desta renda futura, mas também incita nos indivíduos um modo de agir e um conjunto de aspirações um tanto específicas, ligadas a uma forma de racionalizar a vida pessoal e as relações com os outros. A escolha por não enfatizar o processo de criação de empresas que designaria o empreendedorismo em sua concretude teve o objetivo de ressaltar o quanto o termo se tornou parte da cultura geral, ao tratar da mudança pela qual se define uma nova forma de comportamento individual.

Encerramos, assim, a discussão sobre as rupturas que começam com a concepção de outro empreendedor, outro liberalismo e outro trabalhador, e desembocam em uma forma de gerenciar a própria vida que incorpora o comportamento empresarial. Destacamos nesse processo a construção da vida como uma carreira, por meio da obtenção de competências capazes de prover renda futura. Essa perspectiva leva a mudanças na forma de governo estatal, que passa a considerar o humano com um capital, e no governo de condutas, com a implantação de mecanismos de avaliação, estabelecimento de metas e uma autonomia controlada do indivíduo que passa a ser uma espécie de gerente de si próprio não só no trabalho, mas também em relação à própria vida, ao mesmo tempo em que se vê sozinho na construção de um futuro para si.

⁴⁹ Júlia Salgado analisa a origem do termo “empresário de si” na tradução do curso “Nascimento da Biopolítica” em sua tese e propõe a tradução por “empreendedor”, que seguiremos nesta tese. “Embora a tradução em português desta obra apresente o termo empresário (“... um homo oeconomicus empresário de si mesmo...” (idem); optei por uma livre tradução com o termo empreendedor já que no original é essa a palavra usada pelo autor (‘L’homo oeconomicus, c’est un entrepreneur et un entrepreneur de lui-même’))” (SALGADO, 2016, p. 32, nota 26).

Mais recentemente, o processo de governo empresarial lança os indivíduos em uma sociedade marcada por uma competição permanente cada vez mais intensificada e, como vimos, não apenas domados, mas incitados a desenvolver as competências e forças desejáveis a fim de que sua vida se molde corretamente ao mundo com que se deparam. Especialmente após as reformas do trabalho e os processos de terceirização e globalização da produção, os trabalhadores se veem em posição crescentemente frágeis, no que Dardot e Laval (op. cit., p. 329) chamam de medo social. No Brasil, as reformas trabalhistas que vêm sendo implantadas desde 2017 seguem este modelo no qual o trabalhador se torna cada vez mais vulnerável aos desígnios de um mercado que é apresentado a ele como se fosse totalmente incontrolável.

Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser ‘bem-sucedido’, assim como o modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” (*empowered*) para cumprir seus “objetivos”. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. (DARDOT; LAVAL, op. cit., p. 328, grifo dos autores).

Esta constatação adianta um dos vetores que se mostrará mais importante nas formas atuais do empreendedor, que é a atomização que se traduz em culpabilização. Encerramos assim a discussão sobre o caminho pelo qual este conjunto de relações produziu o empreendedor de si – principalmente na figura do funcionário qualificado, que se transforma paulatinamente no trabalhador autônomo.⁵⁰ No próximo subcapítulo, que fechará a discussão sobre o *homo oeconomicus* como expressão de formas de governo historicamente localizadas, trataremos de formas do empreendedorismo individual na atualidade, para apresentar o que ainda se mostra

⁵⁰ É importante mencionar uma dimensão que não poderá ser devidamente explorada nesta tese, que é a relação íntima entre esse neoliberalismo e diversas formas de autoritarismo. Na América Latina, esta combinação foi colocada em prática exemplarmente no Chile da ditadura Pinochet. Hayek, um dos pensadores que iriam influenciar Thatcher e Reagan, chega a declarar a um jornal chileno: “Minha preferência pende a favor de uma ditadura liberal, não a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo” (DARDOT; LAVAL, op. cit., p. 184). Para essa linha política, a democracia carregaria um risco de se tornar uma espécie de totalitarismo da maioria e tudo o que importa é a liberdade econômica e o direito privado. Pinochet colocou em prática no Chile todo o receituário da Escola de Chicago, supervisionado pelo próprio Milton Friedman, que chegou a visitar o país. A privatização de muitas empresas estatais e a redução do investimento público levaram a um aumento drástico no desemprego, na miséria e teve resultados econômicos no mínimo contestáveis para os empresários do país (KLEIN, 2008, p. 44-58). Essas políticas foram postas em prática durante uma das ditaduras militares mais sangrentas do continente, responsável por mais de 40 mil mortes (Cf. Ditadura de Pinochet no Chile deixou mais de 40 mil mortes, diz relatório. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/novo-relatorio-sobe-para-mais-de-40000-as-vitimas-da-ditadura-de-pinochet.html>>. Acesso em 13/11/2019). Algumas dessas políticas públicas estão sendo colocadas em prática no Brasil atual enquanto a América Latina explode em manifestações contra elas.

parcialmente como uma intensificação do empreendedorismo de si, da concorrência e do investimento na vida como em uma carreira. Apesar disso, consideramos que já é possível encontrar alguns sinais de rupturas, especialmente no que diz respeito à ênfase na construção de empreendimentos, mesmo que individuais, e à relação que esses indivíduos têm com o tempo.

1.3 Sinais de ruptura: a emergência do empreendedorismo de fato

“Há uma empresa em cada um”, diz o governo Britânico (GOV.UK, 2012).⁵¹ Se cada indivíduo deve se gerenciar como uma empresa e o empresário é o modelo de vida a ser seguido, por que não cada um abrir uma empresa? É o que sugere o slogan do programa de incentivo ao empreendedorismo criado em 2012 no Reino Unido. Neste tópico, serão apresentadas as primeiras evidências gerais do desdobramento do sujeito empreendedor de si no que propomos denominar provisoriamente por “empreendedor de fato”. O slogan acima é exemplar da percepção de que agora não basta ser um indivíduo empreendedor, mas idealmente deve-se fundar uma empresa ou trabalhar por conta própria.

No Brasil, a atividade empreendedora que era de cerca de 21% da População Economicamente Ativa em 2002, passa a mais de 32% da PEA em 2013 (ALANO et al., 2014). Números mais recentes de abertura de empresas indicam que o movimento tem se acelerado ainda mais. Segundo pesquisa da empresa Serasa Experian, mais de 2 milhões e meio de empresas foram formalizadas em 2018, um recorde desde o início da pesquisa.⁵² E no primeiro semestre de 2019, o número de novas empresas aumentou 16% em relação ao ano anterior. Chama atenção que esse aumento em relação ao mesmo período ao ano anterior tenha sido concentrado nos Microempreendedores Individuais (MEI), com aumento de 21,4%, enquanto a abertura de outros tipos de empresas tenha se mantido praticamente estável (+0.8%).⁵³ Cabe apontar aqui que o MEI muitas vezes é um precário formal, condição que será discutida adiante.

⁵¹ Tradução nossa. No original, “There's a business in everyone”.

⁵² A pesquisa é feita desde 2010 pela Serasa Experian. Cf. “Brasil bate recorde, com 2,5 milhões de novas empresas formalizadas em 2018”. UOL Empreendedorismo. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2019/03/26/brasil-bate-recorde-empresas-formalizadas.htm>>. Acesso em 12/11/2019.

⁵³ Pesquisa realizada pela consultoria de crédito Boa Vista, crescimento calculado sobre o mesmo período de 2018. Cf. “Número de novas empresas cresceu 16% no primeiro semestre de 2019”. Valor Investe. Disponível em:

No relatório *Global Entrepreneurship Monitor 2016/17*, o Brasil aparece no 8º lugar em “atividade empreendedora de estágio inicial”⁵⁴ entre as 31 economias movidas por eficiência (GEM, 2017, p. 22, a partir de dados da Fig. 7).⁵⁵ Esse indicador é considerado a principal medida do relatório e mostra o percentual da população adulta envolvida na criação de novos negócios – aqueles que já comprometeram recursos para iniciar a atividade ou são proprietários de empresas (id., p. 21). Curiosamente, países das Américas Central e do Sul ocupam 7 das 8 primeiras posições nesta classificação.⁵⁶ Em geral, a intenção de empreender em países menos desenvolvidos é significativamente mais alta. De acordo com o relatório, dois fatores são responsáveis por esse comportamento: primeiro, a percepção de oportunidade é menor em economias mais avançadas, assim como o tipo de negócios a construir tendem a exigir um nível maior de conhecimento e habilidades; junto a isso, o medo de falhar aumenta em economias nas quais há mais e melhores alternativas de carreiras e, portanto, a percepção de que as pessoas têm mais a perder ao se arriscar (GEM, op. cit., p. 20). Não por acaso, o menor nível de intenção empreendedora é encontrado na Europa (12%), conhecida pelas políticas de bem-estar social.

Também é interessante notar como este impulso empreendedor parece ser influenciado pelas perspectivas de carreira dos empregados formais. De acordo com o IBM Institute for Business Value, há uma percepção de que os *Millennials*, denominação dada aos nascidos entre 1982 e 1996 e primeira geração que cresceu interagindo com tecnologias digitais, seriam diferentes das gerações anteriores, incluindo as previsões de que revolucionariam o ambiente de trabalho. Em 2014, quando os *Millennials* começam a alcançar níveis mais altos nas hierarquias corporativas e influenciar decisões de negócios, foi realizada uma pesquisa com 1.784

<<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2019/07/31/numero-de-novas-empresas-cresceu-16percent-no-primeiro-semester-de-2019.ghtml>>. Acesso em 12/11/2019.

⁵⁴ Tradução livre. No original, “Total Early-stage Entrepreneurial Activity (TEA) rate”.

⁵⁵ O relatório usa a classificação de economias do Fórum Econômico Mundial, que divide os países em uma escala de desenvolvimento que começa com “economias impulsionadas por fatores [territoriais?]”, dominada por agricultura e extrativismo, em seguida passa para “economias impulsionadas por eficiência”, onde maior eficiência em processos produtivos e aumento na qualidade dos produtos manufaturados, e termina na fase “impulsionada pela inovação”, onde o setor de serviços é mais importante e a economia, mais baseada em conhecimento. Tradução livre, trecho completo: “the factor-driven phase is dominated by subsistence agriculture and extraction businesses, with a heavy reliance on (unskilled) labour and natural resources. In the efficiency-driven phase, an economy has become more competitive with more-efficient production processes and increased product quality. As development advances into the innovation-driven phase, businesses are more knowledge-intensive, and the service sector expands” (GEM, 2017, p. 13, nota 4).

⁵⁶ São eles, por ordem de classificação: Equador, Belize, Colômbia, Peru, Chile, Guatemala e Brasil (o Líbano, na 6ª posição, é a única exceção).

funcionários de 12 países para testar essa hipótese (IBM, 2015). A questão de maior interesse para este trabalho diz respeito aos principais objetivos de carreira dos funcionários.

A pesquisa mostrou que as aspirações de carreira dos *Millennials* não são muito diferentes das de outras faixas etárias (Geração X, nascida entre 1965 e 1980, e *Baby Boomers*, nascidos entre 1946 e 1964). Quando questionados sobre seus principais objetivos na carreira, “meu próprio negócio” foi uma das respostas para 17% dos *Millennials*, 12% da Geração X e 15% dos *Baby Boomers* – o percentual mais baixo, com níveis menores que ou similares a opções como “alcançar segurança financeira” e “gerenciar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal”. A resposta “ajudar a resolver desafios sociais e / ou ambientais” foi escolhida mais frequentemente por *Baby Boomers* do que por *Millennials*. Mesmo com todas as mudanças na cultura, na tecnologia, na economia e nas próprias empresas, a pesquisa sugere que os jovens trabalhadores não demonstram uma vontade consideravelmente maior de iniciar negócios do que outras gerações e nenhuma das gerações o têm entre seus principais objetivos de carreira.

Apesar desses indícios, a representação do *Millennial* oferece um caminho produtivo para a investigação dos desdobramentos do empreendedor de si na atualidade. Matéria da revista americana *The Atlantic* chama esta geração de “pão-dura”⁵⁷, pois não almejariam comprar casas ou carros, e exalta a economia do compartilhamento por isso.⁵⁸ Aponta, por exemplo, que o número de proprietários de imóveis com menos de 35 anos caiu 12% entre 2006 e 2011, mas também revela que há 2 milhões de jovens morando com os pais como resultado da recessão, e que 9 de cada 10 *Millennials* respondem querer comprar uma casa própria no futuro. Texto da *Altnet* corrobora esse diagnóstico explicando que esses jovens, na realidade, estão falidos. Já chegam à vida adulta afogados pela dívida estudantil e lidam com a insegurança do trabalho flexível que não os permite fazer planos de longo prazo.⁵⁹ Ilustram o descompasso entre as aspirações individuais e a imagem construída em torno desses jovens. A posituação das experiências em vez das posses ocorre curiosamente no momento em que cada vez mais indivíduos se tornam incapazes de possuir os bens que antes funcionavam como marcadores do

⁵⁷ O termo usado em inglês é “the cheapest generation”. Usamos aqui tradução do uso informal do termo encontrada no dicionário online Word Reference. Disponível em: <<https://www.wordreference.com/enpt/cheap>>. Acesso em 15/11/2019.

⁵⁸ Cf. “The Cheapest Generation”. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2012/09/the-cheapest-generation/309060/>>. Acesso em 07.09.2018.

⁵⁹ Cf. “Millennials Aren't Cheap, They're Broke”. Disponível em: <<http://www.altnet.org/economy/millennials-arent-cheap-theyre-broke>>. Acesso em 07.09.2018.

sucesso pessoal e da chegada à vida adulta – além de constituírem uma base material sobre a qual repousaria sua estabilidade financeira e psicológica, sua segurança contra quaisquer reveses.

São evidências que apoiam a perspectiva de Lazzarato (2012), para quem o empreendedor de si teria dado lugar ao homem endividado.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o modelo [para o processo de subjetivação pela economia] foi exemplificado pelo empreendedor (de si), segundo a definição de Foucault, que descreveu com o conceito a mobilização, o engajamento e a ativação da subjetividade por meio das técnicas de gestão empresarial e do governo social. Com a série de crises financeiras, é antes o “homem endividado” que parece incorporar a figura subjetiva do capitalismo moderno (LAZZARATO, 2012, p. 37).⁶⁰

A abordagem de Lazzarato tem como fontes a perspectiva nietzschiana sobre a origem da sociedade e a domesticação do homem à relação de dívida, e não às trocas comerciais ou simbólicas (ibid., p. 39), e de Deleuze, que já nas últimas décadas do século passado constatou que “o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (ibid., p. 90).⁶¹ Para Lazzarato, o sujeito contemporâneo é marcado por uma relação credor-devedor, ao mesmo tempo econômica e ética, na medida em que o indivíduo que é fiador de um débito é “dotado de uma memória, uma consciência e uma moralidade que o força a ser ao mesmo tempo responsável e culpado” (ibid., p. 49).⁶² Segue Nietzsche, para quem

o principal objetivo da dívida está na construção de um sujeito e de uma consciência, um eu que acredita em sua individualidade específica e que é quem garante suas ações, seu modo de vida (e não apenas o emprego) e assume a responsabilidade por eles. [...] O Estado e suas instituições atuam sobre as subjetividades, mobilizam as “profundezas mais profundas do coração humano” para orientar o comportamento (ibid., p. 134).⁶³

⁶⁰ Tradução nossa. No original, “Over the course of the 1980s and 1990s, the model was exemplified by the entrepreneur (of the self), according to the definition of Foucault, who described with the concept the mobilization, engagement, and activation of subjectivity through the techniques of business management and social government. With the series of financial crises, it is rather the “Indebted man” who appears instead to embody the subjective figure of modern-day capitalism”.

⁶¹ Tradução nossa. No original: “A man is no longer a man confined [as in disciplinary societies] but a man in debt [in a control society]”.

⁶² Tradução nossa. No original, “a subjectivity endowed with a memory, a conscience, and a morality that forces him to be both accountable and guilty”.

⁶³ Tradução nossa. No original, “As Nietzsche says, the main purpose of debt lies in its construction of a subject and a conscience, a self that believes in its specific individuality and that stands as guarantor of its actions, its way of life (and not only employment) and takes responsibility for them. [...] The State and its institutions act on subjectivities, mobilize the “innermost depths of the human heart,” in order to orient behavior”.

O indivíduo que faz promessas parece ser aquele que aceitará a realidade.⁶⁴ No entanto, Lazzarato argumenta que ao contrário do que Foucault teria exposto, o objetivo do neoliberalismo não seria governar o mínimo possível, mas controlar o máximo possível com o mínimo possível de democracia uma sociedade onde não haveria competição de fato, mas uma centralização do poder e do dinheiro que chama economia da extorsão (ibid., p. 160).⁶⁵ Sustenta que o projeto político de tornar os indivíduos capital humano teria fracassado e foi substituído pela transformação de todos em falsos proprietários, por meio do crédito e dos investimentos. Nesta sociedade de proprietários, a narrativa da austeridade que empobrece a maioria da população é vendida como aumento de eficiência que os enriquecerá no mercado financeiro (ibid., p. 110).

A ruptura completa proposta por Lazzarato nos parece contraditória quando ele afirma que “a retórica do ‘capital humano’ e do empreendedor de si se esvaneceu ainda mais rapidamente após a crise financeira de 2007” (ibid., p. 143), mas logo depois aponta que os programas de assistência aos desempregados são um exemplo de governo de condutas na medida em que realizam o exato contrário do que deveriam fazer, que é dotar os desempregados de autonomia. O autor explica que esses projetos operam uma inversão das instituições disciplinares, nas quais se promovia a passividade, ao mobilizar as subjetividades, impor comportamentos, modos de agir e se comunicar (ibid., p. 144-5). Conclui que essa atividade, ou o que podemos entender por empoderamento, é vazia na medida em que priva os indivíduos da capacidade mais

⁶⁴ A abordagem idealista que Nietzsche critica parece ter influência na produção do sujeito racional. “De agora em diante, senhores filósofos, guardemo-nos bem contra a antiga, perigosa fábula conceitual que estabelece um ‘puro sujeito do conhecimento, isento de vontade, alheio à dor e ao tempo’, guardemo-nos dos tentáculos de conceitos contraditórios como ‘razão pura’, ‘espiritualidade absoluta’, ‘conhecimento em si’ [...]” (NIETZSCHE, 1998, p. 109).

⁶⁵ Acrescenta que ler *O Nascimento da Biopolítica* hoje é uma forma de ingenuidade política, pois a narrativa liberal sempre leva a crises, à limitação de liberdades individuais e até à instauração de regimes autoritários para manter os privilégios da propriedade privada (ibid., p. 108). Não vemos a posição de Foucault desta forma. Ele escreve: “a intervenção governamental – e isso os neoliberais sempre disseram – não é menos densa, menos frequente, menos ativa, menos contínua do que num outro sistema. Mas o que é importante é ver qual é agora o ponto de aplicação dessas intervenções governamentais” (FOUCAULT, 2008a, p. 199). Foucault completa ainda: “O governo [...] não tem de intervir sobre os efeitos do mercado. [...] [O] governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade. [...] No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade” (ibid.). E este parece ser o projeto foucaultiano naquele curso. Argumenta ainda que as críticas feitas nos anos 1970 à sociedade “sombartiana”, uniformizadora, da massa e do consumo, erram o alvo porque “não estamos mais aí”; o objetivo do governo seria “obter uma sociedade indexada, não na mercadoria e na uniformidade, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas” (ibid., p. 204). Temos, assim, uma abordagem que considera intervenções ativas de um aparato governamental ligado ao mercado, orientado e avaliado por ele.

importante, que seria a de escolher livremente seus destinos, ao que se pode inferir (ibid.). Completa então com um apontamento paradoxal sobre o alegado fim do empreendedor de si. “Tornar-se ‘capital humano’ e ser um empreendedor de si são os novos padrões de empregabilidade” (ibid.).⁶⁶

Por isso, consideramos o prisma do endividamento proposto por Lazzarato um desdobramento do empreendedorismo de si, em vez de uma ruptura completa com essa forma de governo de condutas. Existe uma relação diferente com o tempo e a moralidade do indivíduo avaliado sob o prisma da dívida e da culpa, que podemos identificar entre os *startuppers*, mas são mais claros entre os trabalhadores de plataforma e serão tratados no fim da tese. Essa nova condição parece combinar a culpabilização de si causada pelo endividamento com a pressão pela busca de soluções por meio do empreendedorismo, que não nos parece remeter à construção de um si como investimento para renda futura tanto quanto ao trabalho autônomo ou à construção de empreendimentos próprios que só em um segundo momento constituirá este si.

A pesquisa da IBM e as narrativas contrastantes sobre os *Millenials* nos EUA mostram que as condições socioeconômicas atuais e os futuros projetados a partir delas fomentam modos de vida que, apesar de serem exaltados pela mídia, não refletem as aspirações desse grupo. Ao contrário, revelam uma condição de instabilidade perene resultante da concorrência ubíqua. As soluções apresentadas são mais do que individualizadas, individualizantes. Uma evidência desse movimento é a multiplicação das atividades e formas de vida definidas como empreendedorismo na atualidade.

Do microempreendedor individual, que empreende sozinho para o sustento próprio, ao empreendedor social, que mira o ganho coletivo para além daquele pessoal, hoje assistimos a um sortimento de identidades empreendedoras: o empreendedor coletivo, o empreendedor digital, o intraempreendedor, a “*mompreneur*”. (SALGADO, 2016, p. 21).

As diversas formas de empreendedorismo revelam que “empreender escapa de um campo exclusivamente econômico, se tornando uma vivência, uma pedagogia de vida” (ibid., p. 200). A própria classificação de atividades e pessoas (por exemplo, mães que trabalham de casa em meio período, ou funcionários criativos, engajados) no campo do empreendedorismo revela a operação de posituação desse comportamento. No entanto, esta é apenas uma etapa do movimento que identificamos na direção de promover mais do que um comportamento empreendedor limitado ou

⁶⁶ Tradução nossa. No original: “Becoming ‘human capital’ and being an entrepreneur of the self are the new standards of employability”.

abstrato, uma atitude empreendedora concreta, ligada necessariamente à autonomia ou criação de negócios próprios. Se cada um deve ser responsável pela própria renda, o assalariado aparece na posição de um fracassado, pois depende do outro. A combinação da austeridade econômica, cujo principal resultado é a queda de empregos diretos e indiretos criados pelo Estado, com as narrativas empresariais, é um dos impulsos ao que chamamos de empreendedorismo de fato. E atualmente, esse fenômeno é intrinsecamente ligado às TICs em duas figuras que se destacam como novidades: o empreendedor digital inovador e o trabalhador de plataforma.

Essa perspectiva ajuda a compreender a frase que abre o capítulo, na qual o governo britânico não promove haver um/a empreendedor/a (*entrepreneur*), ou um/a empresário/a (*businessman*) potencial em cada um, mas uma empresa, um negócio. Antes de entrarmos nesses casos específicos, destacaremos duas dimensões desse movimento que nos parecem sintomáticas das transformações pelas quais o indivíduo comum é levado a se relacionar e se produzir de formas específicas. Primeiro, novas iniciativas de educação que envolvem, incentivam ou tomam o comportamento empreendedor concreto por modelo de conduta; em seguida, a promoção do empreendedorismo mais do que como um objetivo a se aspirar, uma condição contemporânea praticamente inescapável.

1.3.1 A educação empreendedora

O Programa Nacional de Educação Empreendedora, do SEBRAE anuncia que tem “o propósito de consolidar a cultura empreendedora na educação” (SEBRAE, 2016). Uma palavra salta aos olhos: cultura. Apesar de ser usada muito frouxamente na atualidade, como para designar grupos de fãs – “cultura *gamer*”, “cultura dos fanzines” – uma cultura carrega valores e modos de vida (ANTOUN, 2017). Uma questão que permanecerá aberta é: até que ponto podemos considerar a possibilidade da emergência de uma nova cultura empreendedora na atualidade? As práticas de educação parecem ser um bom exemplo de como se exerce a formação desses modos de vida. Não propomos abordar a educação como a origem do comportamento futuro dos indivíduos, mas como parte do dispositivo que perpassa toda sua vida e acompanha outros vetores na consolidação desse modo de agir.

Nos anos turbulentos pelos quais estamos passando, evidencia-se a importância dos acontecimentos na produção de mundos que são relativamente imprevisíveis. Um exemplo no

campo da educação foi a demanda percebida por engenheiros na década passada, durante a expansão dos mercados de construção civil e petróleo. Rapidamente, levantaram-se vozes alertando para a necessidade de as universidades suprirem um mercado que crescia vertiginosamente, e cujo aumento no longo prazo era projetado em ritmo semelhante. Entre os anos 2000 e 2012, as inscrições nos cursos de engenharia aumentaram mais de 350% (contra pouco mais de 100% na média dos cursos de graduação). Porém, com os efeitos retardados da crise mundial somados à crise institucional brasileira, o que se anunciava como possível falta de engenheiros em 2020 tornou-se excesso (VEJA, 2013).⁶⁷

Atualmente, há evidências de uma guinada da educação em diversos níveis para formar sujeitos empreendedores. É sobre este solo que emerge uma linha de iniciativas educacionais que visam preparar crianças e jovens não apenas para um mercado profissional percebido, mas para a incerteza em relação ao futuro e, mais importante, para agir corretamente na sociedade concorrencial. O Sebrae (2017) conta com uma seção dedicada ao empreendedorismo, onde se pode encontrar a seguinte definição: “Ser empreendedor significa, acima de tudo, ser um realizador que produz novas ideias através da congruência entre criatividade e imaginação. [...] O empreendedor, em geral, é motivado pela autorrealização e pelo desejo de assumir responsabilidades e ser independente”. O sujeito empreendedor, mais do que ter conhecimentos ou competências técnicas, assume uma forma de vida, um modo de agir e de reagir ao mundo.

Uma comparação simples entre dois cursos oferecidos pelo próprio Sebrae já traz a dimensão da mudança. Enquanto o curso de gestão financeira, exemplar de muitos outros semelhantes oferecidos pela instituição, tem o objetivo de “sensibilizar e informar o empresário sobre a importância de conhecer e utilizar as informações geradas pela contabilidade como ferramenta para controlar e planejar o seu negócio”⁶⁸, o curso de empreendedorismo os convida a “encarar seus medos, enfrentar suas limitações, acordar para oportunidades e fortalecer suas

⁶⁷ Matéria de 2013 estimava a demanda do país entre 600 mil e 1 milhão de engenheiros para 2020. Cf. <<http://veja.abril.com.br/educacao/ate-2020-demanda-por-engenheiros-pode-criar-mais-de-600-000-postos-de-trabalho/>>. Outra matéria, de 2014, estimava a demanda em 60 mil engenheiros, para mais de 100 mil possíveis formandos até lá. Cf. <<http://www.inovacao.unicamp.br/reportagem/em-tres-anos-numero-de-engenheiros-formados-ja-supera-em-25-vezes-demanda-prevista-para-2020/>>. Matéria de 2016 já anuncia que “engenheiros sobram no mercado”. Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1732828-antes-escassos-engenheiros-sobram-no-mercado-e-precisam-se-reinventar.shtml>>. Acesso em 19/10/2018.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ead/gestao%20financeira.a6634bbfa8c98510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 19/10/2018.

habilidades”.⁶⁹ O aluno do curso de empreendedorismo, mais do que aprender a usar ferramentas teóricas (apartadas de um si) para resolver problemas específicos, desenvolverá habilidades, como por exemplo a de criar oportunidades de negócios em ambientes de incerteza, de não desistir diante de obstáculos ou mesmo ter mais autoconfiança. Certamente será apressado concluir que o curso por si só desenvolverá este modo de se conduzir. Mas o contraste com outros cursos semelhantes mostra o que propomos ser uma mudança não apenas no material, mas no próprio objeto dos cursos: das informações necessárias a desempenhar determinada função para o modo como os alunos devem se comportar diante do trabalho e da vida.

De acordo com o especialista em recursos humanos Marco Aurélio Ferreira Vianna, os jovens não estão sendo preparados de forma correta para desenvolver as características empreendedoras de que este mercado precisa.

Apesar do consenso em torno do empreendedorismo como qualidade fundamental ao profissional do presente e do futuro, os jovens não estão sendo preparados para trabalhar por conta própria. [...] [O] momento é de reinventar o ser humano para que ele seja um empreendedor (VIANNA *apud* MORI, 2000)

Um dos efeitos desse alegado consenso sobre as características desejadas para o profissional do futuro é a presença do empreendedorismo desde a educação infantil. O programa do Sebrae contempla módulos que começam já no ensino fundamental oferecendo, inclusive, livros com personagens infantis para disseminar o comportamento empreendedor entre as crianças.

A educação empreendedora proposta pelo Sebrae para o ensino fundamental incentiva os alunos a buscar o autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. A ideia é a de que a educação deve atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo à quebra de paradigmas e ao desenvolvimento das habilidades e dos comportamentos empreendedores (SEBRAE, *op. cit.*).

Há um aparente paradoxo entre a ênfase nas capacidades individuais e a ideia de reforçar o espírito de coletividade, mas pode-se inferir que a coletividade a que o curso faz menção não se trata de uma comunidade ou uma sociedade, mas de uma rede de relações comerciais, o chamado *networking*.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/conheca-as-caracteristicas-empendedoras-desenvolvidas-no-empretec.d071a5d3902e2410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em 19/10/2018.

No estado do Paraná, as escolas estaduais passarão a oferecer a disciplina de empreendedorismo desde o sexto ano do ensino fundamental a partir de 2020. A justificativa para a implantação dessa disciplina é que “contempla competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Curricular do Paraná” (GAZETA DO POVO, 2019). São elas: “conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; e responsabilidade e cidadania” (ibid.). Dado que o empreendedorismo não é uma dessas competências, mas é compreendido como um guarda-chuva que reúne algumas delas, podemos inferir que sua articulação com habilidades tais quais pensamento científico, crítico e criativo, empatia e cooperação ou responsabilidade e cidadania é um sintoma das formas social e subjetiva promovidas na atualidade. “Quando se fala em empreendedorismo não é só ser dono de um negócio: é ser empreendedor na vida”, segundo o secretário de educação do estado. Mas se a disciplina de empreendedorismo não visa apenas o ensino da abertura de negócios, é curioso que todas as competências sejam vinculadas a esse modelo.

Experiências anteriores mostram que as atividades práticas aproximam exercícios de criatividade, cálculo e cooperação da atividade empresarial e concorrencial.⁷⁰ Matéria do portal G1 resume o funcionamento das aulas de empreendedorismo nas escolas com a entrevista de uma criança.

No Ensino Médio, a aula é optativa. Mas, do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, é obrigatória. O tema proposto é adequado à faixa etária correspondente a cada ano letivo. “A gente aprende a ter um espírito empreendedor porque se a gente quiser montar uma loja quando a gente crescer a gente tem que determinar os preços, o nome da loja, o local”, disse Maya Guedes, de 8 anos (G1, 2013)

O objetivo explícito dessas aulas é produzir jovens com habilidades para abrir seus próprios negócios, ou ainda o desenvolvimento desta consciência empreendedora nas crianças

⁷⁰ “Duas escolas de ensino fundamental e médio incluíram o tema empreendedorismo em suas grades curriculares. Durante as aulas, os estudantes aprendem a dar nome à empresa, calcular preço de venda e fazer a divulgação do produto, da mesma forma que uma empresa iniciante faz quando monta um plano de negócio” [...] “No colégio da capital cearense, que é militar, o projeto piloto com aulas de empreendedorismo para todos os 563 alunos do 1º ao 5º ano foi implantado em 2013”. Cf. “Escolas dão aula de empreendedorismo e ensinam crianças a abrir empresa”. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2013/11/22/escolas-dao-aula-de-empreendedorismo-e-ensinam-criancas-a-abrir-empresa.htm>>. Acesso em 19/10/2018.

por meio do empreendedorismo concreto. A diretora da escola relata que essas atividades buscam promover “o desenvolvimento da consciência empreendedora” (ibid.).

No ensino superior, algumas iniciativas já podem ser mapeadas. A Faculdade de Informática e Administração Paulista (FIAP) substituiu a monografia de fim de curso por um projeto de *startup* como requisito para obtenção de títulos em cursos de graduação e MBAs da instituição.⁷¹ O projeto “Future-se”, apresentado em 2019 pelo Ministério da Educação (MEC) para reformulação do ensino superior, tem três eixos. Um deles é chamado “Gestão, Governança e Empreendedorismo”, em que o empreendedorismo parece ser enquadrado em duas frentes: concorrência e geração de receita por meio de arrecadação de recursos próprios.⁷² A FAPERJ acaba de lançar um edital chamado “Doutor Empreendedor: Transformando conhecimentos em inovação”, que busca financiar projetos de pesquisa com o objetivo de fomentar a “interação universidade-empresa através do estímulo à transformação do conhecimento gerado nas instituições de ciência e tecnologia com soluções par ao mercado e para a sociedade de forma ampla” (TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 2019). Mais do que discutir a pertinência dos programas e seus efeitos, queremos destacar como empreender excede o comportamento individual para se tornar uma característica onipresente de indivíduos, empresas e agora, universidades. E também com está agora vinculado diretamente à ação de gerar renda ou lucros imediatos, no presente.

Por fim, um exemplo simbólico. Em 2013, foi lançado o gibi “Turma da Mônica em: semeando sonhos – empreendedorismo”, que visa apresentar o conceito às crianças.

A ideia do lançamento da cartilha (...) é levar para as crianças o estímulo a empreender. Produzida pela OSCIP Confia Microfinanças e Empreendedorismo (Confia ME) com a Mauricio de Sousa Produções (MSP), terá de início 150 mil exemplares impressos para distribuição nas escolas públicas do ensino médio pelo Brasil através da parceria das secretarias de educação das cidades, preferivelmente em áreas periféricas e carentes (UOL, 2013).

⁷¹ Cf.:<www.exame.abril.com.br/noticias/montar-startup-virou-requisito-para-se-formar-na-faculdade>. Acesso em 19/10/2018.

⁷² Cf. MEC – Future-se – Perguntas e Respostas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/aco-es-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>> Acesso em: 25/11/2019.

Figura 1: Gibi “Turma da Mônica em: semeando sonhos – empreendedorismo”



Apesar de não ser objeto do trabalho, a literatura voltada ao empreendedorismo muitas vezes se confunde com a autoajuda. Este parece ser um interessante campo para pesquisa futura daqueles interessados em análise do discurso de autoajuda e, mais do que isso, um componente importante desse dispositivo de empreendedorismo que interpela os indivíduos desde a infância.

1.3.2 O fato é: você virou empreendedor

Na atualidade, o estatuto de empreendedor não parece mais ser um privilégio ou uma distinção. Torna-se uma condição quase inescapável. Anúncio do banco Santander para vender máquinas que recebem pagamento de cartões veiculado em 2017 ilustra esta condição.

Figura 2: Anúncio do banco Santander “você virou empreendedor”

Arquivo da Propaganda - 90.1.1/82.2.11 - Santander/GetNet - RE/TPM - 21/09/2017 - R871284

PODE TER SIDO
ESCOLHA SUA
OU PODE TER
SIDO A CRISE.

O FATO É:
VOCÊ VIROU
EMPREENDEDOR
E ESTA É
A SUA NOVA
CARTEIRA
DE TRABALHO.

A vermelhinha
é a maquininha de cartão
do Santander.
Peça a sua pelo nosso site.

Busque por 🔍

Santander

Subjeito à análise cadastral e às demais condições vigentes à época da contratação. Atendimento Santander: 4004-3535 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-702-3535 (demais localidades). SAC: 0800-762-7777; Ouvidoria: 0800-726-0322 (simbols atendem também pessoas com deficiência auditiva e de fala).

Outro anúncio, do programa de trainees do Banco Itaú de 2010, mostra a permanência ainda de estratégias vinculadas ao empreendedorismo de si, pela articulação entre as ideias de carreira e investimento e pela construção de um futuro com base na ideia de progresso. Ao tratar do imperativo da alta performance na atualidade, João Freire Filho (2011) cita o anúncio em que o banco usa jogos de palavras com investimentos financeiros na busca por talentos. “Use aquele grande capital que você tem para investir: você mesmo”. E: “Dê o melhor de você que a gente devolve com juros e correção”. Além de menções que aludem ao humano como capital, o banco se apresenta como “um espaço de autorrealização, um ambiente excitante, favorável ao

florescimento de potencialidades individuais” (FREIRE FILHO, 2011, p. 27). Este anúncio, ao contrário do primeiro, segue a perspectiva apresentada anteriormente sobre o modo de conduta estimulado na sociedade de indivíduos-empresa, que são gestores de si e realizam aspirações próprias dentro das corporações.

As campanhas publicitárias têm públicos-alvo muito diferentes entre si, mas chama atenção o fato de serem praticamente contemporâneas e apresentarem perspectivas tão diferentes. O primeiro anúncio diz que após a crise, o emprego formal não seria mais uma opção a ser considerada⁷³; o segundo, veiculado antes da crise brasileira, mas após a crise econômica mundial de 2008, apresenta o banco na condição de um lugar para a realização de potenciais do indivíduo, nos moldes da carreira executiva progressiva, capaz de promover realização pessoal e desenvolver ao mesmo tempo uma forma de vida.

Portanto, a ruptura parcial que propomos na tese se evidencia pela convivência de diversas formas de empreendedorismo de si. Daí a proposta de um desdobramento, mais do que o de uma cisão. Mas se a ruptura não é completa, um novo campo se abre: agora, o desempregado se soma às diversas formas de empreendedor (muitas vezes, como MEI). O empreendedorismo por necessidade não é uma novidade, mas as mudanças no trabalho formal podem ajudar a entender porque é uma alternativa cada vez menos vinculada à impossibilidade de conseguir tais empregos, especialmente entre os indivíduos mais qualificados. O primeiro passo é desfazer a noção de que trabalhos qualificados, criativos ou analíticos representariam uma quebra completa dos mecanismos de controle corporativo.

A relação problemática entre liberdade e controle é apresentada por Ursula Huws (2010) em sua avaliação da pesquisa feita no projeto WORKS (*Work Organisation Restructuring in the Knowledge Society*) com trabalhadores de indústrias criativas (ligadas à invenção de novos produtos ou sua adaptação e personalização), notadamente das áreas de Pesquisa e Desenvolvimento, moda e *design*. A autora identificou algumas tendências que evidenciam os choques que ocorrem entre os trabalhadores, que buscam autonomia e o reconhecimento pelo trabalho realizado à custa de investimento pessoal nas tarefas, e as empresas, que procuram maiores retornos para o capital investido. A primeira delas é a intensificação do trabalho, que não

⁷³ Matéria no site publicitário Meio& Mensagem indica que esta seria uma das mensagens transmitidas pela campanha, que também contou com merchandising em novela e vídeos exibidos nos comerciais. “Assim que o break comercial começar, entrará no ar a nova campanha do banco, que destaca como as iniciativas empreendedoras estão se sobrepondo aos empregos formais e como a máquina da Getnet pode ajudar as pessoas nesse contexto” (MEIO & MENSAGEM, 2017).

se dá apenas pelo aumento de horas de trabalho, mas também pela extensão do trabalho para outras esferas da vida; a segunda é a aceleração do trabalho, mesmo em setores criativos como o de *designers*, o que teria impacto negativo em seus resultados; por fim, um movimento curioso é a padronização deste tipo de trabalho – que teria como objetivo facilitar a comunicação e o transporte dos produtos do trabalho pela cadeia de produção, codificando práticas na indústria de programadores de *software* e limitando a criatividade de *designers* de moda.

A autora conclui que existe uma dialética na qual as empresas precisam de um fluxo “contínuo (mas dispensável) de novas ideias e talento para abastecer o processo de acumulação”⁷⁴ (ibid., p.519), e ao mesmo tempo precisam controlá-lo a fim de “maximizar a eficiência e o lucro e se apropriar da propriedade intelectual para poderem comercializar livremente os produtos resultantes”⁷⁵ (ibid.). Consequentemente, mesmo atividades criativas e intensivas em conhecimento ainda são executadas sob a tensão entre a busca de realização e autonomia e os ditames da produção de valor. Mais do que discutir os mecanismos de aceleração e intensificação do trabalho presentes mesmo em atividades que são ícones de criatividade e liberdade, interessa à comparação com os modos precários de trabalho evidenciar os extremos aos quais a organização do trabalho assalariado qualificado chega na atualidade. Passaremos a casos mais graves.

Cabe apontar, por exemplo, o crescimento de fenômenos como o chamado *burnout*, que ajuda a compreender os cálculos a partir dos quais os indivíduos medem os benefícios da autonomia precária. A chamada síndrome de esgotamento profissional⁷⁶, ganhou a mídia recentemente com o caso da apresentadora Izabella Camargo, da GloboNews. A jornalista foi diagnosticada com a doença após se esquecer de uma informação quando apresentava um telejornal e afastada do trabalho por recomendação médica. Demitida pela emissora quando voltou da licença médica, foi readmitida apenas após decisão judicial (CARVALHO, 2019). O *burnout* foi classificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma “síndrome

⁷⁴ Tradução nossa. No original, “continuous (but dispensable) supply of new ideas and talent in order to fuel its accumulation process”.

⁷⁵ Tradução nossa. No original, “control these processes tightly in order to maximise efficiency and profit and to appropriate the intellectual property so that companies are able to trade freely in the resulting commodities”

⁷⁶ Preferimos o termo em inglês por se tratar de um termo com múltiplos significados, como a queima completa de uma substância e uma falha mecânica causada por superaquecimento. Cf. Dicionário Lexico, Oxford University Press. Disponível em: <<https://www.lexico.com/en/definition/burnout>>. Acesso em 19/09/2019. Para detalhes da síndrome, cf. “Síndrome de Burnout: o que é, quais as causas, sintomas e como tratar”. Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout>>. Acesso em 19/09/2019.

resultante de estresse crônico no trabalho” e entrará na Classificação Internacional de Doenças (CID) de 2022 (ibid.).

Outros caso, como o de Moritz Erhardt, são ainda mais impressionantes. Ele tinha 21 anos, era estagiário do Bank of America Merrill Lynch e sofria de epilepsia. Teria passado 72h seguidas no escritório nos dias anteriores à sua morte por convulsões epiléticas. A autópsia não foi conclusiva em relação ao que as teria causado. Entretanto, segundo os médicos, a exaustão é um dos gatilhos para convulsões.⁷⁷ Este não foi o único caso a ganhar destaque na imprensa internacional. Na noite de Natal de 2015, Matsuri Takahashi, funcionária de 24 anos de uma das maiores agências de publicidade do mundo, a japonesa Dentsu, se jogou da janela de seu apartamento – que ficava em um prédio da própria Dentsu. Segundo matéria da BBC, Takahashi chegou a fazer mais de 100 horas-extras mensais e teria publicado em uma rede social que estava “física e mentalmente destroçada” antes de se suicidar.⁷⁸ Há poucos meses, outro caso ganhou as páginas dos jornais, mais um exemplo no mercado de publicidade. Desta vez, um funcionário de Relações Públicas da agência Ogilvy & Mather Filipinas morreu por complicações de uma pneumonia, mantendo uma rotina de “longas horas de trabalho” mesmo doente.⁷⁹ São casos que apenas servem para ilustrar uma estatística alarmante.

Nos escritório corporativos, mais do que trabalhar muito, é comportamento disseminado estar de “corpo presente” por longos períodos ou virtualmente disponível para a empresa 24 horas por dia, 7 dias por semana. Para Crary (2016), esse “tempo de indiferença [...] torna plausível, até normal, a ideia de trabalhar sem pausa. Alinha-se com o inanimado, o inerte, o que não envelhece”. Curiosamente, a exaustão entre funcionários de escritório parece estar ligada mais fortemente ao tempo de trabalho do que a sua intensidade. Pesquisas não encontraram forte correlação entre estresse ou infelicidade e aumento no risco de morrer, mas sim entre a quantidade de horas no trabalho e o risco cardíaco.⁸⁰

⁷⁷ Cf. “Bank intern Moritz Erhardt died from epileptic seizure, inquest told”. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2013/nov/22/moritz-erhardt-merrill-lynch-intern-dead-inquest>>. Acesso em 11/12/2019.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38461828>>. Acesso em 11/12/2019.

⁷⁹ Matéria sobre a morte pode ser lida em <<http://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2017/02/24/morte-na-ogilvy-filipinas-reacende-debate-sobre-excesso-de-trabalho.html>>. Acesso em 11/12/2019.

⁸⁰ Pessoas que passavam cerca de 55 horas semanais no escritório tinham 30% mais chances de enfartar do que aqueles que trabalhavam 40 horas (BBC, 2016)

Consequências não apenas da intensificação do ritmo e necessidade de se apresentar forte. Segundo Ehrenberg, já no fim dos anos 1980 havia relatórios franceses de saúde que mostravam preocupação com o aumento de depressões nervosas e ansiedade. Um médico diz que “inconscientemente cada um compreende que não deve ser o mais fraco e ainda menos se reconhecer em seu estado. Aquele que o fizer se condenaria. Resultado, todo mundo fabrica para si uma máscara” (DARNAUD apud EHRENBURG, *ibid.*). Não surpreende que um problema identificado recentemente nas empresas seja o presenteísmo, oposto do absenteísmo que era o comportamento que melhor indicava falta de compromisso de funcionários. Os indivíduos do presenteísmo são aqueles que preferem ir trabalhar doentes a faltar e deixar de participar de projetos ou atividades, correr o risco de sofrer sanções ou perder seus empregos. De acordo com os autores da pesquisa, um dos principais problemas do presenteísmo para as empresas é a dificuldade de mensurar seu impacto na produtividade dos funcionários e, conseqüentemente, os prejuízos financeiros que esse comportamento acarreta para as empresas (HEMP, 2004).

Depois da morte de Erhardt, o grupo financeiro Goldman Sachs implantou mudanças no horário de trabalho, definidas como “uma aposta para melhorar as condições de trabalho para os funcionários mais jovens”.⁸¹ Segundo porta-voz da empresa, as mudanças “ilustram como os bancos de Wall Street procuram frear o número excessivo de horas trabalhadas por jovens funcionários que veem estágios e cargos de entrada como uma chance para uma carreira lucrativa nos bancos de investimentos”.⁸² A aposta para diminuir o número de horas de trabalho consistiu em impedir estagiários e jovens funcionários de permanecer no escritório após a meia-noite e voltar ao trabalho antes das 7 da manhã. A mesma matéria destaca outra mudança em benefício dos trabalhadores: não precisariam mais trabalhar aos sábados. Ou, segundo matéria da Bloomberg, deveriam deixar o escritório às 10 da noite de sexta-feira e não voltar até as 10 da manhã de domingo.⁸³ Esse conjunto de medidas é chamado ironicamente de “capitalismo atencioso” em uma matéria do jornal inglês *The Guardian*, que apresenta o seguinte subtítulo: “[a] benevolente firma introduziu novas jornadas de trabalho para estagiários de verão depois que

⁸¹ Tradução nossa. No original, “a bid to improve working conditions for its junior staff”. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-goldmansachs-interns-idUSKBN0OX1LA20150617>>. Acesso em: 26/10/2018.

⁸² No original, “illustrates how Wall Street banks are seeking to curb excessive hours worked by young employees who see internships and entry-level jobs as a chance for a lucrative investment banking career”.

⁸³ Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2014-01-29/citigroup-tells-junior-bankers-to-take-saturdays-off>>. Acesso em: 26/10/2018.

um estagiário do Bank of America Merrill Lynch morreu devido a convulsões induzidas por noites em claro trabalhando”.⁸⁴

Mortes influenciadas ou causadas por jornadas de trabalho excessivamente longas não são novidade. No Japão, país cuja valorização extrema do trabalho se consolidou no pós-guerra e se intensificou devido à bolha econômica dos anos 80, o fenômeno foi reconhecido em 1987 e se tornou uma categoria específica de causa de morte, denominada *karoshi*.⁸⁵ A economia japonesa se recuperou, mas aparentemente o culto ao trabalho não se arrefeceu e as mortes por *karoshi* só fizeram aumentar. Os casos anuais, que sempre foram calculados em algumas centenas, atingiu um pico histórico em 2015. O conselho nacional das vítimas de *karoshi* estima que as mortes possam ter chegado a 10.000, número próximo àquele de vítimas de acidentes de trânsito no país (IWASAKI et al., 2006). Apesar de ser alarmante, não chega perto das cerca de 600.000 mortes anuais atribuídas ao excesso de trabalho na China, onde essa *causa mortis* também tem nome próprio: *guolaosi* (GORVETT, 2016). Um exemplo recente são as diversas tentativas de suicídio de trabalhadores da Foxconn, indústria que monta aparelhos para gigantes norte-americanas da tecnologia, notadamente a Apple. Apenas em 2010, ao menos 17 trabalhadores entre 17 e 25 anos tentaram suicídio na fábrica de Shenzhen, 13 dos quais morreram (ANTUNES, 2018, pos. Kindle 454). Medidas tomadas para evitar suicídios incluíram o aumento de salários, mas também a instalação de redes para evitar que os trabalhadores que se jogam das janelas atinjam o chão.⁸⁶

Casos-limite de uma sociedade na qual não é raro morrer ou ter problemas de saúde em ocupações profissionais que não são consideradas insalubres, ou não oferecem riscos físicos aos indivíduos. Assim, adiantamos aqui parte da discussão que será retomada à frente para introduzir e contextualizar os modos de vida associados tanto ao empreendedorismo por oportunidade quanto ao empreendedorismo por necessidade como alternativas a outros modelos de atividade profissional. Os exemplos anteriores mostram que mesmo os empregos almejados pelos

⁸⁴ Tradução nossa. No original: “The benevolent firm introduced new work hours for summer interns after Bank of America Merrill Lynch intern died from seizure induced by all-nighters”. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2015/jun/17/goldman-sachs-interns-work-hours>>. Acesso em: 26/10/2018.

⁸⁵ Que designa “morte ou incapacidade permanente por doenças cardiovasculares e doenças isquêmicas coronárias causadas por excesso de trabalho”.

⁸⁶ As redes podem ser vistas em matéria da Reuters de 2012, com imagem da rede de TV americana ABC. Apesar delas, a matéria relata mais um suicídio na fábrica, desta vez de um trabalhador de 23 anos, que teria sido o primeiro após as revisões das condições de trabalho. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/reuters/2012/06/14/funcionario-da-foxconn-se-suicida-pulando-de-predio-na-china.htm>>. Acesso em 12/01/2020. Em 2013, foram registrados mais três casos de suicídio na fábrica (ANTUNES, op. cit., pos. 475).

empreendedores de si do século passado, de cargos executivos ou qualificados, envolvem longas jornadas de trabalho e modos de vida que levam a um número que não é desprezível de problemas de saúde e a uma reorganização da vida pessoal que os torna menos atrativos.

Um dos vetores recentes dessa reconfiguração é a mudança nas leis, como a reforma trabalhista aprovada no Brasil em 2017, que mudou diversos pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A regulamentação dos contratos intermitentes de trabalho é a mudança de maior interesse para o universo do empreendedorismo individual. Esta mudança acompanha movimentos semelhantes ocorridos em outros países, como o trabalho intermitente italiano instituído pela Lei Biaggi em 2003, o Código do Trabalho em Portugal, de 2009 (KALED, 2019, p. 45), o *trabajo discontinuo* ou *contrato de fijos discontinuos* na Espanha e os *zero hour contracts* no Reino Unido, frutos de reformas que visavam aumentar a oferta de empregos pós-crise de 2008 na Europa – sob o conceito de flexisegurança, que se afasta da desregulamentação e exprime uma preocupação governamental com a negociação entre a flexibilidade exigida pelos empregadores e a segurança necessária à manutenção da dignidade dos empregados (COLNAGO, 2017, p. 34).

A lei brasileira garante o vínculo de emprego ao trabalhador e pode, assim, reduzir a informalidade em uma série de funções e formas de trabalho, ao exigir o pagamento do valor proporcional de férias e 13º salário. Mas por não garantirem um mínimo de horas trabalhadas por mês, juristas expressam preocupação com a disseminação da precarização do trabalho alimentada pela competição, além da insegurança trazida aos trabalhadores, que ficam à mercê da demanda de curto prazo e praticamente impedidos de fazer planos de longo prazo para suas vidas. Uma preocupação ainda maior diz respeito à contribuição previdenciária desses trabalhadores, restrita ao período trabalhado, que pode ser de poucas horas em um mês (KALED, op. cit., p. 50). Ainda pior, se o trabalhador tiver recolhido à previdência um valor menor do que a contribuição referente a um salário-mínimo, ele mesmo deve completar o montante.⁸⁷ Desta forma, é possível inferir que uma parcela da população terá muitas dificuldades de se aposentar já nas regras recentemente alteradas da previdência social.

Mas a redução de contribuições tende a aumentar ainda mais o déficit previdenciário e servir inclusive de motivo para novas reformas no futuro. Não surpreende que pesquisas sobre

⁸⁷ Em um exemplo extremo publicado na revista Exame, um trabalhador que tenha conseguido ganhar apenas R\$50 – cuja contribuição de R\$4 é feita pelo empregador – em um mês deveria pagar à previdência R\$70,96 (em valores de 2017) para garantir que aquele mês conte no cálculo do período trabalhado para aposentadoria (EXAME, 2017a).

trabalhadores do mercado formal sob contratos de trabalho flexíveis, entre eles o contrato intermitente, tenham apontado prejuízo ao bem-estar emocional e incidência de ansiedade, estresse e estados próximos à depressão entre esses trabalhadores – problemas mais comuns até do que entre trabalhadores informais com agendas fixas. “O alto desemprego e os tempos econômicos difíceis, combinados com práticas de trabalho flexíveis cada vez mais favoráveis às empresas, estão criando uma cultura de servidão – prendendo as pessoas em ciclos viciosos de instabilidade, estresse e uma luta para sobreviver” (CAMBRIDGE, 2014).⁸⁸

Esse novo quadro social construído a partir da modalidade de trabalho intermitente exprimem de que modos as formas do trabalho e da sociedade intensificam duas características do cidadão apresentadas anteriormente, a competitividade de todos contra todos e a atomização de um indivíduo que se torna cada vez mais responsável pela geração da própria renda até a velhice ou a morte. Passamos pelos contratos intermitentes para mostrar que os trabalhadores se deparam com condições extremas de trabalho até mesmo em empregos formais e ainda mais em modalidades de trabalho precárias, especialmente em trabalhos de menor qualificação e remuneração.⁸⁹ Essas modificações na concepção do trabalho fazem com que os caminhos do empreendedorismo ou do trabalho autônomo sejam avaliados em comparação com alternativas muito diferentes do emprego formal idealizado na CLT.

No próximo capítulo, trataremos dos *startupper*s, exemplos privilegiados do empreendedorismo por oportunidade, ou seja, o grupo que reúne indivíduos aos quais é atribuída a escolha por empreender, com ressalva para o termo “escolha”, que reflete a perspectiva racionalista questionada nesta tese. Mas antes devemos apontar que a disseminação do empreendedorismo só alcança a intensidade atual a partir de uma revalorização do empreendedorismo por necessidade, que consolida esta nova perspectiva sobre o sujeito

⁸⁸ Tradução nossa. No original: “High unemployment and tough economic times, combined with ever-increasing flexible working practices that favour corporations, is creating a culture of servitude – trapping people in vicious cycles of instability, stress and a struggle to make ends meet”.

⁸⁹ De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia de julho de 2019, 15% das vagas de trabalho oferecidas no Brasil desde 2017 são intermitentes. As principais ocupações dessa modalidade são: alimentador de linha de produção, servente de obras e faxineiro. Cf. “Em quase 2 anos de reforma trabalhista, 15% das vagas criadas no país são para intermitentes” G1. <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/25/em-quase-2-anos-de-reforma-trabalhista-15percent-vagas-criadas-no-pais-sao-para-intermitentes.ghtml>>. Acesso em 09/12/2019. Essa forma de trabalho tem registrado aumento. “Foram registradas 10.177 vagas com esse tipo de contrato flexível, o que corresponde a 21% do total de 48.436 postos criados no país em junho. [...] A participação do modelo de trabalho intermitente no saldo de vagas formais saltou de 5,5% no primeiro semestre de 2018 para 9,4% no mesmo período deste ano”. Cf. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/16/economia/1565912666_363357.html>. Acesso em 19/11/2019.

empreendedor tornado mais do que apenas um empreendedor de si mesmo orientado a investir em um si futuro. O que denominamos aqui empreendedorismo de fato ainda envolve a construção de uma forma específica de si, das relações que serão estabelecidas consigo e com os outros. Pois agora este sujeito emerge sobre um mundo no qual empreender a si próprio é indissociável de se tornar empreendedor de algo no presente, mesmo que seja de uma atividade autônoma individual.

Nesse deslocamento na condição empreendedora, um movimento significativo é a celebração midiática do aumento de microempreendedores individuais, via de regra desempregados que se tornaram autônomos, como aponta Júlia Salgado, “[t]ransformando necessidade em oportunidade” (SALGADO, op. cit., p. 134) e mesclando a distinção anterior entre oportunidade e necessidade. A pesquisadora destaca que a popularização do microempreendedor individual (entre outras iniciativas, por meio do programa MEI, do governo federal) é parte de um “processo de responsabilização individual pela geração do emprego próprio e até mesmo do emprego alheio” (ibid., p. 38).

Evidencia-se aí mais uma vez a separação entre indivíduo e meio, o que neste caso significa que o Estado não teria a responsabilidade nem o papel de atuar na redução do desemprego. Além disso, os empreendedores batalhadores brasileiros incluem desde vendedores de comida, pequenos negócios próprios como oficinas e salões de beleza até os trabalhadores informais, em um momento no qual o sonho de ser dono do próprio negócio é uma tendência crescente. “O empreendedorismo mobiliza o campo do trabalho em todas as camadas sociais, desde os empresários das grandes corporações até pequenos comerciantes, motoristas de Uber e trabalhadoras do setor de serviços” (ROQUE, 2018).

Por fim, é importante notar as investidas culturais na positivação indiscriminada do empreendedorismo mesmo entre aqueles mais pobres, o que reforça a responsabilização de que tratamos. Este caso pode ser ilustrado com outra campanha publicitária do banco Santander. Seu protagonista é Rick Chester, ex-vendedor de água no calçadão de Copacabana que ganhou fama ao publicar uma série de vídeos chamada “minuto do empreendedorismo” no YouTube. O primeiro vídeo, intitulado “A crise está dentro das pessoas”⁹⁰ explica como qualquer um poderia pedir R\$10 emprestados, comprar água mineral e gelo na Central do Brasil e vender água na praia de Copacabana. Falando para desempregados do Rio de Janeiro, a conclusão do vendedor é que “se vender água não é para você, então a crise não está no Brasil, está dentro de você”.

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z7jFDKX8NDg>>. Acesso em 08.09.2018.

Portanto, o humano econômico na atualidade, mais do que ser alguém que defende os próprios interesses ou se produz como a uma empresa, é aquele que não deve contar com o coletivo, nem deve atribuir sua condição a crises sistêmicas. Se o emprego formal não está disponível, deve resolver seu problema por conta própria, nem que seja como vendedor informal. No segundo vídeo, o empreendedor ensina o conceito de controle de gastos e oferece outra lição aos espectadores.

Se pegarem toda a riqueza do planeta e distribuírem em partes iguais para todas as pessoas do universo, esse dinheiro vai voltar rapidamente para as mesmas mãos. Sabe por quê? Porque é uma questão de organização e porque ninguém fica rico com quantidade do que ganha, mas sim com aquilo que consegue poupar daquilo que ele ganha. [...] Se organize e não fique culpando o planeta porque você não deu certo. A culpa certamente é sua. Reveja seus conceitos.⁹¹

Escolhemos destacar as falas de Rick por reproduzirem praticamente *ipsis litteris* os ditames do empreendedorismo promovidos nesse novo formato do humano econômico que é racional, desligado das coletividades e responsável pelo próprio futuro – além de desviar dos problemas sistêmicos. Mas diferentemente do empreendedor de si que investe na própria formação a fim de auferir renda futura (por exemplo, matricular-se em um curso técnico ou em uma universidade), o empreendedor atual é uma vida-emprego imediata em todas as suas dimensões, o que inclui usar o próprio dinheiro ou pegar empréstimos, usar seu tempo livre e seus bens pessoais para obter lucro, mas também agir por conta própria, descolado de uma sociedade da qual nada deve esperar. Além de que se tornar celebridade na Internet e estrelar uma campanha publicitária de alcance nacional, Rick também foi convidado a dar uma palestra na *Brazilian International Live Conference* na Universidade de Harvard (GAÚCHAZH, 2018).

Para além de uma comunhão de interesses que move a promoção da ação individual como solução para o desemprego, esse dispositivo produz uma forma geral, do empreendedor solitário, sob a qual muitos indivíduos devem se conformar. A partir do conceito de precariado, de Guy Standing⁹², Lorusso (2016) cunhou o termo “emprecariado” para dar conta desse estado que é não apenas precário, mas exige um comportamento empreendedor ativo dos indivíduos que

⁹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DoSiyL8dlVI>>. Acesso em 08.09.2018.

⁹² Standing (2014) propõe uma nova classificação das classes sociais a partir do rendimento médio, que começaria por uma plutocracia, passando por uma elite que funciona como classe dominante, em seguida o “salarizado”, depois os *proficians*, que seriam os profissionais liberais e, por fim, o precariado, que seria uma classe-em-construção para o autor. “O trabalho desempenhado pelo precariado é, de sua natureza, frágil e instável, andando associado à casualização, à informalização, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego e a esse novo fenômeno de massas chamado crowd-sourcing [...]”.

competição por trabalho e renda. Segundo o autor, “[n]a sociedade emprecária, todo mundo é um empreendedor e ninguém é estável” (ibid.). Por um lado, a situação geral é de insegurança. Lorusso cita uma passagem em que Standing define seu precariado como um grupo que tem identidades e vidas compostas por partes desarticuladas, nas quais não seria possível construir carreiras sustentáveis. Por outro, completa que “não se pode descrever o precariado sem se referir a um entusiasmo genuíno, às vezes eufórico, que emerge dessas condições. Este ânimo é fundamentalmente empreendedor” (LORUSSO, 2016, tradução nossa).⁹³

O autor agrega sob o neologismo “emprecariado” tanto o *startupper* que levanta investimento para iniciar uma empresa inovadora quanto os profissionais que têm sucesso ao mudar de uma empresa a outra constantemente, até artistas e acadêmicos que se desdobram em bancas, congressos e conferências internacionais. O comportamento empreendedor está disseminado por toda a sociedade e o papel ativo do sujeito parece ser intensificado na construção de seu presente, mais do que de seu futuro. Segundo Lorusso, essa condição deve ser vista ainda como um privilégio em um tempo no qual os indivíduos seriam empurrados para se vender diante de uma situação de insegurança estrutural.

Na sociedade emprecária, todos são empreendedores e ninguém é estável. [...] Porém, a condição emprecária é privilegiada, quando apenas uma minoria dos trabalhadores precários podem ter ambições empreendedoras reais. Para o resto, o emprecariado sinaliza a fusão de economia e política ou, mais precisamente, a dissolução da política na economia: a precariedade estrutural que a política é incapaz de prevenir é reformulada como uma chamada à ação para os indivíduos se venderem (ibid.).⁹⁴

Entendemos que Lorusso se refere a um privilégio do empreendedorismo ao considera-lo apenas suas faces de criatividade e autonomia. No entanto, como discutimos, esta condição está completamente disseminada na sociedade, nas mais diversas formas, pelo isolamento da ação individual de quaisquer projetos coletivos. A dissolução da política, ou da própria democracia é um dos desafios mais urgentes da atualidade e vem sendo operada pela fragilização das

⁹³ No original: “But one can’t properly describe the precariat without referring to a genuine enthusiasm, sometimes of a euphoric kind, that often emerges from these conditions. This animation is fundamentally entrepreneurial, it’s a dynamic energy that demands to turn precarity into flexibility, at least at the level of perception”.

⁹⁴ Tradução nossa. No original, “In the entreprecarious society, everyone is an entrepreneur and nobody is stable. [...] Yet, the entreprecarious condition is a privileged one, as only a minority of precarious workers are allowed to have realistic entrepreneurial ambitions in the strict sense. For the rest, the entreprecariat signals the fusion of economics and politics, or, more precisely, the dissolution of politics into economics: the structural precarity that politics is not able to prevent is reframed into a call to action for individuals to market themselves”.

instituições, a desconfiança na efetividade de ações coletivas e o desmonte do Estado de bem-estar (ROQUE, op. cit.).

Essas mudanças não deveriam ser contrastadas com nenhuma espécie de passado idealizado. Guy Standing (op. cit.) alerta que a condição precária, por mais insegura que seja, não deveria gerar nostalgias. Contra Sennett e sua tese da corrosão do caráter que remeteria à perda de uma época que seria áurea do capitalismo, argumenta que a social-democracia perdeu base eleitoral por apresentar propostas que tinham ares de regresso. Para o autor,

hoje em dia o precariado encontra-se, de facto, psicologicamente livre do laborismo, o que faz dele a atual classe perigosa. Isso mesmo foi esplendidamente expresso num graffiti subversivo desenhado por alguém do movimento dos indignados: “O pior seria voltar à velha normalidade” (STANDING, 2014).

Da mesma forma que aqueles que resistiam à proletarização no século XIX, essa classe perigosa seria um indício da crise da democracia representativa e a rejeição de velhos projetos de governo, levantando novos problemas a serem resolvidos. Entendemos que essa hipervalorização do empreendedorismo faz parte de uma forma de governo cujos pontos mais instigantes parecem ser o descolamento do indivíduo de seu meio e a contração do âmbito temporal das ações desses sujeitos, que se ancoram no presente.

Obviamente não se podem ignorar as condições socioeconômicas e culturais na construção de possibilidades de trabalho e vida. Isso fica especialmente evidente no Brasil, onde as formas de socialização, das interações entre diferentes classes econômicas e as relações individuais – especificamente entre patrão e empregado – assumem formas que se não são únicas, diferem significativamente daquelas encontradas nos países desenvolvidos. Trataremos de algumas das dimensões dessas relações no último capítulo, ao discutir o trabalho de plataforma. No entanto, o impulso ao empreendedorismo entre os mais pobres é digno de nota.

Uma dessas iniciativas foi verificada por Carlos Gutierrez, em etnografia com frequentadores da Igreja Universal. O pesquisador indica que 40% dos moradores de favelas, a maioria pertencente à classe C, têm vontade de abrir um negócio próprio.⁹⁵ Como um dos agentes fomentadores desses projetos, “encontramos durante o trabalho de campo um considerável estímulo ao empreendedorismo; críticas ao trabalho formal visto como ‘exploração’, assim como

⁹⁵ A partir da pesquisa do Instituto Data Favela, citado pelo pesquisador e disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Anexos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_2%C2%BA%20Forum%20Favela_Consolidado.pdf>. Acesso em 09/03/2019.

juízos a respeito da estrutura de classes no Brasil” (GUTIERREZ, 2017, p. 214). Portanto, na mesma linha de Lorusso e Standing, podemos concluir que o trabalho assalariado figura cada vez menos entre as aspirações das classes econômicas média-baixa e baixa. Isso não quer dizer que deixam de almejar a carteira assinada e os direitos que garante, mas que a realidade do trabalho formal é diferente daquela que se pode inferir apenas ao compara-los abstratamente. Por isso,

o repertório normativo dos atores acerca do “trabalho assalariado” indica a total descrença no mesmo. Bispos e pastores afirmam em diversos momentos que trabalhador não consegue ganhar dinheiro no Brasil e, por isso, somente o empreendedorismo representaria uma possibilidade real de mudança de vida (ibid., p. 241).

O pesquisador alerta que não se trata de uma unanimidade entre pastores, mas é um discurso prevalente na Igreja, que chegou a convidar um *coach* para se apresentar aos fiéis, indicando que o trabalho formal não seria vantajoso para a formação do *networking* necessário ao crescimento de um eventual futuro negócio próprio, e para isso o trabalho *freelancer* seria mais indicado (ibid., p. 242). Outra faceta do trabalho assalariado entre os mais pobres, que discutiremos mais tarde, mas deve ser pontuada de antemão, é a humilhação que muitas vezes sofrem de seus patrões (e discutiremos no último capítulo). Temos aí algumas dimensões adicionais a considerar quando tratamos da explosão desses precários aspirantes a empreendedor.

Adiantamos nesta seção algumas dimensões da promoção do empreendedorismo com o objetivo de demarcar a perspectiva pela qual os objetos da tese serão avaliados nos próximos capítulos. Para ilustrar as novas relações instauradas na atualidade, primeiro vamos explorar um campo inédito, que é o das *startups* (empresas pequenas, ágeis e inovadoras que se erguem a partir de uma proposta de ruptura por meio da tecnologia digital), com o objetivo de compreender os atores envolvidos no desenvolvimento dessas empresas e desses empreendedores. Esta imersão contemporânea visa investigar o papel das TICs nesse movimento, que toma nova forma a partir da noção de que essas tecnologias são um vetor privilegiado de mudança comportamental e social. Em seguida, passaremos às plataformas, primeiro na discussão do recente fenômeno de plataformização da sociedade e depois, do trabalho de plataforma, principal objeto da tese.

2 Desdobramentos do empreendedorismo de si nas TICs: *startupper*s

Neste capítulo, discutiremos um dos desdobramentos da forma contemporânea desse humano econômico, que é o fenômeno crescente do empreendedorismo inovador digital representado pelos *startupper*s. Desta forma, nosso humano econômico encontra as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e passamos a tratar também desta dimensão sociotécnica da produção de formas de vida. Esta é uma das expressões do que chamamos empreendedorismo de fato, quando a mentalidade empreendedora se torna vinculada necessariamente à criação de empreendimentos no presente e se afastam da forma do assalariamento e do investimento em um si futuro. Nosso interesse permanece concentrado nas formas culturais e éticas ou subjetivas que emergem deste novo quadro e o objeto nos permite identificar.

Reiteramos que não propomos aqui narrativas totalizadoras, nem tampouco rupturas definitivas. Enquanto o trabalhador qualificado da seção anterior não sugere uma obliteração do empreendedor que constrói empresas na última metade do século XX, o foco nos empreendedores inovadores digitais obviamente não anuncia o fim imediato dos trabalhadores assalariados, nem da ideia de carreira progressiva. Contudo, introduz mudanças na percepção dos indivíduos e em seu comportamento em relação ao trabalho e à sociabilidade, ao que é socialmente considerado correto e bom. Propomos aqui dar conta de fenômenos que sejam ao mesmo tempo significativos nas formas de construção da vida individual e exemplares das transformações que propomos identificar no governo das populações, mesmo que ainda não reflitam a condição majoritária dos indivíduos.

2.1 *Startups*: empreendedorismo inovador tecnológico na atualidade

As *startups* fazem parte do processo de busca de inovações tecnológicas em todas as áreas da sociedade, eminentemente aquela promovida pelas TICs. A inovação parece tomar o lugar do progresso como palavra de ordem do crescimento econômico, que é um imperativo.

Aparentemente, nós não temos escolhas sobre crescer e inventar ou não, porque é o que a estrutura profunda do capitalismo manda. A única questão interessante

é, portanto, como o crescimento vai ocorrer e com quais tipos de mudança tecnológica? (HARVEY, 2010, p. 200)⁹⁶.

Questionar o crescimento econômico é considerado uma heresia. A declaração feita pela economista Maria da Conceição Tavares em 2014, de que “ninguém come PIB, come alimentos”⁹⁷, provocou celeuma ao ser tirada do contexto da entrevista – na qual defendia que o crescimento geral da economia brasileira, que era considerado relativamente baixo, não deveria ser usado como única régua para medir os avanços realizados pelo país, enquanto agentes do mercado financeiro defendiam o aumento do desemprego para conter a inflação (medidas que estão sendo tomadas atualmente).⁹⁸ A fala da economista, que ecoa a pergunta acima de Harvey e a abordagem que seguimos neste trabalho, propõe questionarmos as formas pelas quais se está buscando crescimento, quais seriam as alternativas e os resultados de caminhos diferentes.

Já no século passado, a invenção era tida como caminho para o crescimento. Na atualidade, ela se desdobra em inovação. “É mais ou menos axiomático, pelo menos em um sistema econômico capitalista, que o crescimento depende da inovação. E quanto mais global e competitivo for esse sistema, maior será a necessidade de rapidez nessa inovação” (HUWS, 2010).⁹⁹ Entretanto, boa parte desta inovação muitas vezes provém de fontes muito diferentes de laboratórios como o Xerox PARC dos anos 1970. Vem de uma miríade de pequenos negócios que são incorporados às grandes empresas de tecnologia. Mais recentemente, uma onda de aquisições de pequenas empresas por grandes corporações inflacionou este mercado não apenas financeiramente, mas absolutamente. As *startups* emergem na posição de criadoras de produtos, serviços e soluções inéditos em um cenário no qual o financiamento e o investimento se tornam baratos por causa das políticas econômicas adotadas após as recentes crises econômicas.

⁹⁶ Tradução nossa. No original: “We seem not to have choices over whether or not to grow or to invent because that's what the deep structure of capitalism mandates. The only interesting question is, therefore, how is growth going to occur, and with what kinds of technological change?”.

⁹⁷ Entrevista disponível no site do Jornal Extra. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/economia/maria-da-conceicao-tavaresninguem-come-pib-come-alimentos-11973827.html>> Acesso em 10/11/2019.

⁹⁸ As medidas envolvem a redução do investimento estatal e foram elogiadas, entre outras pessoas, pelo presidente do Itaú Unibanco, entrevistado pela Folha de SP. “o nível elevado de desemprego, hoje na casa de 12%, permite crescimento sem impacto sobre a inflação. ‘Quando tem fator de produção sobrando tanto, significa que podemos crescer sem pressões inflacionárias [sic]’, afirmou. ‘Isso deixa a situação macroeconômica do Brasil tão boa quando nunca vi na minha carreira’, disse”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/presidente-do-itaun-avalia-que-declaracoes-de-bolsonaro-nao-atrapalham-reformas.shtml>> Acesso em 10/11/2019.

⁹⁹ Tradução nossa. No original: “It is more or less axiomatic, at least in a capitalist economic system, that growth depends on innovation. And the more global and competitive that system is, then the greater is the need for rapidity in this innovation”.

Nick Srniceck (2016, p. 20-32) resume este cenário a partir da política monetária frouxa dos anos 1990 que levou à bolha pontocom. Depois disso, taxas de juros baixas levaram à bolha imobiliária que desembocou na crise econômica global de 2008 e levou ao colapso de diversos bancos norte-americanos. Os bancos foram salvos com um gasto de dinheiro público da ordem de 700 bilhões de dólares, multiplicando o déficit do governo em quase 10 vezes entre 2007 e 2009. O aumento da dívida pública, por sua vez, serviu de mote para que políticas de redução do Estado, privatização e austeridade fossem adotadas em vários países, que passaram a estimular a economia por meio da redução de juros e o *Quantitative Easing* (QE), que é o aumento da base monetária para compra de ativos do mercado. A redução das taxas de juros diminuiu o custo da dívida corporativa e aumentou o preço das ações nas bolsas de valores em um movimento que visava criar uma espécie de enriquecimento em cascata que se traduzisse em maior atividade econômica, mas as evidências sugerem que fracassou. Enquanto isso, os lucros corporativos cresceram significativamente no período pós-crise, o que aumentou a acumulação de dinheiro em paraísos fiscais como estratégia de evasão fiscal, especialmente entre empresas de tecnologia.

Ainda segundo Srniceck, essas políticas monetárias foram decisivas para a instalação da infraestrutura da chamada economia digital nos anos 1990 e do modelo de “crescimento antes do lucro” sob o qual atuam muitas *startups* e plataformas na atualidade. Depois de 2008, a busca por maiores retornos financeiros não teve impacto apenas no preço das ações, mas também no aumento de interesse das gigantes do setor de tecnologia por negócios com lucros menores, ou mesmo sem lucros (ibid., p. 59).¹⁰⁰ A discussão econômica não está no centro desta tese, mas merece ser mencionada a fim de reforçarmos a presença do vetor econômico entre aqueles que impulsionam os dispositivos de assujeitamento.

A escolha das *startups* se baseia tanto pela intensidade das mudanças que provocam, quanto por sua relevância geral no momento de competição global em que o crescimento econômico exige inovação, aparentemente a qualquer custo. Começaremos a descrever as características gerais das *startups* e a percepção de seu papel pelo governo estatal e pela mídia

¹⁰⁰ Esse movimento dará origem à expansão das plataformas, que serão o objeto dos últimos capítulos da tese. É importante destacar que o acúmulo de dinheiro nos EUA só fez aumentar depois do período analisado por Srniceck, desde as medidas tomadas por Trump. Em 2018, as empresas americanas tiveram lucro recorde, assim como foi recorde o valor de dinheiro acumulado, próximo a US\$3 trilhões. Enquanto isso, os fundos de investimentos teriam cerca de US\$2 trilhões ainda não investidos e o 1% mais rico do país, US\$303 bilhões em dinheiro, contra US\$15 bilhões antes da crise de 2008. Isso explicaria parcialmente o investimento em empresas que não dão lucro. Cf. “Too much money (and too few places to invest it)”. Axios. Disponível em: <<https://www.axios.com/money-companies-investors-assets-buybacks-dividends-f0a4d79b-bfa7-4205-9d27-f09b50266307.html>>. Acesso em 06/01/2020.

para depois concentrarmos-nos na investigação dos processos de produção dessas empresas e, em seguida, dos empreendedores que as movem.

Apesar de *startups* estarem em evidência, não parece haver definição consolidada do termo¹⁰¹. Na descrição disponível no site do Sebrae, “uma *startup* é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza” (SEBRAE, 2014). O Programa Nacional de Aceleração de *Startups* do início da década, chamado “Start-Up Brasil”, as define como empresas emergentes que desenvolvem “*software*, *hardware* e serviços de tecnologias da informação ou ainda que se proponham a utilizar *software*, *hardware* e/ou serviços de TI como elementos do seu esforço de inovação” (MCTI; CNPQ; SEPIN, 2014). A principal característica em comum entre as duas definições é a inovação, mais especificamente envolvendo o uso e desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação (TICs), tratada como essenciais para que uma empresa seja considerada *startup*. Via de regra, são empresas digitais que tenham o objetivo de “causar disrupção”¹⁰² em algum nicho de mercado. Segundo a apresentação do programa Start-Up Brasil, as *startups* “cumpram com a função de continuamente revitalizar o mercado”, compondo o programa estratégico “que elege as TICs entre os programas prioritários para impulsionar a economia brasileira” (MCTI et al., 2012), o que corrobora o vínculo descrito no início deste capítulo.

Outra característica importante dessas empresas é a possibilidade de gerar grande impacto e altos lucros a partir de investimentos relativamente baixos. Uma empresa digital, voltada para a oferta de serviços via Internet, não depende de alto investimento inicial em instalações, infraestrutura, matéria-prima ou estoques, enquanto o investimento em máquinas tem se barateado com a oferta de aluguel de computadores (servidores) e quando até mesmo escritórios podem ser compartilhados com outras empresas em estágio inicial, em espaços chamados *coworking*. O maior investimento parece se concentrar em mão-de-obra, trabalhadores para

¹⁰¹ O termo *startup* não tem tradução literal em português. A expressão inglesa *to start-up* significa “colocar algo em movimento”. O site do Sebrae dedicado a *startups* dá mostra desse dissenso: “Muitas pessoas dizem que qualquer pequena empresa em seu período inicial pode ser considerada uma *startup*. Outros defendem que uma *startup* é uma empresa inovadora com custos de manutenção muito baixos, mas que consegue crescer rapidamente e gerar lucros cada vez maiores” (SEBRAE, 2016).

¹⁰² A palavra disrupção não é muito comum, mas consta no dicionário Michaelis, definida por “Quebra de um curso normal de um processo.” Cf. <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/disrup%C3%A7%C3%A3o/>>. Em inglês, o verbo “disrupt” é usado no sentido de ruptura de um modo de agir.

estruturar a operação da empresa: desenvolvedores e programadores, designers e profissionais de marketing para criar, fazer a manutenção e melhorias nos *websites* ou aplicativos que constituem a interface dessas empresas. Caso consigam consolidar um serviço diferenciado em um nicho de mercado sem concorrentes diretos, é grande seu potencial de receita.

Seguindo o aumento de novas empresas no Brasil nos últimos anos, a disseminação das *startups* no país também pode ser constatada em pesquisas e na mídia. As estimativas variam bastante, mas não é difícil encontrar mostras do número de empresas criadas para oferecer produtos ou serviços inovadores.

Cada vez é mais comum empreendedores investirem em startups para começar um negócio. São empresas da área de tecnologia, inovadoras e sem medo de arriscar. Em geral, são comandadas por jovens empreendedores com pouco dinheiro e muitos sonhos. No Brasil, existem mais de 10 mil empresas com esse perfil. Só em 2012, elas movimentaram quase R\$ 2 bilhões (G1, 2014).

Segundo levantamento feito pela ABStartups (Associação Brasileira de Startups), em 2015 o número de empresas desse formato em desenvolvimento chegava a 4.151, contabilizando crescimento de 18,6% num período de seis meses (EXAME, 2017b).

Conforme vimos anteriormente, a atividade empreendedora em geral é mais vigorosa nas Américas, e se for considerado o empreendedorismo por necessidade em tempos de altas taxas de desemprego, esses números aumentam. No entanto, a existência de um imaginário em torno do potencial das *startups* parece ser um fator relevante para explicar a intensidade do fenômeno – de acordo com a pesquisa do GEM (2017), o número de empreendedores motivados por inovação nas economias em desenvolvimento é mais que o dobro daqueles que o fazem por necessidade. Esse imaginário é composto por seres míticos, como unicórnios (empresas que atingem a avaliação de US\$ 1 bilhão), e mitificados, como os investidores-anjo (aqueles que apoiam as primeiras etapas do projeto, com poucas garantias de que terá sucesso). Assim, podemos resumir que a aspiração dos *startupper*s é criar um unicórnio.

Mas o impacto e o sucesso econômico de algumas empresas de tecnologia parecem fazer com que as *startups* em geral sejam superestimadas, mesmo se forem considerados todos os potenciais que mobilizam. Em matéria da revista *Wired* sobre *startups* do Vale do Silício, um desenvolvedor conta que trabalha em um projeto para “desintermediar médicos”. Tratava-se de um aplicativo que seria capaz de analisar sinais vitais e fazer o acompanhamento da saúde do indivíduo sem a necessidade de exames e, segundo ele, “tornaria os médicos obsoletos” (LEWIS-

KRAUS, 2014).¹⁰³ Outro desenvolvedor estava trabalhando para resolver o “problema da folha de pagamento”. Quando é questionado qual problema estava resolvendo, responde que é simplesmente a folha de pagamento. Na avaliação do entrevistador,

[o] programador não podia nomear o problema com a folha de pagamento que sua empresa estava resolvendo: ele pensava que ele estava simplesmente resolvendo um problema chamado folha de pagamento. Ele estava em uma folha de pagamento pela primeira vez na vida e, é desnecessário dizer, nunca teve problemas de folha de pagamento (ibid.).¹⁰⁴

Esse programador fazia parte de uma *startup* que recebeu investimento da Y Combinator, uma das aceleradoras mais famosas do mundo, que já impulsionou o desenvolvimento de Airbnb e Dropbox, entre outras empresas que se tornaram referências em suas áreas. Por isso, sentia que não estava em uma empresa que trabalhava com melhorias incrementais, resolvendo problemas específicos da folha de pagamento, mas trabalhando em um projeto revolucionário que resolveria o problema denominado “folha de pagamento”. Isso certamente funciona como estímulo ao engajamento em um projeto, mas alimenta uma percepção que pode ser irreal em relação ao trabalho e ao real potencial dessas empresas.

Outro caso sintomático da fascinação com os produtos tecnológicos das empresas digitais é o de uma *startup* sueca chamada Natural Cycles. O produto que vende é o aplicativo para celular de mesmo nome, com uma promessa revolucionária: seria o primeiro contraceptivo digital do mundo. Para aumentar a expectativa em torno do aplicativo, sua criadora é Elina Scherwitzl, doutora em física de partículas e ex-cientista do grupo de pesquisas que encontrou o bóson de Higgs no CERN (LUNDIN, 2016). O processo parece ao mesmo tempo simples e engenhoso. Por uma assinatura anual de 60 libras (cerca de 315 reais), as clientes recebem pelos correios um termômetro basal de alta precisão e deve medir a própria temperatura pela manhã. Depois de informar a temperatura no aplicativo, munido de algoritmos sofisticados capazes de detectar “a ovulação e as diferentes fases do seu ciclo”, receberia “previsões precisas para os próximos ciclos”.¹⁰⁵

¹⁰³ Tradução nossa. Trecho completo no original: “Basically it's this thing that's going to disintermediate doctors. It checks your vitals for you, like that thing on Star Trek, and it's going to totally disrupt the medical industry. It's going to make doctors obsolete” (LEWIS-KRAUSS, 2014).

¹⁰⁴ Tradução nossa. Trecho completo no original: “The Ruby developer couldn't name a problem with payroll that his company was solving; he thought they were just solving a problem called payroll. He was only on payroll for the first time in his life, and needless to say had never himself run into payroll problems”.

¹⁰⁵ Cf. Natural Cycles – How it Works. Disponível em: <<https://www.naturalcycles.com/pt/contraception/howitworks>>. Acesso em 31.08.2018.

O verniz tecnológico parece ter obscurecido o que é um dos métodos contraceptivos mais antigos e menos confiáveis, a tabelinha. Porém, o aplicativo e seus algoritmos prometiam aumentar drasticamente sua eficácia, produzindo um método contraceptivo natural, sem uso de hormônios. Assim, foi aprovado pelo FDA (*Food and Drug Administration* – agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos) (BUHR, 2018) e pela Tüv Süd – *Technischer Überwachungsverein*, associação para inspeção técnica responsável pela certificação de produtos na Alemanha (SUDJIC, 2018). Apesar das certificações, os resultados do aplicativo podem ser resumidas pela frase de abertura da matéria do jornal inglês The Guardian intitulada “No último verão, eu fiz um aborto”. O texto indica que a *Natural Cycles* já registra mais de 700 mil clientes de mais de 200 países, mas o registro do aplicativo está sendo revisto na Suécia porque um dos maiores hospitais do país relatou que 37 das 668 mulheres que fizeram abortos em janeiro usavam o aplicativo como único método para controle de natalidade (ibid.).

Esse movimento de reinterpretação do que é revolucionário tem raízes na chamada Ideologia Californiana, uma mistura paradoxal de utopias hippies com a defesa da desregulação dos mercados que foi abraçada por indivíduos bem remunerados em um setor que teria sido beneficiado por investimento e incentivos estatais (BARBROOK; CAMERON, 1996). A onda de planos ambiciosos que atribuem à tecnologia e às empresas inovadoras a capacidade de promover mudanças radicais é definida como solucionismo tecnológico (MOROZOV, 2013) e solucionismo empreendedor (KEANE; CHEN, 2019).¹⁰⁶ Trata-se da crença de que problemas socioeconômicos podem ser isolados e resolvidos por meio do desenvolvimento de novas tecnologias que alteram o modo como cada atividade específica é realizada. Keane e Chen (ibid., p. 11) enumeram áreas gerais que sofreram mudanças após a consolidação das *startups* chinesas, de compras à conexão com amigos, mas questionam a possibilidade de uma ética individualista ocidental que promove rupturas criativas de baixo para cima se adaptar ao sistema político chinês, fundado no coletivismo e na harmonia social.

Os exemplos indicam que o ímpeto de produzir novos serviços e empresas inovadoras pode negligenciar dimensões-chave dos processos socioeconômicos que busca revolucionar. Discutiremos esse problema mais detalhadamente quando tratarmos das plataformas, que se

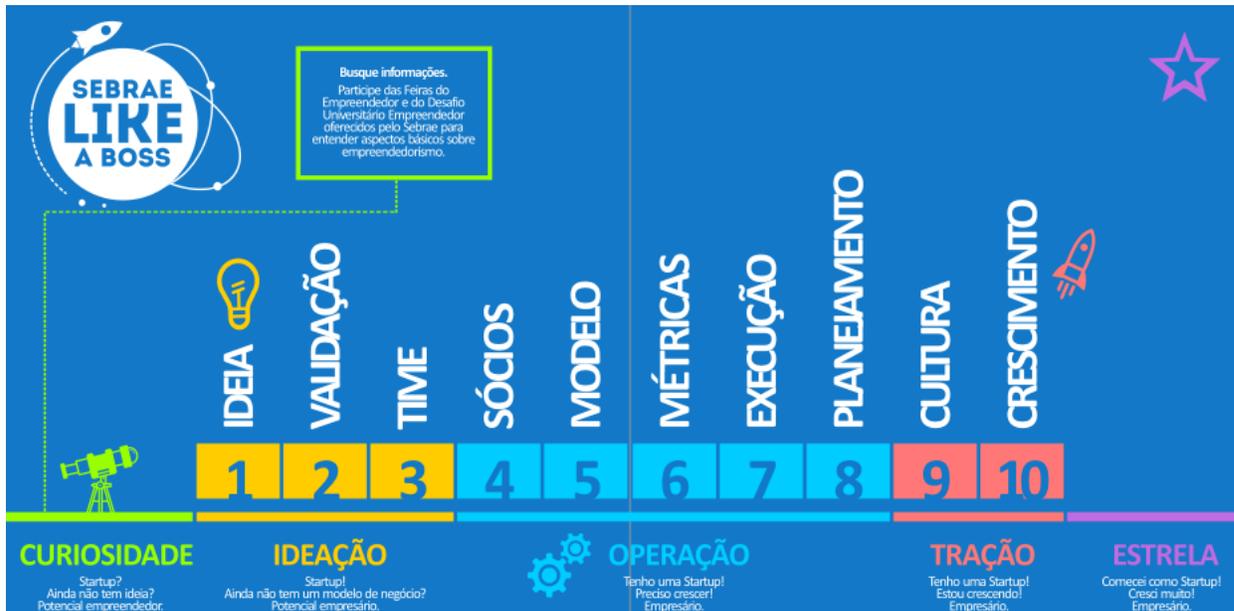
¹⁰⁶ Traduções nossas. Nos originais, “technological solutionism” e “entrepreneurial solutionism”. Keane e Chen (op. cit., p. 3) atribuem o termo “solucionismo”, usado no artigo para tratar dos empreendedores digitais, a Morozov, que fala do solucionismo tecnológico que será discutido em detalhes no capítulo sobre plataformas: “The new digital entrepreneur class might best be considered ‘solutionists’, a term coined by Evgeny Morozov”.

disseminam com propostas semelhantes, mas entendemos que é importante destacar esse entrelaçamento de solucionismos que impele a criação de *startups* desde já. Por fim, devemos alertar que os casos visam ilustrar, sem a pretensão de produzir um diagnóstico geral, o imaginário que envolve tais iniciativas individuais, mas também governamentais, e mudanças coletivas produzidas em torno das capacidades revolucionárias de tecnologias e *startups*.

Ainda que possa fazer sentido ter planos ambiciosos de mudanças radicais em vez de melhorias marginais em produtos e serviços, esse pensamento deveria estar ancorado nas possibilidades confirmadas por evidências. O modo de pensar que hipervaloriza o poder das *startups* parece andar de mãos dadas com outra linha de pensamento, que parece superestimar as possibilidades de sucesso dessas empresas. Ou seja, mesmo se tratando de um ambiente altamente arriscado (e que proporciona altos retornos em contrapartida), o ímpeto empreendedor não parece ser contido pelas taxas de fracasso dessas empreitadas. Discutiremos o processo de criação e manutenção das *startups* a seguir para apresentar as relações estabelecidas a partir do engajamento na produção dessas estruturas digitais inovadoras.

2.2 O ecossistema das *startups*: uma fábrica de fábricas

O processo de criação de uma *startup* envolve diversos atores e elementos. Um exemplo didático desse processo é a cartilha chamada “10 dicas para tirar sua ideia do papel e montar uma *startup* de sucesso”, do SEBRAE, onde as dicas são apresentadas em um passo-a-passo. Os 10 passos são divididos em etapas (Fig. 4, abaixo) e, para cada uma delas, é sugerida uma série de atividades ao aspirante a empreendedor, assim como diversos atores, instituições e empresas com as quais o empreendedor deve interagir a fim de construir uma empresa de sucesso.

Figura 3: etapas da criação de uma *startup*

Tratando-se de um manual para aspirantes a empreendedor, é de se esperar que os atores centrais sejam os próprios empreendedores e seus projetos ou suas empresas. Também podemos notar a linearidade do processo. Neste passo-a-passo, o potencial empreendedor começa com a curiosidade sobre *startups*, tem uma ideia e progride na construção de sua empresa a partir de negociações com outros atores. Por exemplo, na etapa 3 deve-se encontrar um time e na quarta etapa, sócios. Durante a operação (passos 4 a 8), o Sebrae indica incubadoras, aceleradoras, investidores-anjo etc. Depois de cada novo passo, a *startup* ganha elementos novos e passa às fases posteriores, arregimentando outras empresas, consultores e trabalhadores para se inserir em um mercado a partir do desenvolvimento de um produto ou serviço. Assim, encadearia esses elementos para realizar sua produção e alcançar o sucesso.

No entanto, esse chamado ecossistema é um tanto mais complexo do que o apresentado na cartilha. E o caminho para o sucesso, menos linear do que pode parecer. Como o objeto desta pesquisa é o sujeito empreendedor, passaremos rapidamente por esses elementos apenas para embasar a hipótese de que a criação de *startups* é um processo no qual participam diversos atores, com seus interesses particulares, que se combinam em redes provisórias e produzem efeitos contingentes, nem sempre previamente planejados.

Neste ecossistema, destacam-se os seguintes grupos: Investidores (que incluem *Local VCs* – *Venture Capitalists*, investidores de risco locais –, *Global Investors* e *Business Angels*); Aceleradoras, que são empresas cujo objetivo pode ser explicado de forma redundante com sua denominação, aumentar a velocidade de crescimento das *startups* por meio de investimento financeiro e consultoria; Mídia e Eventos, no qual interessa a variedade de eventos produzidos para empreendedores e aspirantes, que será detalhada na próxima seção.¹⁰⁷ Por serem empresas de custos iniciais relativamente baixos, as *startups* são igualmente baratas de se financiar, o que multiplica a quantidade e os tipos de investidores interessados nesses negócios. Por isso, o ambiente competitivo das *startups* do Vale do Silício foi descrito como uma “corrida do ouro” em matéria da revista *Wired*, na qual um grupo de investidores-anjo era vinculado a uma loja de tapetes persas – um ambiente inusitado, mas por ser frequentado por compradores desses caros tapetes, proporciona um ótimo *networking* (LEWIS-KRAUS, 2014). Reportagem sobre *startups* brasileiras indica que os valores oferecidos por aceleradoras ficavam entre R\$15 mil e R\$100 mil (AGUILHAR, 2014).

As aceleradoras também se multiplicaram. Pesquisa realizada pela FGV calcula que o Brasil abriga quase 20% das aceleradoras do mundo. “Segundo os autores, até janeiro de 2016 havia 41 aceleradoras em atividade no Brasil. O número é significativo, já que estudiosos estimam que haja entre 230 e 250 aceleradoras no mundo” (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2017). Um exemplo curioso de aceleradora é a Nike+ Fuel Lab, que visa “conectar a Nike com empresas-líderes que compartilham nosso comprometimento em usar tecnologias emergentes para criar soluções melhores para atletas”.¹⁰⁸

Uma variedade de investidores, consultores, educadores, palestrantes e serviços associados ao empreendedorismo se multiplicam na atualidade. Os investidores em questão não financiam sozinhos essas empreitadas. Uma pista sobre isso pode ser encontrada em análise qualitativa dos empreendedores de *startups* no Brasil. A maior parte deles usa o próprio dinheiro

¹⁰⁷ Um fenômeno curioso em relação a esses eventos foi o surgimento dos chamados “empreendedores de palco”, pessoas que não tinham histórico de levar empresas ao sucesso, mas promoviam eventos e se apresentavam como gurus aos aspirantes a empreendedor. Cf. “Atenção: Empreendedores de palco se disseminam na base da autoajuda” Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/empreender-pme/atencao-empreendedores-de-palco-se-disseminam-na-base-da-autoajuda-a2bttvtv1nuum70tgcma4vxfr/>>. Acesso em 31.08.2018.

¹⁰⁸ Tradução nossa. No original, “Nike+ Fuel Lab, a partnership program designed to connect Nike with industry leading companies who share our commitment to using emerging technologies to create better solutions for athletes”. Cf, Nike+ Fuel Lab. Disponível em: <<http://www.nikefuelab.com/>>. Acesso em 31.01.2018.

para montar a empresa, assim como se dedicam em tempo integral aos empreendimentos (ARRUDA et al., 2013, p.30).

A taxa de mortalidade das *startups* é um indicador-chave para testar a hipótese de que esse ecossistema é uma espécie de fábrica de empresas, em que a produção de *startups* em escala, mesmo que tenham grandes chances de fracassar, parece ser mais importante do que produzir menos startups que tenham mais chances de sucesso. Pesquisa da Harvard Business School com mais de 2000 empresas publicada no Wall Street Journal mostrou que entre 30 e 40% das startups analisadas foram à falência com liquidação dos ativos em alguns anos e, mais surpreendente que isso, cerca de 75% delas resultaram em prejuízos para os investidores e empreendedores; Shikhar Ghosh, pesquisador responsável pelo levantamento, conclui que os investidores de risco “enterram seus mortos muito silenciosamente” (GAGE, 2012, tradução nossa).¹⁰⁹ Amure Pinho, presidente da Associação Brasileira de Startups, relatou em entrevista recente na Internet que cerca de 90% das *startups* “morrem” em até dois anos (SUNO RESEARCH, 2018, 7m30s).

Esse fenômeno é apresentado como sabedoria popular em coluna da revista Fortune cujo título, “Por que *startups* morrem mortes lentas” (GRIFFITH, 2016), apela para certa dramaticidade a fim de questionar, após pesquisar 488 startups, as razões pelas quais muitas delas continuam aparentemente funcionando, apesar de parecer que as atividades praticamente cessaram (sem atualizações, contratações, novos investimentos). A autora se pergunta por que as *startups* estariam fracassando em fracassar rápido (um mantra do Vale do Silício) e chega à conclusão de que a mitologia das *startups* diz para se ignorar aqueles que não acreditam em uma ideia e a cultura empreendedora valoriza os casos dos empreendedores que persistiram e obtiveram sucesso contra todas as probabilidades.¹¹⁰ Equipe da revista The Atlantic faz uma lista de startups do tipo “*Uber for X*”, empresas que tentam replicar o modelo Uber (isolar uma tarefa específica, encontrar pessoas dispostas a realizá-la e vendê-la para clientes por meio de uma plataforma), com 104 empresas criadas desde 2010, entre serviços de entrega, lavagem e conserto de automóveis, passeio com cachorros, transporte, saúde e cuidados pessoais. Em 2019, 19 dessas

¹⁰⁹ No original, “[v]enture capitalists “bury their dead very quietly”

¹¹⁰ O trecho resume informações que estão textualmente na matéria. No original, “They endure because our entrepreneur-obsessed culture loves tales of Against-All-Odds Founders Who Never Gave Up. Startup mythology states that founders must ignore those who say their idea won’t work” (GRIFFITH, op. cit.).

startups tinham sido adquiridas, 54 ainda estavam independentes e ativas, 27 haviam falido e 4 se tornaram unicórnios.¹¹¹

Do lado dos investidores, a conta parece fechar. Artigo escrito por Benedict Evans, sócio da empresa de investimento de risco Andreessen Horowitz, lista um apanhado de estatísticas interessantes a partir de 7.000 investimentos feitos entre 1984 e 2015 (portanto, não apenas em *startups* no sentido estrito, mas em empresas de risco). O título “Exaltação do fracasso”¹¹² traz certo otimismo ao apresentar que cerca de metade dos investimentos resultaram em prejuízo, mas os 6% dos investimentos que multiplicaram o capital por 10 ou mais vezes foram responsáveis por 60% dos lucros dos fundos. Mesmo considerando fundos de investimento que fecharam por conta dos prejuízos, o autor conclui que a melhor forma de aumentar os lucros não é tentando evitar perdas, mas aumentando as chances de ter grandes sucessos (EVANS, 2016).¹¹³

Outro exemplo que corrobora a hipótese da fabricação de empresas em série é a multiplicação de programas governamentais de incentivo ao empreendedorismo nos últimos anos. Marcadas pelo uso da tecnologia, pela inovação, rapidez e leveza, características diametralmente opostas às percebidas nas burocracias governamentais, além de exemplificarem uma forma de pensamento e ação que considera o governo sempre excessivo, é curioso que as startups tenham se voltado para o apoio estatal a fim de expandir sua atuação. Em 2011, os EUA criaram o programa Startup America¹¹⁴, que promoveu políticas de incentivo ao financiamento e à criação de novas empresas, como a criação de uma espécie de auxílio-desemprego chamado Self-Employment Assistance, que garantia ao empreendedor renda temporária no período em que trabalhasse desenvolvendo sua ideia de empresa, em uma iniciativa denominada “de desempregados a criadores de empregos”¹¹⁵ que se assemelha ao papel do indivíduo não apenas como empreendedor de um negócio próprio, mas como empregador de outros (ilustrado pelo

¹¹¹ Lista disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1qPcpQ9rk08JhEApPSr2jSfJtSWa8RH0ANPibtWuRnh0/edit#gid=0>.

Acesso em 08/12/2019.

¹¹² Tradução nossa. No original: “In praise of failure”.

¹¹³ O *modus operandi* do investimento em startups se parece com as operações envolvendo derivativos (opções) na bolsa de valores. Um exemplo dos lucros possibilitados por tais operações, que oferecem pequenas perdas constantes até que um grande acerto reverta os resultados, foi mostrado no filme “A grande aposta”, em que um investidor comprou derivativos que se valorizariam caso houvesse uma bolha imobiliária nos EUA desde 2006 e obteve bilhões de dólares quando o mercado colapsou em 2008.

¹¹⁴ “Startup America” The White House. Disponível em:

<https://obamawhitehouse.archives.gov/economy/business/startup-america>. Acesso em: 11/12/2018.

¹¹⁵ “From Job Seekers to Job Creators” The White House. Disponível em:

<https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2012/05/24/job-seekers-job-creators>. Acesso em: 11/12/2018.

programa MEI no Brasil). Em março do mesmo ano, o primeiro-ministro britânico lançou o programa StartUp Britain, que também incluía um pacote de medidas para apoiar a criação de novas empresas¹¹⁶. Desde 2010, o governo chileno oferece benefícios para a criação de startups com o objetivo de criar um “Chilecon Valley”¹¹⁷, nomeado com um trocadilho com o Silicon Valley californiano, por meio do programa StartUp Chile¹¹⁸. Também na América Latina foram lançados os programas Start-Up Peru, Incubar na Argentina, e iNNpalsa, na Colômbia.¹¹⁹ Em 2012 foi a vez do Brasil lançar o já citado programa Start-Up Brasil, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em parceria com o CNPq e a Secretaria de Política de Informática (SEPIN) (MCTI et al., 2014, p.1).

Um problema digno de nota encontrado na primeira edição do Start-Up Brasil foi o baixo valor oferecido pelas aceleradoras para investir em startups selecionadas pelo programa. O investimento é feito na forma da compra de uma parcela da empresa e, de acordo com matéria do Estadão, valores entre R\$15 e 100 mil reais foram oferecidos por grandes participações nessas empresas. Alan Meira, um dos empreendedores, disse em entrevista que “[p]edir 15%, 20%, 30% de uma startup por ‘*survivor money*’ é não só uma ofensa aos empreendedores, como um dos grandes motivos que impedem nossas startups de inovar” (AGUILHAR, 2014). Isso levou a uma “taxa de quebra” (desistência) de cerca de 20% das startups, contra uma projeção de que fosse de apenas 10%.¹²⁰ De modo semelhante, o programa chileno também apresentou alguns resultados insatisfatórios, como a evasão de empreendedores do país tão logo o período de incentivo tenha acabado. O diretor-executivo do StartUp Chile declarou que a iniciativa seria uma “startup para startups”¹²¹ (apud KARSTEN; WEST, 2015), indicando que se tratava de um teste inovador e se desviando das críticas pelos resultados. Ao defender eventuais falhas do programa, evidenciou um ponto interessante sobre as empresas inovadoras. Elas não nascem nem se desenvolvem sem que haja um conjunto de fomentos, investimentos e condições propícias a prosperarem.

¹¹⁶ “StartUp Britain”. Gov.uk. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/startup-britain>>. Acesso em: 11/12/2018.

¹¹⁷ “Start-Up Chile: A ‘start-up for start-ups’ in Chilecon Valley”. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/techtank/2015/08/19/start-up-chile-a-start-up-for-start-ups-in-chilecon-valley/>>.

¹¹⁸ “About us”. StartUp Chile. Disponível em: <<http://www.startupchile.org/about-us/>>. Acesso em: 11/12/2018.

¹¹⁹ “Startups Surge In South America” Techcrunch. Disponível em: <<https://beta.techcrunch.com/2014/07/01/startups-surge-in-south-america/>>. Acesso em: 11/12/2018.

¹²⁰ O programa teve outras polêmicas, entre elas que startups selecionadas já tinham acordos prévios com aceleradoras. Cf. Diretor operacional comenta as polêmicas do Startup Brasil”. Disponível em: <<https://www.ti.rio/info/27703/diretor-operacional-comenta-as-polemicas-do-startup-brasil/>>. Acesso em 02/12/2018.

¹²¹ Tradução livre. No original, “We are a start-up for start-ups [...]”.

Passando dos programas gerais para o processo de desenvolvimento interno de uma startup, encontramos um fenômeno importante. Se o produto ou a estratégia não traz os resultados esperados depois de determinado período, os empreendedores ou quaisquer outros investidores envolvidos no negócio podem decidir “pivotar”. O termo é um estrangeirismo usado no mundo corporativo com o significado de mudar a estratégia da empresa (EXAME, 2013). A dimensão dessa mudança e seus resultados podem variar bastante.¹²² O texto mais curioso sobre as mudanças necessárias à manutenção da competitividade de uma startup foi publicado no site da Harvard Business Review e passa uma mensagem clara sobre o processo ao citar o boxeador Mike Tyson, famoso pelos dizeres “Todo mundo tem um plano até levar um soco na boca” (BLANK, 2013).¹²³ O soco a que o autor faz alusão é o choque de entrar no mercado e se surpreender ao encontrar cenários imprevisíveis ou contrários ao plano inicial, ou ao descobrir que a ideia inovadora que impulsionou a criação da empresa não seria boa. A questão que permanece é sobre o rumo que a *startup* toma após a decisão sobre a mudança. Seguir a estratégia dos empreendedores ou há pressões externas que os levam a objetivos diversos? No decorrer da pesquisa, foi constatado que muitos números e estatísticas do mundo das *startups* são difíceis de conseguir, por isso buscamos entrevistas e matérias na imprensa para ter informações ilustrativas dos meandros desses processos.

O caso da Boomtrain, que foi objeto de matéria da revista Wired sobre o tema, ilustra processo de buscar investimento (LEWIS-KRAUS, 2014). A *startup* nasceu com uma grande visão sobre o mercado online de vídeos, cada vez maior, mas dividido entre grandes corporações (Netflix, YouTube, Hulu) e produtores independentes espalhados pela rede. Para resolver isso, propunha um mecanismo social de descoberta de vídeos que fosse capaz de agregar todo esse conteúdo e produzir recomendações com base em poderosos algoritmos que processassem dados de redes sociais. Ofereceria aos produtores independentes uma forma de contornar os atuais gargalos e bloqueios corporativos na rede. Mas após conseguirem investimento inicial e alguns meses de reuniões com investidores, decidiram que o mercado consumidor era difícil demais para competir e decidiram se concentrar no mercado corporativo.

De acordo com o jornalista que acompanhou o processo de mudança, os empreendedores “arrancaram o coração” da ideia original e se puseram a trabalhar em uma nova ideia: uma

¹²² Em análise de quatro startups de software, Bajwa et al., 2016 classificaram essas mudanças em 9 tipos e relatam que em um dos casos, quase tudo na startup foi modificado: produto, público-alvo e modelo de negócios.

¹²³ Tradução nossa. No original, “Everybody has a plan until they get punched in the mouth”.

‘plataforma de notificação multicanais’ [...] que permitiria às corporações personalizar recomendações individualizadas para seus milhões de consumidores” (ibid.).¹²⁴ Apesar de apenas uma pesquisa qualitativa de grande escala ser capaz de mostrar o quanto esses tipos de mudança são frequentes e intensos, é importante apontar que uma narrativa construída em torno da ideia de empreender para mudar o mundo, ou para levar a cabo uma ideia própria, nem sempre corresponde à realidade do mercado competitivo de empresas que devem ser inovadoras, mas também precisam gerar retornos aos investidores.

Ainda segundo Lewis-Kraus, a partir de conversas com o investidor de risco Paul Martino, os empreendedores da Boomtrain talvez se arrependessem de conseguir de fato o investimento que tanto queriam, pois acabariam trabalhando em um produto que não era seu sonho, e sim uma demanda de outras empresas (para quem, provavelmente, estariam sendo preparados para serem vendidos).¹²⁵ Um caso comum no que o investidor denominava um sistema que transforma pessoas esforçadas em uma espécie de terceirizados que se dedicam a construir de forma barata serviços cuja demanda já existe entre as corporações que os financiam. Em um trecho que soa quase como uma distopia, a reportagem apresenta a visão do programador e escritor Alex Paine, para quem

essas *startups* representam “os escritórios de campo de uma grande força de trabalho distribuída montada por capitalistas de risco e suas instituições associadas”, realizando pesquisa e desenvolvimento de baixo custo e baixo risco para cinco gigantes corporativos. Nesse sistema, a verdadeira desilusão não é a descoberta de que você dificilmente se tornará um bilionário; é a percepção de que seu sentimento de autonomia é uma fantasia e que a grande maioria de vocês foi criada para falhar por design (ibid.).¹²⁶

¹²⁴ Tradução nossa. No original, “ripped out the heart” of their original idea and put it to work in the service of a new idea: a “multichannel personalized notification platform. It was a software-as-a-service product that allowed corporations to tailor individualized recommendations to their millions of customers”.

¹²⁵ Essa visão é corroborada por matéria no NYTimes que aponta a mudança de estratégia corporativa no Vale do Silício. Em vez de investir em Pesquisa & Desenvolvimento (R&D), como no caso emblemático dos laboratórios da Xerox, da Bell e da AT&T, passaram a fazer fusões e aquisições (M&A) de startups que tenham desenvolvido produtos e serviços. “Start-ups became so cheap to create [...] that it became easier and more efficient for big companies to simply buy new ideas rather than coming up with the framework for inventing them. Some of Google’s largest businesses, like Android and Maps, were acquired. ‘M. and A. is the new R. and D.’ became a popular catchphrase.” Essa mentalidade parece ter mudado novamente com a volta de laboratórios como o Google X, agora voltados para pesquisas mais aplicadas. Disponível em < <https://www.nytimes.com/2014/06/15/magazine/silicon-valley-tries-to-re-make-the-idea-machine.html>>. Acesso em 10/04/2019.

¹²⁶ Tradução nossa. No original, “these startups represent ‘the field offices of a large distributed workforce assembled by venture capitalists and their associate institutions’, doing low-overhead, low-risk R&D for five corporate giants. In such a system, the real disillusionment isn’t the discovery that you’re unlikely to become a billionaire; it’s the realization that your feeling of autonomy is a fantasy, and that the vast majority of you have been set up to fail by design”.

Embora sejam casos de mudança radical, os relatos da matéria sugerem que não são incomuns. Trata-se de dois modos de atuação dos investidores de risco que são complementares. Além das mudanças drásticas nos produtos desenvolvidos, pequenos investimentos em inúmeras *startups*.¹²⁷ Pois na medida em que é muito difícil prever quais empresas farão sucesso, parece ser mais rentável investir no máximo de empresas com algum potencial a fim de que um grande sucesso pague inúmeros pequenos fracassos. No entanto, para o empreendedor que fracassa, o prejuízo é grande parte ou todo o seu dinheiro e tempo investidos no projeto. Como, então, um número crescente de profissionais se lançam nesses empreendimentos altamente arriscados em um mercado onde o fracasso é valorizado? Ou, dito de outra forma, o que resta de uma *startup* fracassada, senão um empreendedor? O passo seguinte da pesquisa é a dimensão desse dispositivo que realiza ao mesmo tempo a produção de empresas inovadoras e uma forma peculiar de sujeitos empreendedores.

2.3 A geração *startup*

A edição de 25 de novembro de 2015 da revista Exame anunciava que “[n]o Brasil, uma nova geração de empreendedores digitais atrai investimentos milionários e explora o que está sendo chamado de revolução dos aplicativos” (EXAME, 2015). A geração *startup*, como é rotulada pela revista, define os jovens que se dedicam a construir empresas digitais. Participam, assim, do que é chamado de revolução dos aplicativos de celulares, sucessores dos *websites* tradicionais e colaborativos como principal forma de desenvolvimento de empreendimentos *online* nos últimos anos. Mais do que novas empresas, as *startups* que definem esta nova geração teriam sempre como objetivo revolucionar mercados. Não bastaria apenas criar ou aprimorar um produto, oferecer um serviço útil e capaz de aumentar a lucratividade de um setor, mas reinventar a forma como uma atividade é feita. E o agente dessas revoluções seria o empreendedor.

¹²⁷ A pesquisa se deparou com dificuldades não apenas de encontrar indicadores sobre as startups, mas também do funcionamento desses processos. Algumas informações só estão disponíveis porque sites e blogs divulgam controvérsias. Um exemplo é a matéria intitulada “Polêmica: programa Start-Up Brasil mal começou e MCTI já enfrenta desentendimento na comunidade empreendedora” do site Startupi. Disponível em: <<https://startupi.com.br/2013/03/polemica-programa-start-up-brasil-mal-comecou-e-mcti-ja-enfrenta-desentendimento-na-comunidade-empreendedora/>>. Acesso em 04/09/2018.

Quase uma década antes de anunciar a geração *startup*, a mesma revista publicou matéria sobre a emergência da “geração digital”, para quem a “separação entre o real e o virtual é imperceptível. Eles nasceram e cresceram na rede – e, mais importante, em rede” (EXAME *apud* FREIRE FILHO; LEMOS, 2008, p. 17). Essa geração digital teria se deparado com novos desafios profissionais, mas também encontrou novas possibilidades proporcionadas pela comunicação em rede e a disseminação de computadores pessoais, *tablets* e celulares. “Socializados com a velocidade proporcionada pelas tecnologias, os jovens abraçariam arranjos de trabalho mais flexíveis; o empreendedorismo, centrado na ideia de montar o próprio negócio, figuraria como uma opção ainda mais estimulante para os integrantes da ‘Geração Digital’” (FREIRE FILHO; LEMOS, 2008, p. 17). A mídia de negócios promovia que a tecnologia proporcionaria uma nova forma de socialização que, por sua vez, tornaria os jovens menos propensos a ter uma vida no escritório de uma grande empresa. Esses jovens seriam ainda mais estimulados a abrir suas próprias empresas.

Pesquisa sobre o empreendedor na revista *Você S/A* aponta para sua construção como uma espécie de herói contemporâneo. Um dos exemplos mais interessantes é a capa da edição de setembro de 2012, que mostra imagem de um homem abrindo a camisa social, afastando os botões na altura do peito – gesto popularizado pelo personagem Clark Kent, ao se despirm de suas roupas mundanas para assumir a identidade do Super-Homem – exibindo uma camiseta com os dizeres: “Mude de carreira: empreenda” (LORENZI, 2014, p. 45). O indivíduo comum, leitor da revista, é assim instado a empreender para deixar de ser qualquer um e se tornar alguém que faz diferença, como um super-herói, o que remete à era do indivíduo comum apontada por Ehrenberg (op. cit.). Em diversos casos analisados na pesquisa, o empreendedorismo é vinculado a atitudes positivas e desejáveis (pelo mercado de trabalho), como assumir riscos, tomar iniciativas, agir.

Esses exemplos pretendem delinear como o empreendedor é alçado pela mídia ao status de ícone da cultura contemporânea, modelo de comportamento para alcançar sucesso pessoal e profissional. Pesquisas sobre a mídia de negócios mostram que, mais do que retratar uma forma de vida, produz-se uma. Em relação à juventude conectada da década passada, os pesquisadores apontam

uma função normativa [das matérias na mídia], na medida em que colaboram para a difusão de um modelo de comportamento juvenil adequado às transformações sociais de larga escala, como a sedimentação da racionalidade econômica e política neoliberal que define a configuração contemporânea do capitalismo (FREIRE FILHO; LEMOS, *op. cit.*, p. 23-4).

A função normativa apontada por Freire Filho e Lemos liga a análise do discurso midiático a uma investigação das produções comportamentais de que seriam instrumentos. A partir de perspectiva diferente, oferecemos uma abordagem complementar, que não visa interpretar o valor do que se diz, mas usar o discurso midiático como elemento de uma série de documentos e produções (manuais, cursos, planos de negócios e evidências não-discursivas diversas) para investigar a cultura e as condutas que emergem desse conjunto.

William Deresiewicz (2011) denomina a geração atual de “geração das vendas”¹²⁸ e chama atenção para o fato de que quando *Millennials* bem-nascidos decidem abandonar carreiras corporativas e fazer algo que tenha sentido, este algo normalmente tem a forma de uma empresa, seja uma banda (que hoje é administrada como um pequeno negócio) ou, mais frequentemente, um restaurante. Esse diagnóstico não parece ser preciso, após os resultados da pesquisa da IBM discutida no capítulo 1, mas mostra uma percepção que não é apenas dessa geração, mas das novas configurações de trabalho e vida. Deresiewicz aponta que não há elementos de rebeldia, rejeição ou dissidência nesse *ethos hipster*. A geração de vendedores, que segue a lógica dos comerciantes em que nunca se sabe com quem pode ser necessário negociar no futuro, não pode se indispor com ninguém. O autor resume, de forma irônica, que “o herói da nossa cultura não é o artista ou reformador, não o santo ou o cientista, mas o empreendedor. (Pense em Steve Jobs, nossa nova deidade)” (ibid.).¹²⁹ A menção ao heroísmo empreendedor se repete na matéria sobre a Boomtrain, onde “fundar uma empresa se tornou a forma de jovens ambiciosos fazerem algo que pareça simultaneamente bom para a carreira e heroico” (LEWIS-KRAUS, op. cit.).¹³⁰

Buscamos assim mostrar o quanto essa figura é presente nas aspirações não apenas de jovens, mas de profissionais em geral, de várias classes sociais. Não encontramos muitos dados demográficos sobre os *startupper*s brasileiros. Mas a Radiografia do Ecossistema Brasileiro de Startups de 2017, produzido pela Associação Brasileira de Startups e pela consultoria Accenture, mostra que naquele ano, a fonte inicial de investimento de 76,22% das startups foram “reservas pessoais dos sócios”, seguido por “investimentos anjo” com 9,28%.¹³¹ A grande diferença de

¹²⁸ No original, “generation sell”.

¹²⁹ Tradução nossa. No original, “The small business is the idealized social form of our time. Our culture hero is not the artist or reformer, not the saint or scientist, but the entrepreneur. (Think of Steve Jobs, our new deity.)”

¹³⁰ Tradução nossa. No original, “[s]tarting a company has become the way for ambitious young people to do something that seems simultaneously careerist and heroic”.

¹³¹ Cf. Slide 31 em: <<https://abstartups.com.br/PDF/radiografia-startups-brasileiras.pdf>>. Acesso em 04/01/2020.

fontes de financiamento nos permite inferir que os *startupper*s são, ao menos em grande parte, provenientes da parcela mais rica da população. Essa discrepância entre a população empreendedora em geral (a partir dos dados do GEM, relatório citado no capítulo anterior) e os *startupper*s é apontada em coluna do jornal Estado de São Paulo que lista diversos fatores sociais que contribuem para este problema, da falta de mulheres nos cursos de tecnologia – causada pelo papel social e a própria construção subjetiva que ainda está presente no Brasil – até a discrepância na renda média per capita de negros e brancos no país.¹³²

Por outro lado, matéria da revista Forbes parece ecoar esses preconceitos ao responder as “4 razões por que donos de *startups* unicórnio [sic] são na maioria homens e brancos”. Esses unicórnios, como vimos, são as startups de sucesso. Antes de chegar às razões, a revista de negócios avisa que “esta reportagem não é sobre a questão sexista, e sim sobre algumas características comuns encontradas entre empreendedores bilionários que podem ajudar no desenvolvimento de outros que sejam de categorias demográficas diferentes”. Portanto, não se trata de questionar razões que levaram a este quadro, mas de inspirar pessoas não-homens, não-brancas a se conduzir da mesma forma. O que esses homens brancos teriam, então? “A maioria tem habilidades em tendências emergentes, tecnologias e indústrias”; “sabe vender”; “é apaixonada pelo que faz”; “é financeiramente inteligente”.¹³³ Excluindo-se as habilidades em tecnologia, provavelmente derivadas de cursos livres ou superiores na área, as outras características são subjetivas. Inverter as questões pode soar até mesmo ofensivo: homens e mulheres pardos e negros não são apaixonados pelo que fazem, ou não têm inteligência financeira? Ilustramos, assim, outra dimensão deste dispositivo que será estendida com a avaliação de vetores sociais e subjetivos.

¹³² “Precisamos falar de diversidade nas startups” Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/blogs/felipe-matos/precisamos-falar-de-diversidade-nas-startups/>>. Acesso em 04/01/2020.

¹³³ Disponível em: <<https://forbes.com.br/negocios/2018/12/4-raozes-por-que-donos-de-startups-unicornico-sao-na-maioria-homens-e-brancos/>>. Acesso em 04/01/2020.

Ao tratar do ecossistema das *startups*, mostramos anteriormente um mapeamento dos principais atores corporativos e institucionais que participam da rede que fomenta a criação dessas empresas. Agora, tentaremos aprofundar a investigação acrescentando outros tipos de elementos que atuam no que propomos ser um dispositivo de empreendedorismo inovador. Para isso, partimos de uma descrição do ecossistema empreendedor apresentada em evento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

[U]m conjunto de atores empresariais (tanto potenciais como existentes) interligados, organizações empresariais (por ex., empresas, investidores de risco, investidores-anjo, bancos), instituições (universidades, agências do setor público, organismos financeiros) e processos empresariais (por ex., a taxa de natalidade das empresas, números de firmas de alto crescimento, níveis de ‘empreendedorismo *blockbuster*’, número de empreendedores em série, grau de mentalidade de vendas dentro das empresas e níveis de ambição empreendedora) que se fundem para conectar, mediar e governar formal e informalmente o desempenho dentro do ambiente empresarial local (MASON; BROWN, 2014, tradução nossa).¹³⁴

No relato acima, chama atenção a heterogeneidade de elementos: indivíduos, empresas, instituições e entes abstratos, como processos corporativos e a ambição empreendedora. A complexidade de relações existentes entre os atores expõe um constante risco de desarranjo que muitas vezes fica obscurecido quando se trata de uma iniciativa, uma instituição ou uma empresa. Trata-se de relações sempre instáveis, de objetivos algumas vezes conflitantes, muitas vezes diversos uns dos outros, interesses nem sempre compartilhados.

Exatamente por isso, propomos que se trata de um dispositivo contemporâneo capaz de dotar indivíduos de valores e moldar as relações consigo e com os outros. Tratamos de diversos dos elementos do dispositivo de empreendedorismo inovador na seção anterior: investidores, instituições, leis, normas, arquiteturas e relações interpessoais, além de um imaginário que envolve e reforça os valores da vida empreendedora como a boa vida. Cabe descrevermos brevemente um elemento importante desse imaginário.

Além de unicórnios, a mitologia empreendedora envolve ícones menos fantásticos, mas igualmente influentes. Um deles é o mito da garagem, no qual tudo o que um empreendedor de

¹³⁴ No original, “a set of interconnected entrepreneurial actors (both potential and existing), entrepreneurial organisations (e.g. firms, venture capitalists, business angels, banks), institutions (universities, public sector agencies, financial bodies) and entrepreneurial processes (e.g. the business birth rate, numbers of high growth firms, levels of ‘blockbuster entrepreneurship’, number of serial entrepreneurs, degree of sellout mentality within firms and levels of entrepreneurial ambition) which formally and informally coalesce to connect, mediate and govern the performance within the local entrepreneurial environment”

precisa para alcançar o sucesso é de uma ideia inovadora e uma garagem, que serve de oficina ou escritório. A garagem na qual a Hewlett-Packard Company (HP) foi criada no fim dos anos 1930, em Palo Alto, Califórnia, foi classificada como um marco histórico pelo governo estadual, e exibe uma placa de “local de nascimento do Vale do Silício”. A garagem combina diversos valores exaltados na cultura empreendedora norte-americana, das ideias inovadoras e o trabalho duro da ética protestante até a perseguição dos próprios sonhos e a liberdade de trabalhar para si mesmo (AUDIA; RIDER, 2005, p. 6).

Pesquisa realizada nos EUA com 32 fundadores de startups constatou que 25% delas de fato começaram em garagens, dormitórios universitários ou quartos na casa dos pais, mas 29 delas resultaram de experiência anterior dos fundadores e metade delas foram fundadas em conjunto com ex-colegas de trabalho em outras empresas (ibid., p. 10). Os autores listam outras pesquisas com resultados semelhantes, inclusive um estudo com 100 fundadores de grandes corporações da lista Fortune 500, dos quais 71 responderam que suas ideias de negócios consistiram na replicação ou modificação de uma ideia encontrada por meio do emprego anterior¹³⁵. Portanto, tinham experiência profissional, conhecimento de mercado e relações sociais que foram importantes para a construção de suas empresas.

Um exemplo descrito em detalhes pelos pesquisadores é o da Apple, outra empresa que figura nessa mitologia e cujo caso nos oferece alguns detalhes interessantes. Segundo os autores, aos doze anos Steve Jobs teria telefonado para Bill Hewlett a fim de conseguir um aparelho para um projeto escolar. Por ter impressionado o fundador da HP, ganhou um emprego de verão que teria garantido o aprendizado que, segundo o próprio Jobs, foi o diagrama para a fundação da Apple.¹³⁶ Steve Wozniak, co-fundador da Apple e amigo de Jobs, também trabalhou na HP posteriormente, na Divisão de Produtos Avançados, e o próprio Jobs foi um dos primeiros funcionários da empresa de videogames Atari (ibid., p. 16).

O primeiro computador desenvolvido por eles, que viria a ser o Apple 1, foi oferecido tanto para a HP quanto para a Atari, que rejeitaram produzi-lo. Fundaram a Apple junto com um colega de trabalho de Jobs, Ronald Wayne. Portanto, desde as conexões sociais até as experiências anteriores foram fundamentais para a fundação da empresa, mesmo que tenha sido

¹³⁵ Tradução nossa. No original: “replicated or modified an idea encountered through previous employment”.

¹³⁶ Tradução nossa. No original: “Of that experience, Jobs remarked ‘What I learned there [HP] was the blueprint we used for Apple’”. Um *blueprint* é um desenho técnico, mas no sentido figurado optamos por usar a tradução diagrama.

de fato no “modelo de garagem” (onde eram realizadas as reuniões do Homebrew Computer Club, que depois do sucesso do clube passaram a ser feitas no auditório do Centro de Aceleração Linear da Universidade Stanford). Em matéria no site do Fórum Econômico Mundial, uma fala de Wozniak é citada, na qual diz que o mito da Apple ter nascido em uma garagem seria fruto do “campo de distorção da realidade” de Jobs (GANN; DODGSON, 2016). A matéria indica que ambos faziam parte de uma rede de contatos que tinham acesso aos laboratórios de engenharia e informática de universidades.

Os autores concluem que as ideias geradoras de empresas tecnológicas de sucesso “frequentemente se originam de laboratórios e salas de aula das universidades. Essas ideias se transformam em inovações em grupos, nos quais as universidades têm papel vital, incluindo a oferta de espaço e material para a startups” (ibid.).¹³⁷ De acordo com a pesquisa de Audia e Rider, o mito da garagem persiste porque diz respeito “implicitamente ao Sonho Americano sobre as oportunidades de ascensão social e fortuna que podem ser concedidas a indivíduos que exercem esforço persistente” (ibid., p. 19)¹³⁸, mas é enganoso ao promover uma visão individualista do processo empreendedor. Concluem que empreendedores são produtos organizacionais, ou seja, resultados de diversas influências entre as quais se destaca a das empresas consolidadas em uma localidade – e que podemos estender, a partir do exemplo da Apple, à organização social como um todo, às condições coletivas sob as quais se vive. Esse mito e os exemplos discutidos acima permitem questionar o ímpeto empreendedor ao mostrar que empresas de sucesso resultam de um ambiente propício ao pensamento, à criatividade e à socialização no qual a inovação surge como resultado.

Já discutimos alguns deslocamentos nas iniciativas educacionais que começam com o currículo de cursos livres até projetos escolares com objetivo de formar crianças empreendedoras. Mas iniciativas voltadas especificamente para *startupper*s merecem menção específica. Os eventos de formação que parecem mais peculiares são os *startup weekends*. São imersões que duram fins de semana inteiros, ou 54 horas (a partir de sexta à noite), dedicadas a montar empresas desde a ideia inicial até a apresentação do projeto para investidores, *coaches* e

¹³⁷ Tradução nossa. No original: “their ideas frequently originate in university laboratories and lecture rooms. Those ideas turn into innovations in clusters, within which universities play vital roles, including the provision of spaces and facilities for start-ups”.

¹³⁸ Tradução nossa. No original: “The American Dream is implicitly about the opportunities for upward social mobility and great fortune that may be afforded to individuals who exert persistent effort”.

*mentors*¹³⁹, concorrendo a prêmios. O site de divulgação do Startup Weekend de Salvador, de 2014, define o evento da seguinte maneira: “não é um evento de palestras, você não vai ficar entediado e quase não lhe sobrar tempo para sentir sono. Aliás, não sabemos nem se você vai conseguir dormir” (STARTUP WEEKEND SALVADOR, 2014). E que a agenda do Startup Weekend Porto Alegre contenha o seguinte bloco de tempo: “00:00 Dormir ou não dormir?” (SWPOA2014, 2014). Ilustram, assim, um conjunto de valores e uma forma de agir que fazem com que as longas jornadas cada vez mais comuns não pareçam absurdas, especialmente para empreendedores que investiram não apenas sua energia, mas também seu patrimônio financeiro na construção de uma empresa. Ressaltamos aqui o papel das técnicas de orientação comportamental que convivem com o conteúdo informacional do ensino.

O desafio ao sono e o trabalho permanente se disseminam em um quadro denominado por Jonathan Crary (2016) de “capitalismo 24/7”, no qual a vida humana se torna um moto-contínuo que se alterna entre trabalho e consumo, cuja única pausa seria o sono – considerado a fronteira final contra a qual o capitalismo investe. “O planeta é repensado como um local de trabalho ininterrupto ou um shopping center de escolhas, tarefas, seleções e digressões infinitas, aberto o tempo todo” (ibid.). Se 24/7 significa a possibilidade de consumir a qualquer momento, a “disponibilidade absoluta”, também implica o trabalho ilimitado que vemos representado nas vidas empreendedoras descritas acima e que serão discutidas a seguir, especialmente na apresentação do trabalho de plataforma.

Para finalizar este capítulo, resta abordar a relação dos *startupper*s com o fracasso. Desde o homem de renda incerta de Cantillon, o comportamento empreendedor está intrinsecamente relacionado ao risco. Na atualidade, essa relação com o risco se desdobra em uma revalorização do fracasso. Esta não é uma singularidade dos *startupper*s. Livros de autoajuda e negócios apresentam esta face do risco na forma de uma etapa da caminhada que levará ao sucesso. Vende-se a ideia de que é preciso fracassar antes de alcançar o sucesso, ou a fim de que o indivíduo desenvolva as capacidades necessárias para alcançá-lo. Ao tratar dessa literatura, Ehrenberg destaca o subtítulo de um livro do publicitário francês Jean-Michel Goudard. “Na vida, como na publicidade, para vencer, é preciso antes ser malsucedido”. Ehrenberg comenta que “trata-se aí de uma instrução”, uma mensagem de alento aos leitores que passam ou passarão pelo fracasso.

¹³⁹ É desta forma que o evento Startup Weekend Brasília de 2016 apresentou os profissionais que participariam da coordenação das atividades. Cf. <<http://communities.techstars.com/brazil/brasil/startup-weekend/8675>>

Nesse modo de encarar a vida, carregar histórias de fracasso parece ter um papel distintivo semelhante àquele identificado por Schumpeter no ímpeto pelo sucesso de seu empreendedor. Agora não podemos dizer que o quadro se inverte, mas podemos apontar que o fracasso ganha mais valor e confere distinção. “O reconhecimento do fracasso não é sinal de fraqueza, mas redobra a notoriedade” (EHRENBERG, 2010, p. 63). No tópico anterior, tratamos o fracasso do ponto de vista das empresas (taxas de mortalidade, retorno do investimento). Agora, sua exaltação será tratada do ponto de vista do empreendedor. Apesar de ser o mesmo processo, outros efeitos ganham destaque quando o objeto é apreciado deste ângulo.

A atual ênfase no fracasso é compreensível, dada sua alta recorrência. Mas soa paradoxal em relação à ideia do empreendedor diferenciado, que persiste em sua ideia e ignora o lugar-comum até provar com o sucesso de sua empresa que estava certo o tempo todo. Noção que vigora sobre um viés comportamental no qual tendemos a superestimar nossas habilidades. Há estudos que indicam que as pessoas em geral tendem a se considerar melhores do que a média em diversas áreas, desde dirigir (ROY; LIERSCH, 2013) até em termos de inteligência geral (HECK; SIMONS; CHABRIS, 2018). No primeiro estudo, um ponto interessante é a diferença encontrada entre as avaliações dos participantes sobre eles mesmos e suas expectativas sobre a autoavaliação dos outros participantes. No resultado agregado, os indivíduos se avaliaram com uma nota mais de 5 pontos percentuais superior à que informaram esperar que os outros participantes se avaliariam. No segundo estudo, pessoas com maior nível de educação formal tenderam a se considerar mais inteligentes que a média em mais casos (65%) do que aquelas com nível menor (50%), mas em ambos os casos o percentual é alto o suficiente para que os resultados tenham sido considerados consistentes com o chamado Efeito Dunning-Kruger, que indica um traço comportamental no qual pessoas menos inteligentes tendem a ser mais autoconfiantes. Mas para além das distorções perceptivas sobre as próprias habilidades, que podemos presumir que levem os indivíduos a assumir mais riscos do que percebem ou estimar incorretamente as chances de sucesso, a supervalorização do fracasso é objeto de diversas iniciativas que circundam esses aspirantes e empreendedores.

Encontramos palestras, apresentações e até mesmo eventos dedicados ao fracasso empresarial. Retornamos ao mantra “falhe rápido, falhe sempre”¹⁴⁰ completado agora por “falhe em todos os lugares” no título de matéria da revista *New Yorker* sobre o evento “Failing to

¹⁴⁰ No original, “fail fast, fail often, fail everywhere”.

Succeed”, na qual participantes compartilharam histórias de fracasso a fim de tirar o estigma dos erros e celebrar a energia necessária para correr os riscos de fundar novas empresas, especialmente aquelas dedicadas a desenvolver produtos inovadores (DONOHUE, 2015). Outros exemplos são a palestra “Startup Fail”, realizada na Campus Party Brasil 2014 (um dos maiores eventos da área de tecnologia do país)¹⁴¹ e o evento inteiramente dedicado ao fracasso chamado “FailCon”, que teve edições em cidades como Barcelona, Toulouse, San Francisco, Tel Aviv, Bangalore, Porto Alegre e Recife.¹⁴² Não são apenas os próprios empreendedores e aspirantes que frequentam eventos dedicados ao fracasso que o têm em alta conta. No mercado corporativo, uma história de fracassos pode ser altamente proveitosa para um profissional. Primeiro porque as tentativas de levar uma empresa ao sucesso geram *networking* com investidores, consultores e outros empreendedores. Mais do que isso, algumas empresas buscam contratar empreendedores “fracassados” (ex-CEOs) devido à sua experiência gerencial. Em suma, “o fato de que sua empresa falhou pode ser uma medalha de honra” (NOBEL, 2011).¹⁴³

Entretanto, ao analisar os números que refletem o medo do fracasso em diversos países, nota-se que tem uma correlação significativa com as taxas de desemprego (DONOHUE, op. cit.); assim, inferimos que isso corrobora o papel que o cenário socioeconômico tem no apetite ao risco. Aumentar este apetite (e o de endividamento) pode ser um dos objetivos das administrações estatais. Para Lazzarato (2012, p. 93), as promessas de reconhecimento e autorrealização levam os indivíduos a correr riscos que nem o Estado, nem os empresários estabelecidos têm interesse em assumir. Em tempos de guerras comerciais entre as principais potências do globo e o constante aumento na concentração de renda¹⁴⁴, ainda há dúvidas se conseguiremos evitar outra crise econômica de grandes proporções como foi a de 2008 – ou piores do que ela.

Nesse cenário, o dispositivo de empreendedorismo incita indivíduos não apenas a tomar riscos pessoais, mas também a colocar o próprio dinheiro em jogo nessas empreitadas. Apesar de ser notório que a taxa de mortalidade das startups é extremamente alta, os empreendedores

¹⁴¹ Cf. “Startup Fail”: Um bate papo sobre os fracassos de Startups. Disponível em: <<http://bizstart.com.br/startup-fail-um-bate-papo-sobre-os-fracassos-de-startups-2/>>. Acesso em 03/09/2018.

¹⁴² Cf. The FailCon. Disponível em: <<http://thefailcon.com/videos.html>>. Acesso em 03/09/2018.

¹⁴³ No original, “the fact that your enterprise has failed can actually be a badge of honor”.

¹⁴⁴ Depois da Grande Crise Econômica de 2008 nos EUA, a recuperação foi extremamente desigual. Dados de 2013 mostram que no triênio 2009-2012, a renda média das famílias cresceu 6,9%. No entanto, a renda do 1% mais rico aumentou 34,7% enquanto do 99% mais pobre, apenas 0,8% (SAEZ, 2013). Dados recentes do IBGE mostram que a renda do 1% mais rico do Brasil aumentou 30% entre 2017 e 2018, enquanto a renda dos 30% mais pobres foi reduzida no mesmo período, queda que vai de -3,2% entre os 5% mais pobres até -0,8% entre aqueles que estão entre os 20% e os 30% mais pobres (RUBINSTEIN, 2019).

tendem a superestimar as chances de sucesso e os custos do fracasso, segundo matéria do jornal *The Guardian* (CARROLL, 2014). A mesma matéria chama atenção para o que chama de “mortos-vivos”¹⁴⁵ que essa cultura de exaltação do fracasso deixa para trás: empresas que não fecham, mas apresentam pouca atividade e pequenas chances de sucesso. Do ponto de vista dos funcionários, a perda normalmente é apenas econômica, pois muitos ganham opções de ações cujo valor tende a zero (a menos que revertam o fracasso); para os fundadores, o custo é existencial e é atribuído ao sentimento de aversão à perda, mesmo em ambientes de alto risco. “As pessoas farão um monte de coisas irracionais para evitar perder, mesmo que seja em detrimento delas. Você empurra, empurra e se exaure” (ibid.).¹⁴⁶ O fenômeno é comum o suficiente para haver um site chamado *StartupsAnonymous*, que se define como uma “comunidade para entusiastas de startups para compartilhar histórias, fazer perguntas e oferecer conselhos sem retribuição. Uma espécie de AA para *startups*”.¹⁴⁷

Neste subcapítulo, discutimos a emergência dos empreendedores inovadores vinculados às TICs. Procuramos destacar a interseção de diversos atores e vetores, desde as peças publicitárias e os produtos midiáticos, passando pelo investimento financeiro, até o papel da tecnologia (e das percepções da tecnologia). Assim, buscamos apontar que, ao contrário de uma estratégia unívoca, tratam-se de iniciativas locais que se combinam e reforçam, e que nem sempre obtêm sucesso. Ao mesmo tempo contribuem para uma cultura na qual a seguridade social é atacada e a disseminação de modos de vida precários parece servir como mola propulsora para uma dimensão adicional de competição de todos contra todos.

No entanto, mais do que pressionar a população mais pobre a aceitar ofertas indignas de emprego ao excluí-la do mundo do consumo e manter um piso social escorregadio sobre o qual é necessário estar o tempo todo em movimento para não sucumbir, esse dispositivo produz um ímpeto da vontade em direção à criação de novas empresas, à ideia de inovar, de fazer diferença e vencer na vida, até mesmo à recusa de alguns ao trabalho assalariado – não apenas entre os mais ricos, mas também a desvalorização do trabalho formal entre os mais pobres. Por outro lado, em uma espécie de preenchimento estratégico, a alta taxa de mortalidade das empresas deixa órfãos

¹⁴⁵ Tradução nossa. No original, “walking dead”.

¹⁴⁶ Tradução nossa. No original, “People will do a lot of irrational things to avoid losing even if it's to their detriment. You push and push and exhaust yourself”.

¹⁴⁷ Cf. *StartupsAnonymous*. Disponível em: <<https://startupsanonymous.com/about/>>. Acesso em 04/09/2018. Tradução nossa. No original, “This is a community for startup enthusiasts to share stories, ask questions and offer advice free from retribution. Kinda like AA for startups”.

empreendedores que, uma vez munidos das características desejáveis pelo mercado de trabalho, não apenas são rapidamente reabsorvidos com funcionários em corporações, mas também têm seu esforço e seus fracassos valorizados socialmente.

3 A plataformização da sociedade

No capítulo anterior, abordamos a ascensão dos *startupper*s a partir da composição de diferentes atores e vetores, nos moldes de um dispositivo no qual o produto final não resulta diretamente de uma intenção inicial concretizada depois de um processo linear, mas expressa os embates ocorridos na sua própria construção. Além de constituir um dos desdobramentos contemporâneos do empreendedorismo de si, as *startups* são as formas empresariais que operam o desenvolvimento das plataformas. São apostas em revoluções e rupturas baseadas nas tecnologias digitais combinadas com injeção de capital de risco capaz de suportar longos períodos de prejuízos a fim de consolidar participações de mercado ou instaurar posições que se aproximam de monopólios. A denominação “plataforma” abarca uma grande variedade de projetos, desde redes sociais, como o Facebook, até o que são chamadas redes ou *apps* de trabalho, como o Uber. A dimensão tomada por essas estruturas sociotécnicas abarca os mais diversos setores da sociedade. Por isso, antes de tratar das dimensões subjetiva e social do trabalho de plataforma, entendemos ser necessário discutir as condições de sua consolidação.

Iniciaremos o capítulo com a apresentação do movimento denominado “plataformização da *web*” por Anne Helmond (2015), contrastando visões otimistas como a de O’Reilly (op. cit.) com aquelas mais críticas e com viés social, de Morozov (2013) e Van Dijck (2018). Assim, pretendemos esmiuçar a faceta mais explicitamente tecnológica desse dispositivo que compreendemos ser o trabalho de plataforma, sem contudo abandonar a abordagem multicausal dos fenômenos. Em seguida, discutiremos a noção de economia do compartilhamento e as expectativas criadas em torno dessa nova configuração das relações socioeconômicas por meio das tecnologias digitais, ou o que pode ser compreendido como a promoção midiática de uma sociedade compartilhada. Essa sociedade assume a forma de uma sociedade de plataforma, cada vez mais mediada por esses dispositivos. Mais especificamente na dimensão econômica, mostra-se um capitalismo de plataforma, que introduz novas nuances ao capitalismo pós-2008.

3.1 Da plataformização da *web* à sociedade de plataforma

No período de popularidade dos portais, que podemos situar entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000, havia um embate entre o poder da informação e a potência da comunicação. “A informação exprime o poder da propriedade e exploração do capital social como poder de cooperação, e a comunicação exprime a potência de autoavaliação e organização do trabalho como poder da parceria” (ANTOUN, 2004, p.67). A informação proprietária dos portais replicava na Internet o oligopólio de emissores dos meios de massa aliado ao *copyright* e aos bancos de dados, enquanto a potência da comunicação em redes descentralizadas emergia como uma forma de organização de agentes heterogêneos, ilustrados pelo movimento Zapatista e a chamada “Batalha de Seattle” – protesto contra a reunião da Organização Mundial do Comércio de 1999, organizado em rede e noticiado por voluntários do projeto colaborativo Independent Media Center (IMC), que visava contrapor a narrativa jornalística corporativa do evento.

Anos após o estouro da bolha pontocom, uma onda de otimismo emergiu no movimento chamado Web 2.0, em que se anunciava uma nova era, da *web* como plataforma. Ao contrário dos portais fechados, foi a ascensão dos sites abertos a links externos, das wikis ao Flickr, que promoviam conexões e não apenas fomentavam a participação dos internautas, mas o colocariam no polo emissor da comunicação (O'REILLY, 2005). Um marco nesse processo foi a eleição de “você”, o internauta comum, pessoa do ano de 2006 pela revista Time. De acordo com a publicação, uma “nova democracia digital” estava sendo fundada por pessoas que produziam conteúdo “em troca de nada”, superando os profissionais da mídia “em seu próprio jogo”¹⁴⁸. Esse jogo é a economia da atenção, na qual a abundância de conteúdo torna o tempo e a concentração de leitores e espectadores recurso escasso. O processo se desdobraria em ganhos econômicos hoje visíveis nas figuras dos blogueiros, *youtubers* e influenciadores digitais, pessoas que se tornaram veículos de mídia individuais a partir da quantidade de atenção que conseguem reter.

Uma linha de pensamento denomina este processo “desintermediação”, sugerindo que significaria o fim de intermediários e mediadores. Uma das fontes dessa perspectiva parece ser artigo de Pierre Lévy com o argumento de que “o surgimento do ciberespaço cria uma situação

¹⁴⁸ Trecho completo, no original: “Silicon Valley consultants call it Web 2.0, as if it were a new version of some old software. But it's really a revolution. [...] And for seizing the reins of the global media, for founding and framing the new digital democracy, for working for nothing and beating the pros at their own game, TIME's Person of the Year for 2006 is you” (GROSSMAN, 2006).

de desintermediação, cujas implicações políticas e culturais ainda não terminamos de avaliar” (LÉVY, 1998). Apesar de Lévy ter escrito seu artigo há mais de 20 anos, quando a configuração da Internet, suas possibilidades e até mesmo as utopias eram outras, o conceito de desintermediação continuou em voga por bastante tempo. Ignora que a comunicação em rede, mesmo parcialmente liberta dos tradicionais mediadores e instituições, não se encontra em um vácuo de poder e fora de relações com atores, interesses e valores. Em 2007, argumentamos que a Web 2.0 e seus projetos colaborativos traziam muitos elementos de iniciativas de outras redes que compõem a Internet – como as redes descentralizadas de compartilhamento de arquivos que desafiaram os modelos de distribuição das indústrias fonográfica e cinematográfica – e introduziram uma pleora de aparatos mediadores para essa comunicação, dos agentes de *software* aos mecanismos de produção de perfis, tecidos de gostos, avaliação de conteúdo e construção de reputação (ANTOUN; PECINI, 2007).

O pesquisador Evgeny Morozov (2013) chega a comparar a investida contra os mediadores tradicionais à de Lutero contra a Igreja, mediadora desnecessária entre os humanos e Deus. Passando para a atualidade, o autor argumenta que a Amazon, em sua cruzada contra os mediadores tradicionais – especificamente editores de livros – se torna ela própria uma mediadora e que esta libertação pela tecnologia pode ter um efeito inverso, de aprisionar em vez de libertar, pois considera-se apenas os efeitos previsíveis e desejáveis da mudança e ignora-se aqueles imprevisíveis e indesejáveis, com a qualidade das obras publicadas nesse novo sistema (MOROZOV, 2013).¹⁴⁹

Um sintoma dessa nova web povoada por agentes e algoritmos é a transição do HTML, linguagem de formatação de conteúdo para humanos, para o XML, formato que se presta ao mesmo tempo à interpretação humana e à leitura por máquinas (HELMOND, 2015, p. 6). Grande parte da atividade amadora, colaborativa, e muito da energia e do tempo devotados a produzir e qualificar conteúdo, bens imateriais e fomentar conexões foram canalizados por plataformas corporativas.¹⁵⁰ As redes sociais, que se tornaram centros de gravidade da atividade online, aumentam o potencial de conexões – humanas e maquínicas – ao se tornarem os principais mecanismos de publicação e divulgação de conteúdo online.

¹⁴⁹ Morozov aponta que “such liberation through technology is illusory or inconsequential but, rather, that such liberation never happens in a vacuum and may, all things considered, actually enslave”.

¹⁵⁰ Segundo Sérgio Amadeu Silveira (2019), essas redes de compartilhamento de arquivos concentravam mais de 60% do tráfego da Internet na última década e mais recentemente foram superadas pelas plataformas comerciais.

Sua consolidação ocorre a partir de dois movimentos paralelos e contrários um ao outro. O primeiro é uma espécie de força centrípeta que visa atrair ou incorporar conteúdo que outrora estava fora de seus domínios, em uma estratégia semelhante à dos portais. Um dos exemplos foi a iniciativa chamada Instant Articles, de 2015, na qual o Facebook fez acordos com jornais e revistas (entre eles The New York Times, NBC News, BBC News, The Guardian, The Atlantic, Der Spiegel, Veja e Exame) para hospedar o conteúdo de matérias produzidas por eles, hospedagem que garantiria mais rapidez no carregamento do conteúdo, opções de interatividade e outras ferramentas (CONDE, 2017). Os proprietários do conteúdo podem até mesmo vender publicidade diretamente, mas não podem exibir anúncios de outras redes de publicidade, que seriam concorrentes do Facebook. Além disso, a parcela de audiência não vendida pelos editores do conteúdo pode ser monetizada com a rede de anúncios do Facebook.¹⁵¹ O acordo que proporciona vantagens para ambos os lados também apresenta riscos. Além de não ter seus artigos indexados por buscadores como Google e Bing, esse conteúdo fica sujeito a regras e estratégias da rede social. Estratégia que pode sofrer mudanças abruptas, como prova o caso da Zynga. A produtora de jogos chegou a ser responsável por 19% da receita do Facebook no primeiro semestre de 2011¹⁵², mas depois de revisões na sua estratégia, a rede social diminuiu a visibilidade dos jogos e passou a exigir que a venda de itens fosse feita com créditos da empresa, que impunha uma taxa de até 30% sobre os valores. O contrato entre Facebook e Zynga sofreu mudanças e a produtora de jogos sofreu perdas significativas, demitiu funcionários e fechou estúdios nos anos seguintes.¹⁵³

Por outro lado, e ao mesmo tempo em que incorporam conteúdo de terceiros, as plataformas se espriam pela *web* com o uso do que foram chamados *plugins* sociais. Esses plugins, ou *widgets*, são linhas de código que funcionam como links para essas plataformas – nos formatos curtir, do Facebook, seguir ou *tweetar*, do Twitter, e incorporar vídeos ou inscrever-se em um canal do YouTube. Canais de dados de mão dupla que habilitam a função social das plataformas pela *web*. Permitem a produção de dados a partir de qualquer site quando se compartilha conteúdo na rede social sem precisar acessá-la, e mantêm a ligação com os bancos de

¹⁵¹ Cf. Instant Articles: Perguntas frequentes. Disponível em: <<https://developers.facebook.com/docs/instant-articles/faq#FAQ-monetization>>. Acesso em 21/11/2019.

¹⁵² Cf. Facebook's Dependence On Zynga Drops, Zynga's Revenue To Facebook Flat. Forbes. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/tomiogeron/2012/07/31/facebook-dependence-on-zynga-drops-zyngas-revenue-to-facebook-flat/#580291c47c3b>>. Acesso em 21/11/2019.

¹⁵³ Cf. Facebook and Zynga to end close relationship. BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/technology-20554441>>. Acesso em 21/11/2019.

dados dessas redes, reenviando a eles as informações sobre ações executada em qualquer site. Funcionam em uma dupla lógica que “descentraliza a produção de dados e recentraliza sua coleção”¹⁵⁴ (HELMOND, op. cit., p.7). Assim, expandem o alcance das redes sociais por toda a *web*, habilitando-as a acessar dados dos visitantes de inúmeros *websites*. Paralelamente, torna os visitantes desses sites produtores de dados por meio desses *plugins*, no processo de “tecer a web novamente para a mídia social”¹⁵⁵ (ibid.). A imagem nos parece didática, pois ao tecer novamente a teia, adicionam-se ligações, aproximam-se atores e conectam-se servidores a fim de se obter dados onde quer que um internauta esteja navegando. Mais do que isso, incentiva-se a produção de dados e conexões por meio do “compartilhamento sem atrito” (VAN DIJCK, 2013, p. 164). Esse conjunto de mudanças foi denominado por Helmond (op. cit, p. 3) de “plataformização”, noção que visa dar conta da “ascensão da plataforma como o modelo econômico e infraestrutural dominante na web social e as consequências da expansão da mídia social para outros espaços online”¹⁵⁶. Temos aqui um modelo incipiente do que vão se estruturando como plataformas a partir dessa remodelação da *web*.

A transformação da *web* não significava apenas nem principalmente a ascensão dos indivíduos que produzem e compartilham conteúdo, mas principalmente das próprias plataformas. Não por acaso, a pessoa do ano de 2010 foi Mark Zuckerberg, CEO do Facebook (VAN DIJCK, 2013, p.11). A pesquisadora José Van Dijck interpreta esse jogo entre indivíduos e aparatos de padronização, coleta, processamento e monetização de dados a partir da oposição entre conexões humanas e conectividade automatizada¹⁵⁷ (ibid.). Dessa perspectiva, o Facebook põe em funcionamento um mecanismo complexo e obscuro de coleção de dados e produção de conhecimento sobre gostos, desejos e atividades, tornando-se capaz de construir ferramentas para conduzir esses desejos, direcionar tráfego e gerar lucro a partir da conexão humana. Quando

¹⁵⁴ Tradução nossa. No original, “platforms enact their programmability to decentralize data production and recentralize data collection”.

¹⁵⁵ Em inglês, “to reweave the web” (Helmond, op. cit., p.8) pode ser traduzido literalmente por “retecendo a teia”. Com este termo, a autora aponta que as plataformas sociais alteram o próprio tecido da web pela criação de novos *links*, ou ligações (que são passagens de dados e atividades) e pelo reforço de modos de ação que promovem o caráter interativo dessa teia que é a web.

¹⁵⁶ Tradução nossa. Trecho completo no original, “I use the term ‘platformization’ to refer to the rise of the platform as the dominant infrastructural and economic model of the social web and the consequences of the expansion of social media platforms into other spaces online.”.

¹⁵⁷ Tradução nossa. No original, “human connectedness” e “automated connectivity”. A tradução não captura o sentido exato de *connectedness*, que no dicionário Cambridge é definida por: “the state of being connected and having a close relationship with other things or people”. Cf. <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/connectedness>>. Acesso em 20/11/2019.

anuncia que tem o objetivo de tornar a *web* social, na verdade torna a sociabilidade técnica. A noção de conectividade automatizada, em oposição às conexões ou ligações humanas, evidencia o caráter ativo que redes digitais têm ao moldar o conteúdo produzido e compartilhado ou filtrar o conteúdo a que um participante terá acesso. Mas principalmente por moldar a interação humana para que produza a maior e mais organizada quantidade de dados estruturados a fim de transformá-los em material útil à composição de perfis. Esse tecido de interações fornece dados e metadados¹⁵⁸ – os rastros digitais (BRUNO, 2012) – para plataformas que os transformam conhecimento, que por sua vez gera valor econômico por meio de publicidade e venda de perfis, entre outros modelos de negócios.

As redes sociais são plataformas, mas evitamos usar a denominação acima para evidenciar o processo de transição da *web* que influenciaram e se desdobra para além dela. Se as plataformas se confundem com a própria ideia da Web 2.0¹⁵⁹ e as utopias que gerou, a forma social e subjetiva promovida pelas plataformas vão muito além do que se vislumbrava naquela época. O pesquisador Jonas Schwartz mostra a dimensão dos deslocamentos que as plataformas provocam ao combinar diversas referências na definição seguinte:

uma plataforma é uma infraestrutura digital (baseada em software, mas às vezes também em hardware) projetada para que os usuários apliquem código de computador no sentido convencional (por exemplo, para executar aplicativos ou buscar dados a partir dele) ou para aplicar um conjunto de usos humanos (delimitados, formalizados e padronizados pelo design da plataforma em questão). As plataformas digitais são superfícies para inovação técnica, sobre as quais novos atores podem desenvolver serviços ou produtos adicionais; de várias maneiras, são como serviços de utilidade pública que geram novas funções sociais e oportunidades de negócios. [...] Economicamente, os chamados mercados multilaterais são ordenados em plataformas, proporcionando transações entre atores que de outra forma fariam grande esforço para se encontrarem – elas são a superfície na qual trocas mediadas podem ocorrer. [...] [I]ndivíduos não são apenas usuários, mas também “inputs”¹⁶⁰, pois sua participação cria valor para outros usuários [...]. Uma plataforma digital automatiza trocas de mercado e medeia ações sociais [...]. Num sentido ontológico, uma plataforma pode ser encarada como um palco (tecnológico e

¹⁵⁸ Metadados podem ser definidos como dados sobre dados, por exemplo, quando se envia uma mensagem no Twitter, o site coleta automaticamente a localização do indivíduo.

¹⁵⁹ Autores como Gehl (2011) consideravam este movimento parte da Web 2.0. “I define ‘Web 2.0’ as the new media capitalist technique of relying upon users to supply and rank online media content, then using the attention this content generates to present advertisements to audiences. It is currently the hegemonic business practice on the Web, employed by a wide range of sites, including Twitter, Google, YouTube, and Digg”.

¹⁶⁰ Na informática, inputs são entradas de dados, mas também significam insumos em tradução livre.

materialmente constituído) que dá influência, durabilidade e visibilidade aos atores (SCHWARZ, 2016).¹⁶¹

Esta lista de elementos e funções das plataformas não é exaustiva, mas reforça algumas das principais características que serão desenvolvidas adiante. A caracterização das plataformas como infraestruturas é o passo inicial para as discussões sobre as relações de poder imanentes a elas. São consideradas superfícies, ou serviços de utilidade pública. Pensemos nas estradas ou na rede de energia elétrica e de telefonia, que algumas vezes mais, outras menos, habilitam indivíduos e empresas a exercerem atividades de lazer e negócios. Sua estrutura pode não determinar essas atividades, pois se combinará com inúmeros outros atores, mas influenciará sua forma final. A disseminação da internet 3G e 4G certamente facilitou a emergência da economia de aplicativos da qual trataremos à frente.

Nesse aspecto, as plataformas formam um dispositivo que não deve ser analisado apenas no nível micro, pois sua interoperabilidade reforça tanto seu poder quanto seu alcance. Enquanto cada plataforma funciona como superfície para que alguma forma de atividade ou interação ocorra, algumas plataformas servem de superfície para outras no que é chamado um “ecossistema de plataformas”¹⁶² (DIJCK; POELL; WAAL, 2018, pos. Kindle 369). Ele é dividido pelos autores em duas camadas, de plataformas infraestruturais e setoriais. Muitas das plataformas infraestruturais são propriedade das *Big Five* (Alphabet, Facebook, Apple, Microsoft e Amazon) e operam serviços tão variados quanto a hospedagem e o tráfego de dados, seu processamento na nuvem, mensagens instantâneas, lojas de aplicativos, sistemas de pagamento e identificação, análise, mapas e navegação, publicidade, entre outros (ibid., pos. 423).

As plataformas setoriais atuam como conectores entre consumidores finais e provedores de bens e serviços. São responsáveis pelos efeitos mais perceptíveis do processo de

¹⁶¹ Tradução nossa. No original, “Narrowly defined, a platform is a digital infrastructure (software-based but sometimes also hardware-based) intended for users to apply either computer code in the conventional sense (i.e., to run applications or fetch data from it), or to apply a set of human uses (delimited, formalized, and patterned by the design of the platform in question). Digital platforms are surfaces for technical innovation, on top of which new actors can develop additional services or products; in many ways they are utilities that generate new societal functions and business opportunities. Economically, so-called multisided markets (Rochet & Tirole, 2003, 2006) are enacted on platforms, enabling transactions between actors who would otherwise struggle to find each other – they are a surface on which mediated exchanges can take place: – The common element is that different types of users (sellers, buyers, advertisers, etc.) come together to reduce transaction costs (Martens, 2016, p. 17). Importantly, individuals are not only users but also inputs, since their participation creates value for other users (cf. Jullien, 2008, p. 2). In an ontological sense, a platform can be envisaged as a (technologically and materially constituted) stage that gives actors leverage, durability, and visibility”.

¹⁶² Tradução nossa. No original, “platform ecosystem”. Preferimos a noção foucaultiana de dispositivo, pois a ideia de ecossistema pode sugerir equivocadamente que há algo de natural nesses conjuntos.

plataformização. Nestas plataformas, os usuários atuam como “complementadores”¹⁶³, em um novo tipo de organização que põe em xeque as fronteiras entre setores e assim contornam leis e regulações específicas. No entanto, mesmo que haja plataformas infraestruturais, os serviços que oferecem também dependem de investimento público e privado a fim de que os mercados em que atuam funcionem. Sob o viés econômico, Schwartz (op. cit.) aponta a função de mercados multilaterais ou plataformas multilaterais (HAGIU, 2014), que geram valor econômico ao promover a aproximação e mediação de transações comerciais. Questionaremos à frente o papel neutro de facilitar interações entre indivíduos de um setor ou mercado.

Voltando-se aos usuários dessas plataformas, Schwartz nos lembra de que sua ação mediada gera valor a todos os outros (e principalmente à própria plataforma), pois colabora com o enriquecimento dos bancos de dados que alimentarão os processos decisórios automatizados dos algoritmos. Também aumenta os efeitos de rede da plataforma, pois quanto maior for seu uso, maior será seu valor para todos – uma rede social com poucos participantes não terá valor para aqueles que publicarem nela. O viés que articula a posição das plataformas como infraestruturas aos efeitos de rede e suas estratégias de negócios será explorado no próximo subcapítulo sob a perspectiva do capitalismo de plataforma (SRNICECK, op. cit.).

Por fim, Schwartz lista características que chama de ontológicas, que serão de maior interesse para este trabalho. A primeira delas é dotar seus usuários de “influência, durabilidade e visibilidade” (ibid.), ou seja, indica que a plataforma constitui e dá consistência aos atores que participam dela. Por isso, discutiremos a construção de perfis ao tratar dos trabalhadores de plataforma, no último capítulo. Começando pela durabilidade, os perfis são mais do que simples cadastros das pessoas físicas que atuam nessas plataformas. Eles constituem ao mesmo tempo uma faceta desses indivíduos e a construção, senão de um avatar ou uma *persona*, de um “foco de ação” que será composto apenas pelas interações ocorridas em cada plataforma específica, cuja história será ao mesmo tempo estilhaçada e remendada entre as plataformas (pois há comunicação entre elas). A influência e a visibilidade que as plataformas garantem a esses atores derivam exatamente da durabilidade e do histórico que dão consistência a esses perfis, por meio de mecanismos de avaliação e reputação. Ao mesmo tempo, incitam e impedem determinados tipos de condutas e de relações – as ações sociais mediadas que Schwartz aponta – e alteram a forma como cada um percebe a si próprio e aos outros.

¹⁶³ No original, “complementors”. Tradução utilizada a partir de TAUHATA et al., 2004.

Tratando-se de seu funcionamento, “uma plataforma é alimentada por *dados*, automatizada e organizada por meio de *algoritmos* e *interfaces*, formalizados por meio de relações de *propriedade* conduzidas por *modelos de negócios* e regidas por *contratos de usuário*” (DIJCK; POELL; WAAL, 2018, pos. 282, grifos dos autores).¹⁶⁴ Em vez de simples aparatos passivos que apenas aproximam pessoas para efetuar interações que potencialmente já ocorreriam, as plataformas conduzem e operam uma curadoria de conexões (HELMOND, 2015, p.12). Não são neutras em relação à atividade que ocorre em seus domínios. “Embora se apresentem como espaços vazios onde outros podem interagir, elas na verdade incorporam políticas” (SRNICEK, 2016).¹⁶⁵ Os contratos – ou termos de uso – chamam atenção para a dimensão jurídica dessas plataformas, que definem o status de seus usuários e regulam a atividade mediada pelas plataformas, como leis próprias a elas.¹⁶⁶ A dimensão jurídica também é fundamental para entendermos sua consolidação e se desdobra em batalhas entre as plataformas e órgãos regulatórios nos tribunais, e a dimensão política, ilustrada pelo seu investimento em *lobbies*.¹⁶⁷ Essa definição nos permite ir além das plataformas de mediação de comunicação e informações, da web 2.0, para introduzir as diversas plataformas de mediação de atividades de que trataremos a partir de agora.

A diversidade dessas plataformas pode ser compreendida a partir das classificações produzidas a fim de ordená-las. Langley e Leyshon (2017) dividem-nas em 5 diferentes categorias: mercados digitais (Amazon, eBay), mídia social e conteúdo gerado por usuários (Facebook, YouTube, Twitter), economia do compartilhamento (Uber, Airbnb), *crowdsourcing* (Mechanical Turk, TaskRabbit) e financiamento coletivo ou empréstimos *peer-to-peer*

¹⁶⁴ Tradução nossa. No original, “a platform is fueled by *data*, automated and organized through *algorithms* and *interfaces*, formalized through *ownership* relations driven by *business models* and governed through *user agreements*”.

¹⁶⁵ Tradução nossa. No original, “While often presenting themselves as empty spaces for others to Interact on, they in fact embody politics”.

¹⁶⁶ Schwartz (op. cit.) considera que esse arranjo pode ser considerado até mesmo totalitário, dado o nível de controle das plataformas. “When focusing on the local, intraplatform mode of operation, the digital character of platforms is seen to strongly determine structure; to all intents and purposes, this is an absolute form of control—totalitarian even”.

¹⁶⁷ De acordo com matéria do Yahoo! Finance, o Uber gastou mais de 2 milhões e 300 mil dólares com *lobbies* políticos em 2018 e 570 mil dólares apenas no primeiro trimestre de 2019 (logo antes de lançar ações na bolsa de valores). No mesmo trimestre, o valor gasto pelo Facebook foi de 3,4 milhões de dólares e pela Amazon, 3,9 milhões. Cf. Here’s how much Uber spends on federal lobbying. Disponível em: <<https://finance.yahoo.com/news/heres-how-much-uber-spends-on-federal-lobbying-124323215.html>>. Acesso em 02/12/2019.

(Kickstarter, Indiegogo)¹⁶⁸. Levantamento mais detalhado feito por Machado et al. (2017) catalogou 44 plataformas que atuam em mais de 20 segmentos de mercado, entre eles educação (Udemy), transporte urbano (Uber, Lyft), entregas (Loggi, Rapiddo), financiamento coletivo (Kickante, Catarse), *streaming* (Netflix, Spotify), entre outras. Seu impacto vai muito além das transações que proporcionam, ou do modo como geram valor econômico. Apesar de se posicionarem legalmente fora dos setores nos quais seus usuários atuam, as plataformas promovem mudanças radicais nesses setores. Muito mais do que apenas intermediar a comercialização de produtos e serviços, alteram as relações que se estabelecem entre as contrapartes nesses negócios e a própria natureza dos serviços oferecidos, assim como a natureza da sociabilidade que se instaura.

Ao discutir os deslocamentos provocados pelos sistemas de captura de dados e vigilância ubíqua, Zuboff (2018, p. 43) recupera a perspectiva de Hannah Arendt sobre a capacidade humana de fazer promessas vinculada ao contratualismo, base sobre a qual seria possível habitar um mundo compartilhado com o outro, a possibilidade de alteridade garantida pela capacidade de prometer e a conseqüente necessidade de governar-se e governar os outros. Aponta que “a falibilidade humana na execução de contratos é o preço da liberdade”. A distância entre o contrato e a liberdade que baseia esta perspectiva nos parece consonante com a interpretação apresentada no primeiro capítulo, de que o contrato expressa uma forma de governo e uma forma de conduta. Interessa-nos a constatação de uma substituição do “*Big Brother*” panóptico pelo “*Big Other*”, um “regime institucional em rede que registra, modifica e mercantiliza a experiência cotidiana” e aniquila a possibilidade de construção de confiança mútua pela eliminação da incerteza. Apesar de a autora remeter a construção desse dispositivo a uma forma polêmica de capitalismo de vigilância (MOROZOV, 2019), sua noção de “meios de modificação comportamental” (ibid., p. 45) parece-nos certa ao dar conta de mudanças que não se encerram nas cadeias produtivas e de captura de valor econômico, mas transbordam na construção de novas formas de conduta e relações.

Esses meios de modificação de comportamento deslocariam o papel do conformismo, ora definido como um ato ligado ao medo ou ao desejo de aceitação e pertencimento – a que Jessé Souza (op. cit.) atribui parte da explicação para a consolidação de um profascismo entre a

¹⁶⁸ Tradução nossa. No original, “online exchange markets”, “social media and user generated content”, “sharing economy”, “crowdsourcing” e “crowdfunding and P2P lending”. A classificação de plataformas de trabalho como crowdsourcing, que tem uma conotação colaborativa, parece equivocada e será discutida no próximo subcapítulo.

classe média da meritocracia – cujo oposto seria a resistência. Agora, nem mesmo haveria a distância entre a norma, comportamento virtual, e o comportamento realizado, mas um automatismo no qual o Estado de direito seria substituído “por um novo ‘mundo da vida’ de recompensas e punições, estímulos e respostas” (ZUBOFF, op. cit., p. 59) comandado por corporações como o Google, que poriam em funcionamento um novo tipo de poder soberano. Não compartilhamos completamente desta visão, de uma ruptura tão intensa que daria origem a esta nova soberania, da mesma forma que um totalitarismo conforme é defendido por Schwartz. Contudo, é inegável que rupturas ocorreram para além dos mecanismos de produção de valor.

Os pesquisadores Van Dijck, Poell e Waal (ibid.) mostram como essas mudanças ocorrem em atividades, ou setores, que definem a própria sociedade: jornalismo, transporte, saúde e educação. No jornalismo, as plataformas desvinculam os anúncios das notícias e em seguida, capturam para si a receita que era obtida por jornais e revistas ao se tornar fontes privilegiadas de tráfego (ou por meio de iniciativas como o Instant Articles, tratada acima). A personalização de conteúdo privilegia notícias a partir de valores pessoais, em vez de públicos, e um novo modelo de produção de conteúdo entra em cena: a publicação frenética de notícias e o sensacionalismo, que visam capturar atenção a partir da dinâmica baseada em dados na qual o indivíduo decide o que tem mais valor.¹⁶⁹ Criam-se, assim, as condições para a disseminação massiva de informações falsas, empreitada que nunca teria tal alcance nem seria economicamente viável sem as plataformas (ibid., pos. 1601). A plataformização da propaganda política teve impactos importantes nos EUA e no Brasil, além de haver indícios de influência significativa na campanha do Brexit. O recente escândalo envolvendo as empresas Cambridge Analytica e Facebook evidenciou a importância da coleta e do processamento de dados, sucedida por sua transformação em inteligência, para o modelo das plataformas.¹⁷⁰ Tornaram-se públicos o poder das plataformas

¹⁶⁹ A chamada economia da atenção, na qual as plataformas de conteúdo e seus parceiros ganham mais dinheiro com anúncios e coletam mais dados quanto maior for o tempo de exposição dos consumidores leva os algoritmos programados para maximizar esse tempo a sugerir conteúdo cada vez mais sensacionalista e extremistas (TUFEKCI, 2019). Por exemplo, o YouTube é vinculado à ascensão do pensamento de extrema direita entre os jovens no Brasil em matéria do New York Times – Cf. <<https://www.nytimes.com/2019/08/11/world/americas/youtube-brazil.html>>, acesso em 18/12/2019 – com base em pesquisa realizada na UFMG que encontrou indícios de sugestão de canais extremistas a partir de conteúdo de grandes portais e mídia corporativa. “Our simulations suggest that YouTube’s recommendation algorithms frequently suggest Alt-lite and I.D.W. content. From these two communities, it is possible to find Alt-right content from recommended channels, but not from recommended videos. [...] Still, even without personalization, we were still able to find a path in which users could find extreme content from large media channels” (RIBEIRO et al., 2019).

¹⁷⁰ Cf. “Facebook Cambridge Analytica Scandal: 10 Questions Answered”. Disponível em: <<http://fortune.com/2018/04/10/facebook-cambridge-analytica-what-happened/>>. Acesso em 22/05/2018

e as possibilidades levantadas pela posse de inúmeros dados, não apenas individuais, mas também de conexões interpessoais.

No transporte urbano, as plataformas passam a oferecer serviços cada vez mais similares ao transporte público, enquanto governos locais já testam a terceirização de parte do transporte público para essas empresas na forma de viagens subsidiadas.¹⁷¹ Neste caso, a opacidade das plataformas é especialmente problemática, pois os dados sobre os trajetos têm valor público para o planejamento mais preciso do transporte urbano, mas não são compartilhados com os governos (ibid., pos. 1808), e os preços das corridas é calculado por algoritmos inacessíveis a motoristas, clientes e reguladores. Enquanto uma parcela crescente da população usa esses serviços, reduzindo apoio ao investimento público no setor, os preços podem ser aumentados em situações nas quais o transporte é mais necessário.¹⁷² Além disso, a disseminação do transporte individual tem impactos relevantes na rentabilidade do transporte público¹⁷³, reduzindo as discussões em torno desse modelo de transporte – que já é problemático em grandes cidades do Brasil.¹⁷⁴

Na saúde, troca-se a privacidade dos cidadãos pelo benefício da personalização dos tratamentos e os dados são privatizados (assim como o conhecimento gerado a partir deles), em vez de tê-los disponíveis para pesquisa pública. A ascensão das plataformas infraestruturais e o declínio no investimento público em ciência e saúde as tornam parceiras praticamente incontornáveis no desenvolvimento de pesquisas na área, e os avanços no diagnóstico e tratamento de doenças a partir de tecnologia proprietária coloca em questão quem está sendo mais beneficiado: a pesquisa médica, os pacientes ou a indústria farmacêutica.

Na educação, a dataficação é traduzida como personalização, que envolve um monitoramento ininterrupto de tarefas e resultados em um modelo chamado “aprenderismo”¹⁷⁵, que privilegia o aprendizado de conteúdos específicos em vez de processos amplos, as tarefas

¹⁷¹ Os exemplos oferecidos no livro são as cidades de Pinellas Park (Flórida) e Centennial (Colorado), nos EUA, que fizeram contratos com Uber e Lyft, respectivamente, e Innisfil, no Canadá, que também contratou o Uber para oferecer serviço de transporte.

¹⁷² Dois exemplos do livro são o aumento nas tarifas durante um sequestro em Sidnei e durante uma nevasca em Nova Iorque, quando os preços subiram 800% (pos. 1850).

¹⁷³ Em Curitiba, foi registrada queda de 1,14% no primeiro semestre de 2018, comparado com mesmo período de 2017. “O valor da tarifa é apontado como causa para perda de passageiros, que atualmente têm nos aplicativos de transporte um ‘concorrente’ mais em conta em determinados horários” (BEM PARANÁ, 2019).

¹⁷⁴ A chamada “máfia dos ônibus” do Rio de Janeiro foi alvo de CPI que identificou, entre outras irregularidades, o superfaturamento de despesas, usadas para justificar aumentos indevidos no preço das passagens. Cf. Coluna do vereador e membro da CPI Tarcísio Motta no jornal O Dia: <<https://odia.ig.com.br/opiniao/2019/04/5635008-tarcisio-motta-e-preciso-enfrentar-a-mafia-dos-onibus.htm>>. Acesso em 30/10/2019.

¹⁷⁵ No original, “learnification”. A tradução usada foi retirada de Biesta, 2018.

mensuráveis em vez da interação e os projetos individuais em vez de atividades em grupo. Isso praticamente eliminaria o currículo comum (ibid., pos. 2774). Quebra-se, assim, a própria possibilidade de uma educação pública, descrita como “um dos bens comuns mais preciosos e a espinha dorsal das democracias ocidentais”¹⁷⁶ (ibid., pos. 2621), que tem dois valores fundamentais: *Bildung* – a educação entendida como a formação de cidadãos informados em vez de trabalhadores habilidosos – e igualdade no acesso a ela (ibid., pos. 2627).

Erige-se, assim, uma sociedade de plataforma, entendida como aquela na qual “o tráfego social e econômico é cada vez mais canalizado por um ecossistema global de plataformas online (esmagadoramente corporativo) que é conduzido por algoritmos e alimentado por dados” (ibid., pos. 250).¹⁷⁷ As plataformas prometem serviços personalizados – promover conectividade, comunidade – enquanto contribuiriam para o bem comum. Apresentam-se com se fossem capazes de organizar a sociedade melhor e mais eficientemente do que as burocráticas estruturas governamentais e empresariais tradicionais (VAN DIJCK, 2016b). Van Dijck argumenta que uma perspectiva habermasiana poderia considerá-la uma “esfera pública em rede”¹⁷⁸ na qual cada parte interessada (cidadãos, corporações, governos) teria a oportunidade de negociar os valores desejáveis, mas o que se vê de fato são batalhas ferozes. Essa perspectiva se aproxima bastante daquela de Foucault, para quem o homem dos contratos e a neutralidade da economia são elementos dos dispositivos onde se dão os jogos de poder que moldam a sociedade.

Atualiza-se também a crítica ao governo estatal. Matéria da revista Quartz anuncia em seu título: “Os governos não conseguem lidar com a regulamentação de tecnologia. É hora de as empresas assumirem”¹⁷⁹ (HADFIELD, 2018). A matéria propõe a criação de um mercado para reguladores privados, que deveriam competir entre si para apresentar as melhores propostas de regulação eficiente e rápida para os novos mercados de tecnologia – esses reguladores, por sua vez, responderiam ao governo. Aparentemente, esse processo criaria mais um intermediário na cadeia regulatória. No entanto, segue a linha de que entes privados são capazes de fazer tudo melhor e mais rápido do que o governo, mesmo que precisem responder para o próprio governo. Conforme discutido no capítulo 1, reforça-se a todo momento que o governo estatal é sempre

¹⁷⁶ Tradução nossa. No original, “one of the most precious common goods and the backbone of Western democracies”.

¹⁷⁷ Tradução nossa. No original, “a society in which social and economic traffic is increasingly channeled by an (overwhelmingly corporate) global online platform ecosystem that is driven by algorithms and fueled by data.

¹⁷⁸ Tradução nossa. No original, “Networked public sphere”.

¹⁷⁹ Tradução nossa. No original, “Governments can’t handle tech regulation. It’s time for companies to take over”.

excessivo, desnecessário, prejudicial à livre atividade. A atuação das plataformas em áreas como a verificação de identidades, pagamentos, reputação, confiabilidade de informações e notas escolares parece ser uma forma de promover a ideia de uma transição da regulação institucional estatal por uma sociedade de governo privado – ou de uma governamentalidade corporativo-algorítmica.

A partir da extensão desses fenômenos na sociedade, reafirmamos o distanciamento de uma funcionalidade econômica do poder (FOUCAULT, 2010) para fechar este subcapítulo apontando que, por mais que as condições de trabalho de que trataremos à frente se desenvolvam no modelo chamado de capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2016), essa forma de capitalismo se desenvolve em uma sociedade de plataforma na qual não é apenas o tráfego de produtos, serviço e dinheiro que se realiza por meio desses dispositivos, mas também a mediação da sociabilidade. Uma sociedade que conjuga os modos de produção com regras morais, formas de sociabilidade, legislações e instituições que não devem ser compreendidas como meras funções, como resultados secundários nem efeitos colaterais dos modos de produção.

Por mais que um grupo de corporações tenha poder crescente nessa sociedade, entendemos que esses processos não são os determinantes exclusivos das formas do jornalismo, da educação, da habitação e do transporte urbano, apesar de que a estratégia macroeconômica global claramente tem sua influência ao fortalecer grupos políticos que favorecem iniciativas benéficas à conservação da estrutura econômica atual – por exemplo, o aprenderismo é útil a uma demanda por força de trabalho ao mesmo tempo hiperativa, autônoma e dócil – e, mais importante, as fronteiras entre público e privado são cada vez mais tênues. *Lobbies* corporativos ganham força crescente e influenciam a produção de leis¹⁸⁰, e grupos com braços no mercado e no governo direcionam políticas públicas para ganhos privados (PASQUALE, 2015, p. 10).

Entendemos que essas estratégias de cima para baixo não determinam sozinhas, sem a consolidação de dispositivos locais que se compõem com diversas outras forças (culturais, religiosas, éticas), as formas de sociabilidade e subjetividade. Assim, para além das relações

¹⁸⁰ O Intercept investigou emendas à reforma trabalhista e descobriu que diversas delas foram redigidas por representantes de entidades empresariais. “Dentro dos arquivos PDF com o conteúdo da emenda e sua justificativa técnica, há metadados que indicam o “autor” original do arquivo, com a identificação do dono do computador onde ele foi redigido. [...] em 113 deles o autor era um funcionário de uma das quatro entidades empresariais citadas na reportagem [Confederação Nacional do Transporte (CNT), da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística)]. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>>. Acesso em: 18/01/2020.

estritamente econômicas no trabalho, propomos buscar o que Foucault chama modo de sujeição, ou seja, “a maneira pela qual as pessoas são chamadas ou incitadas a reconhecer suas obrigações morais” (FOUCAULT, 1995b, p. 264) nas atividades mediadas por plataformas, para investigar como se constituem condutas e formam-se relações peculiares e contingentes.

3.2 A economia do compartilhamento se realiza como capitalismo de plataforma

As plataformas digitais ganharam nova dimensão na atualidade, especialmente a partir da popularização da dupla Uber e Airbnb. Para além da produção e do compartilhamento de conteúdo, anunciava-se um processo de desintermediação de toda e qualquer atividade. O indivíduo que já não precisava ser jornalista para publicar textos ou contratado por uma emissora de TV para produzir vídeos e alcançar grandes audiências, agora tampouco precisaria possuir um hotel ou licença de táxi para atuar nessas áreas. Mais do que isso, poderia oferecer tempo livre e suas habilidades para a comunidade, recebendo em troca dinheiro ou outros serviços que se assemelhavam a favores. Matéria de 2014 ilustra o otimismo que cercava a ideia, anunciando que seria possível “ter uma Ferrari por alguns dias (sem pagar IPVA), passar as férias num barco (sem despesas do píer) e trocar de bicicleta a cada fim de semana (sem ter de guardá-la na sala de casa)” (UOL TAB, 2014). O potencial de lucro do modelo inflou a avaliação dessas empresas. De acordo com as cifras investidas, a Uber valeria mais do que montadoras de automóveis como GM e Ford¹⁸¹ e a Airbnb, mais do que as cadeias de hotéis Hilton, Hyatt e Marriott¹⁸². Um dos maiores chamarizes dessa nova economia diz respeito a compartilhar os bens subutilizados com outros consumidores (FRENKEN et al., 2017, p. 24).¹⁸³ De acordo com a nova utopia, esta seria uma sociedade menos consumista e mais sustentável.

Depois da prometida revolução da Web 2.0, agora o otimismo dizia respeito à instauração do que foi chamada economia do compartilhamento (SLEE, 2017). Uma nova forma de interação

¹⁸¹ Cf. “Is Uber really worth more than Ford and GM?”. CNN Money. Disponível em: <<http://money.cnn.com/2015/10/27/investing/uber-ford-gm-70-billion-valuation/index.html>>. Acesso em 22/05/2018.

¹⁸² Cf. “Airbnb Raising More Cash At \$30 Billion Valuation”. Forbes. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/briansolomon/2016/09/22/airbnb-fundraising-850-million-30-billion-valuation/>>. Acesso em 22/05/2018.

¹⁸³ Estudos apontam que os carros ficam até 95% do tempo sem uso e seu compartilhamento reduziria a necessidade de veículos, consequentemente o impacto ambiental de sua produção (FRENKEN; SCHOR, 2017, p. 6).

e de negociação p2p (*peer-to-peer*, ou ponto a ponto, sem intermediação institucional) que trazia consigo esperanças de maior eficiência no uso dos bens e do tempo de cada indivíduo para benefício de todos. Mais do que isso, promoveria mudanças na sociabilidade, ou na forma das relações interpessoais.

Imagine a seguinte situação. Você precisa ir ao Rio de Janeiro. Em vez de ficar num hotel, você decide alugar um quarto no apartamento do Paulo. Para se deslocar, você pega o carro da Juliana. Em casa, o Rodrigo toma conta do seu cachorro. Detalhe: você nunca os viu antes. Sim, isso já acontece. Tudo se baseia na reputação e na rede de recomendações que surge na internet e se fortalece fora dela. E essa relação entre desconhecidos, comercial e ao mesmo tempo pessoal, em que consumidor e fornecedor se confundem, é a base da chamada economia compartilhada (UOL TAB, 2014).

Além de compartilhar bens, pode-se também compartilhar o próprio tempo vago para passear com o cachorro de um desconhecido. A criação de redes de compartilhamento permitiria a todos facilitar as próprias vidas e fazer amizades, alugando bens ou oferecendo serviços, e ainda ganhar dinheiro com isso. Um elemento se destaca na descrição da economia compartilhada: o foco nas pessoas. Naquele momento, Ricardo Abramovay, professor de economia da USP, alegava que o consumo valorizaria cada vez mais “a sensação, a experiência, a socialização, a relação humana” (ibid.). Para a empresária Lisa Gansky, o sucesso desses serviços não se justifica apenas pelo baixo preço, mas porque as pessoas “gostam da variedade de escolhas e de se conectar com pessoas” (ibid.). Assim, sugeria-se que esta forma de fazer negócios teria um diferencial que garantiria sua disseminação para além da dinâmica da concorrência predatória que tende a reduzir os preços cada vez mais em busca de clientes. Nesta nova economia, a conhecida frase do Profeta Gentileza ganha uma torção: a gentileza não gera gentileza, “a gentileza entre estranhos pode virar um negócio, e vice-versa” (ibid.).

A troca de bens e serviços promoveria o valor social de se compartilhar e teria como consequência benéfica a aproximação de pessoas de camadas sociais outrora segregadas, que passariam a interagir por meio das transações possibilitada pelas plataformas – por mais que os “ofertantes” dos bens tendam a ser mais ricos do que aqueles que os alugam, ou exatamente por isso (FRENKEN; SCHOR, 2017, p. 6). Por se tratar de negociações entre participantes de uma plataforma cujos perfis proporcionam uma espécie de nivelamento social, promove-se a ideia de que as transações ocorreriam entre iguais. Ou seja, haveria uma humanização das negociações (comerciais e ao mesmo tempo pessoais, de acordo com a matéria acima), ao contrário dos

serviços profissionais remunerados nos quais se estabelecem claras hierarquias, especialmente nas tarefas menos qualificadas. Além disso, anunciava-se uma economia da experiência na qual os bens perdem importância e se tornam até mesmo indesejáveis, e pesquisas apontam que as experiências proporcionam mais felicidade do que a compra de bens (TIME, 2015).

A economia do compartilhamento nomeia um conjunto de iniciativas e projetos criados recentemente com o objetivo de aperfeiçoar as relações e condutas humanas a partir das TICs. Este impulso é chamado solucionismo tecnológico por Evgeny Morozov (2013, p. 17), que alerta para a miopia desta busca incessante por melhorias circunscritas às ações e aos comportamentos específicos vinculados a alguma atividade.

Reformulando todas as situações sociais complexas tanto como problemas bem definidos com soluções computáveis e precisas ou como processos transparentes e autoevidentes que podem ser otimizados facilmente – se apenas os algoritmos certos estiverem no lugar! –, essa missão provavelmente terá consequências inesperadas que poderiam eventualmente causar mais danos do que os problemas que procuram resolver (ibid., p. 18).¹⁸⁴

Anteriormente, mencionamos outros exemplos que corroboram esta hipótese do solucionismo, desde a entrevista com o programador que pretendia desintermediar médicos e resolver o problema da folha de pagamento (LEWIS-KRAUS, 2014) até o anticoncepcional digital revolucionário que resultou em diversas gravidezes indesejadas (LUNDIN, 2016). Também citamos os efeitos das redes sociais na produção e disseminação de notícias falsas e sensacionalistas com impactos negativos nas democracias, assim como os riscos do aprenderismo para a educação (DIJCK; POELL; WAAL, 2018), que tem seu sentido reformado (ou deformado) pelas plataformas *online* de ensino.¹⁸⁵

A proposta da economia do compartilhamento, sustentada pelas plataformas digitais, segue a mesma estratégia de isolar condutas, ações e problemas e em seguida oferecer soluções circunscritas a eles. Em uma sociedade na qual o governo é avaliado sob o prisma da economia e o indivíduo é isolado na condição de agente social autodeterminado, as plataformas se

¹⁸⁴ Tradução nossa. No original, “Recasting all complex social situations either as neatly defined problems with definite, computable solutions or as transparent and self-evident processes that can be easily optimized – if only the right algorithms are in place! – this quest is likely to have unexpected consequences that could eventually cause more damage than the problems they seek to address.

¹⁸⁵ . Pesquisa feita no Williams College mostra que o sucesso dos alunos pode ser estimado com mais precisão a partir do tempo de contato entre o aluno e os professores do que pela sua nota, que é tudo o que é oferecido nessas plataformas – mas considerando-se que o ensino a distância é mais barato e os projetos políticos são medidos quantitativamente, o autor aponta que parece provável que esse tipo de projeto enfraqueça o apoio a projetos educacionais mais estimulantes e ambiciosos (MOROZOV, op. cit., p. 20).

apresentam como enxutas, eficientes e capazes de eliminar processos governamentais custosos a fim de “permitir aos cidadãos agir como indivíduos autônomos e independentes”¹⁸⁶ (DIJCK; POELL; WAAL, 2018, pos. 569). Prega-se uma sociedade composta por indivíduos atomizados e relações ou atividades delimitadas, humanos eficientes cujas situações de vida são tratadas como problemas a serem resolvidos.

Em 2014, os críticos da noção de economia compartilhada na matéria da revista UOL TAB foram chamados de “turma do contra”. Sua principal preocupação era a oficialização do bico, ou seja, a oferta de bens e serviços no que seria considerado tempo vago serviria, na realidade, para as pessoas complementarem salários insuficientes ou gerar alguma renda enquanto não conseguem empregos formais (UOL TAB, 2014). Curiosamente, a mesma revista eletrônica produziu nova matéria sobre o tema em 2016, refletindo uma nova perspectiva que pode ser ilustrada por outra declaração do professor Ricardo Abramovay.

Quando falamos disso dois anos atrás, eu tinha um imenso entusiasmo. Hoje minha visão é mais cuidadosa. Há um lado sombrio dessa história que não estava claro: a revolução digital, e isso envolve a economia colaborativa, tornou-se um dos mais importantes fatores de concentração de renda e poder (ABRAMOVAY *apud* UOL TAB, 2016).

Nesse texto, são listados novos problemas, alguns deles adiantados pela turma do contra de 2014, como a precarização das relações de trabalho. Um dos maiores desafios que se impõem com a disseminação dessa economia diz respeito ao descompasso entre direitos e deveres das plataformas que se posicionam como intermediários neutros que promovem contato direto entre contrapartes nos processos chamados de compartilhamento. De acordo com a matéria mais recente, “[m]uitas dessas plataformas se colocam como canais entre pessoas, sem assumir qualquer responsabilidade pelo serviço em si. Os prestadores de serviços se submetem às regras sem uma rede de proteção social” (UOL TAB, 2016). Esses prestadores de serviços, os trabalhadores que são o objeto do próximo capítulo, não contam com os mecanismos legais que garantem a forma de sociabilidade na qual um período de trabalho, ou uma atividade profissional específica, proporcionam certos modos de vida que incluem desde férias remuneradas até proteção em caso de acidentes, ou a possibilidade de tal modo de vida para uma parcela significativa da população.

¹⁸⁶ No original, “enable citizens to act as independent, autonomous individuals”

Isso é apenas parte de uma reconfiguração mais ampla. Trata-se da construção de um imaginário que rebaterá percepções sobre os tipos de relações que estão sendo estabelecidos. Um mundo de indivíduos atomizados, imersos no risco e da insegurança, em eterna concorrência, cujo comportamento racional será o único caminho capaz de garantir vantagens competitivas em relação aos outros. Que deve se engajar na intensificação dos próprios processos que o jogaram nessa situação. Dardot e Laval (op. cit.) identificam a novidade dessa “neogestão” das últimas décadas em relação à “cultura de empresa” na promoção do que chamam uma reação em cadeia,

produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

Mais do que uma reação em cadeia, esse processo parece ser um círculo vicioso, ou uma espiral na qual a busca incessante por extração de valor em todos os setores da sociedade envolve a incitação de formas de conduta que intensificam cada vez mais esse mesmo processo. É sobre um tecido social desgastado que a construção desse imaginário do compartilhamento parece ser ao mesmo tempo curioso e importante, pois injeta nessa sociedade a promessa dos vínculos interpessoais que ela mesma extrai. Assume-se também uma abundância essencial de tempo e dinheiro a fim de sustentar que a economia do compartilhamento funcione como é anunciada.

Andy Ruben, fundador da plataforma Yerdle, onde indivíduos ganham créditos ao se desfazerem de objetos usados, declara que o futuro que o inspira é aquele no qual menos jaquetas Patagonia são produzidas e mais pessoas têm jaquetas Patagonia (TIME, 2015). Não por acaso, sua plataforma também é usada por marcas de roupas como a própria Patagonia para dar um fim a peças não vendidas (que seriam até mesmo jogadas em lixões). Essa declaração sintetiza uma das facetas das mudanças promovidas pelas plataformas que sustentam o imaginário de uma economia do compartilhamento. Pois volta a atenção ao modo de produção das jaquetas Patagonia e de tantos bens materiais e imateriais, assim como aos circuitos pelos quais passam até chegarem aos consumidores finais. Em suma, traz à tona o lugar das plataformas no capitalismo contemporâneo.

As evidências sugerem que as mudanças em curso não são uma revolução, mas uma reforma nesse capitalismo. E que as novas formas culturais e subjetivas sobre as quais esse deslocamento nos modos de produção e consumo se baseiam apontam mais para novos modos de assujeitamento do que sua quebra. Do modo como se apresentam, as plataformas provocariam um

curto-circuito nesse sistema de produção, circulação e consumo ao proporcionar maior aproveitamento dos bens já produzidos. No entanto, o que constatamos é que provocam uma reorganização nesses processos.

Já mencionamos que, por se tratarem de infraestruturas digitais, as plataformas se colocam em posição de exterioridade dos setores nos quais atuam. Assim, além de desafiar a legislação trabalhista em vigor e impulsionar, direta ou indiretamente, mudanças nela, as plataformas contornam outras formas de regulação próprias a esses setores.

Enquanto hotéis são licenciados estritamente com relação à preocupação com segurança e pagam impostos locais, plataformas como o Airbnb desafiam qualquer rótulo que as tornaria partes formais do setor: não possuem imóveis e não contratam funcionários de hotelaria, então não precisam cumprir as regras e regulações da cidade (DIJCK et al., 2018, pos. Kindle 249).¹⁸⁷

Trata-se aqui novamente do fenômeno discutido no subcapítulo anterior, no qual a noção de desintermediação obscurece os modos pelos quais a nova forma de mediação – que agora se expande da comunicação para atividades e transações diversas – altera significativamente as relações realizadas por meio das plataformas. Mas não se trata de um movimento inédito. De certa forma, as plataformas usam uma estratégia parecida com outras grandes corporações em relação a legislações trabalhistas e outras formas de regulação, como a terceirização realizada pelas redes globais de produção (RGPs) (RAMALHO; SANTOS, 2018). Nessa estrutura, as corporações transnacionais organizam redes de empresas e fábricas para as quais terceirizam a fabricação dos seus produtos – um ícone desta estrutura é a Nike, conforme nos mostrou Naomi Klein (2002, p. 222), mas o processo é adotado por inúmeras corporações.

Apesar de terem influência muito assimétrica em relação aos outros agentes dessas RGPs, as corporações não possuem agência exclusiva, e a configuração final das relações entre as empresas que são agentes nessas redes, trabalhadores, governos e organizações não-governamentais é resultado das diversas negociações e dos confrontos entre os agentes endógenos e exógenos a elas (RAMALHO; SANTOS, op. cit.). O que leva a casos como o da própria Patagonia, marca que se posiciona como sustentável e preocupada com o balanço entre vida pessoal e profissional dos seus funcionários, parceira da plataforma que incentiva o consumo consciente, e descobriu condições análogas à escravidão em fábricas responsáveis pela produção

¹⁸⁷ Tradução nossa. No original, “While hotel are strictly licensed with regard to safety concerns and contribute to local taxes, platforms like Airbnb defy any label that renders them part of the formal sector: they own no real estate and do not employ hotel staff, so they do not have to comply with the city’s rules and regulations”.

de suas jaquetas em Taiwan. A reação da Patagonia foi imediata para corrigir o problema.¹⁸⁸ Casos similares se multiplicam em um sistema no qual a terceirização da produção em diversas camadas (em uma rede na qual nem a empresa terceirizada de primeira camada não produz todos os componentes do produto, mas também os terceiriza) torna as corporações cada vez mais distantes das atividades realizadas para que seus produtos sejam fabricados.

[R]epetidas, vezes, intrépidos jornalistas investigativos e grupos de fiscalização do trabalho revelavam que, por exemplo, um tênis da Nike com a marca Michael Jordan ou uma camiseta com a marca da Disney eram manufaturados em fábricas de condições insalubres no Haiti ou na Indonésia. Mas, quando jornalistas ou consumidores tentavam fazer com que a marca assumisse a responsabilidade, a empresa quase sempre declarava: “Estamos tão horrorizados quanto vocês, e por isso vamos parar de trabalhar com esse fornecedor”. (KLEIN, 2017, p. 37).

As plataformas seguem esse modelo no qual é possível limitar a responsabilidade legal de corporações sobre os produtos ou serviços que oferecem ou intermedeiam, além de se beneficiarem de mecanismos fiscais ora falhos, ora coniventes com sua baixa taxaço.

As relações entre as plataformas e setores diversos da economia não se encerra no modelo jurídico sob o qual atuam. Pode-se atestar isso pela forma como se espraiam pelos setores da sociedade, onde coletam e monopolizam dados sobre a atividade mediada. Isso afeta desde os próprios parceiros das plataformas, como restaurantes que verificam queda na demanda, mas se tornam incapazes de realizar análises para identificar suas razões (MADUREIRA, 2020) até os governos, que poderiam melhorar suas estratégias de investimento em infraestrutura com os dados das plataformas de transporte, cuja negociação parece árdua (DIJCK; POELL; WAAL, 2018, pos. 1808), e verificam queda no uso do transporte público, colocando novos problemas à manutenção do serviço.¹⁸⁹ A dimensão econômica desse jogo entre produção e consumo também é evidenciada pelo impacto das plataformas de transporte como a Uber em outras empresas que deveriam ser beneficiadas pela sua atividade.

Um exemplo indireto são as montadoras de automóveis. De acordo com matéria da revista Exame, as vendas de veículos novos cresceram em 2019, mas quase metade dessas vendas foi

¹⁸⁸ Cf. What Patagonia Did When It Found Human Slaves in Its Supply Chain. Inc. Disponível em: <<https://www.inc.com/anna-hensel/patagonia-pledges-to-implement-higher-standards-in-factories.html>>. Acesso em 20/12/2019.

¹⁸⁹ “Empresas de ônibus dizem que já perderam 5% dos passageiros para aplicativos”. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2018/11/29/empresas-de-onibus-dizem-que-ja-perderam-5-dos-passageiros-para-aplicativos/>>. Acesso em 10.06.2019.

feita para frotistas, grande parte para locadoras de carros que os alugam para motoristas de plataforma, com lucro muito menor do que as montadoras têm com vendas para consumidores finais (EXAME, 2019). O setor automotivo é um dos ícones do capitalismo industrial, recebe benefícios fiscais há anos para garantir empregos e já teve quedas de braço com o governo federal por ameaçar demissões em massa¹⁹⁰. Mas seus lucros estão sendo canibalizados por meio das locadoras de automóveis que atuam na esteira das plataformas. Ou seja, a reorganização do setor não promove exatamente o menor consumo, mas desloca a forma do consumo de modo que um ator desse circuito passa a se beneficiar mais que outro.

Porém, as plataformas também provocam impactos diretos nas redes de produção das quais fazem parte. Matéria recente da BBC Brasil (MADUREIRA, op. cit.) mostra como algumas mudanças na estratégia da plataforma estão tirando restaurantes parceiros do mercado. São alterações no destaque que esses restaurantes têm na interface do aplicativo, ou o lançamento de uma marca própria de comida pela iFood, chamada Loop. Segundo a reportagem, o Loop é uma espécie de restaurante virtual (que se assemelha à Nike em alguns aspectos): o iFood vende os pratos com antecedência e negociaria a produção desses pratos com restaurantes de comida por quilo. Valendo-se do poder de negociação e da quantidade que compra, oferece esses pratos a preços muito baixos (R\$9,99 sem taxa de entrega).

A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) acusa a plataforma de *dumping*, sugerindo que os preços praticados são insuficientes para cobrir os custos. Donos de restaurantes do Paraná também acusam as plataformas de promover uma competição predatória na qual recebem seu percentual sobre as vendas e terceirizam os custos para os estabelecimentos parceiros. De acordo com um empresário, “está todo mundo se matando e ninguém ganhando dinheiro” (JORNAL BEM PARANÁ, 2020). Essa reconfiguração mostra que se há uma nova economia, ela ainda não se realiza pela cultura do compartilhamento, mas na mudança de posições estratégicas para captura de valor econômico no jogo entre fábricas, empresas de serviços e governo – jogo no qual a população assume mais a figura do trabalhador do que aquela do indivíduo da abundância que compartilha excessos. Estamos ainda no capitalismo e a busca pelo lucro é o imperativo econômico. Mas estamos em outro capitalismo depois da crise de 2008.

¹⁹⁰ Cf. “Dilma exige fim das demissões nas montadoras para manter incentivos”. Estadão, 28/07/2012. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/dilma-exige-fim-das-demissoes-nas-montadoras-para-manter-incentivos-imp-,906997>>. Acesso em 21/12/2019.

Conforme discutimos acima, alguns dos mesmos vetores que contribuíram para a multiplicação do investimento em *startups* também atuaram na consolidação das plataformas. Com o declínio da lucratividade nos setores de manufatura e serviços, a busca do crescimento econômico e de maior potencial lucros (mesmo que ao custo de grandes prejuízos iniciais) se voltou para a manipulação de dados, movimento a partir do qual a plataforma surge como modelo de negócios privilegiado (SRNICEK, 2016, p. 5). A configuração empresarial das plataformas torna suas estratégias de expansão diferentes daquelas tradicionais nos negócios (integração vertical, horizontal ou formação de conglomerados). A busca incessante por dados leva as empresas-plataforma a se expandirem, principalmente por meio de aquisições, onde quer que sejam identificadas áreas-chave nesse ecossistema, em um movimento rizomático (ibid., p. 102). Seguindo o imperativo capitalista de crescimento e inovação que apresentamos anteriormente, não parece haver saída senão a expansão praticamente desenfreada. Um exemplo é a Rappi, plataforma que atuava no gerenciamento de entregas e está se expandindo para diversos outros setores. “A Rappi não tem escolha a não ser continuar crescendo. Vemos a Rappi como um veículo que continuará ajudando o desenvolvimento do comércio eletrônico”, disse Luis Macin, vice-presidente de comércio eletrônico da Nestlé no México” (REUTERS, 2020).

As plataformas se realizam na forma de infraestruturas que reúnem (e dão forma a) atores diversos e proporcionam a execução de atividades, comunicação ou transações comerciais. Exatamente por isso, ficam em posição única para a captura dos dados e metadados de toda a atividade (SRNICECK, op. cit., p. 44). Ocupam posição transversal em relação a diversos setores, adicionando não apenas uma camada de acumulação e processamento de dados à atividade das mais variadas indústrias, mas alterando significativamente suas formas. Especificamente em relação à atividade econômica, Srniceck (op. cit., p. 48) categoriza as plataformas em 5 grupos: publicidade (Google, Facebook), serviços de nuvem (Amazon Web Services, Salesforce), plataformas industriais (GE, Siemens), de produtos (Rolls Royce, Spotify) e “plataformas *lean* [enxutas]”¹⁹¹ (Uber, Airbnb), que eliminam a propriedade dos bens e têm foco na redução de custos. Em todos esses setores, a plataformização desloca os modelos de geração de valor econômico, desde as mudanças provocadas no mercado de anúncios em jornais,

¹⁹¹ A metodologia “lean” de gerenciamento e produção, inspirada no modelo da Toyota, também é conhecida como “enxuta”. Visa eliminar desperdício de tempo e recursos (materiais ou humanos) desde a reposição de estoque *just-in-time* até métodos de trabalho sincronizados e integrados. Cf. O que é lean. Lean Institute Brasil. Disponível em: <<https://www.lean.org.br/o-que-e-lean.aspx>>. Acesso em 05/01/2020.

já tratado anteriormente, até os modelos de venda de turbinas de aviões, transformado em um modelo de aluguel com serviço de manutenção, serviço este que produz os dados essenciais para a construção de novas turbinas ao mesmo tempo em que vincula os clientes à empresa em um modelo de “produto como serviço” que tem mais rentabilidade do que a venda das próprias turbinas.

O modelo de produção de dados descentralizada combinado com coleta e processamento centralizados é definido por Schwartz (2016) como um princípio organizacional comparável ao fordismo ou o taylorismo, desta vez baseado nos efeitos de rede (aumento do valor geral à medida que mais pessoas usam ou participam de uma plataforma) e na economia de escala, pois a infraestrutura adicional necessária para expandir uma plataforma é marginal em relação ao seu investimento inicial. Esta configuração funciona ainda sobre duas bases: o subsídio cruzado que garante a oferta de serviços gratuitos ou deficitários por uma empresa que tem lucro com outras divisões e serviços, e a governança da interação (SRNICECK, op. cit.). Conforme apresentamos no subcapítulo anterior, a sanha expansionista impulsionada pelas baixas taxas de juros e pelo excesso de liquidez financeira fomenta o modelo de “crescimento antes do lucro” que mantém empresas deficitárias operando por longos períodos.¹⁹²

Tratando-se da expansão de plataformas onde quer que haja oportunidades de captura de dados – e, secundariamente, lucro econômico imediato –, produz-se um ambiente competitivo que tende à disputa em todos os setores e uma tendência à concentração, ou a monopólios naturais (FRENKEN et al., 2017, p. 7). Eles não apenas justificam a expansão rizomática identificada por Srniceck (op. cit.), como os prejuízos – que são comuns no período inicial de qualquer negócio, mas nas plataformas têm se estendido por anos e atingido a cifra dos bilhões de dólares.¹⁹³ Essas perdas são justificadas pelo potencial estimado para essas empresas. Por exemplo, “Hendrick Lee, da Palm Drive Capital, que investiu na Rappi, afirmou que o ritmo de

¹⁹² De acordo com análise publicada na Bloomberg, essas plataformas-startups deficitárias cobram preços abaixo do custo e teriam um impacto deflacionário na economia. Porém, em algum momento precisarão dar lucro, o que é visto como um risco à economia que demandaria aumento nos juros. Cf. A Profitable Uber, WeWork Will Be Bad for Inflation. Bloomberg. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-10-02/inflation-watch-pay-attention-when-uber-wework-raise-prices>>. Acesso em 05/01/2020.

¹⁹³ A Uber teve prejuízo de mais de 5 bilhões de dólares no 2º trimestre de 2019, enquanto sua concorrente Lyft perdeu mais de US\$600 milhões. Depois de ajustes contábeis, os prejuízos oficiais são reduzidos. Ainda são justificados pelas estimativas do mercado potencial (*addressable market*) que é calculado em trilhões de dólares. Cf. “Uber lost over \$5 billion in one quarter, but don’t worry, it gets worse” The Verge. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2019/8/8/20793793/uber-5-billion-quarter-loss-profit-lyft-traffic-2019>>. Acesso em 12/01/2020.

investimento da startup faz sentido na busca por expandir sua base de usuários. ‘Eu entendo o motivo da Rappi de queimar tanto dinheiro para chegar lá’, disse Lee” (REUTERS, op. cit.).

Como vimos acima, o papel dos dados não é marginal nesse modelo de negócios. Mais do que simplesmente alimentar algoritmos, podem ser negociados “crus” entre empresas que têm interesses semelhantes – segundo Srniceck (op. cit.), todas tendem a ter interesses semelhantes e conflitantes, na medida em que os dados proporcionam a produção de inteligência sobre o eventual público consumidor de qualquer empresa. Um exemplo recente é a estratégia da já mencionada Rappi, que ainda não teria gerado lucro em 5 anos de operação. Recentemente, passou a oferecer desde aluguel de patinetes até serviços bancários. “[N]os bastidores, a Rappi está coletando dados sobre clientes e vendas dos estabelecimentos, informações cobiçadas por marcas que variam do grupo de alimentos Nestlé à cervejaria Anheuser-Busch InBev, além de restaurantes, supermercados e lojas” (REUTERS, 2020).

Apesar de garantir que não vende dados de clientes individuais, mas apenas tendências de comportamento e consumo identificadas na base de dados, não deixa de ser curioso o vultoso investimento feito neste mercado. Segundo a matéria, a Nestlé já fez uso desses dados, especificamente sobre os hábitos de consumo em supermercados, farmácias e restaurantes. A estratégia não é exclusiva das plataformas digitais. No Brasil, as farmácias começaram a pedir o CPF dos clientes em compras que não exigiriam este dado.¹⁹⁴ Essa corrida se justifica pelo impacto econômico da publicidade baseada em dados, que já era estimado em mais de 150 bilhões de dólares em 2013 (PASQUALE, 2015, p. 20).

A centralidade dos dados na sociedade contemporânea, especificamente nas atividades diretamente mediadas pelas plataformas digitais, leva à interpretação deste modo de produção e captura de valor como trabalho gratuito, mais especificamente nas plataformas de publicidade. Algumas pesquisas consideram a atividade de pesquisar na internet (a inserção de palavras nos mecanismos de busca) ou a publicação de informações em redes sociais como uma espécie de trabalho executado pelos internautas para essas plataformas, pois é essa atividade que produz os dados essenciais ao processo de geração de receita pela exibição de anúncios, exibidos juntamente a resultados de pesquisas ou às publicações dos usuários das plataformas.

¹⁹⁴ Algumas farmácias, mais especificamente a RaiaDrogasil, adotam posturas agressivas, com metas para os vendedores de capturar até 100 CPFs por mês. Para isso, oferecem descontos, o que fere o Código de Defesa do Consumidor. Cf. “A distopia do ‘me fala o CPF’ nas farmácias do Brasil”. Vice. <https://www.vice.com/pt_br/article/9kzbx5/por-que-farmacias-insistem-para-ter-seu-cpf>. Acesso em 15/01/2020.

Esta perspectiva nos parece problemática, por se tratar de atividades espontâneas (nos limites que a palavra merece). Mais do que isso, embora haja dispositivos montados a fim de que a produção de dados seja cada vez maior, essas atividades não são diretamente controláveis pelas empresas nos moldes capitalistas de “racionalização da produção, redução de custos, aumento de produtividade” (SRNICECK, op. cit., p. 55). Portanto, mesmo que essa atividade possa exibir características que permita enquadrá-la no circuito produtivo segundo a teoria marxiana do valor, não entendemos que possa ser comparada ao trabalho remunerado. Mostrar que a atividade de lazer pode ser explorada como trabalho é interessante ao nos alertar para as formas de captura de valor, ou de força, de que esses mecanismos são capazes, mas não nos parece avançar muito na discussão sobre os modos de apropriação de energia e valor usados pelas corporações-plataforma.

Em vez de considerá-los produto de trabalho gratuito, adotamos aqui a perspectiva na qual os “dados passaram a ser a matéria-prima do capitalismo avançado” (MACHADO et al., 2017, p. 10). As plataformas de publicidade obtêm receita com anúncios exibidos nos resultados de pesquisas ou durante a navegação dos indivíduos, que é realizada por entre as publicações deles próprios nas redes sociais. Nas plataformas de mediação de atividades ou trabalho, a curadoria das transações e o processamento da massa de dados produzida de modo distribuído alimentam algoritmos que realizam o gerenciamento das atividades, de reputações e transações, operam pesquisas de mercado em tempo real e disparam sinais aos participantes a fim de conduzir seu comportamento. Este será o ponto de interesse na avaliação das plataformas a seguir.

O discurso que apontava para as relações humanizadas e apelava para o renascimento da reciprocidade inverteu a própria lógica das relações sociais, tornando-as mercadorias (ABRAMOVAY, 2017). Não são apenas as relações com os próprios bens que mudam na sociedade do compartilhamento remunerado, mas também as relações sociais que serão discutidas no último capítulo da tese. A discussão deste capítulo teve o objetivo de mostrar como a idealização de uma nova economia compartilhada contrasta com uma nova economia intensificada. A seguir, passaremos à investigação das plataformas e à avaliação das vidas desses indivíduos que se engajam no trabalho mediado por elas.

4 Desdobramentos do empreendedorismo de si nas TICs: trabalhadores de plataforma

“Quanto vale o seu tempo?” A revista Gizmodo propõe ao leitor imaginar um designer que pode contratar alguém para realizar uma tarefa não especificada de duas horas por R\$20 na plataforma de bicos TaskRabbit. Naquele período, terminaria um “trampo” pelo qual cobraria R\$500. Outra possibilidade mencionada na matéria é a de um funcionário de escritório pagar pela entrega de um documento para ter uma hora livre, que pode ser dedicada à convivência com a filha. “Quanto custa ver a sua filha crescendo por uma hora?” (BRACHT, 2011). As perguntas ilustram o descolamento entre indivíduo e meio que discutimos anteriormente. Elas desconsideram o que a renda do/da designer, assim como sua forma de trabalhar, possam estar diretamente vinculados à existência de pessoas disponíveis para realizar tarefas por R\$20.

O texto segue com uma descrição hipotética de quem realizaria tais tarefas na plataforma: “se você está procurando emprego, ou quer complementar a sua renda, ou combater o sedentarismo, ou ler mais... não seria um ótimo uso do seu tempo receber alguns trocados pra fazer essas besteirinhas que os outros preferem não ter que fazer?” (ibid.). As razões apresentadas para que alguém fique em filas ou entregue documentos por poucos reais podem ser desde combater o sedentarismo até complementar a própria renda, ou matar tempo enquanto procura emprego, se é possível matar tempo quando se está sem rendimento algum. São exemplos da percepção de um estado de abundância fundamental, no qual valores ínfimos seriam um complemento de renda, ou a remuneração por algo que faríamos até mesmo de graça, ou nos traria benefícios (como ler mais ou caminhar). Slee (op. cit., p. 3) nos lembra de que há algumas décadas o trabalho feminino era tratado de forma semelhante, como um complemento de renda. Ou seja, não precisaria ser remunerado da mesma forma que o trabalho masculino nem garantir renda suficiente para a manutenção de uma família. A disseminação desta percepção para o trabalho de todos é uma faceta dos deslocamentos de que tratamos, na qual o mundo hipotético de virtual abundância se depara com a escassez que marca a realidade.

No capítulo anterior, discutimos algumas das características do processo que engloba a plataformização da sociedade e a transformação do capitalismo pelo modelo de plataformas, incluindo a disseminação de uma cultura e um imaginário do compartilhamento que são parte intrínseca de sua consolidação. Agora investigaremos a construção do trabalhador de plataforma

para além das relações imediatas de trabalho, como outro desdobramento do empreendedorismo de si. Para além das relações de produção de valor econômico, exploração do trabalho e da energia humana, propomos buscar as mudanças subjetivas e sociais promovidas ou intensificadas por essa forma de atividade. Dimensões que são evidenciadas pelos debates públicos ocorridos desde a ascensão dessas plataformas, que vão desde nosso papel como clientes e funcionários até nossa condição de cidadãos.

As relações trabalhistas certamente têm impacto determinante nas possibilidades que se abrem em cada momento histórico aos indivíduos que dependem do próprio trabalho para sobreviver. Mais ainda pela intensidade das mudanças sociais, representadas pela PEC de gastos que consolida a degradação do Estado de bem-estar social no país (ROQUE, 2018) e dos deslocamentos ocorridos nas formas do trabalho desde 2017. Por isso, iniciaremos este capítulo com a apresentação do trabalho de plataforma e suas articulações com outras variantes de trabalho, para em seguida aprofundarmos as discussões sobre os elementos sociotécnicos das plataformas no primeiro subcapítulo e, no segundo e último, os problemas do governo desses trabalhadores e da condução de suas vidas.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, o contingente de trabalhadores informais em 2019 chegou a 41,1% do total de trabalhadores do país, a maior desde 2015 e próxima ao recorde de 41,4% medido em setembro daquele ano.¹⁹⁵ Apesar de ter havido aumento no número de vagas formais, a subutilização da força de trabalho é recorde da série histórica. Além disso, os trabalhadores que assinam contratos intermitentes, mas não chegam a trabalhar um só dia, são removidos do grupo de desempregados.¹⁹⁶ Contudo, o dado que mais chama atenção é da população desalentada, que também atingiu recorde no segundo trimestre de 2019 (AGÊNCIA IBGE, 2020).

É notável o aumento das modalidades de trabalho desvinculadas do assalariamento formal, especialmente depois da crise econômica que se arrasta desde 2015. Neste quadro, um subgrupo dos trabalhadores, nem sempre informais ou autônomos, já constituía um vínculo com as TICs. São os chamados infoproletários (ANTUNES; BRAGA, 2015), trabalhadores que

¹⁹⁵ Disponível em: Informalidade no mercado de trabalho é recorde, aponta IBGE. EBC, 31/10/2019. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/informalidade-no-mercado-de-trabalho-e-recorde-aponta-ibge>>. Acesso em 10/02/2020.

¹⁹⁶ Cf. “Intermitente sem trabalho e renda infla estatísticas oficiais de emprego”. Folha de S. Paulo, 08/07/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/intermitente-sem-trabalho-e-renda-infla-estatisticas-oficiais-de-emprego.shtml>>. Acesso em 08/02/2020.

executam suas tarefas por meio de máquinas digitais ou telefones, mas cujo trabalho envolve alta intensidade, pouca criatividade e controle rígido pelo empregador em ocupações terceirizadas e normalmente precárias. Seu ícone é o operador de telemarketing, antípoda da figura do trabalhador liberto pela tecnologia. Antunes e Braga sustentam que na atualidade,

ao contrário daquilo que é, com frequência, advogado pelas teses da “sociedade pós-industrial”, o trabalho no setor de telemarketing é rigidamente condicionado pelas características desse processo de reprodução contraditória. Articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador, ao modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; associa o serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas, estimula a cooperação ao mesmo tempo que fortalece a concorrência entre os teleoperadores, dentre tantas outras alterações, ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação contemporânea do trabalho (ANTUNES; BRAGA, 2015, p. 10).

Os infoproletários são o resultado do desmembramento de tarefas para sistematização e controle, de modos de interação com as tecnologias que não resultam em menor carga de trabalho repetitivo ou a jornada de trabalho reduzida.¹⁹⁷ Características que também marcam o trabalho de plataforma. Cabe então delinear o trabalho de plataforma e questionarmos o que marca sua singularidade.

De início, a natureza do trabalho mediado pelas plataformas não se diferencia de outras formas de trabalho informal ou temporário. As plataformas digitais se confundem com outras que realizam a mediação de atividades diversas, desde agências de emprego e classificados (HUWS et al., 2017, p. 10). A oferta de serviços leva alguns pesquisadores a excluir desse grupo plataformas que não realizam a mediação direta de trabalho – como o Airbnb, pois oferta quartos e imóveis, mas não os serviços de manutenção e limpeza das acomodações (GANDINI, 2019). No entanto, serviços de transporte de passageiros podem ser igualmente terceirizados pelos proprietários de automóveis.¹⁹⁸ Esta margem de indefinição não é exclusiva dos trabalhadores de

¹⁹⁷ No primeiro volume de *O Capital*, Marx cita a surpresa de John Stuart Mill quando escreveu em seus *Princípios de Economia Política* que “é questionável se todas as invenções mecânicas já feitas reduziram o trabalho diário de qualquer ser humano”. Marx argumenta que reduzir o trabalho não seria o objetivo da aplicação capitalista de máquinas. Assim como qualquer outra forma de aumentar a produtividade, as máquinas teriam como efeito diminuir a porção do dia na qual o proletário trabalharia para pagar o próprio salário e aumentaria a porção do dia na qual ele trabalharia para o capitalista. Ou seja, a introdução das máquinas no processo de produção teria o objetivo de promover o aumento da mais-valia (MARX, 1867, online). Portanto, apesar de ser uma constatação pertinente, a manutenção dos mecanismos de extração de valor na atualidade não devem surpreender.

¹⁹⁸ A existência de frotistas não é novidade nas plataformas de transporte. Cf. “Motoristas da Uber formam minifrotas, cobram diárias e exigem parte de lucros”. Estadão, 08/05/2016. <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,motoristas-da-uber-formam-minifrotas--cobram-diaras-e-exigem-parte-de->

plataforma. Outro exemplo recente de termo problemático é o trabalhador de escritório.¹⁹⁹

De qualquer forma, algumas definições são ponto pacífico entre diversos pesquisadores. O primeiro é que o trabalho de plataforma abarca diversas modalidades de trabalho –temporário, casual, informal, autônomo – normalmente remunerados por produção ou tarefa, assemelhando-se, assim, aos sistemas *putting out* e *piece work*, que são oferecidos, proporcionados ou mediados pelas plataformas digitais (GARBEN, 2017). Além disso, é um tipo de trabalho triangular ou multilateral, pois envolvem necessariamente o trabalhador, o cliente e a plataforma, além de algumas vezes incluir outras contrapartes, como os restaurantes nas plataformas de entrega (ibid.; DE GROEN et al., 2018). Dentre essas formas de trabalho, uma divisão-chave é feita entre o trabalho realizado no próprio computador – trabalho *online* ou baseado na *web* – e o trabalho local, no qual se enquadram as plataformas enxutas, de acomodação, transporte e entregas, que são ícones do setor (BERG et al., 2018, p. 4).

O trabalho *online* via plataformas também inclui tarefas complexas, como a criação de logotipos, o desenvolvimento de *websites* e campanhas de marketing (DE STEFANO; ALOISI, 2018, p. 4-5), serviços de tradução, design, desenvolvimento de software, aulas oferecidas online (FRENKEN et al., 2017, p. 13, 25) e até mesmo serviços prestados a outras empresas, como pesquisa em supermercados, conferência de organização de produtos e “clientes ocultos” que testam a qualidade do atendimento de estabelecimentos (BERG et al., op. cit.). No Brasil, já há plataformas que oferecem serviços jurídicos, chamadas *legaltechs*²⁰⁰, serviços de publicidade, edição de vídeos e serviços de TI.²⁰¹ Mas sua variante que apresenta mais novidades é a mediação de microtrabalhos ou microtarefas. Apesar de não serem o foco principal da tese, uma característica de interesse nas plataformas de microtarefas é sua relação com a Inteligência Artificial (IA). O próprio nome da plataforma da Amazon, Mechanical Turk, é referência ao

[lucros,10000049779](https://www.uber.com/pt-pt-drive/vehicle-solutions/fleet-partners/)>. O site internacional da Uber tem uma página específica para promover parcerias com frotistas: <<https://www.uber.com/pt-pt-drive/vehicle-solutions/fleet-partners/>>. Acesso em 08/02/2020.

¹⁹⁹ De acordo com Ursula Huws (2009, p. 45), os trabalhadores de escritório podem ser delimitados ao menos de seis perspectivas: “a) em termos da relação funcional de seu trabalho com o capital; b) em termos de suas ocupações (seu lugar na divisão técnica do trabalho); c) sua relação social com a produção (a propriedade ou não dos meios de produção); d) seu lugar na divisão social do trabalho (inclusive a divisão de gênero do trabalho no lar); e) as rendas comparadas (e, em consequência, sua posição no merca do enquanto consumidores); f) seu status social”.

²⁰⁰ “*Legaltechs* são propulsoras de mudanças na área do Direito”. Conjur. 27/07/2019. <<https://www.conjur.com.br/2019-jul-27/marcelo-callegari-legaltechs-sao-propulsoras-mudancas-direito>>. Acesso em 03/02/2020.

²⁰¹ “Avanço do serviço via aplicativo põe em xeque futuro do emprego formal”. Folha de São Paulo. 11/08/2019. <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/avanco-do-servico-via-aplicativo-poe-em-xeque-futuro-do-emprego-formal.shtml>>. Acesso em 03/02/2020.

lendário “robô” jogador de xadrez criado no século XVIII, que funcionava a partir dos comandos de uma pessoa escondida dentro da máquina.²⁰² O turco mecânico atual é definido como “Inteligência Artificial Artificial” (HOOK, 2016). Tal qual seu homônimo, a plataforma usa inteligência humana para complementar e corrigir resultados do processamento de algoritmos de IA de contratantes diversos. Este processo participa do desenvolvimento de iniciativas que, por sua vez, avançam na capacidade de substituir humanos em tarefas diversas. O título de uma matéria da revista Tech Republic resume o quadro: “Como meio milhão de pessoas ganham centavos para treinar Inteligência Artificial” (REESE; HEATH, 2017). Em uma virada interessante, a IA deixa de ser a forma como máquinas auxiliam o trabalho humano e passam a comandar processos automáticos, cujos resultados devem ser limpos por nós, humanos – em um mecanismo de retroalimentação que serve para aprimorar essa mesma inteligência. Além do Mechanical Turk, outras plataformas de microtarefas cognitivas são o ClickWork, Upwork, CloudFlower, Jovoto, Mylittlejob e Appjobber.²⁰³

O outro tipo é o trabalho local, que envolve desde os serviços de hospedagem, transporte e entrega, passando por serviços domésticos de limpeza e consertos gerais. Embora constituam uma interseção entre diferentes formas de trabalho e remuneração submetidas a um novo modelo de mediação, algumas peculiaridades tornam-se mais evidentes a partir dos termos cunhados para dar conta da disseminação do trabalho de plataforma. De forma semelhante ao seu antecessor norte-americano “walmartização do trabalho” – que descrevia a estratégia da gigante do varejo de contratar membros de minorias a fim de pagar salários baixos e fazer contratos com fornecedores chineses (ANTUNES, 2018, pos. 495) –, o neologismo “uberização” tem sido usado para descrever as mudanças em diversas atividades profissionais talvez seja aquele que melhor mostre a dimensão desse deslocamento. De acordo com a pesquisadora Ludmila Costhek Abílio (2017), o termo define a intensificação de transformações nas relações de trabalho que já estavam em curso e evidenciam a influência mútua entre tecnologia, formas econômicas, sociais e subjetivas na constituição desse novo quadro.

A empresa Uber deu visibilidade a uma nova forma de organização, controle e gerenciamento do trabalho, que está assentada nestes processos. É preciso compreender a economia digital como um campo poderoso de reorganização do

²⁰² “Meet the Mechanical Turk, an 18th Century chess machine”. BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/av/magazine-21882456/meet-the-mechanical-turk-an-18th-century-chess-machine>>. Acesso em 25/05/2019.

²⁰³ Lista disponível em: <<http://faircrowd.work/platform-reviews/>>. Acesso em 06/02/2020.

trabalho, mas não perder de vista que ela realiza uma atualização de elementos que estão em curso no mundo do trabalho, e que, sim, estão fortemente ligados com o desenvolvimento tecnológico, mas não só isso. Trata-se da relação das reconfigurações do papel do Estado [...], trata-se do desemprego e de uma perda de formas do trabalho, além de mudanças na subjetividade do trabalhador. Além disso, a uberização está relacionada [...] com o encontro contemporâneo entre vigilância, coleta de dados, gerenciamento e exploração do trabalho, e a esfera do consumo. (ABÍLIO apud MACHADO, 2017, p.20-21).

O processo de uberização não se encerra no trabalho de plataforma, mas designa toda atividade profissional que tem sua remuneração negociada individualmente, por tarefa, desvinculada de jornadas fixas e da relação de assalariamento. Trata-se de “um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho” (ABÍLIO, 2017). Essa forma complementa e dá continuidade às estratégias de terceirização e subcontratação ilustradas exemplarmente em lei de 2016, que permitiu aos salões de beleza estabelecer vínculos de parceria com manicures, depiladoras, cabeleireiras, barbeiros e esteticistas – setor que, segundo o presidente do Sebrae, serviria de modelo para estender a terceirização a todos os setores (ibid.). Hoje, este modelo de contratação já foi implantado até na educação pública do estado de São Paulo (VENCO, 2019).

Queremos destacar que o uso do termo uberização para designar o estado das relações de trabalho evidencia o quanto as plataformas estão entranhadas na sociedade.²⁰⁴ Embora seja o termo que melhor denota essa interseção, tem algumas limitações. De acordo com Antonio Casilli, ele tende a evidenciar apenas a face local do trabalho realizado por meio de plataformas (ou, como muitos chamam, por meio dos apps). Por isso, sugere o termo “plataformização do trabalho” (DIGILABOUR, 2019b), que consideramos coerente com a noção de uma plataformização da sociedade apresentada acima. No subcapítulo seguinte, descreveremos alguns dos mecanismos que constituem a peculiaridade do trabalho de plataforma nesse ambiente de uberização: sistemas de reputação, gerenciamento algorítmico e ascensão de novos modos de autoridade.

²⁰⁴ Embora possa ser repetitivo, voltamos a rejeitar qualquer inclinação a determinismos tecnológicos na constituição das relações de trabalho e sociabilidade. Castells (2000, p. 304-5) minor a efeito das técnicas, mas identifica a multiplicidade de vetores sociopolíticos na moldagem do trabalho em sua pesquisa comparativa entre diversos países. “Há uma tradição antiga e louvável de pesquisas sociológicas e organizacionais sobre a relação entre tecnologia e trabalho. Portanto, sabemos que a tecnologia em si não é a causa dos procedimentos encontrados nos locais de trabalho. Decisões administrativas, sistemas de relações industriais, ambientes culturais e institucionais e políticas governamentais são fontes tão básicas das práticas de trabalho que o impacto da tecnologia só pode ser entendido em uma complexa interação no bojo de um sistema social abrangendo todos esses elementos”.

Outro termo que denota a percepção desse trabalho é *gig economy*, que faz alusão à gíria criada para descrever apresentações musicais individuais, *gig*.²⁰⁵ Relatório do Rathenau Instituut agrega sob este termo os diversos tipos de trabalho por demanda via plataformas listados acima. É curioso que trabalhos repetitivos e muitas vezes mal remunerados sejam nomeados a partir de apresentações artísticas. Pois além de serem atividades individuais, a limpeza de uma casa e um show musical não guardam mais nenhuma semelhança. Se uma *gig* musical é singular, na medida em que nunca mais será repetida da mesma forma, o trabalho de corrigir classificações erradas de imagens por algoritmos de *Machine Learning* é tanto melhor quanto mais homogêneos forem seus resultados. Entendemos que o termo contribui com o imaginário de que o trabalho *gig* guarda mais autonomia do que ocorre de fato.

Por fim, um termo ainda mais relevante para pensarmos os deslocamentos na concepção das relações entre indivíduo e coletivo é *crowdsourcing*, misto de *crowd* (multidão) e *outsourcing* (terceirização). Foi o termo usado, por exemplo, por uma rede de sindicatos ao produzir o documento chamado “The Frankfurt Declaration on Platform-Based Work” (FAIRCROWD, 2016). Este termo parece-nos ainda mais problemático do que as *gigs*, porque mobiliza a ideia de multidão, que é preñe de sentidos – ainda que a diferença se estabeleça a partir de suas duas formas na língua inglesa, *crowd* e *multitude*. Começando pelo deslocamento promovido por Spinoza, para quem a multidão, ao contrário de ser definida pela falta de ordem que marcava o pensamento anterior a ele, “expressaria uma multiplicidade de singularidades que se situam ‘em alguma ordem’” (TARIN, 2017, p. 25), ou seja, em vez de uma matéria que carece de princípio organizador ou formador, conteria nela mesma a potência de se organizar. O pensamento de Spinoza é atualizado pelo pensamento autonomista de modo a compreender a multidão para além da multiplicidade potente, como um conjunto de singularidades não redutíveis ao conjunto, que colocam em funcionamento uma dinâmica relacional em que as potências singulares se constituem a si próprias e ao todo (ibid., p. 29).

Esta perspectiva dá à multidão papel central em uma teoria de classe que difere daquela proposta por Marx, na qual a produção de valor transborda a fábrica ou a empresa para abarcar todas as relações sociais. Nesta forma de capitalismo chamado cognitivo, os afetos, a cultura e a

²⁰⁵ A definição é do dicionário Cambridge. Cf. <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/gig>>. Acesso em 10/11/2019. O termo *gig economy* foi traduzido por “economia dos bicos” (VALOR, 2017). Apesar de evidenciar o caráter precário dessa forma de trabalho, a tradução não capta a diversidade de tarefas que abarca. Optamos por manter o termo em inglês quando usado, mas preferimos usar a noção de capitalismo de plataforma.

criatividade moveriam a produção da própria sociedade “através de uma espiral de criação de formas de vida por meio de formas de vida. Em outros termos, na fábrica social: não se produz mais-valia como tempo de trabalho excedente, o que se produz é ‘excedência’ – mistura de excedente com existência” (ibid., p. 31). Desta perspectiva, a multidão não apenas tem a potência de formar as singularidades que a compõem e de se autodeterminar, mas produziriam a sociedade ao produzir valor em um momento no qual este só é realizado pela produção de formas de vida. Para além das polêmicas relacionadas às vertentes que seguiram e reinterpretaram o pensamento marxista, interessa pontuar a importância da noção de multidão e seu papel não apenas central, mas ativo e determinante na produção de valor e de formas de vida no capitalismo contemporâneo.

A partir de então, torna-se mais clara a inversão proporcionada pelo *crowdsourcing*. No modelo, a multidão (*multitude*) entra em relações que parecem dobrar sua potência a fim de promover a produção de valor econômico por entre as suas multiplicidades. A atenção à multidão (*crowd*) neste sentido se evidencia a partir da proposta de que a cooperação de muitas pessoas comuns poderia ser mais eficiente na solução de problemas do que a sabedoria de especialistas individuais (ibid., p. 35). Esta sabedoria das multidões, contudo, não seria uma regra geral, mas poderia ser extraída com o auxílio de sistemas de agregação, coordenação e cooperação que evitariam a homogeneização das opiniões pela emergência de lideranças. De uma perspectiva gerencial, a empresa deve se modificar a fim de mobilizar e conduzir a multidão para obter resultados que são de seu interesse. Além disso, são definidos previamente à mobilização da multidão e fora dela. “O *crowdsourcing* pode ser visto, dessa maneira, como uma prática empresarial que busca transformar a potência da multidão em recurso barato, a partir da ideia central de redes distribuídas de trabalho” (ibid., p. 39).

Outros termos foram cunhados para dar conta dessas novas modalidades de trabalho. Destacamos *cloudsourcing* e *human cloud*, que indicam uma terceirização para a nuvem – imagem etérea que tira materialidade das pessoas e da infraestrutura industrial envolvidas na produção e distribuição do trabalho –, *workforce on demand*, ou força de trabalho sob demanda – que é autoexplicativo, mas apela à metodologia *lean* de que tratamos anteriormente, com seu sistema *just-in-time* – e ainda outras que relacionam o trabalho ao consumo ou à diversão, como *collaborative consumption*, *prosumption*, *playbour* e *co-creation* (HUWS, 2015). Essas formas de trabalho não englobam apenas de tarefas simples ou de baixa qualificação e remuneração, mas

as mudanças que provocam são mais intensas nesses tipos de trabalho. De todos os termos, entendemos que *uberização*, *gig economy* e *crowdsourcing* são aqueles que evidenciam peculiaridades e problemas importantes na compreensão desse trabalho, na forma como é organizado e percebido pela sociedade.

Além da designação desse trabalho por termos específicos, uma característica notável deste movimento é a comparação das plataformas de trabalho com iniciativas descentralizadas, *peer-to-peer* (p2p) e mesmo com lojas. Ao mesmo tempo que se retiram dos setores nos quais atuam, eximindo-se de seguir leis locais e regulamentações específicas, as plataformas se vendem como *shopping centers* de serviços, meros agregadores onde pessoas comuns negociam entre si. Uma dessas comparações que merece discussão é a noção de que são uma espécie de eBay²⁰⁶ de serviços, conforme se apresentava a TaskRabbit (SLEE, op. cit., p. 76), onde se pode contratar outras pessoas comuns, “como nós”, para realizar tarefas avulsas, as *gigs*. O eBay se notabilizou pela venda de objetos usados, transações que exigem um engajamento mínimo das contrapartes. Essa aproximação passa uma percepção equivocada sobre a mediação realizada pelas plataformas e a diferença entre produtos e serviços.

Um exemplo dessa confusão deliberada é a Etsy, plataforma de venda de artesanato que talvez seja a que mais se aproxima do eBay nesse sentido. No seu site, a Etsy declara que em uma época de automatização crescente, sua missão é prezar pela conexão humana no comércio, fomentar a criatividade, ajudar vendedores a montarem seus negócios e compradores, a encontrar produtos únicos, especiais, com um toque humano.²⁰⁷ A apresentação distancia a Etsy do eBay e de outras plataformas nas quais se contrata serviços padronizados. O modelo apela para o empreendedorismo e a criatividade, pois as artesãs (90% são mulheres) são chamadas a abrir lojas próprias na plataforma. As artesãs contrastam o trabalho de confecção dos produtos com empregos anteriores que não exigiam alta criatividade ou qualificação, denominados “trabalhos de colarinho rosa”, ou seja, cargos historicamente associados ao trabalho feminino (CLOSE, 2016, p. 1903). A Etsy é certificada como uma empresa B (*benefit corporation*), um tipo de

²⁰⁶ O eBay é o maior site de leilões do mundo. Fundado nos anos 1990, disseminou os leilões de itens usados entre pessoas físicas, tornando-se ícone da mediação de transações entre indivíduos comuns (enquanto a Amazon se consolidou como um supermercado, um *marketplace* de vendedores profissionais e pessoas jurídicas).

²⁰⁷ A descrição completa é: “In a time of increasing automation, it’s our mission to keep human connection at the heart of commerce. That’s why we built a place where creativity lives and thrives because it’s powered by people. We help our community of sellers turn their ideas into successful businesses. Our platform connects them with millions of buyers looking for an alternative—something special with a human touch, for those moments in life that deserve imagination”. Disponível em: <<https://www.etsy.com/about>>. Acesso em 15/01/2020.

empresa que segue padrões rigorosos de responsabilidade, transparência, impacto social, ambiental e deve balancear suas decisões de negócios com o bem da comunidade. Mas o documentário “Sou feito à mão: artesanato na era dos computadores”²⁰⁸, produzido a partir da etnografia realizada pela pesquisadora Samantha Close, mostra uma história diferente.

Ao contrário das mães e donas-de-casa que esperava encontrar trabalhando como hobby ou para completar a renda, a pesquisadora se deparou com diversos casais e empresas familiares. Os artesãos chegam a trabalhar 12 horas por dia, relataram lesões por esforço repetitivo e sua renda é instável (muitas vezes baixa), em uma relação de amor e ódio com a plataforma. A necessidade financeira leva muitas pessoas a replicar as peças que vendem mais, em vez de se dedicarem à criação de novas peças inéditas, o que é motivo de descontentamento. Mas apesar da precariedade do trabalho na plataforma, muitos entrevistados declaram que não voltariam para seus antigos trabalhos, muitos deles também precários. A pesquisadora lembra que o emprego de 9 às 17h em uma fábrica ou empresa, que garantia renda para sustentar uma família, sempre foi um privilégio de um grupo limitado da população, e que para muitos jovens e imigrantes, o trabalho precário já é uma realidade antes das plataformas – cita o Walmart e as cadeias de *fast food* como exemplos (MERCHANT, 2015).

A Etsy mostra como a apresentação das plataformas promove uma confusão, talvez proposital, entre mercadorias e serviços, ou entre trabalho pretérito ou morto e trabalho vivo, nos termos de Marx (CHAGAS, 2011).²⁰⁹ Misturam-se as esferas da circulação das mercadorias, trabalho cristalizado, e da produção, na qual as relações de trabalho se impõem de forma direta à vida dos indivíduos e nas formas de vida possíveis.²¹⁰ De acordo com Ricardo Antunes (op. cit.,

²⁰⁸ No original: “I am Handmade: Crafting in the Age of Computers”.

²⁰⁹ Apesar de a discussão do processo de produção de valor não ser o principal foco da tese, é importante destacar a dimensão subjetiva do trabalho vivo, especialmente tratada pelo pós-operaísmo italiano, que propõe trata-lo na forma de “categoria ontológica e constitutiva” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 75). No desenvolvimento desta perspectiva, Lazzarato e Negri destacam a originalidade de Marx ao apreender conjuntamente sujeito e estrutura. Os autores defendem que a interpretação economicista de Marx pode ter derivado do fato de ele não ter desenvolvido completamente sua metodologia no que se refere ao trabalho vivo, tanto como “subjetividade não determinada, capaz de toda determinação” quanto como “potência ontológica que produz acréscimo de ser” (ibid., p. 81). A interpretação operaísta busca contornar, assim, o caráter instrumental do trabalho. Não seguimos esta perspectiva pelos problemas que seu alegado primado do trabalho vivo sobre o capital apresenta em relação à abolição da lei do valor (PRADO, 2003, p. 111). A condição emancipadora e autônoma do trabalho intelectual também é questionável, pois a libertação do trabalho imaterial e a relativa autonomia da produção são constantemente recapturadas por “um novo modo de se organizar a extração da mais-valia” no qual “o trabalhador comparece não apenas como força de trabalho, mas também fornece ao menos parcialmente o capital constante e custeia ao menos parte da administração de sua própria exploração” (LESSA, 2002, p. 19).

²¹⁰ Da perspectiva autonomista, chega-se a propor uma neomonadologia do capitalismo ao argumentar que o mundo em que vivemos, incluindo nossas crenças e nossos desejos, é produto das empresas contemporâneas. “Produzindo

pos. 582, grifos do autor), esses empreendedores seriam uma “mescla de *burguês-de-si-próprio* com *proletário-de-si-mesmo*”. Pois se o eBay permite que indivíduos comuns vendam suas roupas usadas e, da mesma forma, que negociantes profissionais vendam produtos de trabalho análogo ao escravo, pode-se considerar que altera a forma da circulação das mercadorias, abre novos mercados e interfere apenas indiretamente no modo de produção. O mesmo não ocorre nas plataformas que oferecem serviços e determinam a forma que a atividade de trabalho tomará. A Etsy é apenas um exemplo de passagem, pois sua dinâmica de promoção de peças e concorrência por preços não determina a forma do trabalho artesanal vendido pelas empreendedoras, mas insere essas trabalhadoras em uma lógica que não é mais a do artesanato local, e sim das plataformas globais. Podemos supor que seu ritmo de trabalho, sua remuneração e os problemas com que se deparam são mais similares aos de outros trabalhadores de plataforma do que de outros artesãos locais. Mas nas plataformas de serviços isso ocorre de modo mais acentuado, pois a mediação é uma formatação completa da atividade e das relações estabelecidas por esses indivíduos.

No próximo subcapítulo, concentraremos a investigação no processo de mediação das relações e atividades, partindo da constatação de que a mediação por algoritmos representa a maior novidade e o maior risco na sociedade contemporânea (SILVEIRA, 2019). Fecharemos o escopo nas chamadas plataformas enxutas, apresentando suas características gerais. Em seguida, discutiremos três dimensões que consideramos fundamentais para a constituição dos processos realizados pelas plataformas: os sistemas de reputação e suas relações específicas com a regulação e a fiscalização pela sociedade, a opacidade algorítmica que se desdobra na forma de uma inescrutabilidade desses processos e, por fim, a ascensão de novas formas de exercício de autoridade e novos lugares de comando na sociedade.

um bem ou um serviço, a empresa produz um mundo” (LAZZARATO, 2004, p. 188). Os produtos seriam apenas parte – e não a mais importante – do processo de produção de mais-valia. Sejam filmes, festivais de música, redes sociais ou tênis de corrida, o objetivo das empresas é produzir desejos que possam ser realizados por meio do consumo. Essas transformações incorporais levam a expectativas – ou frustração, na maior parte do mundo, que está excluído dessa possibilidade – a serem realizadas com o consumo, ou transformações corporais. Assim, as empresas tomariam o lugar de Deus, a mônada que tem visão completa do mundo realizado, enquanto o consumidor e o trabalhador seriam mônadas com perspectivas limitadas desse mundo, sujeitas a erros devido à percepção limitada das causas. Apesar de a comparação de Lazzarato parecer exagerada, a abordagem leibniziana parece útil para se pensar a compossibilidade de subjetividades nos dispositivos foucaultianos.

4.1 Plataformas enxutas de transporte e entrega

Plataformas de transporte sem carros têm valor de mercado maior do que montadoras de automóveis e plataformas de hospedagem sem imóveis próprios valem mais do que cadeias de hotéis. As plataformas enxutas (*lean*) são aquelas que possuem o mínimo de bens e funcionários atuando diretamente na prestação do serviço.²¹¹ Escolhemos esta delimitação a fim de concentrar a análise nas plataformas que operam em um modelo de hiperterceirização (SRNICEK, 2016, p. 75). Esse tipo de plataforma no oferece um vasto conjunto de evidências sobre alguns dos deslocamentos provocados pela disseminação de sua lógica na sociedade. Neste subcapítulo, trataremos de três dimensões dessas mudanças, que são o afastamento jurídico das regulações locais e setoriais baseado parcialmente no uso de sistemas de reputação, a opacidade dos sistemas algorítmicos responsáveis por realizar cálculos, filtragens e classificações nessas plataformas – refletindo e intensificando a opacidade crescente de uma sociedade que se baseia em modelos matemáticos para tomada de decisões e funciona a partir de lógicas de segredo e ofuscamento – e, por fim, a emergência de novas formas de autoridade, que incluem a chamada autoridade algorítmica assumida por esses sistemas de código, o estatuto de verdade neutra dos resultados desses sistemas e a ascensão de novos especialistas a postos de poder na sociedade.

Vimos acima que as plataformas se distanciam legalmente dos setores nos quais atuam, evitando leis locais e regulações específicas. Esse posicionamento se torna claro a partir de suas designações jurídicas. Slee (op. cit., p. 79-85) mostra que as plataformas de trabalho Homejoy, Handy e Instacart se classificam como plataformas de comunicação e informação em seus documentos de Termos e Condições. Replicamos sua análise e analisamos os termos de uso de algumas das maiores plataformas de transporte e entregas do país: Uber, 99, Cabify, Rappi e iFood. Todas elas se definem como empresas ou plataformas de tecnologia que não oferecem os serviços finais, mas intermediação ou licenciamento de *software*.

A Uber é uma empresa de tecnologia que possui o direito de propriedade de um aplicativo (o “Aplicativo”) que fornece geração de serviços sob-demanda e serviços relacionados. O Aplicativo conecta prestadores independentes de

²¹¹ Os entregadores que trabalham por meio das plataformas devem providenciar até mesmo as próprias mochilas térmicas. No momento da pesquisa, o valor é de R\$98 no iFood: < <https://shop.ifood.com.br/produto/bag-mochila-termica-para-entrega-sem-divisoria-e-com-laminado-46x44x37-cm-1-0-unidade-730>>. Não encontramos a mochila à venda no site Uber Eats, mas segundo o relato de um entregador no YouTube, a mochila custava R\$80 em 2018 e podia ser solicitada em pontos de atendimento: <<https://www.youtube.com/watch?v=lc8SqGo8TgY>>.

serviços de transporte com solicitações de usuários que desejam serviços de transporte (grifo nosso).²¹²

4.1. Serviços prestados pela 99. Os **Serviços consistem na intermediação de corridas e facilitação de pagamento (“Intermediação”), mediante licenciamento e uso de software**, em que a 99 é a licenciante do Aplicativo, de forma não-exclusiva (“Licenciamento”) que possibilita ao Motorista Parceiro cadastrado localizar e contatar passageiros interessados em contratar serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros ou transporte individual de passageiros de utilidade pública (“Passageiro(s)” e “Serviço de Transporte”, respectivamente) (grifo nosso).²¹³

1.2 A Cabify atua exclusivamente na qualidade de intermediadora dos serviços entre o Usuário e o condutor particular terceiro e independente e dos taxistas (o “Condutor”). **O USUÁRIO RECONHECE QUE A CABIFY NÃO É UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. ASSIM, A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE É DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR TERCEIRO E INDEPENDENTE OU DO TAXISTA. O USUÁRIO RECONHECE QUE A CABIFY COLOCA À DISPOSIÇÃO DO USUÁRIO UMA PLATAFORMA PARA CONTACTAR E CONTRATAR OS CONDUTORES OU TAXISTAS RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TRANSPORTE DE PESSOAS E DE COISAS** (grifo nosso).²¹⁴

2.2. O iFood é uma **empresa de tecnologia que atua como agente/intermediário** entre restaurantes, bares, padarias, supermercados e demais estabelecimentos comerciais parceiros (“Estabelecimentos Parceiros”) e seus respectivos consumidores finais (“Clientes Finais”), ambos também cadastrados em sua plataforma, a qual permite que os Estabelecimentos Parceiros vendam os seus produtos aos Clientes Finais (grifo nosso).²¹⁵

A RAPPI não realiza a compra de produtos por conta própria, não armazena produtos e tampouco é vendedora de produtos, sendo uma **plataforma de tecnologia somente para intermediação**, que permite a interação entre Consumidores e Mandatários. Também denominada neste Instrumento como “PLATAFORMA”, podendo ser acessada por computadores, *notebooks, smartphones ou tablet’s* [...]

Fica claro para o Consumidor que a Operadora não é produtora, fornecedora, entregadora, agente, distribuidora e, em geral, nenhum tipo de comercializador dos produtos exibidos, posto que **opera somente como uma plataforma tecnológica que permite o encontro entre Consumidores e Fornecedores para a configuração de relações de consumo** (grifos nossos).²¹⁶

²¹² Disponível em: <<https://www.uber.com/legal/pt-br/document/?name=guidelines-for-law-enforcement&country=brazil&lang=pt-br>>. Acesso em 15/01/2020.

²¹³ Disponível em: <<https://99app.com/legal/termos/motorista/>>. Acesso em 15/01/2020.

²¹⁴ Disponível em: <<https://cabify.com/brazil/terms>>. Acesso em 11/01/2020.

²¹⁵ Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/termosdeuso/>>. Acesso em 15/01/2020.

²¹⁶ Disponível em: <<https://legal.rappi.com/brazil/termos-e-condicoes-de-uso-da-plataforma-rappi/>>. Acesso em 15/01/2020.

Discutimos alguns aspectos do posicionamento jurídico das plataformas anteriormente, mas uma evidência adicional que coloca em xeque tal distanciamento dos serviços finais nas plataformas enxutas são iniciativas para evitar que os trabalhadores formem laços com seus clientes, como a adoção de “clientes falsas” que seriam fiscais da plataforma Singu, para evitar que manicures passem seus contatos pessoais às clientes (DOLCE, 2019).

As plataformas não são aparatos neutros desligados de outras formas de ação e influência externa (publicitária, econômica, jurídica e política). Internamente, a mediação de conteúdo e conexões é realizada por caixas-pretas algorítmicas, que são os motores dos processos de atração de clientes finais, negócios e trabalhadores. Processos multidimensionais pelos quais realizam a curadoria de atividades. Esta seção da tese será dedicada a analisar os elementos internos das plataformas – que poderiam ser chamados de componentes tecnológicos ou sociotécnicos – e abri-los para avaliar algumas dimensões de seu funcionamento, além das relações que podem ser identificadas a partir deles.

O primeiro desses elementos é a própria interface das plataformas, normalmente um aplicativo de celular. Um caso trágico ocorrido recentemente em São Paulo nos lembra que a interface é completamente contingente e reflete um conjunto de forças. Thiago de Jesus Dias, que fazia uma entrega para a plataforma Rappi, sofreu um AVC e os clientes entraram em contato para saber o que fazer. Segundo o relato, o atendimento apenas recomendou aos clientes dar baixa na entrega a fim de não prejudicar o fluxo de entregas futuras. Ele faleceu poucos dias depois. A plataforma comunicou então que adicionaria um botão de emergência na interface, para que os entregadores tivessem um meio de contato rápido com equipe especializada ou autoridades competentes em caso de problemas de saúde e segurança.²¹⁷

Após o assassinato de dois motoristas que trabalhavam pelas plataformas, a câmara legislativa do Distrito Federal discute propostas sobre a obrigatoriedade de clientes cadastrarem fotos em seus perfis, da instalação de câmeras e um “botão do pânico” nos carros e a exibição do destino dos passageiros nos aplicativos no momento em que o motorista aceita o trabalho – algumas plataformas ocultam o destino dos passageiros antes do início das corridas com a

²¹⁷ “Motoboy tem AVC durante entrega e morre após aguardar 2 horas por socorro em São Paulo”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/11/entregador-de-aplicativo-tem-avc-durante-entrega-e-morre-apos-aguardar-2-horas-por-socorro-em-sp.ghtml>>. Acesso em 20/01/2020.

alegação de que isso evita que motoristas cancelem as corridas.²¹⁸ Esses dois exemplos mostram que a interface digital resulta de negociações e disputas que vão além do *design* e da funcionalidade. Na contingência absoluta que marca os domínios digitais, o código faz as vezes de lei, ao regular ações e comportamentos (LESSIG, 2007), mas entra em relação com outros vetores no processo de cristalização de possibilidades, incentivos e interdições. Para além da interface, as relações dessas plataformas com as leis e regulações sempre foi de confronto.

A obsessão pela eficiência envolve não apenas submeter instituições governamentais a cálculos de otimização na alocação dos recursos públicos, mas também ignorar leis locais ao operar em um território (ou mercado). A plataforma Airbnb teve problemas em Amsterdã (DIJCK; POELL; WAAL, 2018) e chegou a ser multado em Barcelona, junto com a plataforma HomeAway, por quebrarem regras locais (AINGER; HAAR, 2018). Relatório da organização americana National Employment Law Project (NELP) descreve a atuação das empresas de redes de transporte em quatro etapas: “invadir, comprar, intimidar e enganar”.²¹⁹ Segundo a organização, essas plataformas iniciam a operação em algumas cidades mesmo sem ter o serviço regulamentado, atraem clientes com viagens gratuitas e pagam as multas dos motoristas. “Compram” a regularização por meio de lobbistas. A seguir, intimidam agentes públicos em uma queda de braço quando a regulação parece desfavorável – por exemplo, encerrando as atividades em cidades específicas. Por fim, incitam clientes e parceiros a pressionar políticos, algumas vezes com versões distorcidas dos fatos e levando-os a acreditar que os governos querem proibir seus serviços, mesmo quando apenas tentam aplicar leis existentes ou criar medidas de segurança para motoristas e passageiros (BORKHOLDER et al., 2018).

A Uber teve problemas judiciais e chegou a ser proibida em várias cidades no mundo.²²⁰ Porém, há evidências de que a empresa não apenas continuou operando em cidades onde o serviço foi considerado ilegal, mas deu apoio aos motoristas para evitar serem pegos pela fiscalização – com dicas enviadas por e-mail, como pegar passageiros nas faixas mais afastadas do desembarque em aeroportos, levar o passageiro no banco da frente e não deixar o telefone no para-brisa (ISAAC, 2019, p. 288) – e pagou multas para os motoristas em São Paulo em 2015,

²¹⁸ “Projeto de lei cria “botão do pânico” em carros de app no DF” Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/projeto-de-lei-cria-botao-do-panico-em-carros-de-app-no-df>>. Acesso em 20/01/2020.

²¹⁹ No original, “barge in, buy, bully, and bamboozle”.

²²⁰ A Wikipédia tem uma página com a lista de locais onde a plataformas de transporte operam e o status de cada um. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Legality_of_ridesharing_companies_by_jurisdiction>. Acesso em 26/01/2020.

quando foram considerados clandestinos.²²¹ Em Portland, onde o serviço foi considerado ilegal, punições severas foram anunciadas e os fiscais criaram contas falsas para chamar carros, que eram apreendidos. Assim como em São Paulo, a Uber garantiu o pagamento de qualquer custo que os motoristas tivessem. Iniciativas que poderiam ser tomadas por qualquer empresa. Mas a fiscalização ostensiva foi burlada por meio de um sistema ao mesmo tempo engenhoso, complexo e exemplar do papel do código na mediação dessas atividades.

O programa de codinome Greyball, que combinava as palavras *grey* (cinza, de área cinzenta, sem regras definidas) e *eyeballs* (olhos) permitia à Uber controlar quais carros eram vistos por cada cliente. Era usado principalmente em promoções. Mas a partir do caso de Portland, passou a ser usado para impedir que fiscais e autoridades públicas vissem os carros. A estratégia foi traçar um perímetro por GPS em torno de delegacias e monitorar os perfis que abriam e fechavam o aplicativo Uber repetidamente, um comportamento identificado como potencial fiscalização. Quando havia confiança de que o perfil tinha objetivo de fiscalizar, era adicionado em uma lista negra nos bancos de dados da plataforma e deixava de ver os carros na interface do aplicativo (ISAAC, 2019, p. 291). Não foi o único momento em que a empresa usou mecanismos do tipo para obter vantagens. Outro caso célebre envolveu a concorrência.

Entre 2014 e 2016, a Uber manteve em funcionamento um projeto de codinome Inferno (*Hell*), com o objetivo de rastrear motoristas da concorrente Lyft. O nome inferno faz referência ao painel onisciente da empresa – com acesso a todos os dados de todos os usuários, motoristas e passageiros – chamado Paraíso (*Heaven*) ou Visão de Deus (*God's View*). Esse rastreamento foi exemplar do campo de ação que se abre a partir do potencial técnico dessas empresas: a Uber criou contas falsas na Lyft e vinculou a carros inexistentes via *software*, espalhando-os pelas cidades em uma grade. A partir dessas contas, conseguiu coletar informações sobre carros reais das proximidades de cada um, o que garantiu visibilidade da cidade inteira. Assim, conseguiu não apenas coletar a localização dos motoristas da Lyft, mas ao receber pedidos de corridas, também coletou os valores cobrados pela concorrente. Além disso, ao capturar os códigos de identidade dos motoristas, a Uber conseguiu identificar alguns deles, seus hábitos de trabalho e descobrir quais deles também dirigiam para a empresa. Desta forma, além de mapear boa parte dos motoristas da concorrente, passou a oferecer bônus a esses motoristas que dirigiam para ambas as

²²¹ “Uber banca multa e mantém motorista clandestino tranquilo em São Paulo”. Folha de S. Paulo, 10/10/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1692631-uber-banca-multa-e-mantem-motorista-clandestino-tranquilo-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 26/01/2020.

plataformas caso completassem certo número de corridas pela Uber e direcionar mais corridas a eles, caso estivessem em áreas com diversos outros motoristas (EFRATI, 2017).

A Uber também já se envolveu em casos em que funcionários rastream jornalistas usando a ferramenta “Visão de Deus”, o que fere as regras de uso de dados pessoais.²²² Esse projeto mostra como o dispositivo que envolve desde os aparelhos de GPS nos celulares dos motoristas até os sistemas de bancos de dados interligados sobre os quais ocorre cadastro de perfis erige uma camada digital pelo espaço urbano. Para além do objetivo de burlar legislações e aumentar lucros, abre-se um novo espectro de vigilância, monitoramento e rastreamento público baseado em ferramentas muitas vezes exclusivas de corporações ou vendidas a governos, que passam a ter perspectivas do mundo inacessíveis a nós. A totalidade do espaço urbano se torna, assim, “invisível para o olho humano desprovido de agenciamentos técnicos”, enquanto elementos até então invisíveis da sociabilidade e da cidade se abrem para uma “sobrevisão” por esses atores, “uma visualidade além dos limites da visão humana” (BRUNO, 2018, p. 239). Essa mediação exacerba assimetrias como a da visibilidade, na medida em que filtra o mundo que somos capazes de perceber ao mesmo tempo em que constrói os filtros a partir da sobrevisão das nossas ações e expressões (ibid., p. 243). No caso específico das plataformas digitais, promovem estratégias inéditas e, conforme mostra o exemplo da cidade de Portland, quase impossíveis de serem identificadas. Vemo-nos assim em um duplo encobrimento, primeiro da vigilância governamental, mas acima dela, das estratégias corporativas invisíveis mesmo aos governos; abaixo dessas camadas, ficamos vulneráveis a novas formas de sujeição. Adiante, seguindo o tema da regulação das plataformas, trataremos da dimensão específica dos sistemas de reputação.

4.1.1 Regulação *versus* reputação

Se as plataformas, especialmente as de transporte, espriam sua visão dos territórios por meio da coleta de múltiplos dados de motoristas e clientes, também aprofundam o conhecimento desses indivíduos, ou de seus perfis, por meios similares. Entre os diversos mecanismos digitais

²²² “Uber allegedly tracked journalist with internal tool called ‘God View’”. The Verge. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2014/11/19/7245447/uber-allegedly-tracked-journalist-with-internal-tool-called-god-view>>. Acesso em 26/01/2020.

das plataformas, os sistemas reputação desempenham papel decisivo na mediação de atividades. Seu ponto de apoio é o perfil, que é ao mesmo tempo o cadastro dos indivíduos na plataforma e a perspectiva pela qual serão interpelados. Nas plataformas, somos todos perfis. E somos um perfil diferente em cada plataforma.

Segundo Mark Poster (1995, p. 90), esse modo de interpelação próprio aos bancos de dados é inédito ao constituir o sujeito na dispersão das múltiplas perspectivas pelas quais somos abordados, que têm duas faces. Funcionam ao mesmo tempo como “totalidades parciais” restritas àquelas plataformas e à atividade realizada e – nesta sociedade das plataformas infraestruturais – colocam em funcionamento um modo de constituição do sujeito à revelia (*in absentia*, segundo Poster) com base nos registros combinados e filtrados (o *Big Data*) que constitui uma forma específica de poder burocrático, governamental (ibid., p. 91). Esse modo de assujeitamento substituiria a internalização panóptica (ou subjetificação) pela objetificação ao estilhaçar a individualidade de antemão (ibid., p. 93). Nas plataformas de trabalho, isso pode significar tanto a exclusão ou o impedimento de exercer atividades a partir de perfis ou “identidades parciais” das quais o indivíduo não tem conhecimento. Mas uma vez inserido nessa lógica, especialmente aqueles indivíduos que trabalham em diversas plataformas simultaneamente, explicita a multiplicidade do sujeito que precisa adequar sua conduta a cada perfil, plataforma ou banco de dados com o qual está se relacionando, pois cada um deles representa uma interpelação diferente, carregada de sinais e regras que são performativas (SILVEIRA, 2019, pos. 335).

Um curioso exemplo que ilustra tanto a inserção das plataformas na rotina quanto seu entrelaçamento com as plataformas infraestruturais é o de uma norte-americana de meia idade e sem registro de inadimplência que foi impedida de se hospedar em uma casa pelo Airbnb, pois tinha menos de 100 amigos no Facebook e, desta forma, a empresa comunicou ser incapaz de verificar que ela era uma pessoa real. O problema foi resolvido apenas após a cliente enviar um vídeo de si mesma para um especialista em verificação do Airbnb (THE GUARDIAN, 2014). Neste caso, destaca-se a prevalência do perfil sobre a identidade, provavelmente por ser prontamente acessível aos algoritmos do Airbnb a fim de fazer verificação automática da existência real da hóspede.

A partir da criação de um perfil ou inclusão do seu cadastro no banco de dados da plataforma, cada ação é registrada e remetida àquele perfil, cada transação é qualificada pelos clientes e dá consistência a ele. Com base nessa reputação emergente, as plataformas classificam

os trabalhadores e endossam alguns em detrimento de outros, o que altera decisivamente a propensão de um potencial cliente a contratar seus serviços.

Em algumas delas, há notas de corte abaixo das quais o trabalhador é desligado.²²³ Na Uber é possível conferi-las online. Neste momento, é 4,6 em Cuiabá, Belho Horizonte, Goiânia e Palmas, 4,65 em Boa Vista, São Luís, no Rio de Janeiro e em São Paulo, 4,68 em Porto Seguro, João Pessoa, Aracajú e Naral e 4,7 em Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis, por exemplo.²²⁴ O papel dos sistemas de reputação vai além de avaliar a qualidade dos serviços e regular os trabalhadores. Nos moldes do solucionismo tecnológico (MOROZOV, 2013), prometem substituir a burocracia regulatória lenta e hipertrofiada por uma “regulação algorítmica” que é um dos alicerces das plataformas (SLEE, 2017, p. 89). Partindo da premissa que a avaliação *bottom-up* de muitos clientes é capaz de gerar uma reputação que reflete adequadamente a qualidade dos serviços oferecidos, as plataformas parecem fazer mais um movimento na direção de se afastar das regulamentações e leis, substituindo-as pelas notas dos clientes em sistemas que possuem falhas até mesmo como mecanismos de opinião de clientes, evidenciado pela distribuição estatística das notas.

Pesquisa quantitativa comparou a avaliação de filmes e restaurantes na Netflix e no Yelp com as notas das acomodações no Airbnb e no site de caronas Blablacar. A distribuição das primeiras avaliações formam uma espécie de curva de sino, com o pico próximo a 3,5 nas escalas de 1 a 5. Por outro lado, as notas verificadas nas plataformas da economia do compartilhamento formam “curvas em J”, nas quais existe uma concentração muito grande de notas em um dos extremos do gráfico. No Airbnb, os gráficos de três das quatro cidades estudadas têm o pico na nota 5 (e Barcelona, em 4.5). Na Blablacar, a concentração é ainda maior: 98% das notas é 5 (ibid., p. 96-8). De acordo com Slee, as curvas em formato J aparecem sempre que pessoas avaliam umas às outras. O exemplo é a avaliação de salões de beleza no mesmo site em que foram extraídas as notas dos restaurantes, o Yelp. Elas também se concentram nos níveis superiores, com cerca de 70% de notas máximas. Uma hipótese apontada por Slee é a de que as regras sociais de convivência e cortesia nos levam a não fazer críticas públicas a outras pessoas

²²³ Rodrigo Lara, em matéria para a revista Tilt, entrou em contato com as plataformas de transportes Cabify e 99, mas elas não responderam quais seriam as notas de corte. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/08/21/o-que-uber-99-e-cabify-realmente-fazem-com-motoristas-que-tem-nota-baixa.htm>>. Acesso em 20/01/2020.

²²⁴ Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/avaliacoes-novo-processo-nota-minima>>. Acesso em 20/01/2020.

com as quais tivemos interações longas. O que levou algumas plataformas, como o Airbnb, a testar sistemas para buscar problemas nas avaliações para além das notas, como a interpretação da linguagem usada nos comentários (ibid., p. 104). Além disso, os sistemas de reputação não estão imunes a preconceitos e vieses comportamentais de uma cultura. Pesquisa feita em plataformas de transporte apontou que aparência, raça e até o modo de vestir dos motoristas afeta sua avaliação pelos passageiros (ROSENBLAT, 2018, p. 142).

Apesar de importantes, esses não são os principais problemas imediatos do uso de sistemas de avaliação para regular a oferta e a qualidade dos serviços nas plataformas. No modelo de hiperterceirização, a manutenção e as garantias de segurança ficam a cargo dos trabalhadores das plataformas. Mais uma vez, os exemplos dessa negligência são desagradáveis. A morte de uma família de brasileiros em um apartamento alugado por meio do Airbnb no Chile ganhou a mídia no ano passado. Laudos apontaram que a causa foi intoxicação por monóxido de carbono²²⁵, que teria vazado do aquecedor de água do imóvel. Apesar de informar que oferece seguros contra danos aos imóveis e cartilhas aos proprietários, além de ter prestado assistência aos familiares das vítimas, o Airbnb reafirmou que a segurança dos imóveis é responsabilidade dos locadores. O posicionamento gera controvérsia, pois advogados e especialistas afirmam que as plataformas não podem se eximir de responsabilidade em casos como este, mas também quando há divergência entre o que é ofertado nos anúncios e o que é recebido pelo cliente.²²⁶

Outro caso lamentável, que oferece novos elementos à discussão, ocorreu com uma família que alugou um chalé no Texas para passar o feriado de ação de graças de 2013. No jardim, um balanço. Um dos hóspedes foi atingido pelo galho no qual o balanço estava preso, que se quebrou, ferindo-o mortalmente. Seu filho, Zak Stone (2015), publicou a experiência no site Medium, no qual relata que a árvore foi inspecionada posteriormente e estava morta há dois anos. Também menciona outro caso de morte de uma canadense, também por intoxicação, desta vez em um hostel clandestino em Taiwan, onde não havia detector de vazamentos. O Airbnb teria oferecido 2 milhões de dólares aos herdeiros da vítima, por “razões humanitárias”, alegando que não havia motivo para responsabilização da plataforma. A partir desses casos, nota-se que os

²²⁵ Família de brasileiros morta no Chile foi intoxicada por monóxido de carbono, diz laudo. Yahoo! Notícias. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/familia-morta-chile-intoxicacao-monoxido-carbono-230310563.html>>. Acesso em 21/01/2020.

²²⁶ Cf. Morte de família no Chile abre discussão sobre papel dos sites de hospedagem. Revista Época. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/morte-de-familia-no-chile-abre-discussao-sobre-papel-dos-sites-de-hospedagem-23698945>>. Acesso em 21/01/2020.

clientes parecem ficar à mercê do bom senso dos proprietários. Em comparação, a associação texana de *bed and breakfast* faz vistorias regulares nas casas de seus membros, cuja admissão implica inspeção que inclui a hospedagem por uma noite no local (STONE, 2015).

O relato de Stone mostra como essa distância entre plataformas e seus mercados é maleável. Ao mesmo tempo em que não conta com serviço profissional de inspeção ou de mecanismos para garantir a segurança dos imóveis, o Airbnb oferece gratuitamente o serviço de fotografia profissional para os anfitriões. Iniciativa que, segundo o autor, teria dobrado a receita da plataforma em Nova Iorque no início da operação da empresa e foi estendido para todo o país em seguida. De forma semelhante, a Uber Eats oferece um kit de boas-vindas aos restaurantes parceiros, composto por “*tablet, software de restaurante e sessão de fotos profissionais*”.²²⁷

Há de se balancear os gastos das plataformas enxutas com garantias legais a fim de manter um nível mínimo de aderência aos padrões de dignidade da vida em cada local. Mesmo que muitas delas ainda operem no prejuízo, os modelos de negócios e as planilhas de estimativas não são neutros. Ainda que algumas vezes de forma implícita, expressam escolhas que determinam as condições sob as quais os usuários, clientes e trabalhadores negociam e realizam as atividades mediadas por elas. Conforme aponta Slee (2017, p. 90), “[a] conversa sobre confiança ignora que muitas regulamentações existem para rastrear as coisas que os clientes não podem ver por eles mesmos”.²²⁸ Os sistemas de reputação das plataformas não deveriam substituir as regulações, mas funcionar como complementos a elas. Entendemos que esses mecanismos ajudam a marcar sua distância dos setores nos quais os trabalhadores atuam (por meio delas). Além disso, há evidências em outros mercados que negligências com segurança garantem maiores margens de lucro, porém não se pode vincular esta estratégia às plataformas sem investigação mais aprofundada.²²⁹

Há outros problemas relacionados à segurança dos clientes nas plataformas, especialmente o uso de documentos falsos pelos trabalhadores, conforme revelou a operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro no aeroporto do Galeão em que duas pessoas foram presas e dez

²²⁷ Uber Eats. Disponível em: <<https://www.ubereats.com/restaurant/pt-BR/signup>>. Acesso em 28/01/2020.

²²⁸ Tradução nossa. No original: “The broad-brush talk of trust misses the point that most regulations exist to screen those things that customers cannot see for themselves”.

²²⁹ Um caso famoso foi a falha de segurança dos tanques de combustível de um carro da Ford nos anos 1970 que provocava explosões em colisões na sua traseira. Após processo de vítimas e familiares de mortos, provou-se que a Ford fez uma análise de custos na qual estimou que consertar os carros seria muito mais caro do que pagar indenizações por mortes e ferimentos de vítimas do número projetado de acidentes. Por isso, optou por não consertá-los (SANDEL, 2013, p. 57-9).

foram identificadas por usarem aplicativos cadastrados em nome de terceiros.²³⁰ Alguns deles haviam sido banidos das plataformas por terem desrespeitado suas regras (ou seja, desligaram-se do perfil antigo, mas voltaram a atuar com novos registros no mesmo banco de dados). Apesar de as plataformas informarem seguir medidas de segurança que incluem o envio de foto própria (*selfie*) com o documento junto ao rosto e a confirmação da identidade por parte dos passageiros, a operação mostra que o sistema é falho. Este não foi o único caso do tipo²³¹ e a proliferação de trabalhadores nas plataformas, além do provável aumento dos cadastros cancelados, tendem a aumentar esse número. Casos como esses mostram a relação problemática entre o perfil – ponto de apoio da reputação – e a identidade. E principalmente sobre a relação entre reputação, na forma de sistemas internos de avaliação *bottom-up*, e a regulação, ou a aderência a padrões de fiscalização e manutenção definidos por instituições. Ainda permite passar ao outro lado deste problema, que evidencia o papel dos sistemas algorítmicos nessa equação, a partir das formas de tratar a segurança dos trabalhadores.

Mais uma vez usaremos casos-limite para exemplificar o papel de mecanismos proprietários e as decisões algorítmicas. Ao menos 16 motoristas que trabalhavam via Uber foram mortos no Brasil antes de serem implantadas medidas de segurança mais rígidas pela plataforma.²³² Em livro sobre a plataforma, Walter Isaac (2019) atribui as políticas frouxas de cadastro de usuários e motoristas – reduzir o atrito do mecanismo de inscrição, na linguagem técnica – ao objetivo da empresa de se expandir o mais rápido possível no Brasil, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Inicialmente o cadastro podia ser feito apenas com um endereço de e-mail ou um número de telefone. Além disso, ao habilitar o pagamento em dinheiro, a plataforma também expôs os motoristas a assaltos (ISAAC, 2019, p. 90). Se o acompanhamento por GPS e o cadastro tornam o Uber e outras plataformas virtualmente mais seguras do que o táxi, essas medidas não são suficientes para impedir casos de violência, que vão de assaltos a

²³⁰ “Dois motoristas de aplicativo que usavam perfis falsos são presos no entorno do Galeão”. Jornal Extra. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/dois-motoristas-de-aplicativo-que-usavam-perfis-falsos-sao-presos-no-entorno-do-galeao-24060228.html>>. Acesso em 24/01/2020.

²³¹ No Rio, um motorista que usava cadastro em nome de terceiro foi preso suspeito de ter estuprado uma passageira. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/14/policia-do-rj-prende-motorista-de-uber-suspeito-de-estuprar-passageira-de-15-anos-ele-rodava-com-nome-falso.ghml>>. Em Belo Horizonte, foi descoberta uma quadrilha que vendia cadastros em plataformas de transporte. Os dados e as fotos eram pegos por uma empresa de fachada de recrutamento de motoristas. Depois, produziam-se documentos falsos, vendidos por R\$300 a R\$500. Disponível em: <<https://www.fojeemdia.com.br/horizontes/pol%C3%ADcia-investiga-quem-comprou-perfil-fake-em-aplicativos-de-transporte-1.696861>>. Acesso em 24/01/2020.

²³² Cf. “16 motoristas brasileiros morreram até que Uber ficasse mais seguro”. Revista Exame. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/uber-mortes-seguranca/>>. Acesso em 24/01/2020.

sequestros e carros queimados²³³. Outros sistemas foram colocados em funcionamento a fim de melhorar a segurança dos trabalhadores desde então.

Um deles é a definição de zonas de risco. Segundo matéria do jornal El País (OLIVEIRA, 2020), a Uber bloqueia o serviço em bairros inteiros (em São Paulo, dois exemplos são Brasilândia e Paraisópolis), mas a 99 não. Esbarra-se novamente na distância entre regras e indicadores internos das plataformas e dados de instituições públicas. Um dos bairros considerados zona de risco é o bairro Cidade Ademar, fronteira com Diadema, onde ocorreram 275 roubos e 132 furtos de veículos em novembro passado. No mesmo período, em Perdizes, bairro de classe média da zona oeste e mais próximo às áreas mais ricas da cidade, foram registrados 79 roubos e 275 furtos, sem que tenha sido identificado como zona de risco. A 99 declarou que faz o mapeamento das zonas pelo cruzamento de dados de segurança pública com reclamações de motoristas e clientes, em análises feitas por humanos (especialistas em segurança da empresa). O resultado é um alerta na interface do aplicativo e a escolha de cancelar a corrida ou não (sem cobrança de multa) é feita pelo motorista. Na Uber, o processo é mais automatizado, o que nos abre outro leque de questões.

A Uber informou que o aplicativo pode impedir solicitações de viagens de áreas com “desafios de segurança pública em alguns dias e horários específicos”. A empresa usa a tecnologia de *machine learning* para identificar riscos, em tempo real, a partir da análise dos dados das milhões de viagens realizadas diariamente. “A ferramenta, que usa algoritmos que aprendem de forma automatizada a partir dos dados, bloqueia as viagens consideradas potencialmente mais arriscadas, a menos que o usuário forneça detalhes adicionais de identificação”, informou a empresa [...]. (OLIVEIRA, 2020).

Em ambos os casos, 99 e Uber, usam-se dados internos para definir zonas de risco. No último, no entanto, fica mais explícito o uso de algoritmos e múltiplas fontes de dados para delinear os territórios. A matéria mostra que a definição automatizada dessas zonas leva à sua estigmatização. Para o pesquisador Marcelo Nery, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, “as empresas precisam detalhar melhor suas metodologias para que o público possa ser corretamente informado sobre como a classificação acontece” (ibid.). Além da necessidade de melhorar os indicadores de criminalidade, aponta a importância da transparência na percepção da segurança. A discussão em torno da transparência é um dos problemas centrais do processo

²³³ Cf. “Motorista UBER é assaltado em Marília e tem carro queimado”. Visão Notícias. Disponível em: <<http://www.visaonoticias.com/noticia/38072/motorista-de-uber-e-assaltado-em-marilia-e-tem-carro-queimado>>. Acesso em 24/01/2020.

algorítmico de tomada de decisão. A demarcação de zonas de risco é uma das tarefas com implicações mais importantes, mas as áreas nas quais os algoritmos desempenham papel de maior impacto no dia-a-dia dos trabalhadores são o cálculo das tarifas e o gerenciamento da jornada de trabalho.

4.1.2 Aprendizagem de máquina e opacidade algorítmica

Nas plataformas de transporte, o valor final da tarifa é calculado automaticamente. Um preço inicial é somado a valores variáveis que dependem da distância e tempo do percurso, e pode ser exibido na forma de uma estimativa a ser ajustada no fim da viagem.²³⁴ Nesse sentido, os elementos são muito próximos àqueles usados pelos táxis. A maior novidade é o preço dinâmico (*surge pricing*), que se assemelha às tarifas flutuantes praticadas pelas companhias aéreas. De acordo com o investidor Bill Gurley (2014), a ideia de implantar essa forma de cobrança surgiu em 2012, quando a equipe da Uber em Boston notou que havia um decréscimo relevante de motoristas nas sextas-feiras à noite, o que causava um aumento repentino no número de pedidos não atendidos por falta de motoristas. A mudança teria gerado mudanças benéficas tanto para motoristas, que aumentaram suas receitas em até 80%, quanto para os passageiros, pois o aumento na oferta reduziu as corridas não atendidas em dois terços. A conclusão de Gurley, baseada no que chama de economia básica (*Economics 101*) é que a oferta desse serviço é altamente elástica (sensível ao preço). Ele argumenta que, ao contrário de linhas aéreas ou cadeias de hotéis, que não podem aumentar a oferta de assentos rapidamente, o preço dinâmico é mais importante nas plataformas porque oferecem um incentivo imediato que aumenta a oferta. Conclui que, apesar da má recepção, “a única alternativa real ao preço dinâmico é um monte de clientes olhando para telas que dizem ‘Não há carros disponíveis’” (ibid.).²³⁵

²³⁴ Na Uber, é este o modelo de cálculo: “Primeiramente, é cobrado o valor do preço base, o preço inicial de sua viagem. A este valor, é adicionado o custo fixo, mais o valor da duração da viagem por minuto e o valor por quilômetro percorrido”. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/como-calculador-valor-uber/>>. Na 99, por exemplo, há diferença entre o serviço de táxi, que segue este modelo, e o Pop, que tem preço fixo e similar à Uber. Cf. <<https://99novo.zendesk.com/hc/pt-br/articles/115014270167-Como-%C3%A9-calculada-a-estimativa-de-valor-da-corrida->>. Acesso em 25/02/2020.

²³⁵ Tradução nossa. No original: “The bottom line is that the only real alternative to dynamic pricing is a ton of customers staring at screens that read ‘No Cars Available’”.

A semelhança com o slogan de Thatcher, “não há alternativa”, pode ser mera coincidência, mas segue a linha argumentativa na qual, uma vez estabelecidas premissas econômicas de uma dada atividade, ajustes em variáveis refletirão diretamente no resultado, descartando-se possíveis atritos. Um deles ocorreu quando clientes foram surpreendidos com a multiplicação dos preços do transporte durante uma nevasca em Nova Iorque, já mencionada (DIJCK et al., 2018, pos. 1850). Em publicação de 2015, a Uber declarou que “[e]m situações de emergência ou calamidade pública, a Uber pode desligar o preço dinâmico para ajudar pessoas de uma determinada região a se deslocar para uma área segura”.²³⁶ Contudo, não foram encontradas outras menções a esta prática na central de ajuda *online* da empresa. Outras plataformas que operam no país seguem modelos parecidos de cobrança. A 99 tem o preço variável, que também funciona como um multiplicador calculado a partir da relação entre oferta e demanda do serviço em determinada região²³⁷ e a Cabify cita a aplicação de taxas adicionais por alta procura em sua descrição do cálculo de preço das viagens²³⁸. Opacidade semelhante é verificada por parceiros comerciais das plataformas, por exemplo restaurantes brasileiros que não têm clareza sobre as regras usadas para dar destaque a certos pratos na plataforma do iFood, mesmo que cumpram as exigências de preço das promoções que deveriam garantir tal exposição (MADUREIRA, 2020). As regras internas das plataformas são incompreensíveis e inacessíveis.

Interessa-nos entender os componentes envolvidos nesses cálculos instantâneos e seu papel nas relações mediadas por elas. As plataformas de transporte de passageiros são especialmente ricas neste campo. Na sua base, há mecanismos algorítmicos que orientam a flutuação de preços a partir de bancos de dados preenchidos continuamente pelos metadados enviados por motoristas e clientes a cada ação que executam: abrir o aplicativo, procurar um motorista ou cliente, se mover no espaço. Vimos que a justificativa econômica para o preço dinâmico é a lei da oferta e da demanda. No entanto, na descrição dos preços dinâmicos, Gurley omite que os pilotos de avião conhecem seus salários de antemão, por exemplo (Slee, op. cit.). Não nos deteremos na perspectiva econômica, mas ela serve para evidenciar o véu de neutralidade que recobre as estratégias corporativas. Os algoritmos são inseridos em lógica

²³⁶ “Perguntas e Respostas sobre o Preço Dinâmico” Uber. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/aracaju/perguntas-e-respostas-sobre-o-preco-dinamico/>>. Acesso em 28/01/2020.

²³⁷ “Por que o preço do 99Pop muda em alguns momentos?” 99. Disponível em: <<https://99novo.zendesk.com/hc/pt-br/articles/115014403768-Por-que-o-pre%C3%A7o-do-99Pop-muda-em-alguns-momentos->>. Acesso em 28/01/2020.

²³⁸ “Como se calcula o preço de uma viagem?” Cabify. Disponível em: <<https://help.cabify.com/hc/pt-br/articles/360000932905-Como-se-calcula-o-pre%C3%A7o-de-uma-viagem->>. Acesso em 28/01/2020.

semelhante ao serem tratados na condição de conjuntos de código hermeticamente isolados de toda interferência humana. Essa neutralidade acaba por distorcer a percepção dos algoritmos e dos sistemas baseados em seus cálculos, resultando em um empobrecimento do debate público sobre um dos vetores de maior importância na atualidade.

O positivismo foi transformado em senso comum e articulado pelo neoliberalismo como um dos sustentáculos de sua racionalidade. [...] A imaterialidade e invisibilidade dos softwares e algoritmos reforçam a prática discursiva de uma tecnicidade neutra de uma racionalidade naturalizada que implicam o tratamento não-político e não-crítico dos códigos no setor público (SILVEIRA, 2017, p. 272)

Algoritmos são conjuntos de instruções usadas para resolver problemas específicos (INTRONA, 2016, p. 21). Bifurcam-se em diversas formas de aprendizado de máquina que podem gerar resultados definidos por “imprevisíveis”. O aprendizado de máquina, por sua vez, é definido como a

prática de usar algoritmos para analisar dados, aprender com eles e, em seguida, determinar ou prever sobre algo no mundo. Portanto, em vez de codificar manualmente rotinas de *software* com um conjunto específico de instruções para realizar uma tarefa específica, a máquina é “treinada” usando grandes quantidades de dados e algoritmos que lhe permitem aprender como executar a tarefa (COPELAND, 2016).²³⁹

Essa forma de aprendizado encadeia técnicas como regressão linear ou logística, função de custo e otimização por método de gradiente a fim de classificar e filtrar os dados ou *inputs* com o objetivo de identificar padrões.²⁴⁰ Em sua forma de maior complexidade, são chamados de redes neurais.²⁴¹ De modo esquemático, são conjuntos de camadas de algoritmos que se conectam em uma espécie de filtro sequencial. A Uber usou redes neurais para estimar a demanda em eventos extremos como férias, datas de shows e competições esportivas.²⁴² Quando há objetivos específicos a serem atingidos, conjuntos de dados são organizados para servir de exemplo no que se chama aprendizado supervisionado ou semissupervisionado, mas há redes treinadas sem

²³⁹ Tradução nossa. No original, “Machine learning at its most basic is the practice of using algorithms to parse data, learn from it, and then make a determination or prediction about something in the world. So rather than hand-coding software routines with a specific set of instructions to accomplish a particular task, the machine is “trained” using large amounts of data and algorithms that give it the ability to learn how to perform the task”.

²⁴⁰ Cf. “Machine Learning Algorithms: Which One to Choose for Your Problem”. Disponível em: <<https://blog.statsbot.co/machine-learning-algorithms-183cc73197e>>. Acesso em 25/01/2020.

²⁴¹ Uma explicação didática das redes neurais pode ser encontrada na página do cientista de dados Tony Yiu. Disponível em: <<https://towardsdatascience.com/understanding-neural-networks-19020b758230>>. Acesso em 25/01/2020.

²⁴² Disponível em: <<https://eng.uber.com/neural-networks/>>. Acesso em 27/01/2020.

supervisão, sem que nenhum exemplo ou objetivo seja informado de antemão. Ainda há o aprendizado por reforço, no qual existe uma única meta a ser atingida de modo ótimo – por exemplo ganhar um jogo de xadrez. As redes neurais aprendem a dar pesos aos movimentos individuais a fim de conseguir o maior retorno final, e nesses casos cada nova rodada tende a melhorar o desempenho da rede (ibid.).

Mas não são apenas as redes de aprendizado por reforço que se alteram continuamente. Todos os tipos de redes neurais reorganizam pesos e valores por mecanismos de retroalimentação chamados *backpropagation*. Devido a essa estrutura complexa e dinâmica, torna-se praticamente impossível decifrar e analisar o caminho pelo qual chegou a um resultado específico (SILVEIRA, 2019, pos. 374). Os próprios desenvolvedores de projetos baseados em algoritmos declaram não ter controle sobre o processo. Um exemplo é o projeto da *Elbphilharmonie*, a Ópera de Hamburgo. Para desenhar uma sala com o melhor desempenho acústico possível, a equipe usou uma técnica chamada *design* paramétrico, na qual algoritmos produzem os projetos a partir de parâmetros informados pelos arquitetos e engenheiros acústicos. O arquiteto que informou os parâmetros estéticos e de segurança declarou que “eu clico no play e ele cria um milhão de células, todas diferentes e todas baseadas nesses parâmetros [informados previamente]. Eu tenho 100% de controle sobre a configuração do algoritmo e depois não tenho mais controle” (WIRED, 2017).²⁴³

No mercado de plataformas e empresas de tecnologia, a importância da coleta massiva de dados (todos os dados possíveis) se torna ainda mais clara quando se trata do desenvolvimento de algoritmos. Segundo Andrew Ng, co-fundador da divisão de Inteligência Artificial (IA) do Google, o *Google Brain*, e ex-diretor do laboratório de IA da Universidade de Stanford, “[n]ão é quem tem o melhor algoritmo que vence. É quem tem mais dados”.²⁴⁴ Isso pode explicar a corrida do ouro em busca de dados a que estamos assistindo, com investimentos multimilionários ou bilionários, alguns praticamente a fundo perdido, ou em empresas que não têm previsão de gerar lucros em um futuro próximo. A captura e o processamento de dados e metadados por meio desses sistemas sustenta a narrativa de que seus resultados seriam ao mesmo tempo neutros e objetivos. “Eis um argumento frágil e questionável, tanto do ponto de vista cognitivo quanto

²⁴³ Tradução nossa. No original, “I hit play and it creates a million cells, all different and all based on these parameters. I have 100 percent control over setting up the algorithm, and then I have no more control”.

²⁴⁴ Tradução nossa. No original: “It’s not who has the best algorithm that wins. It’s who has the most data.” Apresentação sem data, disponível no site da Microsoft, em: <https://www.microsoft.com/en-us/research/wp-content/uploads/2013/01/andrew-ng_machinelearning.pdf>. Acesso em 25/01/2020.

político: uma nova neutralidade e objetividade poderiam ser conquistadas graças a esse tipo de saber extraído de rastros digitais entendidos como evidências” (BRUNO, 2016).

Diversos casos indicam que essa aspiração à neutralidade é de fato uma quimera (ou uma falácia). O caso que talvez tenha tido mais destaque foi a aplicação da *tag* “gorila” em uma foto com dois amigos negros pelo serviço de armazenamento e organização de fotos do Google em 2015.²⁴⁵ Há muitos outros, desde a escolha de mais homens do que mulheres como público-alvo de anúncios para cargos de alta remuneração, passando pelo cálculo de seguro residencial com valores mais altos para bairros com minorias (apesar de dados mostrarem ter mesmo custo com acidentes) até a avaliação incorreta do maior potencial de reincidência de negros do que de brancos nas cortes dos EUA (MILLER; KATZ; GANS, 2018). Os desafios e as lutas serão muitos até que cheguemos a acordos adequados sobre as responsabilidades dos desenvolvedores de sistemas algorítmicos e redes neurais. No âmbito das plataformas, o desafio imediato se traduz em uma questão: para os trabalhadores a quem se diz que não têm chefe, como agir quando seu chefe é um algoritmo?²⁴⁶

O gerenciamento algorítmico se caracteriza pelo uso desses sistemas digitais para controlar a execução do trabalho, cuja principal consequência é limitar a liberdade dos trabalhadores (DUGGAN et al., 2020). Do ponto de vista gerencial, esse novo modelo apresenta três características principais. A primeira é a vigilância ubíqua das ações do trabalhador, que exemplificaremos abaixo. Sistemas crescentemente complexos e intrusivos são capazes de capturar dados sobre os mínimos atos e movimentos do indivíduo, que fica exposto a medições das quais não está ciente. Derivada dessa vigilância está a avaliação igualmente contínua, que difere das revisões de desempenho regulares por se tornar uma flutuação constante de notas e avaliações. Esse processo culmina com a implementação automática de decisões, como a de excluir motoristas das plataformas baseando-se nas notas de corte descritas acima. Nesses sistemas, não há espaço para argumentação e a revisão de decisões é muito difícil, pois entra nas filas de atendimento das plataformas. Portanto, torna-se um modo de avaliação completamente

²⁴⁵ A foto foi exposta no Twitter pelo próprio fotografado, um programador negro. Disponível em: <<https://twitter.com/jackyalcine/status/615329515909156865>>. O processo de correção desse erro mostra a complexidade das redes neurais. Ainda em 2018, a equipe não havia conseguido treinar o sistema novamente e decidiu simplesmente bloquear as etiquetas “gorila”, “macaco” e “chimpanzé”. Cf. When It Comes to Gorillas, Google Photos Remains Blind. Revista Wired. Disponível em: < <https://www.wired.com/story/when-it-comes-to-gorillas-google-photos-remains-blind/>>. Acesso em 25/01/2020.

²⁴⁶ Referência a matéria do New York Times intitulada “When Your Boss Is an Uber Algorithm”. Disponível em: <<https://www.technologyreview.com/s/543946/when-your-boss-is-an-uber-algorithm/>>. Acesso em 27/01/2020.

assimétrico, na medida em que erros de cálculo ou de coleta de dados que eventualmente prejudicam o trabalhador dificilmente são resolvidos, e nunca imediatamente (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017, p. 4-5).

As plataformas de transporte capturam uma infinidade de dados continuamente, realizam pesquisas de oferta e demanda, avaliam probabilidades de ganhos e pesam diferentes fatores a fim de calcular preços, distribuir pedidos de corridas e atuar a fim de manter uma espécie de homeostase no sistema. Esse gerenciamento algorítmico faz transparecer sua intervenção explícita no alegadamente neutro jogo de oferta e demanda. Em primeiro lugar, o sistema registra a taxa de aceitação de corridas por cada motorista. Este era um problema maior para os trabalhadores até 2018, quando a plataforma não exibia o destino dos passageiros antes do início da corrida. Impedia assim que cancelassem viagens que seriam pouco rentáveis e evitava que se recusassem a atender regiões específicas, mas expunha esses trabalhadores a maior risco. Não há uma taxa mínima exigida na ajuda da plataforma, mas uma recomendação em forma de dica: “motoristas parceiros que mais faturam mantêm sua taxa de cancelamento abaixo de 10%”²⁴⁷. Site de terceiros, não vinculado à Uber, alega que uma taxa de cancelamento de 30% levaria o motorista a ter sua conta suspensa e recomenda que desligue o aplicativo quando estiver em regiões perigosas para evitar receber pedidos de corridas.²⁴⁸

Uma vez aceita a corrida, o valor cobrado do cliente e recebido pelo motorista é calculado automaticamente pela plataforma. Na Uber, é chamado preço definido (ou *upfront pricing*). Para calcular a tarifa, a empresa informa que usa “vários fatores que normalmente afetam o valor, como preço dinâmico, trânsito e pedágios. Usamos dados de viagens anteriores para fazer essa estimativa de custo”.²⁴⁹ A Cabify também lista uma série de fatores, entre eles a distância (rota mais rápida entre origem e destino) e o tempo (com base em previsão de trânsito), além de taxas de serviço, segurança e sustentabilidade da empresa e taxas adicionais.²⁵⁰ Na 99, há dois modelos de cobrança: para táxis, é feita uma estimativa de preço, também baseada em projeções de distância e tempo. “O valor estimado é dado pelo percurso sugerido pelo GPS do *app*, geralmente

²⁴⁷ O que é taxa de cancelamento. Uber. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/como-funciona-taxa-aceitacao-cancelamento/>>. Acesso em 26/01/2020.

²⁴⁸ Bloqueio por cancelamento. UberBra. Disponível em: <<https://uberbra.com/bloqueio-por-cancelamento/>>. Acesso em 26/01/2020.

²⁴⁹ “Veja com funciona o preço definido da Uber”. Disponível em: <<https://www.uber.com/br/pt-br/ride/how-uber-works/upfront-pricing/>>. Acesso em 27/01/2020.

²⁵⁰ “Como se calcula o preço de uma viagem?” Disponível em: <<https://help.cabify.com/hc/pt-br/articles/360000932905-Como-se-calcula-o-pre%C3%A7o-de-uma-viagem->>. Acesso em 27/01/2020.

o Waze ou o Google Maps, no momento do pedido”, mas pode mudar, pois “[a]lterações no trânsito que resultam em um caminho mais longo acabam interferindo no valor final”; nas modalidades Pop e Compartilha, iguais a serviços como Uber e Cabify, também cobram um preço fixo dado de antemão, mas a empresa alerta que esse preço “pode voltar para o cálculo virtual se exceder significativamente umas dessas estimativas. Se isso ocorrer, você será informado durante a corrida”.²⁵¹

Apesar desses sistemas, a descoberta de discrepâncias entre o preço cobrado dos passageiros e o valor recebido pelos motoristas levou à abertura de uma ação coletiva contra o Uber.²⁵² De acordo com a ação, a plataforma usa dois algoritmos diferentes para cobrança dos passageiros e pagamento dos motoristas, em uma “sofisticada manipulação de software” (KRAVETS, 2017). No primeiro, a cobrança predefinida seria calculada a partir da distância e do tempo estimados para a viagem usando rotas que seriam mais longas do que as reais, enquanto o aplicativo do motorista faria o cálculo com base na rota mais curta de acordo com as condições de tráfego do momento.

O blog The Rideshare Guy, dedicado a plataformas de transporte, mostra diversos exemplos dessas discrepâncias usando telas do aplicativo do passageiro e do motorista. O primeiro exemplo é uma corrida que custou US\$19,20 ao passageiro e foi mostrada como US\$15,81 ao motorista, valor que chegaria no máximo a US\$17,36 com a taxa de reserva de US\$1,55 – diferença de US\$1,84. Em outro caso, relatado em vídeo²⁵³, trata de uma corrida que custou US\$44,31 ao passageiro e rendeu US\$18,68 ao motorista, que teria entrado em contato com um representante da plataforma, cujos cálculos em papel (mostrado no vídeo) incluem uma taxa de preço predefinido da qual o motorista não ganha nada²⁵⁴.

Análise sistemática de corridas pela pesquisadora Alex Rosenblat junto ao autor do blog mostrou que, dos 165 eventos analisados, a Uber perdeu US\$108 nas 49 corridas compartilhadas entre diversos passageiros (UberPool), mas também foi onde houve maior discrepância a favor da empresa, a cobrança de US\$91,84 por uma corrida que custou US\$50,60; nas corridas com um passageiro pagante (UberX), a cobrança adicional apurada em 82 corridas foi de US\$162,56.

²⁵¹ “Como é calculada a estimativa de valor da corrida?” Disponível em: <<https://99novo.zendesk.com/hc/pt-br/articles/115014270167-Como-%C3%A9-calculada-a-estimativa-de-valor-da-corrida>>. Acesso em 27/01/2020.

²⁵² Disponível em <<https://arstechnica.com/wp-content/uploads/2017/04/uberdriversuit.pdf>>. Acesso em 13/05/2019.

²⁵³ Disponível em: <<https://youtu.be/QuasihJbDQI>>. Acesso em 13/05/2019.

²⁵⁴ Disponível em: <<https://therideshareguy.com/ubers-upfront-pricing-is-secretly-overcharging-passengers-without-paying-drivers/>>. Acesso em 13/05/2019.

Chegou-se a uma cobrança excedente de mais de 85 dólares nas 165 corridas estudadas. O resultado foi contestado pela empresa, mas mostrou o quanto as estimativas são imprecisas e, neste exemplo, tendem a favorecê-la.²⁵⁵

Em outro texto do blog com novos exemplos de cobrança muito superior ao pagamento do motorista, essa forma de cobrança é contrastada com notícias sobre mudanças no cálculo das tarifas, que envolveriam componentes adicionais ao trajeto, como o ponto de origem ou destino do passageiro (por exemplo, em um bairro rico), a fim de estimar a propensão desse passageiro de pagar mais.²⁵⁶ Questionado pela revista Fortune, a Uber alega que esse preço representa um risco ao Uber e é comum que o valor seja subestimado, mas não apresentou números do impacto financeiro da estratégia de preços (KOKALITCHEVA, 2016). Isso evidencia que, ao mesmo tempo em que a regulação de oferta e demanda é traduzida em um valor sobre o qual os motoristas e clientes não têm nenhuma possibilidade de escrutínio, as estimativas podem ser alteradas em casos que fujam aos cálculos da plataforma. Adiciona-se aos cálculos exemplificados acima a tarifa dinâmica, que tem problemas semelhantes, como o alegado desaparecimento do incentivo financeiro oferecido ao motorista uma vez que se desloca para a área que exibia o valor aumentado como chamariz.²⁵⁷

O outro lado desse dispositivo são as novas formas de fraude que passam a ser possíveis, além do uso de perfis de terceiros ou falsos. Uma delas, chamada “tremida” ou “treme-treme”, se aproveita da baixa precisão do GPS dos celulares quando o modo de economia de bateria é ativado. Quando isso é feito após o início de uma corrida, as plataformas recebem sinais inconstantes e errados, que desenha no mapa um trajeto tremido, pois reconhece que o carro deu voltas em quarteirões ou passou por ruas paralelas. O cliente não vê este mapa até o fim da corrida, que pode custar várias vezes mais do que deveria.²⁵⁸ Abre-se novo campo de disputas, rastreamento, fraudes e regulação.

Atualmente, o controle do valor cobrado é objeto de controvérsia legal na Califórnia, onde a recente lei AB-5 visa consolidar a compreensão das características dos trabalhadores

²⁵⁵ Cf. Uber’s “upfront” pricing is helping it overcharge passengers. Quartz, 2017. <<https://qz.com/974892/ubers-upfront-pricing-is-helping-it-overcharge-passengers-on-uberx-and-other-private-rides/>>. Acesso em 27/01/2020.

²⁵⁶ Disponível em: <<https://therideshareguy.com/the-case-against-upfront-pricing/>>. Acesso em 14/05/2019.

²⁵⁷ A denúncia é feita no blog de um motorista. Disponível em: <<https://uberdriverhelp.com/uber-cheating-me-on-surge-pricing/>>. Acesso em 27/01/2020.

²⁵⁸ “Entenda o ‘treme-treme’ nos aplicativos de transporte que pode aumentar o preço das corridas”. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/blog/altieres-rohr/post/2019/10/30/entenda-o-treme-treme-nos-aplicativos-de-transporte-que-pode-aumentar-o-preco-das-corridas.ghtml>>. Acesso em 26/01/2020.

independentes em relação àqueles sujeitos a regras dos empregadores e regular esse tipo de trabalho. A lei fez com que a Uber alterasse o modo de cobrança no estado. Em dezembro de 2019, a Uber fez mudanças na estrutura de gerenciamento das corridas e passou a exibir o destino dos passageiros e uma estimativa de ganho ao motorista para que decida com mais autonomia aceitar ou não uma corrida. Também incluiu um recurso na interface que permite ao passageiro marcar o motorista como favorito, o que o dará prioridade em corridas futuras do mesmo passageiro e, segundo a empresa, ajudará esses motoristas a “expandir seus negócios com a Uber”.²⁵⁹ Em janeiro de 2020, foram anunciadas novas mudanças, e a principal delas é a cobrança de uma taxa fixa de 25%, que será exibida na interface do aplicativo juntamente com o valor líquido estimado a ser recebido pelo motorista. Na plataforma de entrega Uber Eats, os trabalhadores passam a escolher restaurantes preferidos e saberão destino e ganhos estimados antes de aceitar uma entrega. Segundo a empresa, essas mudanças têm o objetivo de “esclarecer ainda mais o relacionamento entre você e seus passageiros e o papel da Uber como plataforma de tecnologia”.²⁶⁰ Reforça assim o papel de empreendedor do motorista ou entregador.

As batalhas em torno do gerenciamento algorítmico de trabalho pelas plataformas têm múltiplas dimensões, das disputas trabalhistas às minúcias do cálculo de tarifas. Nesse conjunto, a opacidade algorítmica, sua alegada neutralidade e a falta de controle sobre os resultados desses sistemas alimentam narrativas contrárias à exigência de transparência e regulação. Seguem, assim, uma aversão ao aparelho estatal marcante do capitalismo atual, no qual a concorrência é o princípio regulador da sociedade e governa-se para o mercado, inclusive no campo tecnopolítico (SILVEIRA, 2017, p. 278). Seguindo essa perspectiva, a opacidade e a impossibilidade de controle dos algoritmos se assemelham aos mecanismos econômicos de que tratamos no primeiro capítulo. Algoritmos e mercados são descritos como organismos complexos, ecossistemas autossuficientes e inescrutáveis, cuja compreensão completa não é apenas impossível, mas indesejável – por motivos semelhantes, nomeadamente a inevitável tentação de interferir nesses processos e a lentidão que o escrutínio provocaria. O bom funcionamento de ambos dependeria

²⁵⁹ No site da empresa, o título da seção que explica a mudança é: “We’re going to build more products that help you grow your business with Uber.” Disponível em: <<https://www.uber.com/blog/california/keeping-you-in-the-drivers-seat-1/>>. Acesso em 27/01/2020.

²⁶⁰ No original: “We are simplifying our fare structure to further clarify the relationship between you and your riders, and Uber’s role as a technology platform”. Disponível em: <<https://www.uber.com/blog/california/keeping-you-in-the-drivers-seat-2/>>. Acesso em 27/01/2020.

fundamentalmente da cegueira de seus agentes individuais, sejam os sujeitos de interesses nos mercados ou os neurônios digitais das redes neurais.

No campo do código, novas discussões surgem em torno da possibilidade de compreensão dos resultados gerados por esses emaranhados de algoritmos. A Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA) dos EUA tem projeto chamado Explainable Artificial Intelligence (XAI), voltado para a produção de algoritmos capazes de compreender contexto e gerar explicações, permitindo que humanos entendam e tenham controle sobre os sistemas de IA.²⁶¹ O “direito à explicação” também é objeto de atenção Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia em 2016 (EDWARDS; VEALE, 2017). Para autores como Pasquale (2015, p. 21), a compreensão dos mecanismos algorítmicos é chave para que se busque mais justiça nas decisões que são baseadas em seus cálculos. Mas há análises que argumentam que qualquer forma de explicação é parcial e, algumas vezes, corre o risco de ser enganosa.

As técnicas disponíveis para prover essas explicações são divididas em dois grupos por Edwards e Veale (2017). As explicações centradas em modelos usam informações sobre a configuração, os dados usados para treinar o modelo e as métricas de desempenho (a medição de sua capacidade preditiva, inclusive em subcategorias específicas), a lógica global simplificada pela qual o algoritmo chega aos resultados e, por fim, informações sobre o processo de treinamento e avaliação do algoritmo. As explicações centradas nos sujeitos são baseadas em *inputs* específicos, são explicações locais. Nesta forma de investigação, a quantidade de variáveis é o maior desafio à análise, pois considerando que cada uma corresponderia a uma dimensão em um gráfico, seu aumento corresponde a um aumento exponencial no número de potenciais resultados. Ainda assim, seria possível fazer recortes no caminho a fim de se interpretar seus resultados. O principal desafio, para os autores, está em compreender corretamente os erros, que significam pontos fora da curva, usando este último método. A quantidade de variáveis impede sua visualização e os recortes feitos em qualquer processo investigativo implicaria uma diluição de seu potencial preditivo (ibid., p. 61). Apesar de considerarem este um caminho promissor, alertam que a oferta de técnicas de explicação para o indivíduo médio pode levar a uma possível falácia da transparência, que derivam da chamada falácia do consentimento que hoje vige nos termos e condições de serviços online que muitos aceitamos sem ler ou compreender.

²⁶¹ Disponível em: <<https://www.darpa.mil/program/explainable-artificial-intelligence>>. Acesso em 28/01/2020.

Os titulares de dados individuais não têm poderes para fazer uso do tipo de explicações algorítmicas que provavelmente serão oferecidas a eles [...]. Os indivíduos são, na maioria das vezes, desprovidos de tempo, recursos e falta a eles o conhecimento necessário para fazer uso significativo desses direitos individuais. De certa forma, a falácia da transparência é ainda pior do que seu correlato do consentimento, uma vez que a explicação em si pode não ser significativa o suficiente para conferir muita autonomia mesmo para os titulares de dados mais capacitados (EDWARDS; VEALE, 2017, p. 67).²⁶²

A opacidade algorítmica permanece um desafio a ser superado e talvez o aumento na transparência das decisões automáticas não resolva muitos dos problemas que geram, evidenciados pelos casos claros de discriminação e injustiça. Deparamo-nos com a incapacidade imediata da implementação de mecanismos explicativos das decisões algorítmicas. Ou, pior, o risco de serem estéreis, uma vez aplicados em uma sociedade na qual o cidadão comum não tem o tempo e o conhecimento para compreendê-las ou atuar para exigir tratamento justo em casos de erros e distorções. Contudo, esses problemas nos revelam mais sobre a sociedade contemporânea do que sobre os algoritmos.

Já vimos no primeiro capítulo que uma das premissas da narrativa liberal era a de um campo econômico por definição opaco e intotalizável, incompatível com a noção de um soberano jurídico onisciente (FOUCAULT, 2008a, p. 383-4). Essa perspectiva se atualizou e modificou com a teoria do conhecimento de Hayek, um conhecimento prático – não científico – que o indivíduo extrai de sua atividade e pode usar para ter vantagens na competição com outros.

É inútil e até perigoso exigir um “controle consciente” dos processos econômicos: a superioridade do mercado deve-se justamente ao fato de ele poder prescindir de qualquer tipo de controle. [...] Apenas as motivações individuais impelem os indivíduos a fazer o que devem fazer, sem que ninguém tenha de lhes dizer para fazê-lo, utilizando conhecimentos que eles são os únicos a deter ou buscar (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 143-4).

Desta perspectiva, ainda mais decisivamente do que nas relações algorítmicas, qualquer tentativa de intervenção no mercado é considerada improdutiva e perigosa, ainda mais se considerarmos que, para a economia de mercado, “[n]ão há meio-termo: ou democracia do consumidor ou ditadura do Estado” (ibid., p. 142). Contra qualquer forma de propósito ou vontade, Hayek argumenta que o mercado gera uma ordem espontânea, ordem que é

²⁶² Tradução nossa. No original: “Individual data subjects are not empowered to make use of the kind of algorithmic explanations they are likely to be offered [...]. Individuals are mostly too time-poor, resource-poor, and lacking in the necessary expertise to meaningfully make use of these individual rights. In some ways, the transparency fallacy is even worse than its consent cousin, since the explanation itself may not be meaningful enough to confer much autonomy even on the most empowered data subject”.

extremamente instável e não seria compatível com a democracia ilimitada (SALMON, 2017).²⁶³ Tal qual uma pequena manobra que desequilibra veículos em alta velocidade, a interferência humana, jurídica e principalmente estatal desarranjaria a frágil estabilidade e a alta performance desses sistemas, especialmente o econômico. São ignorados, assim, os diversos exemplos de assimetrias entre atores do mercado – de influência, capacidade financeira, informação (PASQUALE, 2015, p. 222, nota 5) – e as obscuras relações Estado-mercado que distorcem esta utopia da concorrência pura, evidenciada pelo pretense isolamento entre as duas esferas presente na noção de patrimonialismo (SOUZA, 2019). Mais do que o imperativo da lucratividade, parecemos viver sob o imperativo da eficiência, no qual a lentidão característica de processos democráticos e de decisões submetidas a ampla discussão é tratada como uma ideia supérflua e improdutiva.²⁶⁴

Multiplicam-se, assim, os riscos aos quais o cidadão médio fica exposto, na medida em que já vivemos em uma sociedade descrita como uma caixa-preta por Frank Pasquale (op. cit.), na qual a opacidade de processos (algorítmicos, econômicos e legais) é quase intransponível. Nela, as posições de exercício de poder se sustentam parcialmente no segredo – seja ele real, jurídico ou imposto por técnicas de ofuscamento como os esforços feitos para esconder os detalhes sobre os ativos tóxicos vendidos a investidores antes da crise de 2008 (ibid., p. 134). Quando se repete a todo momento que o governo é sempre excessivo, desnecessário e prejudicial à livre atividade, a atuação das plataformas em atividades como a verificação de identidades ou na promoção de padrões considerados saudáveis de vida já parece ser uma forma de promover a ideia de uma transição da regulação institucional ou coletiva por uma sociedade de governo privado (SILVEIRA, 2017) – ou de uma governamentalidade que é ao mesmo tempo corporativa e algorítmica e incitará outras formas de conduta, construirá novas relações.

²⁶³ “Não creio que um mercado que funcione segundo suas próprias regras tenha algum dia surgido numa democracia ilimitada, e parece no mínimo provável que a democracia ilimitada o destruirá onde quer que ele se desenvolva” (HAYEK apud SALMON, op. cit.).

²⁶⁴ Quando descreve a hesitação dos EUA em entrar na 2ª. Guerra Mundial, Hobsbawm (1995, p. 153) indica que “havia um amplo fosso entre reconhecer as potências do Eixo como uma ameaça e fazer alguma coisa a respeito. A democracia liberal (que por definição não existia no lado fascista ou autoritário) alargou esse fosso. Tornou lenta ou impediu a decisão política, notadamente nos EUA, e sem dúvida lhe dificultou, e às vezes lhe impossibilitou, a adoção de políticas impopulares”.

4.1.3 A emergência de novas autoridades

A opacidade dos mecanismos econômicos privilegia um grupo de interesses razoavelmente bem delimitado e atuante há décadas, senão séculos, com o uso de técnicas antigas e novas a fim de promover a concentração de renda e estratégias estatais e corporativas diversas. A opacidade algorítmica faz emergir um novo vetor de exercício de poder na sociedade contemporânea por meio do uso de novas técnicas, capaz de abrir novos flancos nas relações entre empresas, governos e indivíduos – nas quais os últimos nos tornamos ainda mais vulneráveis aos primeiros. Este novo campo de tomada de decisões e modulação da sociedade, ao mesmo tempo inacessível e difuso, se consolida com a ascensão dos algoritmos à posição de uma nova autoridade.

No final dos anos 90, Steven Johnson (2001 [1997]) já havia levantado essa discussão em relação aos agentes de *software*, desde aqueles que automatizavam tarefas no computador até os agentes sociais, que navegavam na rede para coletar informações e executar tarefas (como os alertas de notícias). Ele ressaltava as limitações desses agentes em relação às tarefas que podiam executar, garantindo segurança aos humanos. “O agente dotado do direito de fazer backup de nosso disco rígido sem antes nos pedir licença não vai topor com a cura do câncer no seu caminho – mas, por isso mesmo, também não vai decidir apagar nosso disco” (JOHNSON, 2001, p.133). Destaca a transferência de permissões a esses agentes. Enquanto a interface gráfica dava mais poder ao usuário médio, capacitando-o a realizar operações que antes exigiam aprendizado de código, os agentes atuavam a partir de uma “cessão de controle” ao computador e, assim, seriam dotados de certa “autoridade” (ibid., p. 132). Os algoritmos extrapolam drasticamente esses limites, mas sua autoridade também deriva de uma cessão de controle a fim de que produzam resultados com eficiência.

Há um componente social nessa autoridade, pois ela só se consolida a partir do momento em que seus resultados são considerados confiáveis ou corretos, apesar da opacidade que envolve sua produção. “Autoridade algorítmica é a decisão de considerar confiável um processo não gerenciado de extrair valor de diversas fontes não confiáveis, sem nenhum humano ao lado dos

resultados que diga ‘Confie nisso porque você confia em mim’” (SHIRKY, 2009).²⁶⁵ Dos resultados de pesquisa do Google, passando pelo preenchimento do *feed* do Facebook, até a distribuição de corridas e o cálculo de seu preço nas plataformas de transporte, os algoritmos produzem resultados frequentemente corretos ou cuja precisão é inverificável²⁶⁶, alçando-os à posição de elementos praticamente incontestáveis nos dispositivos de poder.

Conforme já discutimos, um dos maiores apelos das decisões algorítmicas, além de sua precisão ou eficiência (que algumas vezes são impossíveis de mensurar), é sua suposta neutralidade. “As pessoas confiam em dados e algoritmos porque eles são apresentados como objetiva e matematicamente verdadeiros e inclinados à benevolência” (ROSENBLAT, 2018, p. 177).²⁶⁷ Partindo do princípio que toda decisão eficiente é neutra e, sendo neutra, tende a ser boa, as pessoas tendem a se conformar (ou se assujeitar) aos lugares destinados a elas nesse dispositivo classificatório. Essa nova autoridade põe em funcionamento novos mecanismos de tomada de decisão eficientes, por mais que sejam imprecisos ou falhos em muitos casos. Identificamos aí um dispositivo nos moldes foucaultianos, que vão além das estruturas digitais dos algoritmos e abarcam procedimentos diversos e dão origem todo um novo campo de intervenção social com novas posições na hierarquia institucional. Ele se desdobra na figura de novos especialistas e funcionários responsáveis pela criação e manutenção desses sistemas, por melhorar seus resultados e, mais importante, por endossá-los.

Cathy O’Neil (2016) mostra como os modelos matemáticos usados por consultorias são caixas-pretas contra cujos resultados é praticamente impossível apelar, mesmo que os humanos responsáveis por executar as decisões baseadas neles também sejam incapazes de explicá-los. As justificativas para seus resultados se baseiam na sua aparente neutralidade. Ao contrário das inconstâncias que envolvem qualquer julgamento humano, sujeito a interferências das mais diversas, os modelos matemáticos simplesmente nos ofereceriam os produtos de uma sequência imensurável de cálculos e maquinações com o objetivo neutro de otimizar um processo, ou levá-lo o mais próximo do seu ponto ótimo, sem falhas. Eles seriam imunes a preferências pessoais e à parcialidade de julgamentos. Atualmente, contra dados não há argumentos.

²⁶⁵ Tradução nossa. No original: “Algorithmic authority is the decision to regard as authoritative an unmanaged process of extracting value from diverse, untrustworthy sources, without any human standing beside the result saying ‘Trust this because you trust me’”.

²⁶⁶ E além das plataformas, o cálculo da nota de crédito por bancos e seguradoras que resultará na taxa de juros ou tarifa de seguro paga por cada um, ou mesmo se serão aceitos por algum plano.

²⁶⁷ Tradução nossa. No original: “People trust data and algorithms because they are presented as objectively and mathematically true and inclined toward benevolence”.

O'Neal alerta que muitos desses modelos carecem dos devidos controles por mecanismos de retroalimentação que fariam as vezes de fiscais de sua precisão ou assertividade. Além disso, o que é mais alarmante, muitas vezes não há dados disponíveis para alimentar esses modelos. São usados dados substitutos ou aproximados, produtos de correlações que ocupam os lugares dos dados que seriam necessários à produção de um julgamento preciso de forma automática.²⁶⁸ A autora exemplifica com as correlações entre endereço ou padrões linguísticos e a capacidade de contratar empréstimos ou ser contratada para um emprego específico. Acrescenta que algumas delas são discriminatórias e podem ser até mesmo ilegais (ibid., p. 21). Consolidam-se, assim, as condições de uma governamentalidade algorítmica que modela uma realidade e opera a partir dessa representação truncada. Mais do que distribuir incentivos e sanções, constitui-se o espectro de possibilidades dentro do qual os indivíduos podem agir. São processos de construção de futuros parciais que derivam de cálculos baseados em premissas ou dados aproximados e, portanto, necessariamente empobrecidos.

A governamentalidade algorítmica apresenta uma forma de totalização, de encerramento do “real” estatístico sobre si mesmo, de redução da potência ao provável [...] e constitui a representação digital [...] de uma atualidade pura, expurgada, de modo preemptivo, de toda forma de potência de porvir, de toda dimensão “outra”, de toda virtualidade (ROUVROY; BERNS, 2019, p. 134).

Se a estatística foi ferramenta importante no processo de governamentalização do Estado ao dar consistência ao nível da população e abrir essa ordem de magnitude à ação da administração estatal (FOUCAULT, 1979b, p. 288), os algoritmos e modelos abrem na população e no indivíduo novas ordens de grandeza sobre as quais se pode interferir. Novos níveis de mensuração e interpelação que encapsulam conjuntos de ações e as isolam do indivíduo-identidade. Podemos vincular essa forma de interpelação do indivíduo ao que Lazzarato (2012, p. 146) identifica como um modo de governo próprio do capitalismo contemporâneo. Opera-se um duplo controle com base na relação de dívida. No nível individual, o que chama de sujeição social governa o sujeito por meio da “mobilização da consciência, memória e representações” e em um nível infraindividual, a servidão maquínica governa ações “infrapessoais e pré-individuais que não passam pela consciência”.²⁶⁹

²⁶⁸ O termos usados pela autora são “stand-in data” e “proxies”, que se traduzem por dados de reserva ou substitutos e procuração, respectivamente. São dados que “ficam no lugar de”, que não substituem precisamente os dados necessários, mas “atuam por eles”.

²⁶⁹ Tradução nossa. Seguimos a tradução de subjection por sujeição e subjugation por servidão, da tese de Gustavo Gumiero (2015, p. 10), que faz tradução do original em francês (*assujettissement* e *asservissement*). No original:

Segue, assim, a perspectiva de Deleuze e Guattari que rompe com a noção da máquina como mera ferramenta e permite abordar os comportamentos e as condutas na forma de resultados da ação de conjuntos comunicantes homem-máquina (GUMIERO, 2015, p. 44). Entendemos que Lazzarato busca evitar um idealismo subjetivo ao estender a concepção marxiana do maquinico para fora da fábrica. Parece-nos produtivo que a investigação dos modos de governo passem pelo duplo movimento sujeição-servidão na medida em que esta última compõe o rol de técnicas de governo de condutas que seriam obnubiladas em outras perspectivas.

Aplicando esse modo de exercício de poder ao campo das ações mediadas algoritmicamente nas plataformas, somos objeto de técnicas de governo que têm embutidas nelas relações de servidão maquinica no nível dos conjuntos de ações. Esse nível infraindividual pode ser exemplificado pelos imperativos do compartilhamento de informações e pela lógica da popularidade nas redes sociais, ou na ação mais ínfima, como o ímpeto de responder um teste de personalidade digital oferecido gratuitamente no Facebook. É notável a multiplicidade de classificações, notas e pontuações que detemos ao nos tornarmos titulares de inúmeros perfis, desde aqueles que criamos em plataformas e sustentam reputações até aqueles criados à nossa revelia a fim de agregar conjuntos de ações e dados considerados úteis à produção de julgamentos sobre os nossos comportamentos – e estimar as respostas prováveis em situações específicas para as quais foram desenvolvidos.

Se uma plataforma de transporte indica que deve-se oferecer água ou balas no carro, elas serão oferecidas – a pesquisadora Alex Rosenblat (op. cit., p. 67) aponta que muitos motoristas não têm controle preciso de seus custos e acabam por ganhar muito menos do que pensam estar ganhando. Se um bairro está carente de motoristas, traçam-se áreas com preços multiplicados na forma de instruções, praticamente signos insignificantes “que exigem reação, mais que ação” (ibid., p. 150). Nessa forma de governo algorítmico, “o indivíduo não é nada mais que algo relativo às séries de medidas, as quais, elas mesmas, servem de realidade e sem que por isso, no entanto, apareça o caráter subjetivo dessas medidas” (ROUVROY; BERNS, 2019, p. 132). Parece não ser mais necessário governar somente o indivíduo, mas instaurar modos de servidão fomentando comportamentos limitados e específicos. Contudo, essa servidão nos parece compor o governo do indivíduo ao apelar para a sua autoimagem e sua condição de sujeitos morais.

“‘Social subjection’ operates molar control on the subject through the mobilization of his conscience, memory, and representations, whereas ‘machinic subjugation’ has a molecular, infrapersonal, and pre-individual hold on subjectivity that does not pass through reflexive consciousness and its representations, nor through the ‘self’”.

O monitoramento algorítmico dos trabalhadores se traduz em novas formas de interpelação, impossíveis sem esses aparatos. A influência das plataformas na conduta dos indivíduos pode tomar formas sutis, como a exibição de mensagens no aplicativo quando um motorista decide fechá-lo, incentivando-o a continuar trabalhando. Uma mensagem diz: “Tem certeza que você vai desconectar? A demanda está muito alta na sua área. Faça mais dinheiro não pare agora!”²⁷⁰ (ROSENBLAT; STARK, 2016, p.3769); outras mensagens enviadas por e-mail incentivam os indivíduos a dirigir em fins de semana com eventos e no réveillon, em uma espécie de “gamificação” do trabalho (ibid.). Nesses casos, fica mais explícita a dimensão moral das técnicas de modulação de comportamentos. Devemos destacar que não se trata apenas de novas formas de gerenciamento do trabalho, pois técnicas semelhantes são usadas para interpelar os clientes. Em entrevista à National Public Radio (NPR) dos EUA, o chefe de pesquisa econômica da Uber, Keith Chen, declarou em entrevista que foi constatada maior propensão de clientes com pouca bateria no celular a aceitar tarifas dinâmicas mais altas, apesar de garantir que a empresa não usa esta informação para aumentar o preço das corridas.²⁷¹ Chen explica que a plataforma usa diversas outras informações e vieses para definir o preço de uma viagem, inclusive economia comportamental. Por exemplo, os passageiros estariam propensos a pagar uma tarifa dinâmica de 2,1 vezes mais do que um multiplicador de 2 vezes, por reconhecerem o número “quebrado” como fruto de cálculo mais confiável do que um fator “arredondado” (NPR, 2016).

Algumas modalidades de monitoramento, interação e controle são inusitadas e capciosas, como o uso do sensor de movimento para identificar quando o telefone está chacoalhando, o que pode significar que está solto no carro – o que em si não deveria ser um problema –, mas também garante que a captura de dados de geolocalização seja mais precisa, segundo Rosenblat (2018, p. 178). De acordo com a autora, a empresa enviou avisos aos motoristas, o que levou muitos deles a comprar suportes de celular para seus carros, ou a mudar hábitos inócuos. Não é surpreendente, dado que a análise algorítmica de ações e comportamentos em ambientes corporativos já está consolidada e inclui desde a análise das agendas compartilhadas dos funcionários a fim de avaliar de que modo usam seu tempo até a captura de áudio de salas de reunião para avaliação de tons de voz a fim de verificar quem assume posições de dominação ou evita se envolver em discussões,

²⁷⁰ Tradução nossa. No original: “Are you sure you want to go off-line? Demand is very high in your area. Make more money, don’t stop now!”.

²⁷¹ “Uber: Users Are More Likely To Pay Surge Pricing If Their Phone Battery Is Low”. Forbes. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/amitchowdhry/2016/05/25/uber-low-battery/>>. Acesso em 26/01/2020.

passando pela análise do tráfego de dados dos aparelhos dos funcionários, o que leva alguns a usarem telefones e laptops próprios para realizar atividades pessoais e a não conectá-los à rede da empresa.²⁷² Constroem-se rotinas cercadas por aparatos e métodos de medição de comportamento, captura de dados e interferência nos comportamentos futuros.

Esse novo vetor de poder não se encerra em suas criaturas digitais. Eleva um novo grupo de humanos a postos de autoridade. O que se torna explícito quando lemos a descrição de O’Neil sobre seu hermetismo. “Como deuses, esses modelos matemáticos eram opacos, seu trabalho invisível a todos, exceto aos mais altos sacerdotes em seu domínio: matemáticos e cientistas da computação” (O’NEIL, op. cit., p.10).²⁷³ Juntam-se aos economistas em um grupo que pode ser considerado de novos profetas, se lembrarmos da característica performativa de seus julgamentos. Em coluna no jornal El País, Moisés Naím (2015) cita pesquisa feita no Journal of Economic Perspectives na qual 77% dos pós-graduandos em economia concordam que esta disciplina seria a ciência social mais científica, mas apenas 9% concordam que há consenso sobre as melhores respostas sobre suas perguntas básicas. Lembra também a proximidade de muitos desses acadêmicos do mercado financeiro e o risco desse viés contaminar seus julgamentos.

Ao se perguntar o que ocorreria se sociólogos tivessem a mesma influência dos economistas no debate de políticas públicas, Neil Irwin (2017) nos lembra de que o viés econômico joga luz sobre algumas dimensões dos problemas sociais e obscurece outros, impossibilitando a criação de iniciativas e projetos para lidar com eles. Por exemplo, ao analisar o problema do desemprego, não ponderam a relação entre emprego e senso de propósito ou identidade que foi verificada em pesquisas e publicações de sociólogos. A percepção de que a perda de um emprego de colarinho branco é a perda da própria dignidade ajuda a compreender as razões pelas quais o desemprego tem uma carga psicológica mais forte nos EUA, o que leva a problemas para lidar com a rejeição e à desistência de procurar novos empregos. Isso explicaria porque muitos não retornaram logo ao mercado quando novas vagas foram abertas durante a recuperação econômica – comportamento que não é verificado em Israel. Ou as pesquisas que apontam a sensação de insegurança dos jovens adultos no país, para quem os marcadores da vida

²⁷² The New Ways Your Boss Is Spying on You. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/the-new-ways-your-boss-is-spying-on-you-11563528604/>>. Acesso em 27/01/2020.

²⁷³ Tradução nossa. No original: “Like gods, these mathematical models were opaque, their workings invisible to all but the highest priests in their domain: mathematicians and computer scientists”.

adulta parecem estar fora de alcance, além de essa insegurança levar à sensação de desânimo entre os mais pobres.²⁷⁴

Não queremos sugerir assim que esses grupos de interesses impõem suas estratégias aos outros, mas que compõem um novo dispositivo de assujeitamento capaz de atuar em níveis inéditos do comportamento individual de modo difuso. Uma rápida analogia nos ajuda a explicar a abordagem. A investigação de Rose e Miller (2008, p. 142-170) sobre a autoridade terapêutica na Grã-Bretanha e nos EUA do pós-guerra – o projeto Tavi e o treinamento de relações humanas²⁷⁵ – auxilia na compreensão da constituição de dispositivos de autoridade. Descrito de forma esquemática, um dos projetos era dedicado à produção de profissionais responsáveis pelo funcionamento dos serviços de bem-estar social que seriam, eles próprios, autoridades – profissionais em conduzir a conduta humana (clínicos gerais, carcereiros, educadores, assistentes sociais, além de cursos para trabalhadores da indústria, de igrejas etc.).

Os autores destacam dois elementos conjugados deste projeto: primeiro, “o mecanismo aparentemente inócuo do ‘treinamento’” (ibid., p. 146) e, em seguida, “talvez, mais significativa, [...] o uso feito da tecnologia ‘do grupo’” (ibid., p. 151). O treinamento constituía uma técnica específica de orientação que visava ser mais do que a transmissão de conhecimentos. Sua aplicação aos grupos seria por si só outra técnica (a aprendizagem experiencial) que permitiria influenciar suas personalidades. Emerge então uma forma de intervenção que transborda o consultório e passa a ser aplicável a qualquer um que atue em grupos, ou seja, todos. Entra em funcionamento uma máquina terapêutica que passa a influenciar a condução da vida e se torna ela própria uma nova forma de autoridade. Mais do que isso, essa máquina “não colonizou um território preexistente; de fato, sua potência estava na sua capacidade disseminar uma maneira particular de entender, julgar e intervir sobre uma ampla superfície de práticas e questões”.²⁷⁶ Esse conjunto de tecnologias estabeleceu, assim, uma forma inédita de autoridade que, por sua vez, abre novos focos de intervenção nos grupos e nos indivíduos.

²⁷⁴ De acordo com os pesquisadores, a dimensão da autoimagem pode ajudar a explicar a ascensão do populismo de direita no chamado cinturão da ferrugem, onde a perda de empregos significou muito mais do que a perda de renda. Ao negligenciar a perspectiva sociológica, o governo desconsidera vetores-chave na explicação desses fenômenos e impossibilita a construção de políticas públicas mais adequadas ao estado da sociedade.

²⁷⁵ O *Tavistock Institute of Human Relations* (TIHR) foi criado no Reino Unido pela incorporação da *Tavistock Clinic*, criada nos anos 1920, ao serviço nacional de saúde, em 1946. O treinamento de relações humanas foi desenvolvido no *National Training Laboratory in Group Development* (NTL) em 1947.

²⁷⁶ Tradução nossa. No original: “This therapeutic machine has not colonized a pre-existing territory; indeed its potency has lain in its ability to spread a particular way of understanding, judging and intervening over a wide surface of practices and issues.”

Apresentamos as linhas gerais desse movimento a fim de aproximá-lo dos exemplos discutidos anteriormente e levantar a questão sobre a eventual constituição em um dispositivo de autoridade algorítmica na atualidade. Certamente é necessária uma pesquisa mais aprofundada a fim de se identificar ações pontuais e efeitos desse fenômeno, iniciativas locais e a reformulação global. Mas vemos indícios de que assim como a autoridade terapêutica de que falam Miller e Rose, o conhecimento esotérico dos matemáticos, estatísticos e cientistas de dados combinado com as tecnologias de captura e processamento de dados – vinculadas a tecnologias de monitoramento e de interpelação infraindividual – podem compor tal dispositivo que intervém no modo como conduzimos nossas condutas na atualidade. A realidade à qual devemos responder é resultado de conjuntos de julgamentos dirigidos majoritariamente por grupos de autoridades que exercem influência não apenas na construção de modelos e narrativas, mas na própria produção de políticas públicas. Desta perspectiva, os cientistas de dados surgem como os mais novos especialistas responsáveis por interpretar a realidade – ou construir uma realidade – e nos conduzir por ela. Promovem, assim, um deslocamento da governamentalidade para um campo algorítmico ou matemático.

4.2 Trabalhadores de plataforma: gestão da sobrevivência no presente infinito

Rafaela Machado e Elisangelo Sena são casados e têm duas filhas. Ambos passaram a dirigir para plataformas de transporte depois de perderem seus empregos formais – ela ficou dois anos desempregada. Para economizar nos custos, dividem o mesmo carro para trabalhar, um carro alugado com pacote de manutenção, pois já passaram maus bocados quando o carro próprio quebrou. Dirigem quase 24 horas por dia, cada um em um turno de 12 horas. Suas folgas semanais são quase forçadas: precisam parar durante as seis horas nas quais o veículo é impedido de rodar na cidade pelo rodízio de placas instituído em São Paulo.

Ela começa no horário de pico da manhã, quando milhões de paulistanos se deslocam ao trabalho. Dezenas de viagens depois, Rafaela volta para casa por volta das 18h. Encontra Elisangelo na garagem e passa a chave do carro para ele, repetindo a cena de horas antes. E começa tudo de novo, dessa vez com ele ao volante (BBC, 2019).

Ao introduzir sua interpretação sobre o mito de Sísifo, Camus indica que a condenação do mortal a “rolar um rochedo incessantemente até o cimo de uma montanha, de onde a pedra caía

de novo por seu próprio peso” leva à conclusão que os deuses “tinham pensado, com as suas razões, que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança” (CAMUS, 1989, p. 85). Rafaela e Elisangelo repetem seus ciclos incessantemente. Pode parecer uma condenação, pela fala de Rafaela: “A gente conversa pelo WhatsApp, não temos lazer, não saímos mais no fim de semana” (BBC, op. cit.). O casal também relata que o ritmo de trabalho teve consequências negativas para a convivência familiar. Mas a situação do casal mostra o quanto essa forma de viver tem diversas nuances.

Para Camus (op. cit., p. 86), a tragédia de Sísifo é ser consciente. Assim como Édipo, que apenas seguia seu destino, ele “conhece toda a extensão de sua condição miserável: é nela que ele pensa enquanto desce”. Mas o Sísifo de Camus abraça seu destino. “Se a descida, assim, em certos dias se faz para a dor, ela também pode se fazer para a alegria” (ibid.). Não entendemos que a consciência de sua condição seja uma condenação para Rafaela e Elisangelo. O revezamento sem fim tem suas recompensas. A renda mensal do casal varia entre R\$ 4.500 e R\$ 5.000, valor superior a seus salários anteriores. Elisangelo não maldiz as plataformas, que proporcionaram renda suficiente para a construção de sua casa. “Se eu ainda fosse cobrador, nunca conseguiria fazer a obra como consigo agora. Ainda bem que os aplicativos existem” (ibid.). Renda que também permitiu a Rafaela começar o curso de Direito em uma faculdade particular. A consciência faz parte do modo como conduzem suas vidas – concebem suas obrigações morais, para repetir Foucault – e a partir do qual extraem sentido dessa atividade. A condenação parece ser o modo como experimentam o tempo.

Camus (op. cit., p. 86) aproxima Sísifo do operário do início do século passado, que “trabalha todos os dias de sua vida nas mesmas tarefas e [cujo] destino não é menos absurdo”. Se a rotina do operário já parecia ser a condenação a uma vida de tarefas repetitivas e sem sentido, sem mobilidade social ou perspectivas individuais, esse absurdo individual se rebatia em um sentido geral percebido no caminhar da história. Em outras palavras, ele vivia em uma época em que havia o futuro. Porém, aquele futuro embutido na noção de progresso logo se provou atroz. Lukács teria definido o século XX como o período de um tempo homogêneo e vazio, no qual não cabiam projetos individuais ou mesmo esperança (CRARY, 2016, pos. Kindle 116). As catástrofes causadas pela “ideologia do progresso” no mesmo período foram tema da interpretação do quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee, por Walter Benjamin – torna-se o anjo da história, que teria se postado de costas para o futuro, mas é impelido forçosamente para ele,

observando o passado se acumular como um amontoado de ruínas. “Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. [...] Essa tempestade é o que chamamos progresso” (BENJAMIN, 1987, p. 226).

Foucault (1999, p.186) identificou a noção de progresso com técnicas de poder datadas. Cabe perguntar neste século XXI o que pode ser construído quando não há ideais de progresso e os projetos totalizantes remetem a um passado mítico, falseado. Quais seriam os focos de poder quando as idiossincrasias dos próprios dispositivos de assujeitamento se tornam mais aparentes? Crary alerta para a supressão da alteridade e, com ela, a possibilidade de um quadro próximo àquele apresentado pelos defensores do fim da história. “O que é novo é o amplo abandono da pretensão de que o tempo possa estar acoplado a quaisquer tarefas de longo prazo, inclusive a fantasia de ‘progresso’ ou desenvolvimento” (Crary, op. cit., pos. 100).

Não concordamos que os deslocamentos que movem a história possam cessar. Mas algo mudou. A obsessão pela eficiência e a aceleração da vida proporcionada pelas apropriações das tecnologias de comunicação e transporte levaram à sociedade que não pode parar. Ela “parece um mundo social, mas é na verdade um modelo não social de desempenho maquínico e uma interrupção da vida que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia” (ibid., pos. 114). Ao contrário da força que nos empurra a um futuro idealizado, a nova temporalidade não é sequer uma tempestade – não há nem mesmo horizonte no qual possa se formar. Podemos interpretar a temporalidade contemporânea como um vácuo. Uma “redundância estática” (ibid., pos. 109) que gira no vazio, na qual o futuro aparece como tragédia a ser evitada e o presente se mostra infinito.

Já tratamos de uma das faces do custo humano para a manutenção do capitalismo 24/7 em capítulos anteriores – dos aumento da síndrome de *burnout* e o *karoshi* ao ritmo dos *startup weekends*. O caso que abre este subcapítulo dá uma mostra desse custo entre os trabalhadores de plataforma. Rafaela começou seu curso universitário, mostrando que a noção de investir em si não ficou no passado, mas aparece menos como um investimento racional do que como uma tentativa de fuga. A jornada tripla (trabalhadora, estudante e mãe) cobra seu preço na anulação da vida familiar enquanto o rodízio do trabalho 24/7 não puder parar. Sua condição não é exclusiva. No capitalismo dos contratos intermitentes, vive-se um dia de cada vez, como relata a ex-

atendente de telemarketing Raiza dos Santos, que hoje sobrevive produzindo e vendendo bolos caseiros, em entrevista para o portal Terra (GAVRAS, 2019).

Ainda notamos uma troca de futuro pelo presente quando vemos os cálculos de remuneração feitos pelos trabalhadores. Se alguns conseguem obter ganhos superiores àqueles que tinham quando eram empregados formais, poucos incluem o próprio futuro nessa equação. Clemente Lúcio, diretor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), chama atenção para este problema em entrevista ao jornal El País. “Como os salários são muito baixos no Brasil, essas pessoas [entregadores via aplicativos] conseguem ter uma renda real maior do que um assalariado, mas, sem pagar impostos ou a contribuição previdenciária, abrem mão da proteção futura” (BORGES, 2018).

É a partir dessa mudança na concepção do sentido do presente que pretendemos investigar as condições de vida dos trabalhadores de plataforma brasileiros, especialmente aqueles que compõem o estrato mais precário e de menor remuneração dessa atividade, os entregadores. A hipótese que rege esta última seção da tese é a de que essa modalidade de trabalho e de mediação das relações intensifica a atomização do indivíduo contemporâneo de modo singular e o coloca em uma nova posição de sujeição, na qual se vê responsável pela manutenção de sua vida e culpado pelo que não tem. Por mais que se apresente como uma solução possível à falta de renda e muitas vezes como única alternativa ao desemprego, pois é imediata, revela também um desalento que vai além da definição usada pelos institutos de pesquisa. À vontade de fazer algo diferente se sobrepõe um sentimento de impotência que transparece em diversos relatos.

Dividimos este último subcapítulo da tese em duas partes. Na primeira, apresentaremos os trabalhadores de plataforma a partir de pesquisas quantitativas que nos permitem compreender dimensões objetivas dessa condição, como idade, renda, qualificação e jornada de trabalho. Na segunda, propomos avaliar o modo de sujeição desses indivíduos sob o prisma do empreendedorismo de si. Concentramo-nos nas dimensões subjetivas que compõem suas condutas e aspirações. O objetivo é oferecer uma avaliação da ruptura ocorrida no modo econômico de orientar a vida nos últimos anos e evidenciado por este grupo, especificamente o gerenciamento de um presente que se justificava como investimento no futuro e parece se desdobrar hoje na primazia da atividade imediata, acelerada e incessante que indica uma nova relação com a liberdade.

4.2.1 Empreendedores de plataforma?

Da mesma forma que se designam legalmente como plataformas e serviços tecnológicos de intermediação, as empresas definem os trabalhadores como parceiros independentes, conforme os exemplos abaixo, retirados dos documentos de termos e condições das plataformas avaliadas no subcapítulo anterior (Uber, 99, Cabify, iFood e Rappi).

VOCÊ RECONHECE QUE A UBER NÃO É FORNECEDORA DE BENS, NÃO PRESTA SERVIÇOS DE TRANSPORTE OU LOGÍSTICA, NEM FUNCIONA COMO TRANSPORTADORA, E QUE TODOS ESSES **SERVIÇOS DE TRANSPORTE OU LOGÍSTICA SÃO PRESTADOS POR PARCEIROS INDEPENDENTES, QUE NÃO SÃO EMPREGADOS(AS) E NEM REPRESENTANTES DA UBER, NEM DE QUALQUER DE SUAS AFILIADAS.**²⁷⁷

4.8. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE TRABALHO, VÍNCULO DE EMPREGO E OUTROS. NÃO SE ESTABELECE ENTRE O MOTORISTA PARCEIRO E A 99 QUALQUER VÍNCULO DE NATUREZA SOCIETÁRIA, EMPREGATÍCIA E/OU ECONÔMICA, SENDO CERTO QUE O MOTORISTA PARCEIRO É LIVRE PARA ACEITAR OU RECUSAR CORRIDAS A PARTIR DO APLICATIVO, BEM COMO PARA CESSAR A SUA UTILIZAÇÃO A QUALQUER MOMENTO, AO SEU LIVRE E EXCLUSIVO CRITÉRIO. A 99 NÃO POSSUI UMA FROTA DE VEÍCULOS, PRESTANDO EXCLUSIVAMENTE OS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E INTERMEDIAÇÃO VOLTADOS À FACILITAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PERANTE UM MOTORISTA PARCEIRO CADASTRADO NO APLICATIVO.²⁷⁸

11.1. As Partes declaram, para todos os efeitos, que são entidades independentes e autônomas, de forma que o presente instrumento não cria qualquer modalidade de vínculo entre ambas, inclusive, sem limitação, representação, associação, formação de grupo econômico, joint venture, vínculo empregatício ou similar, comprometendo-se o Condutor a isentar a Cabify de quaisquer responsabilidades relativas a eventuais pleitos de reconhecimento de vínculos ou a encargos trabalhistas do Condutor com a Cabify, obrigando-se, ainda, a defender e indenizar a Cabify em caso de qualquer ação que lhe seja interposta a tal título.²⁷⁹

2.7. OS ENTREGADORES RECONHECEM QUE SÃO INDEPENDENTES E NÃO EXCLUSIVOS, ATUANDO POR CONTA PRÓPRIA E QUE SE UTILIZAM DOS PRÓPRIOS RECURSOS PARA A

²⁷⁷ Disponível em: <<https://www.uber.com/legal/pt-br/document/?name=general-terms-of-use&country=brazil&lang=pt-br>>. Acesso em 13/02/2020.

²⁷⁸ Disponível em: <<https://99app.com/legal/termos/motorista/>>. Acesso em 13/02/2020.

²⁷⁹ Disponível em: <<https://cabify.com/brazil/terms>>. Acesso em 13/02/2020.

EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENTREGA, NÃO HAVENDO, PORTANTO, QUALQUER SUBORDINAÇÃO ENTRE O IFOOD E OS ENTREGADORES, SENDO ESTES LIVRES PARA, DE ACORDO COM A SUA CONVENIÊNCIA, ACEITAR OU RECUSAR, A QUALQUER MOMENTO, A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENTREGA POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA. Os Entregadores, desde já, reconhecem que a relação jurídica estabelecida por estes Termos não cria vínculo empregatício, societário, de associação, mandato, franquia, ou de qualquer outra natureza entre o iFood e os Entregadores.²⁸⁰

Mandatário: Pessoa física que aceita realizar a gestão do encargo solicitado pelo Consumidor através da Plataforma. [...]

PLATAFORMA RAPPI: aplicativo web e móvel administrado e com os direitos exclusivos de utilização no Brasil pela RAPPI [...]

Fica claro para o Consumidor que a **relação contratual que pode chegar a ser gerada pelo uso da Plataforma será diretamente com os Mandatários e será efetuada por meio de um contrato de mandato realizado por meios eletrônicos, no qual o Consumidor é o mandante.**²⁸¹

Dentre as definições acima, chama atenção a da plataforma Rappi, que usa, intencionalmente ou não, termos menos comuns para designar as transações que ocorrem por meio de sua plataforma. Os clientes finais são consumidores que acessam o serviço para solicitar mandatos remunerados. Os trabalhadores se tornam mandatários responsáveis por realizar a gestão de encargos. O resultado final é semelhante às outras plataformas, nas quais os trabalhadores são explicitamente designados como atores independentes que devem, além de o contrato isentá-la de qualquer vínculo empregatício. Também é curiosa a posição da Cabify, que obriga o condutor até mesmo a defendê-la ou indenizá-la caso seja acionada judicialmente. E ainda mais do que parceiros comerciais, as plataformas muitas vezes invertem completamente as posições ao declarar que os trabalhadores seriam, na verdade, seus clientes. “Segundo a Uber, os motoristas ‘não são empregados nem prestam serviço’ à companhia. Em nota à BBC News Brasil, a empresa alega que os trabalhadores ‘independentes’ contrataram os serviços do aplicativo, e não o contrário” (BBC, 2019).

Vimos acima que as plataformas realizam uma série de intervenções nos setores em que atuam, por isso se torna impossível considerá-las intermediárias passivas. Um elemento adicional que corrobora este argumento é a quantidade de pessoas que passaram a trabalhar por meio das plataformas em tarefas que nunca haviam executado, o que mina a ideia de que o serviço consiste

²⁸⁰ Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/termosdeuso/>>. Acesso em 13/02/2020.

²⁸¹ Disponível em: <<https://legal.rappi.com/brazil/termos-e-condicoes-de-uso-da-plataforma-rappi/>>. Acesso em 13/02/2020.

em aproximar clientes potenciais de trabalhadores previamente atuantes. De acordo com matéria do site UOL Economia, 41,3% dos trabalhadores não faziam entregas antes do surgimento das plataformas (MARQUES, 2019). Na PNAD Contínua referente a 2018, o IBGE constatou a maior alta na população que trabalha em veículos, dentre os quais estão os motoristas de plataformas, desde o início da pesquisa, em 2012. São 3,6 milhões de pessoas, aumento de 29,2% em relação a 2017. O grupo de indivíduos que trabalham em local designado pelo empregador, onde se encaixam os entregadores, teve o mesmo comportamento. As 10,1 milhões de pessoas representam alta de 9,9% em relação a 2017 e outro recorde (AGÊNCIA IBGE, 2019). Além disso, 12% dos motoristas de plataformas de transporte de passageiros do país têm curso superior incompleto e 5%, superior completo. Entre os entregadores 10,9% têm curso superior completo (MARQUES, op. cit.). Portanto, uma parcela significativa de motoristas e entregadores possui idade, experiência profissional e qualificação que os permitiriam atuar em outros postos.²⁸²

Pesquisas quantitativas também indicam que o desemprego é decisivo para a força de trabalho que atua por meio das plataformas. Matéria do site UOL Economia aponta que o setor de transportes, armazenagem e correios foi o único que teve saldo positivo na geração de empregos no primeiro trimestre de 2019, graças às plataformas (chamadas de aplicativos). Ou seja, entre informalidade e desemprego, esta havia sido a única ocupação que absorveu trabalhadores em um cenário econômico ainda estagnado.

O resultado positivo, segundo o IBGE, foi em grande parte impulsionado pelos aplicativos de transporte, como Uber e 99. O motivo, de acordo com o IBGE, é a facilidade de entrar para um desses serviços, o que acaba atraindo os que não conseguem vaga em suas áreas de trabalho (TEIXEIRA, 2019).

O contingente de trabalhadores de plataforma é relevante em diversos países. Aqui, a Fundação Instituto de Administração (Fipe) estimou em 5,5 milhões o número de pessoas cadastradas como entregadores nas plataformas em 2019, o que representa cerca de 23% dos trabalhadores autônomos do país.²⁸³ O movimento é acentuado pela crise econômica, mas não

²⁸² Além disso, outras reportagens sobre o tema corroboram a absorção de profissionais qualificados pelas plataformas em paralelo com o crescimento geral da informalidade, como por exemplo “Empresário virou Uber; operária hoje é faxineira”, do jornal Valor. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/6422267/empresario-virou-uber-operaria-hoje-e-faxineira>>. Ou “Uber com diploma – Desemprego alto faz até profissional com faculdade virar motorista e entregador de aplicativos”, do UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/profissionais-com-faculdade-viram-uber/index.htm>>. Acesso em 12/09/2019.

²⁸³ “Ponte entre aplicativos e clientes, entregadores já são 23% dos autônomos no País”. Estadão. 17/04/2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.ponte-entre-aplicativos-e-clientes-entregadores-ja-sao-23-dos-autonomos-no-pais,70002793803>>. Acesso em 10/02/2020.

destoa de muitos outros países. Pesquisa realizada na Europa em 2017 (Áustria, Alemanha, Itália, Holanda, Suécia, Suíça e Reino Unido) identificou um percentual significativo de indivíduos trabalhando por meio de plataformas diversas, de microtarefas a entregas. O contingente de trabalhadores ficou entre os 9% da população, na Alemanha e no Reino Unido, e 22% na Itália. Contudo, o percentual de pessoas que ganhavam mais da metade da renda por meio das plataformas era bastante inferior, de 1,6% na Holanda a 5,1% na Itália (HUWS et al., 2017, p. 22). O dado desta pesquisa que mais chama atenção diz respeito aos trabalhadores eventuais das plataformas, que declaram realizar esse trabalho para complementar rendas insuficientes. Essa constatação se soma às evidências apresentadas anteriormente sobre a degradação do trabalho (formal e informal) que leva o empreendedorismo e o trabalho de plataforma a se tornarem opções menos desvantajosas do que podem parecer à primeira vista.

Pesquisa realizada em 2017 pela Organização Internacional do Trabalho identificou que os trabalhadores de plataformas de microtarefas ganhavam em média US\$4,43 por hora trabalhada – mas muitas tarefas exigem trabalho não pago, de pesquisas a testes, o que reduz o ganho por hora para US\$3,39. Há grande variação de rendimentos entre países. Enquanto os trabalhadores norteamericanos ganhavam em média US\$4,70 por hora, os asiáticos (entre os quais se destacam os indianos) ganhavam US\$3 e os africanos, US\$1,33. Apenas 4% desses trabalhadores ganhavam mais de US\$7,25 por hora, que é o salário-mínimo nacional dos EUA (BERG et al., 2018). Pesquisa do Pew Research Center de 2016 teve resultados semelhantes. Constatou que mais da metade dos trabalhadores de plataforma da Amazon (chamados *Turkers*) ganhava cerca de US\$5 por hora (HITLIN, 2016).

Nas plataformas de serviços locais, a situação não é diferente. Estudo de 2018 do MIT sobre a Uber chegou a ser criticado pela empresa, e depois de revisado reportou ganhos médios entre \$8,55 e \$10 por hora, mas também que 41% a 54% dos motoristas ganhavam menos do que o salário-mínimo de US\$7,25 e 4% a 8% perdiam dinheiro ao dirigir para a plataforma (ZOEPPF, 2018).²⁸⁴

²⁸⁴ Os baixos ganhos também são reportados em matérias de jornais e revistas. Por exemplo, na *Veja* SP em 2017. “Jornalista virou Uber por um mês e lucrou só 30 reais por dia”. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/uber-teste-motorista-um-mes/>> Acesso em 16/05/2019.

No Brasil, 38% dos motoristas de plataforma ganham até 2 salários-mínimos e 61% dos entregadores, até R\$2.000 por mês.²⁸⁵ Apesar de não serem muito distantes da renda média per capita do país²⁸⁶, os valores recebidos por esse trabalho não incluem nenhuma garantia social e normalmente são conseguidos às custas de longas jornadas. Matéria do jornal Diário do Nordeste obteve a renda de Aidan Nogueira, que faz entregas para completar o salário de seu emprego formal. Ele trabalha por meio das plataformas por cerca de 44 horas e ganha R\$75 semanais, ou R\$1,70 por hora. Diz ainda que conseguia ganhar R\$300 a R\$400 há poucos meses, o que indica que a disseminação das plataformas e a combinação de aumento no desemprego e queda no consumo podem estar aumentando a competição e reduzindo a remuneração desses trabalhadores.²⁸⁷ De acordo com pesquisa da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike), coordenado pelo instituto Multiplicidade e apoiado pelo Laboratório de Mobilidade Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que entrevistou 270 ciclistas em São Paulo, sua renda média mensal é R\$936 por 12 horas diárias de trabalho, 7 dias por semana (JORNAL HORA DO POVO, 2019).

Na contramão desses dados, pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA) para a Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O), da qual fazem parte algumas das plataformas, verificou que 88% dos entregadores são os principais provedores de suas famílias, 90% trabalham exclusivamente pelas plataformas e o mesmo percentual “afirmou ter orgulho da profissão e não considerar mudar de atividade no curto prazo”. Além disso, 87% deles “reconhecem que ganham significativamente mais ao utilizar aplicativos” e o principal motivo para a escolha desse trabalho seria a flexibilidade de horário. 70% dos entrevistados declararam “que estão mais satisfeitos atuando como autônomos” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019). Os resultados vão na mesma linha de pesquisa realizada pelo Benenson Strategy Group e financiada

²⁸⁵ Os dados de motoristas têm como fonte o IBGE, portanto podem ser referentes a todos os trabalhadores do setor, e não apenas de plataforma. Os percentuais das outras faixas de renda são: 24% ganham 2 ou 3 salários-mínimos por mês, 32% ganham de 3 a 5 e 6% ganham mais de 5. Os dados dos entregadores têm a FIA como fonte. 19% ganham até R\$1.000 por mês, 42% de R\$1.100 a R\$2.000, 23% entre R\$2.100 e R\$3.000 e 6%, mais de R\$4.000 por mês.

²⁸⁶ O rendimento domiciliar mensal per capita era de R\$1.373 em 2018, último dado disponível no IBGE. Vale mencionar que esta média esconde uma diferença significativa entre os estados. A renda média nos estados da região Sul estavam entre R\$1607 e R\$1705. No Distrito Federal, era de R\$2.460 e os estados com menor renda eram Amazonas (R\$791) e Alagoas (R\$714). Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23852-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2018>>. Acesso em 12/02/2020.

²⁸⁷ Cf. “Desemprego provoca ‘boom’ de entregadores por apps na Capital”. Diário do Nordeste. 22/09/2019. Disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/desemprego-provoca-boom-de-entregadores-por-apps-na-capital-1.2152482>>. Acesso em 13/02/2020.

pela Uber, que garantia anonimato e oferecia pagamento pelas respostas. Encontrou um nível de satisfação de 78% com o trabalho, 71% responderam que a Uber melhorou sua renda e 74%, que a Uber tornou suas vidas melhores ao garantir flexibilidade (VINIK, 2015).

Apenas pesquisas quantitativas mais amplas no país podem corroborar ou contrapor essas conclusões. Porém, já é possível apontar de antemão que contrastam com as outras pesquisas realizadas por organizações internacionais a que tivemos acesso, citadas acima. Outra evidência de que devem ser vistas com ceticismo é o que o pesquisador Hubert Horan (2019) chama de “programa de ‘pesquisa acadêmica’ da Uber”²⁸⁸, que foi estabelecido em 2014 a fim de se vincular a economistas de renome que eram apoiadores do modelo de negócios da empresa. O autor lembra que a contratação de consultoria de acadêmicos não é problemática por si só, desde que os estudos produzidos reflitam os dados disponíveis. Também lembra que casos de pesquisas patrocinadas por corporações não são inéditos – um vazamento de e-mails mostrou que a Monsanto já patrocinou e teria mesmo sido *ghostwriter* de artigos acadêmicos. No caso da Uber, no entanto, os funcionários da empresa são coautores dos 4 artigos analisados por Horan, nos quais há inconsistências como superestimar o uso de serviços de transporte, omitem os subsídios econômicos que seriam parcialmente, mas de modo decisivo, responsáveis pelo rápido crescimento da plataforma, confundem conceitos como o de bem-estar social com elasticidade de preços de curto prazo e fazem comparações com opções inexistentes, como trabalhos de remuneração semelhante, mas sem flexibilidade, o que é considerado uma falácia do espantalho. Tudo isso nos alerta para a necessidade de combinar pesquisas mais amplas deste fenômeno e dos deslocamentos que provoca com pesquisas específicas, qualitativas e quantitativas, a fim de verificar constantemente o ritmo dessas mudanças.

Uma das mudanças que se consolida é a formalização dessa atividade que funciona nos moldes do trabalho informal. A categoria “motorista de aplicativo independente” foi incluída recentemente na lista do programa Microempreendedor Individual (MEI) a fim de que formalizem sua atividade na condição de pessoas jurídicas (FONSECA, 2019). De acordo com Dardot e Laval (op. cit., p. 222), políticas como essa têm o objetivo de “‘ativar’ o mercado de trabalho modificando o comportamento dos desempregados. O ‘buscador de emprego’ deve tornar-se ator de sua empregabilidade, um ser *self-enterprising*, que se encarrega de si mesmo”. Os contratos das plataformas e a criação da categoria no programa governamental são evidências

²⁸⁸ Tradução nossa. No original: “Uber’s ‘academic research’ program”.

claras da consolidação dessa perspectiva na sociedade. Entretanto, vemos uma mudança importante ocorrer quando o buscador de emprego deixa de investir em si, na forma de cursos de qualificação (em uma sociedade com rede de proteção social como o seguro-desemprego), e se lança ao trabalho intermitente.

Diversas evidências mostram que muitos desses trabalhadores têm consciência da precariedade na qual estão imersos, assim como dos benefícios – na maioria, de curto prazo – dessa forma de trabalhar. Isso fica evidente na declaração ao jornal *El País* de Jefferson Santos, ex-motoboy contratado como funcionário do setor de logística da plataforma Rappi, emprego formal regido pela CLT. “Um motoboy que trabalha 10 horas por dia consegue tirar entre 130 e 140 reais por dia, de 3.500 a 4.000 por mês. Com CLT [carteira assinada], não passa de 100” (BORGES, 2018). O cálculo imediato dos rendimentos é certo. Em um momento no qual a renda média da população é extremamente baixa e os custos de vida só fazem aumentar, uma queda de 30 a 40% nos ganhos diários se torna motivo de inquietação. O trabalhador sabe o que ganha e perde ao trocar as entregas pelo emprego formal. “Agora eu recebo plano de saúde e vale refeição e tenho fundo de garantia, mas ganho metade do que fazia antes. Motoboy que trabalha por aplicativo consegue ter uma qualidade de vida melhor, se souber administrar o dinheiro” (ibid.). Ainda começou um curso universitário na área em que trabalha, o que denota investimento no próprio futuro (apesar de a entrevista não deixar claro se o curso foi sugerido ou é financiado pela empresa). Contudo, usa suas horas vagas para fazer entregas para outras plataformas (ibid.), o que mostra ainda melhor a premência do presente sobre qualquer futuro possível.²⁸⁹

A necessidade imediata de gerar renda não impede os trabalhadores de questionar e se articular para mudar sua situação, confrontando as empresas-plataforma. Em 8 de maio de 2019, dois dias antes da estreia da Uber na bolsa de valores americana, motoristas organizaram uma greve mundial. Protestaram contra os baixos valores pagos pelas corridas, a falta de transparência em relação aos cálculos de preços e mesmo contra sua condição de parceiros independentes (CONGER et al., 2019). O evento ocorreu em inúmeras cidades de diversos países, inclusive do Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). O resultado dos protestos foi interpretado de formas

²⁸⁹ Um exemplo disso é a quantidade de trabalhadores autônomos que não contribui para a Previdência Social. De acordo com os dados da PNAD, do IBGE, esse contingente chegou a 90% no 2º trimestre de 2019. Cf. “Desemprego provoca ‘boom’ de entregadores por apps na Capital”. *Diário do Nordeste*. 22/09/2019. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/desemprego-provoca-boom-de-entregadores-por-apps-na-capital-1.2152482>>. Acesso em 13/02/2020.

muito díspares. Por um lado, alegou-se que a adesão foi relativamente pequena e o modelo de greve talvez não funcione mais na chamada economia dos bicos (USA TODAY, 2019). Por outro, a capacidade de organização de indivíduos que não compartilham locais de trabalho (nem pontos específicos, como hotéis ou aeroportos), não possuem contatos uns dos outros e têm vidas tão diferentes foi considerado um sucesso na medida em que os protestos alcançaram o objetivo de ganhar a mídia e chamar atenção de agências de regulação e legisladores, mais do que paralisar o serviço de transporte (THE VERGE, 2019).

Entre as matérias de jornais e revistas sobre a paralisação, uma delas destacou um efeito do modelo de plataformas que não pode ser chamado de colateral, a atomização dos trabalhadores (DUBAL, 2019), por um processo que vai da mediação de toda a atividade – da oferta do serviço à comunicação com os clientes e o valor recebido pelo trabalho – até a dificuldade de contato com outros motoristas e com a própria plataforma. Constatamos outros exemplos desse distanciamento na designação dos entregadores como consumidores pela Rappi e, de modo mais grave, na forma como o entregador Thiago Dias foi tratado ao sofrer um AVC durante o trabalho que realizava por meio da plataforma.

Contra esses movimentos de atomização e distanciamento, trabalhadores continuam a se articular por todo o mundo. Em 2016, um conjunto de sindicatos europeus e norte-americanos produziram um documento nomeado *The Frankfurt Declaration on Platform-Based Work*, no qual já indicavam preocupação com o crescimento da desigualdade e a importância da participação dos trabalhadores na governança das condições de trabalho. Clamam por cooperação internacional entre os trabalhadores para construir condições dignas para o trabalho de plataforma.²⁹⁰ A Fair Crowd Work é outra iniciativa conjunta do sindicato de metalúrgicos alemães IG Metall, a Câmara de Comércio e a Confederação dos Sindicatos da Áustria, e o Unionen, sindicato dos trabalhadores de colarinho-branco da Suécia, que conta com um *site* no qual as plataformas são avaliadas em categorias como a possibilidade de recusar pagamento, garantias, possibilidade de contato com cliente e com outros trabalhadores.²⁹¹ Ainda há projetos como o Fairwork, de pesquisadores das universidades de Oxford, Berlim, Manchester, Cidade do

²⁹⁰ Disponível em: <<http://faircrowd.work/unions-for-crowdworkers/frankfurt-declaration/>>. Acesso em 14/02/2020.

²⁹¹ “Fair Crowd Work collects information about crowd work, app-based work, and other “platform-based work” from the perspective of workers and unions. Uniquely, the site offers ratings of working conditions on different online labor platforms based on surveys with workers. It is a joint project of IG Metall (the German Metalworkers’ Union), the Austrian Chamber of Labor, the Austrian Trade Union Confederation, and the Swedish white collar union Unionen, in association with research and development partners Encountering Tech and M&L Communication Marketing”. Disponível em: <<http://faircrowd.work/>>. Acesso em: 13/02/2020.

Cabo e outras, para investigar a precariedade, as más e inseguras condições de trabalho e os baixos ganhos, com o objetivo de promover uma economia de plataforma mais justa.²⁹² Há poucos dias, foi organizada em Thame, na Inglaterra, a primeira convenção internacional de associações e sindicatos de motoristas de aplicativos, da qual participaram representantes de associações de 23 países, entre os quais o Brasil, com o objetivo de construir uma estratégia supranacional de resistência (DIGILABOUR, 2020).

Um exemplo emblemático dessa resistência contra os ditames das plataformas foi a criação do sindicato de *Youtubers* em 2018, após o YouTube ter mudado regras de monetização de vídeos e provocar queda de rendimentos de muitos deles. Em meados de 2019, o sindicato já tinha mais de 15 mil membros. A organização demanda regras mais transparentes para exibição de anúncios no conteúdo que produzem e contatos humanos na plataforma.²⁹³ Surpreende a organização desses que talvez sejam os ícones do empreendedorismo na web plataformizada, na condição de influenciadores. Apesar de não se enquadrarem no modelo de trabalho de plataforma que é objeto desta seção, uma investigação sobre os problemas enfrentados por *Youtubers* mostra o quanto a lógica das plataformas (e do capitalismo avançado) tornam até mesmo esta atividade vulnerável a formas inéditas de pressão.

Muitos começaram seus canais gravando a si mesmos sem nenhuma estrutura e têm um público cativo de milhões de internautas. Transformam-se, assim, em *one-man-shows*, ou empresas-humanas, pois seus negócios não dependem apenas de sua atuação gerencial, nem apenas de sua intervenção em parte do processo, mas suas vidas e rotinas são seus negócios, que envolvem contratos publicitários, livros, patrocínios, viagens e eventos. No entanto, recentemente multiplicaram-se vídeos de *youtubers* famosos reavaliando suas carreiras. Um dos primeiros *youtubers* brasileiros de sucesso, PC Siqueira, que tem mais de 2 milhões de assinantes em seu canal, relata que recebe perguntas sobre as razões pelas quais não faz mais sucesso (que, no momento, seria ter mais de 10 ou 15 milhões de inscritos) e chega à conclusão de que o novo modelo de atuação de *youtuber* (que, segundo ele, envolve ostentação, aparecer em “lugares legais”) talvez não seja para ele.²⁹⁴ Felipe Neto, um dos principais *youtubers* brasileiros, que conta com uma equipe para produzir material em seu canal, relata em entrevista que “não está

²⁹² Cf. <<https://fair.work/about/>>. Acesso em: 13/02/2020.

²⁹³ “FairTube”: IG Metall and Youtubers Union launch joint initiative”. Disponível em: <<http://faircrowd.work/2019/07/22/fairtube-ig-metall-und-youtubers-union-vereinbaren-zusammenarbeit/>>. O site do sindicato é <<https://youtubersunion.org/>>. Acesso em 14/02/2020.

²⁹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=11H2kKXfzFw>>. Acesso em 08.09.2018.

dando conta” e já foi aconselhado pela família e pelo psiquiatra a diminuir o ritmo de trabalho.²⁹⁵ Helen Ramos, publicitária e apresentadora do canal sobre maternidade Hel Mother fez um vídeo intitulado “CHEGA, ESTAMOS EXAUSTAS”, no qual descreve a pressão para produzir 3 ou mais vídeos por semana, além de outras exigências do Google que não detalha, e diz que criou o canal com a ideia de promover “uma transformação no mundo”, produzir conteúdo que “transgredisse” e trouxesse mudança, mas diz que o YouTube se parece com uma agência e precisa ceder ao *status quo* para participar de ações publicitárias, inclusive cobrindo sua tatuagem.²⁹⁶ Discurso semelhante àquele encontrado entre os startupper e métricas de desempenho semelhantes às dos trabalhadores das plataformas de transporte.

Há poucos dias, Lindsay Woods, que teria sido umas das primeiras brasileiras youtubers, comunicou que encerraria sua atuação, iniciada em 2008, para se dedicar apenas ao Instagram. Ela diz que “a comunidade do YouTube tentou me mudar [...] para fazer outro tipo de conteúdo e me adaptar à nova plataforma, ou seja, eles gostariam que eu fosse a nova rainha dos baixinhos”.²⁹⁷ Explica que, apesar de ter mais de 600 mil pessoas inscritas em seu canal, não estava conseguindo bater certas metas que seriam necessárias à continuidade da monetização do canal em níveis satisfatórios (uma delas seria atingir 1 milhão de inscritos), indica que existe uma demanda por tipos específicos de conteúdo a fim de obter mais renda de anúncios e que viu “youtubers deixarem de ser quem eram e falar as coisas que eles acreditavam apenas para satisfazer os outros e ganhar dinheiro”. Aponta que o Instagram tem problemas semelhantes, mas teria um retorno financeiro melhor no momento e ela não teria energia para manter o ritmo de trabalho exigido pelas metas que deveria atingir em ambas as plataformas simultaneamente.

Estes exemplos brasileiros não são casos isolados. O *site* Polygon listou diversos outros em texto intitulado *YouTube’s top creators are burning out and breaking down en masse* (ALEXANDER, 2018), atribuindo esse surto de *burnout* aos algoritmos da plataforma de vídeos que, segundo os *youtubers*, privilegiaria alta frequência e engajamento, forçando-os a produzir conteúdo novo constantemente. Entendemos que este é um caso limítrofe, mas bastante peculiar, dado o imaginário construído em torno da carreira de influenciador na atualidade.

²⁹⁵ “NA CAMA COM GIO EW BANK E... FELIPE NETO (parte 1) | GIOH” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HJeFG0A_dcg>. Acesso em 08.09.2018.

²⁹⁶ “CHEGA, ESTAMOS EXAUSTAS | HEL MOTHER” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZB2F_h6vwxo>. Acesso em 08.09.2018.

²⁹⁷ “ISSO É UM ADEUS”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDuB5RhGWsA>>. Acesso em 17/02/2020.

A aproximação dos trabalhadores de plataforma dos sindicatos de outras categorias é um desenvolvimento notável – o que indica a constituição de uma categoria própria, apesar das disparidades entre as inúmeras atividades mediadas pelas plataformas. Como vimos acima, esses “trabalhadores sem colarinho”²⁹⁸ ficam em uma zona opaca na qual a liberdade de que desfrutam envolve a ausência de garantias, especialmente relacionadas à previdência e a doenças ocupacionais.²⁹⁹ As plataformas prometem “empendedorismo para as massas” (ROSENBLAT, 2018, p. 62)³⁰⁰ – por exemplo, o neologismo *uberpreneur* descreve o comportamento empreendedor do motorista que transforma o próprio carro em um *showroom*.³⁰¹ – mas distorcem a retórica do Vale do Silício, adequada a profissionais qualificados, bem-remunerados e capazes de suportar períodos sem renda a fim de participar da construção de startups e empreitadas arriscadas (ROSENBLAT; STARK, 2016, p. 3763).³⁰²

Diversas ações judiciais questionam o estatuto independente desses trabalhadores. De acordo com a lei AB-5, a Suprema Corte da Califórnia em 2018 decidiu que os trabalhadores seriam considerados independentes apenas se não estivessem sob controle ou direção da empresa no período de trabalho, tivessem a habilidade de definir o preço do seu serviço, o horário de trabalho, já estivessem habitualmente engajados nessa atividade que realizam para a empresa, realizassem a prestação desse serviço para mais de uma empresa e tivessem a capacidade de

²⁹⁸ Tradução nossa. No original, “collarless workers” (STEIN, 2015).

²⁹⁹ É comum encontrar relatos de dores causadas pelos longos períodos ao volante como, por exemplo, relatado por uma jornalista que passou um dia como motorista. Na matéria “MOTORISTA POR UM DIA – Trabalhar para a Uber e a 99 me rendeu R\$ 211,79, duas coxinhas e muitas dores”, a jornalista aponta que trabalhou 12 horas e 33 minutos para atingir os R\$200 de receita (para simular a renda média almejada pelos motoristas que entrevistou), mas quase metade desse valor foi gasto com combustível. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/diario-de-bordo-de-uma-motorista-de-uber-e-99/index.htm>>. Também por entregadores, como na matéria “O lado sombrio do trabalho para aplicativos – e como é pior para mulheres”, da revista Exame, cuja personagem, de 29 anos, foi diagnosticada com princípio de infarto e inflamação que levou a perder o movimento das mãos, afastando-a do trabalho. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/o-lado-sombrio-do-trabalho-para-aplicativos-e-como-e-pior-para-mulheres/>>. Acesso em 17/09/2019.

³⁰⁰ Tradução nossa. No original, “entrepreneurship for the masses”.

³⁰¹ Cf. “The Uberpreneur: How An Uber Driver Makes \$252,000 A Year”. Forbes. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jonyoushaei/2015/02/04/the-uberpreneur-how-an-uber-driver-makes-252000-a-year/>>. Acesso em 19/09/2019

³⁰² Há também iniciativas que promovem o compartilhamento, ilustradas pelo conceito de “cooperativismo de plataforma”, que advoga pela construção de plataformas com novo modelo de propriedade (como o nome diz, inspirado nas cooperativas), pela promoção de novos valores como a solidariedade, e por desviar a inovação, o aumento de eficiência e lucros para benefício do grupo, em vez de beneficiar majoritariamente os proprietários das plataformas corporativas (SCHOLZ, 2016, p. 60-1). Um caso exemplar de promoção da solidariedade é a plataforma de caronas desenvolvida por um grupo de estudantes da UFRJ chamado “Caronaê”, que gerencia uma rede de caronas solidárias e gratuitas entre alunos, professores e funcionários da instituição. Cf. <<https://caronae.org/>>. Acesso em: 03/01/2019.

julgar a qualidade do próprio trabalho.³⁰³ Enquanto a Uber reafirma que é uma empresa de tecnologia, especialistas afirmam que o fato de ter regras próprias para decidir quem trabalha para a empresa, decidir o valor das corridas e o percentual que será pago aos motoristas indica o contrário (MARSHALL, 2019).

Publicação da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret) do Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre a relação de emprego nas plataformas digitais de transporte aponta uma “mutação da subordinação”, que passa de uma racionalidade exterior, típica do taylorismo, para um regime de metas e objetivos guiados por indicadores estatísticos, lembrando que no modelo organizacional cibernético, o último termo remete à noção de governo (OITAVEN et al., 2018, p. 28-9). Pesquisadores da Fundação Perseu Abramo também recusam o rótulo de empreendedores aos trabalhadores informais, dentre os quais incluem aqueles que atuam por meio das plataformas.

“A instabilidade permanente vira uma forma de vida para esses trabalhadores que estão na informalidade”, comenta Ludmila Costhek Abílio, coordenadora da pesquisa. “Essas pessoas fazem inúmeras coisas ao mesmo tempo e podem mudar tudo no dia seguinte. Isso que estão chamando de ‘empreendedorismo’ nada mais é que uma gestão para garantir a sobrevivência. Se a pessoa que está na informalidade não fizer isso, ela morre” (DALLE, 2019).

Verificamos que a combinação de baixos ganhos com a instabilidade de rendimentos torna a rotina desses trabalhadores um ciclo interminável de tarefas sucessivas que remetem ao presente imediato, ou à gestão da própria sobrevivência. Muitos não conseguem fazer planos, não contribuem para a previdência e se veem em situações difíceis quando sofrem qualquer revés. O fato de uma parcela significativa desses trabalhadores nunca ter atuado no setor atual, de transporte e entregas, desmente que essas atividades se enquadrem como empreendedorismo, nos termos usados até o momento no trabalho e encontrados na literatura.³⁰⁴ “O empreendedorismo

³⁰³ Disponível em: <https://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?bill_id=201920200AB5>.

“(C) The individual has the ability to set or negotiate their own rates for the services performed.

(D) Outside of project completion dates and reasonable business hours, the individual has the ability to set the individual’s own hours.

(E) The individual is customarily engaged in the same type of work performed under contract with another hiring entity or holds themselves out to other potential customers as available to perform the same type of work.

(F) The individual customarily and regularly exercises discretion and independent judgment in the performance of the services.”

³⁰⁴ Repórter do UOL entrevistou diversos pesquisadores brasileiros sobre a designação do trabalhador de plataforma como empreendedor. Para Clemente Ganz, do Dieese, é um termo de cunho político, que transfere responsabilidade de gerar renda ao indivíduo; para Marcus Quintella, coordenador do MBA de Empreendedorismo da FGV, não se trata da construção de um negócio próprio, mas o trabalho para a plataforma, que é um negócio estabelecido; o professor do Insper Guilherme Fowler defende que é um empreendedor porque assume incertezas; Wilson Amorim,

passa a compor o léxico da gestão do desemprego, das políticas públicas, dos discursos de mercado, das reformas e da celebração em torno da eliminação de direitos do trabalho” (ABÍLIO, 2020a). Um exemplo recente foi a comemoração por grupos autodeclarados liberais da decisão judicial que considera esses trabalhadores autônomos em vez de empregados. “Dia de vitória para o empreendedorismo!” foi uma das frases publicadas em redes sociais, segundo matéria da revista Fórum.³⁰⁵

Tampouco pode-se dizer que empreendem um si futuro, ao executar tarefas repetitivas em um previsibilidade de ganhos, o que dificulta o planejamento e o investimento em si, mesmo que alguns tentem estudar a fim de se qualificar para um mercado ainda incerto em áreas completamente diferentes daquelas nas quais atuam hoje. Sobre tudo isso, a mediação algorítmica desloca o governo das ordens para as regras, metas ou os objetivos, de modo que a conduta dos trabalhadores seja orientada a fim de produzir os resultados esperados mesmo sem supervisão humana direta, em uma forma de “autonomia por subordinação” (OITAVEN et al., 2018, p. 33). A representante do ramo de logística do sindicato de trabalhadores independentes da Grã-Bretanha nos lembra de que a forma do trabalho é determinada por contratos redigidos unilateralmente pelo contratante na *gig economy*. Por isso, declara categoricamente que “nós não somos empreendedores” (DEWHURST, 2018).

4.2.2 Governo pela liberdade: dos empreendedores do presente aos escravos de si

“O trabalho é assim. Mas é porque eu quero. Ligo e desligo o aplicativo a hora que quiser. Trabalho sem patrão” (ESTADÃO, 2019). A declaração foi feita por Caio Silva, de 19 anos, que trabalha com sua bicicleta entregando pedidos feitos por aplicativos e dorme na rua nos fins de semana. Dorme em uma “base” improvisada com um sofá e lâminas de papelão para não precisar

da FEA-USP, lembra que esse risco seria classificado como risco de ocupação, e não de negócio, como os que corre um empreendedor. Apesar das diferentes abordagens, consideramos que os argumentos contra a designação desses trabalhadores como empreendedores e os dados sobre a população que se submete a eles, são irrefutáveis. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empreendedorismo/noticias/redacao/2020/01/13/motorista-de-aplicativo-pode-ser-considerado-empendedor.htm>>. Acesso em 17/02/2020.

³⁰⁵ “MBL chama entrega por aplicativos de ‘empreendedorismo’”. Revista Fórum, 28/01/2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/mbl-chama-entrega-por-aplicativos-de-empreendedorismo/>>. Acesso em 17/02/2020.

pedalar de volta para casa, na periferia de São Paulo, e aproveitar os horários mais rentáveis. Esta forma de perceber a própria condição resume a complexidade que envolve a manutenção dessas vidas. Entrevista da revista eletrônica UOL TAB com o motorista Gerson enaltece sua liberdade, mas seu otimismo contrasta com dados que indicam longas jornadas diárias.

Ele não era o profissional mais feliz do mundo em sua área, mas adora dirigir e, como a maioria dos mortais, quer ganhar dinheiro. Passou a determinar o seu horário. Por outro lado, não tem nenhuma garantia, direito a férias, 13º salário, seguro em caso de acidente. Trabalha em média 88 horas semanais. Ganha por mês entre R\$ 6.000 e 7.000 – mas gasta em torno de R\$ 4.000 (UOL TAB, 2016).

Gerson adora dirigir e determina seu próprio horário. Mas se ele trabalha cerca de 88 horas por semana, isso resulta em jornadas de mais de 14 horas por dia, se trabalhar 6 dias por semana, ou mais de 12 horas por dia, 7 dias por semana. Não se trata de um caso isolado. Em outra matéria, encontramos a situação de Julio Cezar. “Faça chuva, faça sol, [...] trabalha 12 horas por dia, de segunda a segunda” (ZVARICK, 2019). Se lembrarmos do entregador Jefferson, contratado pela empresa, mas insatisfeito com os ganhos inferiores aos que conseguiria com as entregas, também chegamos a jornadas de 26 a 28 dias por mês e 10 horas por dia (BORGES, op. cit.).³⁰⁶ Há relatos semelhantes em quase todas as entrevistas consultadas nesta pesquisa.

Pode-se inferir que grande parte dos entregadores trabalha quase todos os dias. Se a noção de trabalho ininterrupto, de Crary (op. cit., pos. 109), parecia pertinente na avaliação do ritmo dos startupper, agora ela ganha sentido literal. Outras pesquisas corroboram esta percepção.

Nas atividades de entrega com bicicletas, por exemplo, o relatório da Aliança Bike sobre os ciclistas, realizado em junho de 2019, com 270 entregadores, indica que 57% trabalham todos os dias (de segunda a domingo) e 55% trabalham dez ou mais horas por dia (apenas 25% trabalham menos que oito horas diárias). São resultados muito parecidos com os obtidos em pesquisa que realizamos em Salvador (com 26 entregadores), em que a jornada média diária foi de 10 horas e 23 minutos por dia, 6 dias na semana (SAKAMOTO, 2019).

Trabalha-se quase todo o tempo em que é possível trabalhar, normalmente em jornadas mínimas que superam 10 horas diárias.³⁰⁷ Ao contrário da narrativa que vincula o trabalho

³⁰⁶ Ele diz que um entregador “consegue tirar entre 130 e 140 reais por dia, de 3.500 a 4.000 por mês”. Considerando que a renda mensal é função direta da diária, se a renda diária e a mensal ficarem nas mínimas (R\$3.500/R\$130), são praticamente 27 dias de trabalho no mês; nas máximas (R\$4.000/R\$140), são mais de 28 dias.

³⁰⁷ A pesquisadora Ludmila Abílio relata ter verificado jornadas superiores a 14h diárias entre os motofretistas que entrevistou (ABÍLIO, 2017). Em reportagem já citada do UOL, os depoimentos também corroboram este cálculo. Gecéler Biló, de 45 anos, declara dirigir para plataformas das 7 às 21h, 6 dias por semana. E relata: “Participo de grupos no Facebook e WhatsApp e vejo que o dia a dia de todos é muito parecido com o meu. A média de trabalho é

intermitente ao tempo livre, ou à iniciativa dos próprios trabalhadores, os dados das plataformas corroboram a transferência de um ônus das empresas para os trabalhadores. “O serviço, segundo os aplicativos, está dividido basicamente em dois momentos – na hora do almoço e no jantar” (ESTADÃO, 2019). Portanto, se um entregador quer ganhar dinheiro, não pode usar seu tempo livre, nem estruturar sua agenda de acordo com seus interesses. Deve estar disponível nos horários de pico de demanda. No resto do tempo, ficam ociosos. O entregador Erick Abraão, de 19 anos, declara que é impossível voltar para casa nos períodos sem demanda, porque mora em Itaquaquecetuba e as entregas mais rentáveis ocorrem em bairros ricos, como o Pacaembu, a mais de 44 quilômetros (ibid.).

Se há necessidade de extrair renda do máximo de tempo, o descanso passa a ser visto como a perda de oportunidade. Por isso, os casos de entregadores que dormem nas ruas, como o que abriu esta seção da tese, parecem ter se tornado comuns. Em matéria da BBC Brasil, entregadores relataram que dormem em uma praça para que não precisem pedalar os cerca de 15 quilômetros que separam suas casas dos pontos com maior demanda de trabalho. “‘Sábado à noite a gente dorme na praça Victor Civita. Não vale a pena voltar para casa e depois vir para cá de novo, de manhã’, diz. Seu amigo, Robert dos Santos, completa: ‘A gente reveza: um dorme no banco e outro fica acordado para proteger dos roubos’” (MACHADO, 2019). Outros, como Gabriel Guimarães, 23 anos, entrevistado pelo jornal El País, não chegam a dormir. “De sábado pra domingo já cansei de emendar direto [fazer mais de 24 horas seguidas de entregas]. Aí nem durmo. Tem uns que dormem na praça, mas prefiro ficar ligado” (ALESSI, 2019).

Essas jornadas não são reconhecidas pelas plataformas. A pesquisas realizadas em parceria com a ABO2O chegaram a uma média de 4 horas diárias (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019). O iFood declarou que seus entregadores trabalham, em média, 8 dias por mês (ESTADÃO, 2019). Isso pode ser parcialmente explicado pela diversidade de aplicativos usados por esses trabalhadores, pois é muito discrepante do período verificado por todas as outras pesquisas e os relatos encontrados. Demonstra a necessidade de pesquisas quantitativas amplas para que se tenha a medição correta das jornadas às quais esses trabalhadores se submetem.

de 12h a 14h por pessoa. Tem que pegar os dois horários de pico, senão não compensa” (MARQUES, 2019). Em matéria do Jornal El País, motorista John Silva diz trabalhar até 16 horas por dia (MENDONÇA, 2019).

É necessário pontuar que o trabalho informal ininterrupto não é inédito.³⁰⁸ Um exemplo contundente do quanto as horas trabalhadas podem se estender é o dos caminhoneiros, que chegam a ficar vários dias seguidos sem dormir para realizar as entregas mais rapidamente e não raro recorriam às anfetaminas para se manterem acordados. Após proibição da Anvisa, há relatos de que alguns passaram a usar outras drogas, como o crack, para não dormir ao volante.³⁰⁹ A novidade talvez seja mais que a formalização, a normalização desse ritmo de trabalho, desde as narrativas que atribuem essas jornadas à iniciativa dos trabalhadores e as mudanças na legislação trabalhista até os aportes financeiros feitos nessas plataformas por fundos de investimento globais e o lançamento de suas ações na bolsa de valores.

Crary (op. cit., pos. 119) indica que o capitalismo 24/7 “é um tempo de indiferença, contra o qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e dentro do qual o sono não é necessário nem inevitável”. O sono já deixou de ser motivo para o não-trabalho. Foi bem representado em fotografia de Tiago Queiroz, do Estadão (Figura 4, abaixo). O período de sono que compõe esta forma de liberdade é o tempo que resta, quase supérfluo.

Figura 4: Entregadores na praça (Tiago Queiroz)³¹⁰

³⁰⁸ Nesta seção, não tratamos dos mecanismos de intensificação do trabalho pela perspectiva marxista. Uma pesquisa recente que trata especificamente das relações com o tempo foi publicada em livro com título autoexplicativo: “O artilheiro da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor” (DAL ROSSO, 2017). Outra discussão sobre o tempo que não faz parte desta discussão e merece menção é a de Harvey (1992, caps. 16 e 17).

³⁰⁹ “Caminhoneiros substituem remédios por drogas para não dormir ao volante” *Jornal Nacional*. 24/09/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/caminhoneiros-substituem-remedios-por-drogas-para-nao-dormir-ao-volante.html>>. Acesso em 17/02/2020.

³¹⁰ Disponível em: <<https://twitter.com/Estadao/status/1211036795619676160>>. Acesso em 17/02/2020.



Mas a fragilidade da vida humana parece ser testada de formas inéditas quando esses dispositivos que reformulam a perspectiva pela qual a possibilidade de todos trabalharem o tempo todo sustentam o viés da atomização do indivíduo. Um exemplo disso foi a publicação feita em redes sociais por uma cliente da Uber Eats que se surpreendeu quando viu a foto de uma idosa no perfil do entregador de seu lanche. Ao confirmar que a entregadora era “dona Kátia”, uma idosa de 75 anos que disse trabalhar para comprar remédios para o marido doente e ter encontrado na plataforma uma saída para ganhar dinheiro, a cliente concluiu que “não existem limitações para quem QUER”.³¹¹

Outro exemplo é o do cadeirante Luciano Oliveira, formado em gestão de políticas públicas, que após anos de desemprego e depois de ter seu pedido de aposentadoria por invalidez negado³¹², decidiu fazer entregas por meio das plataformas. Entrevistado pela BBC Brasil, relata

³¹¹ Não encontramos a postagem original, mas imagens do texto e da tela do aplicativo estão disponíveis em <<https://imgur.com/a/VtdjR70>>. Acesso em 17/02/2020.

³¹² A noção de invalidez parece ter sido distorcida pela cultura neoliberal contemporânea e merece pesquisas aprofundadas. O benefício de um cadeirante ser negado não surpreende quando casos muito mais graves ganharam a

que a rotina de entregas com a cadeira de rodas é dura: “[e]stou desde meio-dia sem comer nada, meu filho. É muita correria, só dá tempo para tomar água”. Enfrenta os problemas de mobilidade de São Paulo e suas limitações físicas. Por isso, consegue fazer apenas quatro ou cinco entregas por dia nas cerca de 8 horas em que trabalha, por 5 ou 6 dias por semana, para ganhar por volta de R\$400 por mês, sua única renda. Apesar dessa relação entre jornada e renda, “considera que os aplicativos são boas oportunidades enquanto está desempregado”. Uma cliente entrevistada ao receber sua entrega de Luciano reforça a perspectiva positiva da situação. “‘Achei incrível. Isso é muito legal’, diz a jovem. Ela acredita que a função de entregador é uma forma de Luciano conseguir um emprego que se adapte à sua condição” (LEMOS, 2020).

Por fim, um caso que ilustra as diferentes perspectivas sobre o estatuto da cidadania dos mais pobres foi o do entregador Wesley Muniz, fotografado ao enfrentar uma das piores enchentes da história em Belo Horizonte. Enquanto todos se abrigavam ou fugiam da água, ele andava com a mochila térmica nas costas e água até o joelho (Figura 5, abaixo). Entrevistado posteriormente, disse que não conseguiu pegar o pedido no restaurante e estava tentando salvar a motocicleta. Depois que saiu da área alagada, ainda fez duas entregas naquela noite. Também trabalha cerca de 10 horas por dia, 7 dias por semana, porque esta é a única renda da casa.³¹³ Assim como nos casos anteriores, as discussões nas redes sociais giraram em torno da condição empreendedora de Wesley.³¹⁴

Figura 5: Entregador na enchente (Alexandre Mota)

mídia recentemente, como o de Cleomar Marques, que teve suas duas mãos e duas pernas amputadas depois e uma complicação em uma cirurgia e mesmo assim teve três pedidos de aposentadoria negados. Cf. “INSS nega benefício para mulher sem mãos e pernas por não assinar papel em RO”. Revista Isto É. 22/01/2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/inss-nega-beneficio-para-mulher-sem-maos-e-pernas-por-nao-assinar-papel-em-ro/>>. Acesso em 18/02/2020.

³¹³ “‘Fiz 2 entregas ainda’, conta entregador de iFood que superou alagamento em BH”. O Tempo. 30/01/2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/fiz-2-entregas-ainda-conta-entregador-de-ifood-que-superou-alagamento-em-bh-1.2291187>>. Acesso em 19/02/2020.

³¹⁴ Apenas como referência, o influenciador Felipe Neto publicou a fotografia no Twitter, com o texto: “O retrato de um país onde a necessidade tem mais peso que a dignidade. Pra mim, essa foto resume muita coisa dos últimos tempos do Brasil.”. Há centenas de discussões acaloradas entre os que positivam a condição do entregador e os que a condenam. Uma resposta ao *tweet* que exemplifica a incorporação do discurso racionalista-liberal das escolhas neutras é: “Qual o problema do rapaz escolhendo trabalhar pra ganhar dinheiro? Cultura de ter dó de quem trabalha? Ou você acha que ele deveria ficar em casa e alguma empresa deveria pagar pra ele ficar em casa (como se a culpa fosse de alguma empresa)?”. Disponível em: <<https://twitter.com/felipeneto/status/1222646273213333505>>. Acesso em 12/02/2020.



Essas percepções sobre os sacrifícios individuais tornam difícil não relembrar do slogan Margaret Thatcher, *There Is No Alternative* (TINA) – retórica com a qual defendia políticas públicas austeras. Fazem parecer que não há nada que se possa mudar na vida dessas pessoas, que devem escolher entre qualquer atividade remunerada que as tire da miséria absoluta ou a própria miséria. Mas também lembram de suas frases sobre a forma de governo que se deveria exercer sobre a população. “A economia é o método, O objetivo é mudar a alma” (DARDOT; LAVAL, op. cit., p. 331). Cerca de quatro décadas depois, aparentemente a alma foi mudada.

A partir desses exemplos, voltamos à discussão do capítulo anterior, sobre o transbordamento dos efeitos da sociedade de plataforma na promoção de mudanças culturais, ao influenciar na forma das relações possíveis entre os habitantes de um mesmo território. À declaração de Arun Sundararajan, de que as pessoas estariam rentabilizando seu tempo livre por meio das plataformas, Robert Reich responde que o dia ainda tem 24 horas e quando o tempo livre se torna tempo de trabalho – mais especificamente quando o tempo de trabalho é imprevisível e a remuneração é baixa –, sacrifica-se tudo o que é humano: família, relações pessoais e saúde. Estaríamos, assim, vivendo na “economia do compartilhamento de migalhas”

(REICH, 2015).³¹⁵ Pois as formas de negociação, interação e sociabilidade são profundamente afetadas. Um contingente significativo de pessoas trabalha das formas que estiverem disponíveis para ganhar o que for possível.

A definição de Reich reflete uma transição na dinâmica ocupacional dos EUA que remonta à década de 1980, mas se intensificou recentemente. Ao contrário do que era previsto e promovido, o desenvolvimento tecnológico não aumentou a demanda por profissionais qualificados em todo o espectro de ocupações. David Autor (2019, p. 9) mostra que enquanto os cargos de nível universitário mudaram qualitativamente pouco nas últimas décadas, as ocupações de menor qualificação sofreram um processo de *deskilling*, no qual ocupações semiqualficadas são parcialmente automatizadas e substituídas por outras com menor qualificação e remuneração. Conclui que as mudanças tecnológicas não foram benéficas para os trabalhadores sem nível universitário.

Mais importante foi a constatação de que cresceram as ocupações que chama “trabalho para os ricos”³¹⁶, que vão de aulas de ioga a serviços de *sommelier* e para animais de estimação; além deles, também cresceram os serviços que denomina de “última milha”, aqueles que permitem o bom funcionamento dos sistemas automáticos, como de entrada de dados em sistemas de pedidos ou atendimento ao consumidor, com remuneração ainda menor (ibid., p. 32). Atividades que compõem a matéria-prima das plataformas. Para o jornalista Alex Madrigal (2019), da revista *The Atlantic*, o movimento que ocorre nos EUA é a instauração de uma nova “economia serviçal”. Antes, uma mulher norte-americana teria empregada ou seria uma. Depois das breves décadas nas quais se instaurou uma classe média, as plataformas permitem que os mais ricos voltem a desfrutar de empregados, agora sob demanda, tais quais motoristas, faxineiros e passeadores de cachorro.

No Brasil, o quadro geral não parece ser muito diferente, com a exceção da camada mais baixa do estrato social, de que trataremos depois. De acordo com o pesquisador Marcio Pochmann (2012, p. 27), o país sempre teve alta incidência de informalidade por não ter realizado “reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária, tributária e social)”, mas o fim do projeto desenvolvimentista na década de 1980 aumentou ainda mais o contingente de desempregados e subempregados, além do que David Autor chamou de trabalho para os ricos.

³¹⁵ Tradução nossa. No original: “share the crumbs economy”.

³¹⁶ Tradução nossa. No original: “wealth work”.

De modo concomitante ao crescimento do desemprego aberto e das ocupações precárias, houve também a ampliação da concentração de renda e riqueza, o que terminou favorecendo, mais uma vez, a expansão do trabalho barato de prestação de serviços a famílias. Não somente as ocupações tradicionais identificadas pelo tradicional trabalho doméstico voltaram a aumentar, como também ganharam importância atividades mais sofisticadas, como as de piloto de lanchas, aviões ou helicópteros particulares, de assistência pessoal especializada (*personal trainer, personal stylist*, embelezamento, entre outros) e de serviços de administração da própria riqueza (consultorias financeiras e planejamento tributário, por exemplo) (ibid., p. 25).

Os efeitos dessa mudança na dinâmica ocupacional não podem ser completamente compreendidos sem lembrarmos que o processo de instauração, se não de uma democracia longeva, mas ao menos de uma república no país, não proporcionou a disseminação plena da cidadania por todos os estratos sociais. Jessé Souza (2018, p. 221) usa o conceito de “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme dos Santos, para argumentar que houve aqui uma “vinculação entre cidadania e ocupação profissional, [...] que restringe o acesso aos direitos sociais do cidadão [...] àqueles cujo lugar na produção é reconhecido pelo Estado”. A cidadania regulada não capta outro vetor de organização social anterior, que é o efeito duradouro do abandono dos escravos libertos, que são jogados em um mercado burguês sem os “meios materiais ou morais para sobreviver” (ibid., p. 221). Ao contrário dos imigrantes europeus, não tinham a conduta poupadora e industriosa, e ainda carregavam a repulsa às tarefas degradantes de outrora, que se somavam à anomia familiar e à proliferação de comportamentos não apenas reativos, mas desviantes, que seriam valorizados como afirmação da individualidade em um quadro de “abandono e inadaptação” (ibid., p. 229).

O autor não propõe que a forma social brasileira atual se explica por um desenrolar linear desde a escravidão, mas chama atenção para os mecanismos psicossociais da criação e da manutenção de um grupo relegado à subcidadania no país, que no nosso entender explicam parcialmente a ausência de empatia exibida nos casos listados no início desta seção da tese, o sofrimento positivado. Ainda de acordo com Jessé Souza, não é

o apego à hierarquia anterior que produz o racismo e o transfere como resíduo à ordem social competitiva. [...] A ordem competitiva também tem a sua hierarquia, ainda que implícita, opaca e intransparente aos atores, e é com base nela, e não com base em qualquer resíduo de épocas passadas, que negros e brancos sem qualificação adequada são desclassificados e marginalizados de forma permanente (ibid., p. 233-4).

Portanto, temos aqui uma dupla ordem que se instaura ao mesmo tempo. Primeiro no governo do humano econômico, cidadão integrado à ordem produtiva e valorizado socialmente por exibir as condutas corretas; paralelamente, no governo do subcidadão, inadaptado a esta forma de conduta e marginalizado, mas que também se depara com um aparato de dispositivos institucionais, sociais e psicológicos que funcionam apoiados naquela. Uma marginalização persistente no país com a pior mobilidade social do mundo, segundo estudo da OCDE de 2018.³¹⁷ Mas cujo fosso social não deve ser avaliado apenas do ponto de vista econômico. Souza argumenta que o desenvolvimento econômico não apenas é insuficiente para mudar essa ordem como a crença de que isso ocorreria contribui para a manutenção dessa forma social. De acordo com o autor, trata-se de “esquemas avaliativos compartilhados objetivamente [...], acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas por isso mesmo tanto mais eficazes que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis” (ibid., p. 249-50). Modos de agir e pensar incorporados pelos indivíduos e difundidos pelas relações sociais, sem necessariamente refletirem preconceitos conscientes, e por isso mesmo mais perigosos. Ao mesmo tempo, evidenciam que as formas de viver e se relacionar não são resultados de escolhas conscientes feitas por um átomo de racionalidade em eventos sequenciais que apresentam opções mutuamente excludentes. Cabe encerrarmos esse breve desvio lembrando que Souza avalia esse processo de uma perspectiva teórica diferente daquela seguida neste trabalho, porém não conflitante com ela. Seus argumentos são pertinentes à interpretação de que os dispositivos de governo que atuam desde o período de modernização do país vão muito além da forma institucional, compõem modos de vida e de sociabilidade que nos interessam.

A partir da perspectiva de Pochmann e Souza, buscamos delinear alguns dos vetores que podem explicar a singularidade da percepção do trabalho de plataforma no Brasil. Mas mesmo nos EUA, o capitalismo de plataforma chega a ser visto como menos humano do que o trabalho serviçal anterior quando a mediação promovida pela casa, onde trabalhadores e patrões conviviam, é substituída pela mediação de tarefas fragmentadas que é permitida pelas plataformas digitais. Em entrevista para a revista *The Atlantic*, o economista Mark Muro declara que “havia uma qualidade mais benignamente humana nas velhas relações aristocráticas. [...] As plataformas de hoje despem o que antes era um emprego em transações simples e segmentadas”

³¹⁷ O Brasil só empata com a África do Sul. Cf. “Mais pobres podem levar até 9 gerações para atingir renda média no Brasil”. *El País Brasil*. 17/06/2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529048970_395169.html>. Acesso em 18/02/2020.

(THOMPSON, 2019).³¹⁸ Apesar de acreditarmos que se trata de uma idealização do período aristocrático, a declaração serve como um alerta para não idealizarmos o próprio contraste da atualidade com o passado. O fato de as relações terem mudado não significa que tenham caminhado na direção de mais proximidade e empatia entre estratos sociais, que os autores ligam à noção de ter mais humanidade. Em suma, não quer dizer que sejam melhores, se for feito um juízo de valor.

No Brasil, a cidadania regulada parece fazer com que esses deslocamentos se redobrem sobre si na produção de relações serviçais que podem ser consideradas inéditas. É o caso da motorista particular de uma família paulistana que era coagida a fazer corridas para plataformas usando a conta do patrão, que a monitorava e já teria até mesmo reclamado dos ganhos obtidos por ela. A motorista tentou até mesmo denunciar o caso à plataforma Uber, que bloqueou sua conta, mas o patrão criou novo perfil a fim de continuar com o trabalho duplamente servil, chamado “uberização da Uber” pelos pesquisadores Rodrigo Firmino e Bruno Cardoso (2018). Mesmo nesse retorno da expansão de relações serviçais, há diferenças que não são desprezíveis.

Adiante continuaremos a investigar as interferências dessas dinâmicas sociais no trabalho de plataforma, especialmente entre os mais pobres. Antes, devemos pontuar que as plataformas não transformam apenas relações sociais entre pessoas de classes distintas, que historicamente ocuparam posições de patrão e empregado e incorporam a hierarquia implícita da sociedade concorrencial. O imperativo de transformar qualquer bem pessoal e todo o tempo vago em dinheiro leva os indivíduos a comportamentos como o de passar a emprestar seus apartamentos a amigos por meio das plataformas a fim de garantir o seguro dos bens em caso de danos, ou o de se enfurecer com a estadia dos sogros por um período no qual se poderia alugar um quarto no Airbnb. Evidências de que as plataformas podem contribuir para reduzir a coesão social, em vez de aumentá-la (FRENKEN; SCHOR, 2017, p. 8).

Quando tudo é avaliado de uma perspectiva economicista, os bens se tornam ativos e aparentemente o tempo passa a ser calculado a partir do conceito contábil do custo de oportunidade, segundo o qual “a opção de uma alternativa implica no abandono ou sacrifício da(s) não escolhida(s). Assim, o custo de oportunidade da alternativa escolhida é o custo da alternativa abandonada que lhe proporcionaria maior satisfação” (BEUREN, 1993). Ou seja, se

³¹⁸ Tradução nossa. No original: “‘You could argue there was a more benignly human quality to the old aristocratic relationships,’ the economist Muro told me. ‘Today’s platforms strip down what was once a job into simple, seamless transactions’.”

empresto a casa para meus amigos sem registro nas plataformas, corro o risco de ter prejuízos não segurados. Se meus sogros passam um fim de semana estendido, não posso alugar o quarto.

Desdobra-se, assim, uma das características da tecnologia avaliativa produtora dos indivíduos responsáveis.³¹⁹ Na sociedade de plataforma, que podemos considerar um estágio no capitalismo avançado, “as ‘transações’ ganham cada vez mais espaço em detrimento das ‘relações’, a instrumentalização do outro ganha importância em detrimento de todos os outros modos possíveis de relação com o outro” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 352). A forma das relações que se constroem a partir das técnicas de avaliação disseminadas nos escritórios contemporâneos transborda os ambientes de trabalho quando a casa, o carro e o tempo livre tornam-se horários e lugares de gerar renda, quando praticamente todas as dimensões da vida são rentabilizáveis. No entanto, não se trata apenas de uma instrumentalização do outro realizada por um sujeito racional e calculador, distanciado das relações-transações efêmeras e sequenciais que estabelece o tempo todo.

O sujeito responsabilizável, isolado dos coletivos, também sofre pressões ininterruptas para se manter dentro dos índices desejáveis nesse sistema de avaliação que se espalha por toda a sociedade e por todas as interações humanas, e vai até à própria relação consigo. “A técnica de si mesmo é uma técnica de bom desempenho num campo concorrencial. Ela não visa apenas à adaptação e à integração, ela visa à intensificação do desempenho” (ibid., p. 353). As avaliações de um indivíduo (ou divíduo) são evidentes nas notas que compõem as reputações nos seus diferentes perfis nas plataformas, mas também estão presentes nos métodos de monitoramento pessoal por sensores e aparelhos que se multiplicam na atualidade. O *self* quantificado se constitui a partir do monitoramento da localização, pelo GPS do celular, de batimentos cardíacos, atividades físicas e sono, com o uso dos *wearables* (pulseiras e relógios digitais), peso, dieta, humor, hábitos de lazer e de direção, controle financeiro, produtividade no trabalho ou mesmo metas pessoais com o uso dos aplicativos criados especialmente para isso, que já somam centenas (LUPTON, 2016, p. 18). Esse humano que se monitora e quantifica tem seu desempenho constantemente rebatido em escalas, *rankings* e classificações. Portanto, também se avalia e se compara, é aquele que se autocondena (FERRAZ, 2019).

³¹⁹ O termo original, usado por Dardot e Laval e incluído na tradução, é *accountable*, que também tem conotação jurídica. O sujeito *accountable* é responsável e respeitável, mas principalmente responsabilizável por resultados positivos e negativos de suas ações.

Entre os trabalhadores de plataforma que interagem de modo mais intenso com essa liberdade quantificada estão aqueles que realizam microtarefas cognitivas. Além de precisar gerenciar o trabalho de modo muito mais fluido, pois se trata de tarefas que podem durar segundos e gerar ganhos da ordem de um centavo de dólar, destaca-se o seu isolamento. Definidos como “nuvem humana” (HUWS, 2015), termo que os torna ao mesmo tempo abstratos e ubíquos, esses trabalhadores vivem à caça de tarefas bem-remuneradas (acima de US\$0,25). Sua rotina é permeada pela busca de tarefas nas inacabáveis listas das plataformas ou, no caso de uma trabalhadora que desenvolveu no computador um sistema para avisá-la, o dia é entrecortado por alarmes e sirenes, dependendo do valor pago por cada uma que surgir. Também inclui dormir na frente do computador, pois as tarefas chegam a todo momento (KESSLER, 2018, p. 62).

O pesquisador da USP Bruno Moreschi entrevistou *turkers* brasileiros, que executam tarefas na plataforma da Amazon, e relatou outra dimensão dessa rotina: sensação de isolamento e ansia por serem ouvidos. “Isso me fez pensar que essas pessoas estão em um processo de imenso desamparo material e psicológico” (DIGILABOUR, 2019a). Outro desalento, além daquele identificado pelos institutos de pesquisa ao medir os índices de desocupação, aparece quando se ouve esses trabalhadores que exibem comportamento quase obsessivo em busca das microtarefas a fim de compor sua renda. Na sociedade do desempenho, o indivíduo parece ser coagido a se portar como se fosse possível fazer sempre mais, ainda que a fragilidade humana imponha limites. E, como vimos acima, ao descolar a atividade de trabalho das jornadas limitadas, a uberização “consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho” (ABÍLIO, 2017). Essa disponibilidade enganosamente absoluta obscurece as condições sob as quais ela é produzida, pois tudo remete ao indivíduo e nada ao coletivo.

Quando vivem sob a noção de que é possível escolher o quanto trabalhar, mas também de que é necessário trabalhar o máximo possível para garantir a mera subsistência, a ansiedade e a culpa acometem os trabalhadores. O entregador Samuel Marques, que trabalha cerca de 12 horas por dia, 7 dias por semana, relata: “A gente não descansa. [...] Não me lembro da minha última folga desde que comecei a trabalhar com isso, um ano atrás. Toda as vezes que sento para assistir à televisão em casa, penso que poderia estar pedalando e fazendo algum dinheiro” (ESTADÃO, 2019). Talvez até mesmo a figura do nanoempresário, que é menos do que um MEI, seja exagerada para definir aqueles que dedicam suas vidas a empreender o próprio presente. É

notável que o autogerenciamento promovido na cultura contemporânea e intensificado pelas plataformas geram essa percepção de si e do próprio tempo a partir desse cálculo inconsciente do custo de oportunidade, ou a autocondenação que torna as jornadas 12/7 uma forma de vida 24/7.

Vemos uma continuidade entre a culpabilização do indivíduo na atualidade e aquela que se instalou na década de 1980. Dardot e Laval (op. cit., p. 220-1) apontam que a condenação do desemprego como “ócio voluntário” subvencionado por todos e as políticas de “*welfare to work*” remontam à década de 1920, mas o “tatcherismo explorou largamente o script da culpa individual, desenvolvendo a ideia de que a sociedade não deveria nunca mais ser considerada responsável pela sorte dos indivíduos”. A culpa experimentada pelos entregadores de hoje aparece como uma intensificação da investida neoliberal sobre a gerência da própria vida sob condições estruturais desfavoráveis. A valorização do sacrifício funciona simultaneamente como a desvalorização daqueles que, de acordo com a perspectiva racional-economicista, escolhem não se submeter às mesmas condições.

A moralização da pobreza e a autocondenação estão relacionadas a um vetor relativamente novo desse governo de condutas, de que já tratamos brevemente, que é a relação de dívida. Vimos que Lazzarato (2012) propõe uma ruptura com o empreendedor de si. Aqui, propomos toma-la como uma dimensão adicional, que dá novo objetivo à ativação das forças individuais (ao empoderamento), mas que não elimina o comportamento economicista, a narrativa atomizante e racionalista do humano. Muitos trabalhadores das plataformas de transporte e entregas financiam ou alugam seus carros e bicicletas. O casal Rafaela e Elisângelo, cuja história abriu este capítulo, compraram um carro com suas economias e um empréstimo, mas os custos de manutenção e seguro tornaram mais atrativo vende-lo e alugar um carro pela mensalidade de R\$ 1.575 (BBC, 2019). John Erick, que trabalha até 16h por dia, financiou um carro em 60 meses (MENDONÇA, 2019). O entregador Mike Bizerra aluga as bicicletas do banco Itaú por R\$ 20 mensais (ibid.). Como vimos acima, as plataformas reorganizam as relações de produção e os setores em que atuam. Seguindo o sucesso das locadoras de automóveis, o ex-CEO de uma varejista, o fundador de uma construtora e os fundadores da 99 abriram uma startup para alugar motocicletas aos entregadores.³²⁰

³²⁰ “A Mottu quer ser a Localiza dos motoboys. Elie Horn e José Galló estão na garupa.” Disponível em: <<https://braziljournal.com/a-mottu-quer-ser-a-localiza-dos-motoboys-elie-horn-e-jose-gallo-estao-na-garupa>>. Acesso em 20/02/2020.

Embora as plataformas enxutas façam parte de um fenômeno marcado pela substituição dos produtos pelos serviços, isso não significa o fim da posse. Ao contrário, no capitalismo pós-2008 estamos assistindo a uma concentração cada vez maior da posse, que é realizada por meio das inúmeras aquisições e expansões feitas pelas empresas-plataforma (SRNICECK, op. cit., pos. 1100). Do outro lado, estão os trabalhadores que ganham cada vez menos e estão cada vez mais endividados.³²¹ A dívida e a culpa, além de estarem ligadas uma à outra, também funcionam como governo do tempo. Lazzarato (2012, p. 48) vincula a concentração de riquezas e a acumulação de vastas somas nos bancos à acumulação de possibilidades, ou de futuros. Ecoando as perspectivas sobre o século XX que mencionamos anteriormente, lembra que a sociedade industrial continha uma noção de mudança (em seus termos: um tempo aberto, como progresso ou mesmo revolução). Com essa concentração de riqueza, “o futuro e suas possibilidades [...] parecem congelados. Pois a dívida simplesmente neutraliza o tempo, o tempo como a criação de novas possibilidades, ou seja, a matéria-prima de toda mudança política, social ou estética” (ibid., p. 49).³²²

A neutralização do tempo, agora pela relação de dívida e culpa que também marcam a rotina dos trabalhadores de plataforma, é outra imagem que se soma aos diagnósticos anteriores sobre o fechamento de possibilidades operado na atualidade. Agora, em vez da apatia e da docilidade, dá-se pela ativação dos indivíduos a fim de que se tornem subjetivamente estimulados e livres para agir de modos condizentes com a realidade apresentada a eles. Dardot e Laval descrevem o intervencionismo de Friedman como um princípio monetarista que põe em funcionamento mecanismos coercitivos de mercado no governo da sociedade. “[T]rata-se de pôr os indivíduos em situações que os obriguem à ‘liberdade de escolher’, isto é, a manifestar na prática sua capacidade de cálculo e governar a si próprios como indivíduos ‘responsáveis’” (DARDOT; LAVAL, op. cit., p. 218). O oxímoro sintetiza o jogo da condução de condutas operado pelos dispositivos da atualidade. A obrigação de ser livre para escolher traduz afetos em escolhas e, em seguida, vincula a boa conduta ao discernimento individual, ou à ação

³²¹ Vimos no capítulo 2 a situação dos *Millenials* norte-americanos. Mais do que um modo de vida próprio aos jovens de primeiro mundo, o endividamento se torna uma condição cada vez mais disseminada e perigosa. Cf. “Endividamento das famílias em dezembro é o maior desde 2010, aponta CNC”. Valor. 09/01/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/09/endividamento-das-familias-em-dezembro-o-maior-desde-2010-aponta-cnc.ghml>>. Acesso em 20/02/2020.

³²² Tradução nossa. No original: “the future and its possibilities, quashed by the huge sums of money mobilized by finance and devoted to reproducing capitalist power relations, seem to be frozen. For debt simply neutralizes time, time as the creation of new possibilities, that is to say, the raw material of all political, social or esthetic change.”

responsável. Identificamos nesse mecanismo o isolamento constitutivo do indivíduo atomizado, desligado de coletivos, do passado e dos próprios afetos.³²³ À medida que cada nova tarefa, *gig*, cada novo dia de trabalho apresenta opções que não apetezem ao sujeito obrigado a escolher corretamente, a sensação de culpa é reforçada.

É tentador diagnosticar o estatuto dos trabalhadores de plataforma como uma espécie de falácia da liberdade, seguindo a concepção de Edwards e Veale (2017, p. 67) sobre a demanda por transparência dos algoritmos. Se a abertura das estruturas dos códigos poderia não surtir o efeito esperado (embora seja um primeiro passo importante para a sua regulamentação), a liberdade de que esses trabalhadores desfrutam poderia ser considerada efeito superficial de uma nova dinâmica de trabalho ainda mais dura. Contudo, cairíamos no erro de essencializar a própria noção de liberdade. Rose e Miller (op. cit., p. 216) sintetizam a ambivalência desta liberdade como uma característica da própria forma de governo que se instaura.

A “liberdade” programada por essas reconfigurações de poder [...] certamente não foi a simples libertação dos sujeitos de seu triste confinamento pelos grilhões do poder político nas terras altas ensolaradas de liberdade e comunidade. Mas também não foi apenas uma ficção ideológica ou um floreio retórico. A liberdade sobre a qual as estratégias liberais de governar dependem, e que eles instrumentalizam de tantas maneiras diferentes, não é propriedade “natural” de sujeitos políticos, esperando apenas a remoção de restrições para que floresça em formas que assegurem a maximização do bem-estar econômico e social. As práticas da liberdade moderna foram construídas a partir de uma concatenação árdua, aleatória e contingente de problematizações, estratégias de governo e técnicas de regulação. Isso não quer dizer que nossa liberdade seja uma farsa. É dizer que a relação agonística entre liberdade e governo é uma parte intrínseca do que passamos a conhecer como liberdade.³²⁴

A mudança de estatuto da liberdade proporciona uma compreensão melhor das alternativas existentes. Da mesma forma que a liberdade liberal não é a queda dos grilhões

³²³ Uma nova abordagem da ciência econômica que não detalhamos nesta pesquisa é o campo da economia comportamental. Mencionamos que é usada pelas plataformas a fim de explorar comportamentos considerados inconscientes dos clientes, como confiar na precisão de números decimais quando a tarifa é aumentada. Consideramos um desenvolvimento notável para o governo nesse nível infraindividual de que tratamos acima. Para uma breve discussão, cf. FLEMING, 2017, pos. Kindle 1791.

³²⁴ Tradução nossa. No original: “The ‘freedom’ programmed by these reconfigurations of power and expertise was certainly no simple liberation of subjects from their dreary confinement by the shackles of political power into the sunny uplands of liberty and community. But neither was it merely an ideological fiction or a rhetorical flourish. The freedom upon which liberal strategies of government depend, and which they instrumentalize in so many diverse ways, is no ‘natural’ property of political subjects, awaiting only the removal of constraints for it to flower forth in forms that will ensure the maximization of economic and social well-being. The practices of modern freedom have been constructed out of an arduous, haphazard and contingent concatenation of problematizations, strategies of government and techniques of regulation. This is not to say that our freedom is a sham. It is to say that the agonistic relation between liberty and government is an intrinsic part of what we have come to know as freedom”.

sociais, é arriscado propor qualquer libertação desta forma da liberdade. Ao mesmo tempo que é enganoso imputar ao sujeito a capacidade de optar racionalmente por uma forma de vida entre todas, pois nem todas são acessíveis, não parece produtivo atribuir aos comportamentos, especialmente os desviantes, caráter puramente inconsciente. Há limites para a dignidade dos indivíduos, mesmo sob as condições mais árduas. Tratamos anteriormente do *burnout* e o *karoshi* para mostrar que a alternativa ao trabalho autônomo não são empregos estáveis e bem-remunerados capazes de prover realização pessoal a esses indivíduos. Entre os mais pobres, as possibilidades são ainda mais escassas. O trabalho de plataforma emerge como uma espécie de disseminação e sobrecodificação³²⁵ de um trabalho informal e disforme que sempre esteve na base da sociedade brasileira.

Já mencionamos as relações que os ex-escravos libertos tinham com algumas formas de trabalho que os remetiam às humilhações anteriores, a que reagiam com a “recusa a certo tipo de serviço, inconstância no trabalho, indisciplina contra supervisão”, enquanto a anomia familiar e a pobreza extrema foram componentes decisivos para a dificuldade de adaptação à dinâmica da concorrência, ao produzirem “um tipo de individuação ultraegoísta e predatória” (SOUZA, 2018, p. 228). Os mecanismos pessoais de reação a essas condições limítrofes podem ser destrutivos e, quando são moralizados sob o prisma vigente, condenar esses indivíduos como únicos responsáveis por sua própria condição. Se o ideal de escolha racional recobre as apetências humanas, no caso dos subcidadãos brasileiros, uma conotação expandida da escolha exprime sua maior vulnerabilidade para vidas marginais ao sistema de governo do humano econômico. Jessé Souza lembra que “não era passividade ou indiferença o que estava na raiz do comportamento do negro, mas escolha, ainda que uma escolha desesperada, sem dúvida, uma espécie de protesto mudo e inarticulado na própria autocondenação ao ostracismo, à dependência e à autodestruição” (SOUZA, 2018, p. 226). Talvez esta seja a forma mais contundente do desalento com que nos deparamos na pesquisa bibliográfica.

Ludmila Abílio (2020b) lembra que a informalidade nunca foi um resíduo na sociedade brasileira, mas sempre se tratou de uma dimensão estrutural do desenvolvimento do nosso capitalismo. Fora das plataformas, é chamado “viração”, modo de vida já consolidado em periferias e por uma parcela da população que se torna muitas vezes invisível. De acordo com

³²⁵ Neste sentido, “o capitalismo, como vimos, é efetivamente o limite de toda sociedade, uma vez que opera a descodificação dos fluxos que as outras formações sociais codificavam e sobrecodificavam. [...] O que ele descodifica com uma das mãos, axiomatiza com a outra” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 326).

descrição da autora, trata-se da completa instabilidade e da passagem ininterrupta por diversas formas de vida e modalidades de trabalho, seja formal ou informal, bicos ou empregos, dependentes de assistência social ou envolvidos com atividades ilegais (ABÍLIO, 2017). Para este grupo, não se trata de uma precarização inédita, mas uma nova forma de subordinação e gerenciamento desses precários por definição. Ela ocorre paralelamente à absorção de um contingente de desempregados com nível universitário ou mesmo aqueles menos qualificados que ainda estavam inseridos no trabalho formal.

Pesquisa realizada com membros da Igreja Universal mostra claramente esta dimensão entre pessoas mais pobres, com experiências muito diversas daquelas consideradas quando se compara o trabalho de plataforma ao trabalho formal. Um dos cultos é chamado “Congresso para o Sucesso (culto dos empresários)” e estimula nos fiéis a adoção de uma autoimagem de vencedores, além de leva-los a se questionarem sobre o que almejam para seus futuros (GUTIERREZ, 2017, p. 216). A apresentação de fiéis que superaram dificuldades, vícios ou atingiram o sucesso – identificado por marcadores que vão do emagrecimento à abertura do próprio negócio – exaltam a força interior desses indivíduos, que toma forma de um “reforço do *self* face às estruturas, isto é, um maior empoderamento de si mesmo que faz com que o ‘Eu’ perceba a si próprio como forte e capaz de agir” (ibid., p. 217).

Podemos identificar aí o apelo ao individualismo que já discutimos acima e ganha outro significado quando lemos os relatos dos mais humildes, que Gutierrez classifica como aqueles que não têm projeto de vida. A eles, a Igreja oferece a possibilidade de mudança por meio de uma forma um tanto específica de revolta que propõe. De acordo com um relato, “[a] gente nem se perguntava por que era pobre, só sofria, como se fosse o destino mesmo, mas depois que entrei na Igreja passei a ser revoltada e não aceitar isso” (ibid., p. 222).

Essa forma de revolta significa não se submeter às humilhações, não ser conformado e se vitimizar. No entanto, essa revolta remete à atitude individual e seu resultado é produzir exatamente o sujeito disposto a se engajar na sociedade da concorrência. Apenas a transcrição de um testemunho dá melhor noção do processo.

Bispo: Qual foi a gota d’água da humilhação? Quando você chegou e disse agora não dá mais e se revoltou.

Sra.: Quando não me deixaram usar o prato para almoçar e me pediram para trazer um da minha casa, me senti tão humilhada, como se eu tivesse uma doença. Chorei e disse que aquilo nunca mais ia se repetir. (ibid., p. 224).

Este depoimento exemplifica de forma crua a humilhação e a submissão que incitam esta forma particular de “revolta” identificada na pesquisa de Gutierrez. Uma revolta que leva a trabalhadora a deixar o trabalho assalariado e começar uma atividade autônoma. Entra, assim, no mecanismo de gestão de si própria de que tratamos.

A partir de pesquisa etnográfica no camelódromo de Porto Alegre, Rosana Pinheiro-Machado (2018) indica o eixo em torno do qual funcionam essas relações de mando. Chico, um que trabalhava para seu sogro carregando sacolas pela fronteira com o Paraguai subcontratava um adolescente para ajuda-lo e reproduzia a relação autoritária que sofria, inclusive obrigando-o a chama-lo de patrão e dando ordens rispidamente. Este, por sua vez, subcontratou um garoto ainda mais jovem e repetiu com ele o tratamento que recebeu. A pesquisadora conclui que existe uma “lógica pré-existente de resistência à exploração por parte de grupos marginalizados brasileiros, que se recusam a ter patrão” (PINHEIRO-MACHADO, 2018). É nesse contexto que o trabalho autônomo, precário, 24/7, ganha contornos de liberdade, autorrealização e dignificação. Devemos considerar que apesar de as condições do trabalho nas plataformas enxutas estar próximo ou além dos limites do aceitável, a semi-autonomia regulada que proporciona já pode ser o suficiente quando trabalhar por conta própria é “uma espécie de antídoto contra a humilhação da subordinação” (ibid.). Não ser diretamente subordinado a outrem, apesar dos intrincados mecanismos de sujeição que detalhamos nesta tese, parece representar um avanço para esses indivíduos. A declaração de Chico à pesquisadora não deixa dúvidas: “Se é para ser escravo, prefiro ser escravo de mim mesmo” (ibid.).

Seja por meio das plataformas, seja fora delas, esse contingente estará lançado à precariedade. O que não significa que as condições com que se deparam no trabalho de plataforma sejam adequadas a eles. Ao contrário, sua normalização parece ser não apenas uma consolidação, mas também uma expansão dessa subcidadania experimentada por uma grande parcela da população que não é digna de investimento social nem inspira empatia ou solidariedade. Talvez seja esta a base sobre a qual se pode pensar alternativas. Não dentro das formas de trabalho, como historicamente se fez. Para além delas, no próprio estatuto do sujeito, um sujeito impelido a ser livre de um modo particular. E cuja ânsia por liberdades não deveria ser oposta à segurança, mas articulada a ela. “Essas pessoas querem mais autonomia, como todo mundo. Elas precisam de um patamar para escolher se elas querem um trabalho ruim ou não” (ROQUE *in* EL PAÍS, 2017).

Essa forma de subjetividade que combina, de um lado a reatividade e a resignação com vidas árduas, e do outro, o ímpeto de se libertar de humilhações, acaba impondo um limite à necessidade inescapável do trabalho. Durante toda a tese, dedicamo-nos a investigar a conduta dos indivíduos que se deparam com uma sociedade na qual devem prover sua própria manutenção e a do seu futuro, que acaba obnubilado pelas urgências do presente. O contraste com o trabalho formal estabelece balizas entre as quais se diferenciam. Por isso, a própria noção de recusa ao trabalho nos pareceu descabida.

A recusa coletiva de “trabalhar mais”, ainda que seja apenas local, constitui um bom exemplo de atitude que pode abrir o caminho para essas contracondutas: ela rompe o que o saudoso André Gorz denominava com muita justiça “cumplicidade estrutural” que une o trabalhador ao capital, na medida em que “ganhar dinheiro”, cada vez mais dinheiro, é o objetivo determinante de ambos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 401).

Ao considerarmos as condições dos indivíduos, vemos que essas propostas podem funcionar em outro escopo. Lá entre os humilhados, não se trata de ganhar mais dinheiro, ou se engajar subjetivamente na lógica concorrencial do desempenho, mas traçar um limite próprio ao que pode ser um humano. Este pode ser um dos vetores de resistência futura.

Ao descrever a condição de Sísifo, Camus descreve um trabalho ininterrupto, sem sentido e sem fim que pode levar ao desespero. Porém, no momento em que abraça sua condenação, Sísifo parece se libertar dela. “Toda a alegria silenciosa de Sísifo está aí. Seu destino lhe pertence” (CAMUS, 1989, p. 87). Para os trabalhadores de plataforma, esta nova forma da liberdade talvez não seja exatamente uma condenação. Mas é um imperativo inescapável que, se não deve ser abraçado, tampouco pode desesperar. Expressa a nova forma do tempo que nos constitui. Onde é preciso construir novos modos de viver.

Considerações finais

A esperança virá dos desesperados.

Nadya Tolokonnikova³²⁶

A noção de ruptura é tão sedutora quanto a de continuidade. Em diversas passagens de textos partidários das mudanças estudadas nesta tese, transmite-se a imagem de que tudo mudou. Por outro lado, entre alguns críticos há a noção de que por baixo da superfície, nada mudou. O principal desafio deste trabalho foi identificar alguns dos principais vetores de mudança com o cuidado de não ignorar aqueles de conservação do *status quo*. Neste sentido, o prisma da governamentalidade foi produtivo para investigar as formas de exercício de poder na forma de relações de condução, de incitação de atitudes e atividades que se modificam e sofrem quebras em diferentes períodos históricos. Também permitiu avaliarmos a emergência de formas inéditas de empreendedorismo (de si) em dispositivos locais, limitados e razoavelmente circunscritos, apesar de exibirem inevitáveis relações com outros dispositivos e com estratégias globais.

A oposição entre o bárbaro e o selvagem adiantou a desconfiança sobre a condição de um absoluto atemporal da liberdade promovida na atualidade. A partir das diferentes perspectivas sobre a liberdade e sobre as trocas, o historicismo nos permitiu descrever o contratualismo na condição de uma narrativa interessada, do direito natural, da qual Foucault remove a aura de neutralidade que encobrirá posteriormente o governo econômico. Contra ela, temos as narrativas dos conflitos históricos, reais, concretos, que formaram a sociedade. O sujeito de interesses aparecerá como um sintoma de ruptura na forma de governo e de concepção do humano. O sujeito de direitos que dispunha de um excesso de liberdade e fazia trocas dá lugar àquele que nunca abdica dela e persegue seus objetivos cegamente. Este sujeito de interesses é contemporâneo e próximo ao homem empreendedor, que calcula e se arrisca.

As diferentes acepções de governo são a base da perspectiva pela qual investigamos as relações específicas aos objetos da tese. No processo de governamentalização do Estado, destacamos a concepção da população como um nível específico de realidade sobre o qual se podia intervir. Nesse processo, chamou atenção a reorientação da estatística, que se torna um

³²⁶ Citada por Eliane Brum. El País, 27/03/2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/27/opinion/1553688411_058227.html>. Acesso em 20/08/2019.

vetor decisivo para essa forma de governo. Um governo econômico que, ainda segundo Foucault, adiantará traços fundamentais do governo contemporâneo. Articulamos essa transformação na forma do governo a mudanças que ocorreram no Brasil colonial, a partir da concepção de Jessé Souza da urbanização do país no século XIX. Alteram-se papéis sociais e difunde-se um conjunto de valores que remete à maior autonomia do indivíduo, ao talento e ao mérito com a chegada das instituições de governo da corte e com a multiplicação de pequenos negócios e cargos qualificados. Por fim, esse retorno a séculos passados teve o objetivo de localizar historicamente o empreendedor de si como uma figura contingente e provisória, uma face do *homo oeconomicus*.

Dedicamos o segundo subcapítulo à apresentação de mudanças-chave do século passado. Nas primeiras décadas, surgem interpretações diferentes do empreendedor, do trabalhador e do liberalismo. O empreendedor schumpeteriano é diferente do empresário industrial ou mesmo do homem comum que calcula, pois traz em si o ímpeto da inovação, da grandeza, o desejo de se provar superior. Constitui-se, assim, ao mesmo tempo o empreendedor inovador e um humano distinto e especial, o que será especialmente útil de baliza ao empreendedorismo inovador das startups. Quase contemporaneamente a ele, linhas do liberalismo começam a se voltar para a ação individual, colocar o foco do governo no nível micro. E também na primeira metade do século, a higiene do trabalho individualiza e dá espessura ao indivíduo trabalhador, que deixa de ser interpelado como mero *quantum* de força para que suas características específicas sejam compreendidas e adequadas ao bom funcionamento da empresa.

A seguir, apresentamos a influência da teoria do capital humano na intensificação do viés econômico da administração de políticas públicas e sua expansão rumo à interpretação de ações individuais, mesmo as não-rationais. Nesse contexto, destaca-se a figura do executivo, indivíduo que começa de baixo e progride na carreira, investe em si e colhe os frutos, além de se desligar das cadeias hierárquicas de comandos e ordens. Ele se traduz no cidadão-consumidor dotado de escolhas e, ao mesmo tempo, o empreendedorismo se dissemina como uma condição possível a todos. Por isso, achamos adequado ligá-lo à conotação da governamentalidade como condução de condutas, que será a perspectiva fundamental pela qual investigamos os fenômenos contemporâneos. A inversão feita por Foucault resume a crítica seguida na tese. O empreendedor de si não seria o indivíduo mais autônomo. Ao contrário, é o mais governável.

Por fim, buscamos identificar evidências das novas formas gerais do empreendedorismo na atualidade. No período de crise econômica global e choques de austeridade, o estilo de vida

dos *Millenials* parece se tornar bode expiatório de mudanças estruturais que os afetam negativamente. Aqui no Brasil, o empreendedorismo ganha os holofotes na solução de um desemprego crescente nos últimos anos. Emerge o que Lazzarato denomina de homem endividado. Entendemos que sua leitura de Foucault desconsidera a ênfase deste na positividade do governo liberal e dos intervencionismos que promove. Porém, sua avaliação do endividamento como uma forma de governo pela culpa, uma culpabilização de si, nos parece especialmente produtiva para abordarmos a condição dos casos estudados.

Destacamos dois fenômenos desta ruptura relativa: a educação empreendedora, que traz para as salas de aula o ensino de competências de vida, do modo de agir empreendedor. Isso ocorre desde o ensino básico, para crianças menores de 10 anos. Junto a esse movimento, multiplicam-se as formas de trabalho autônomo, *freelancer* e a “pejotização”. O desempregado é vinculado automaticamente à condição de empreendedor da própria vida. Aqui, antes de denunciar os efeitos negativos desta condição, um desafio que nos propomos foi procurar exemplos-limite do que ocorre com os trabalhadores formais, seja em escritórios de bancos, em fábricas chinesas, emissoras de TV ou em agências de publicidade. Queríamos, assim, evitar uma polarização radical entre as condições de vida desses empreendedores por necessidade e aquelas dos empregados formais. Entendemos que a intensificação do ritmo de trabalho e de vida anda de par com um movimento que empurra os indivíduos ao empreendedorismo, quase como uma condição inescapável nesse momento em que as políticas de bem-estar social são destruídas.

Apesar de imputarmos o impulso ao empreendedorismo a condições estruturais, e não identificarmos uma ruptura completa com o empreendedor de si, propomos denominar provisoriamente este movimento de “empreendedorismo de fato”. Da mesma forma que o executivo foi um ícone do pós-guerra que não desapareceu completamente, atualmente as personagens que mais destacam os deslocamentos que ainda estão em curso são esses indivíduos levados a empreender não um si, nem um futuro, mas concretamente no presente: criar novos negócios ou trabalhar como autônomo, desvalorizando o assalariamento. As mudanças subjetivas específicas de dois subconjuntos desse movimento são tratadas posteriormente.

O primeiro desses conjuntos é o dos *startupper*s. Sua emergência está ligada à necessidade de promover crescimento econômico ininterrupto, especificamente por meio de inovações tecnológicas. Destacamos de início que as *startups*, empresas normalmente criadas para promover grandes rupturas, muitas vezes expressam o chamado solucionismo tecnológico,

que opera uma nova forma de cisão ou atomização, desta vez de problemas em relação ao todo. Da perspectiva solucionista, seria possível isolar comportamentos considerados ruins e modificá-los para que se tornem bons por meio de inovações tecnológicas. Alguns exemplos mostrados foram a desintermediação dos médicos por *apps* capazes de realizar e interpretar exames e o aplicativo criado para inovar os métodos de contracepção. Passamos então à investigação do mecanismo de desenvolvimento de uma *startup*.

Diferentemente da sequencia linear de etapas que se iniciaria com uma ideia inovadora na mente de um indivíduo empreendedor, verificamos que existe uma rede complexa e multifacetada, ou um dispositivo, que se articula para a produção de tais empresas. Dos inúmeros atores envolvidos, distinguem-se os investidores de risco e as grandes corporações, que parecem se beneficiar mais da quantidade de empresas criadas do que na aposta persistente em projetos de específicos. Também é curioso o papel do governo, na forma de inúmeros programas de incentivo financeiro, em um quadro no qual se repete que o governo não deveria adotar práticas intervencionistas. Por fim, verificamos que um percentual significativo de *startups* operam mudanças radicais em seus produtos a fim de conseguir financiamento, muitas vão à falência ou são adquiridas por corporações e um componente peculiar que anima este mercado é a revalorização do fracasso.

No âmbito subjetivo, consolida-se a chamada geração *startup*, de jovens e adultos engajados na busca pelo sucesso empresarial, à imagem de seus ídolos: os empresários inovadores. No imaginário que se constitui em torno da atividade, almeja-se criar unicórnios. Parece-nos mais importante o mito da garagem, no qual algumas das maiores empresas de tecnologia do mundo teriam surgido diretamente de ideias brilhantes gestadas em quartos ou garagens da Califórnia. Esse mito ignora toda a pletera de vetores técnicos, científicos, sociais, econômicos e culturais que sustentaram a criação e o desenvolvimento de tais corporações. Criou-se um mercado paralelo de cursos, manuais, palestras e eventos que rejeitam a educação formal e promovem o ímpeto individual como suficientes para uma ideia se tornar uma empresa.

Desta forma, o empreendedorismo de fato se mostra uma espécie de inversão do empreendedorismo de si. Se antes o indivíduo deveria investir em si para que o “si futuro” pudesse se tornar fonte de renda por meio de um emprego ou um negócio próprio, hoje deve-se investir em um empreendimento concreto no presente cujo desenvolvimento se dobrará na constituição de um si – o sujeito futuro será a resultante do processo de construção do

empreendimento, “de fora para dentro”. Esse fenômeno expressa as importantes mudanças subjetivas de um grupo da população para quem o emprego assalariado se torna cada vez menos sedutor, seja pela ambição à fortuna financeira ou ao sucesso, seja pela possibilidade de trabalhar em projetos que tenham sentido para si e possam promover mudanças no mundo. Mas vemos nesse movimento um risco significativo, especialmente para os mais jovens, no ponto em que a formação de si não é apenas complementada, mas substituída pelos atalhos informais à disposição de todos. Uma democratização capciosa. Se não basta ter boa formação para ter uma ideia inovadora que se transformará em empresa de sucesso, este objetivo parece ainda mais distante para aqueles que não se dedicaram às competências práticas e intelectuais de base, voltando-se apenas para as mudanças de conduta.

Encerrada a discussão sobre os *startupper*s, passamos a um fenômeno que deriva ao menos parcialmente das relações criadas em torno do estímulo à inovação tecnológica, que são as plataformas. Iniciamos a apresentação do processo denominado plataformização da *web*, rejeitando a noção de desintermediação e elencando os novos mediadores emergentes, para passar a seu correlato na sociedade. Mais do que uma nova forma de organizar a produção e extração de valor econômico, as plataformas reordenam a sociabilidade e a subjetividade nos mais diversos e fundamentais setores da sociedade, do jornalismo ao transporte, da educação à saúde.

Após a discussão sobre as linhas gerais da plataformização, aprofundamo-nos em sua dimensão econômica. Contudo, o interesse aqui é mais em contrastar a narrativa de uma virtual economia do compartilhamento com os efeitos do capitalismo de plataforma que se realiza. Nesta reordenação de relações, produzem-se rupturas não apenas nos setores em que as plataformas atuam, mas em toda a sociedade. Esses aparatos se espraiam rapidamente em busca de coletar o máximo possível de dados pessoais, de atividades, interações, relações e seus metadados a fim de processá-los e extrair valor econômico. Abrem, assim, novos campos de produção de valor, novas formas de visibilidade sobre o social e novos modos de exercício de poder ao recobrir e influenciar os serviços públicos, além de mediar cada vez mais formas de interação.

Encerramos a tese com a investigação dos trabalhadores de plataforma. Aqui, não nos concentramos nos mecanismos de produção de valor pelas plataformas.³²⁷ Embora reconheçamos a importância deste vetor no governo das condutas, buscamos identificar de que formas esses indivíduos se reconhecem e como se relacionam com o trabalho, com a sociedade e com os

³²⁷ Tema de tese defendida recentemente na ECO (RAULINO, 2018). Cf. especialmente o capítulo 1.

outros. O primeiro passo para isso foi esquadrihar alguns dos principais processos que sustentam as plataformas, começando por sua relação problemática com leis e regulações. Evidências sugerem que os mecanismos de reputação das plataformas colocam em funcionamento um sistema de perfis próprio aos bancos de dados e que alteram as formas pelas quais o indivíduo é interpelado por dispositivos de sujeição. Mais do que isso, atuam ou são promovidos como uma espécie de substitutos de regulamentações, e os efeitos disso são prejudiciais a clientes, profissionais e à sociedade, pois as plataformas contornam leis e fiscalizações que buscam promover condições dignas do exercício das atividades.

Em seguida, tratamos dos sistemas algorítmicos que gerenciam mais diretamente as interações mediadas pelas plataformas. Concentramo-nos na sua opacidade, que se constitui não apenas pela complexidade dos sistemas sobre os quais funcionam, mas também por um processo semelhante àquele por meio do qual se consolidou o governo econômico discutido no primeiro capítulo. Nessa opacidade, a cegueira é mais do que inevitável, é promovida como necessária para seu correto funcionamento. Pois para algumas perspectivas da economia, a atividade produtiva e o sujeito empreendedor não deveriam sofrer interferências. Da mesma forma, diz-se que as redes neurais não deveriam ser dissecadas, sob pena de não oferecerem respostas satisfatórias aos seus inquiridores e ainda terem seu funcionamento rápido e eficiente prejudicado – quando suas mudanças constantes são freadas a fim de se produzir conhecimento sobre elas.

A ascensão dos algoritmos também permitiria exercer um controle infraindividual, na medida em que os diversos perfis que cada indivíduo possui, criados para atuar nas plataformas ou à sua revelia para classificá-lo em face de alguma estratégia publicitária, econômica ou política, é objeto de intervenções pontuais. A governamentalidade dos algoritmos é resultado da crescente importância dos modelos matemáticos na produção de verdades vendidas como neutras e incontestáveis. Assim, os cientistas de dados se juntam aos economistas em posições de influência na interpretação da realidade à qual os indivíduos devem responder, na produção de mundos e classificações dentro das quais se deve viver e no desenvolvimento de políticas públicas – apoiados pelos resultados extraídos desses aparatos indecifráveis. Além de aproximá-los dos economistas na atualidade, tentamos estabelecer uma analogia, ainda que pontual, do governo algorítmico no nível infraindividual da atualidade com o processo de consolidação da autoridade terapêutica no século passado e a criação de um novo nível de intervenção, o grupo.

O último subcapítulo é dedicado aos indivíduos que trabalham nas plataformas. O principal foco da abordagem é sua relação com o próprio tempo, que indica também o modo de conduzirem suas vidas. Partindo da rotina de trabalho aparentemente interminável, procuramos identificar de que modos essas pessoas concebem sua condição, como são suas relações familiares e profissionais e a que almejam. Constatamos, a partir de relatos de segunda mão em jornais, revistas e pesquisas etnográficas de antropólogas brasileiras, que essas rotinas são voltadas para o gerenciamento do próprio presente. Há necessidade financeira de ganhar dinheiro todos os dias, muitas vezes porque o próprio carro ou a bicicleta são alugados, outras porque os ganhos são inconstantes e é preciso garantir um mínimo para a subsistência.

Na primeira parte desta seção, tratamos da designação formal desses trabalhadores, tanto pelas plataformas quanto por pesquisas ocupacionais. O trabalho de plataforma se expande rapidamente em diversos países, e no Brasil pós-reforma trabalhista é especialmente significativo. Apesar da atomização intensa desses trabalhadores, diversos grupos se organizam para defender a formalização da atividade e a garantia de melhores condições de trabalho. Um exemplo desse movimento é o sindicato de *youtubers*, os influenciadores que talvez sejam quase o equivalente aos executivos do fim do século passado. Encontramos casos de *youtubers* com *burnout* e alguns que deixaram de produzir vídeos diante das demandas da plataforma. Apesar de evidenciar a extensão dos mecanismos de intensificação do trabalho pelas plataformas, são condições extremamente diversas daquelas encontradas pelos trabalhadores das plataformas enxutas. A designação desses últimos como empreendedores era incipiente até há pouco, mas diante da recente valorização da atividade, analisamos relatos de trabalhadores, pesquisadores e representantes de organizações de trabalhadores independentes, que rechaçam este rótulo.

A última parte da pesquisa foi dedicada às jornadas desses trabalhadores. Confirmamos que, assim como previsto, uma grande parcela deles trabalha mais de 10 horas por dia, durante 6 ou 7 dias por semana, em um desdobramento do que Miller e Rose denominaram governo pela liberdade. Se os *startuppers* assumem certos riscos antes limitados a departamentos de pesquisa e desenvolvimento de empresas, os trabalhadores de plataforma são responsabilizados pela gestão da própria sobrevivência em todas as suas dimensões.

Tivemos o cuidado de não abordar essas rotinas como novidades absolutas. A maior novidade é que os trabalhadores de plataforma passam a se microgerenciar em uma relação que nos pareceu inédita com a própria liberdade, pois suas atividades são altamente fragmentadas. O

discurso dos entregadores, de que é possível simplesmente desligar o aplicativo e parar de trabalhar quando quiserem, soa paradoxal quando vemos suas estratégias de trabalho, que incluem até mesmo dormir nas ruas. Constitui-se, assim, um sujeito empreendedor do próprio presente, ou um gestor da própria sobrevivência que se responsabiliza e autocondena pelas próprias condições. Se o *startupper* dobra o empreendimento concreto sobre a formação de si no presente, os trabalhadores de plataforma operam a manutenção de si em um presente inacabável, quando não parece haver futuros para sucedê-lo na forma da mudança, pelo congelamento de possibilidades apontado por Lazzarato.

Por fim, exploramos a ideia de Crary, de que a fragilidade humana se torna praticamente inadequada ao ritmo do capitalismo contemporâneo para buscar exemplos limítrofes do trabalho de plataforma. Encontramos três casos emblemáticos: uma idosa, um cadeirante e um trabalhador que se arrisca na enchente. Suas atitudes são positivadas e incentivadas por parte de uma sociedade que parece não ter absorvido o conceito de cidadania plena. A cidadania regulada evidencia a socialização carente que marca nosso país. Distanciamentos quase intransponíveis levam a casos como o da motorista particular que é forçada a trabalhar de Uber quando não está transportando os patrões. A humilhação, em diversas outras formas, aparece como último elemento, ao levar os indivíduos que se situam no extremo da pobreza a reagir contra formas de sujeição que transpõem os limites do que deveria ser humano. Sua recusa ao trabalho, que é quase uma contradição em termos racionais, mostra que o trabalho de plataforma se expande entre outras opções que são ainda piores. Não significa que o trabalho de plataforma seja uma alternativa positiva, mas que é expressão do conjunto de virtuais no qual vivemos.

Traçar limites e construir bases comuns é tarefa inevitável e coletiva. Naomi Klein (2015) aponta que a ideia de cada um fazer a sua parte por um mundo melhor é uma loucura. Os indivíduos atomizados não podem fazer nada contra as grandes ameaças com que nos deparamos.³²⁸ O mesmo vale para as condições de vida, mais que de trabalho, pois vimos que as primeiras determinam as últimas. É preciso mudar o estatuto do sujeito novamente, com base nas novas formas de liberdade de que dispomos. Os mais pobres nos mostram os limites dessa sociedade e talvez sejam eles os portadores de novas formas de esperança.

³²⁸ “The hard truth is that the answer to the question “What can I, as an individual, do to stop climate change?” is: nothing. You can’t do anything. In fact, the very idea that we – as atomized individuals, even lots of atomized individuals – could play a significant part in stabilizing the planet’s climate system, or changing the global economy, is objectively nuts. We can only meet this tremendous challenge together. As part of a massive and organized global movement”.

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**, 19 fev. 2017.
- ABÍLIO, L. C. **Uberização: Colapso ou atualidade do empreendimento colonial?** Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/colapso-ou-atualidade-do-empreendimento-colonial/>>. Acesso em: 9 jan. 2020a.
- ABÍLIO, L. C. **Uberização e a apropriação monopolizada do modo de vida da periferia: entrevista com Ludmila Costhek AbílioDigiLabour**, 31 jan. 2020b. Disponível em: <<https://digilabour.com.br/2020/01/31/uberizacao-e-a-apropriacao-monopolizada-do-modo-de-vida-da-periferia-entrevista-com-ludmila-costhek-abilio/>>. Acesso em: 22 fev. 2020
- ABRAMOVAY, R. Prefácio a **Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- AGÊNCIA IBGE. **Número de pessoas que trabalham em veículos cresce 29,2%, maior alta da série**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26424-numero-de-pessoas-que-trabalham-em-veiculos-cresce-29-maior-alta-da-serie>>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- AGÊNCIA IBGE. **Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L. M.; BOSSLE, M. B. A INOVAÇÃO SOCIAL COMO RESPOSTA AOS VAZIOS INSTITUCIONAIS: UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 72–101, dez. 2016.
- AGUILHAR, L. **Inconsistências e problemas com aceleradoras fazem 20% deixar o Start-Up BrasilStart**, 27 fev. 2014. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/blogs/start/desistencias-e-problemas-com-aceleradoras-fazem-20-das-empresas-selecionadas-nao-participarem-do-start-up-brasil/>>. Acesso em: 21 out. 2016
- INGER, K.; HAAR, K. **UnFairbnb**. Brussels: Corporate Europe Observatory, 2018. Disponível em: <<https://corporateeurope.org/power-lobbies/2018/05/unfairbnb>>. Acesso em: 30 maio. 2018.
- ALANO, J. et al. **Evolução do Empreendedorismo no Brasil: Um Estudo do Global Entrepreneurship Monitor no Período de 2001 a 2013**. XIV Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. **Anais...2014**
- ALESSI, G. **Jornada maior que 24 horas e um salário menor que o mínimo, a vida dos ciclistas de aplicativo em SP**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/06/politica/1565115205_330204.html>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ALEXANDER, J. **YouTube's top creators are burning out and breaking down en masse.** Disponível em: <<https://www.polygon.com/2018/6/1/17413542/burnout-mental-health-awareness-youtube-elle-mills-el-rubius-bobby-burns-pewdiepie>>. Acesso em: 8 set. 2018.

ANTOUN, H. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 6, n. 2, p. 67–86, 2004.

ANTOUN, H.; PECINI, A. A Web e a Parceria: projetos colaborativos e o problema da mediação na internet. **Intexto**, n. 16, 2007.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital.** São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ARRUDA, C.; NOGUEIRA, V. S.; COSTA, V. The Brazilian entrepreneurial ecosystem of startups: An analysis of entrepreneurship determinants in Brazil as seen from the OECD pillars. **Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**, v. 2, n. 3, p. 17–57, 2013.

AUDIA, P. G.; RIDER, C. I. A garage and an idea: what more does an entrepreneur need? **California Management Review**, v. 48, n. 1, p. 6–28, 2005.

AUTOR, D. **Work of the Past, Work of the Future.** [s.l.] National Bureau of Economic Research, fev. 2019. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w25588>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BAJWA, S. S. et al. How Do Software Startups Pivot? Empirical Results from a Multiple Case Study. In: MAGLYAS, A.; LAMPRECHT, A.-L. (Eds.). **Software Business.** Cham: Springer International Publishing, 2016. v. 240p. 169–176.

BARBROOK, R.; CAMERON, A. The californian ideology. **Science as Culture**, v. 6, n. 1, p. 44–72, 1996.

BBC. Como suicídio de funcionária exausta levou à renúncia do presidente de gigante japonesa. **BBC News Brasil**, 29 dez. 2016.

BBC. “Só nos vemos na garagem”: as famílias que dividem o carro para trabalhar 24h por dia em apps de transporte. **BBC News Brasil**, 25 nov. 2019.

BEM PARANÁ. **Em um mês, ônibus em Curitiba e região perdem quase 3 milhões de passageiros - Bem Paraná.** Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/em-agosto-ônibus-em-curitiba-e-regiao-perdem-quase-3-milhoes-de-passageiros>>. Acesso em: 23 set. 2019.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1

BERG, J. et al. **Digital labour platforms and the future of work: Towards decent work in the online world.** Geneva: International Labour Organization, 2018.

BEUREN, I. M. Conceituação e contabilização do custo de oportunidade. **Caderno de Estudos**, n. 8, p. 01–12, abr. 1993.

BLANK, S. **Why the Lean Start-Up Changes Everything**. Disponível em: <<https://hbr.org/2013/05/why-the-lean-start-up-changes-everything>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BORGES, R. **O rápido e inseguro caminho dos ‘precários digitais’ contra o desemprego**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/18/economia/1531926980_055340.html>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BORKHOLDER, J. et al. **Uber State Interference: How TNC’s Buy, Bully, and Bamboozle Their Way To Deregulation**. New York: NELP, 2018. Disponível em: <<https://www.nelp.org/publication/uber-state-interference/>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

BRACHT, F. **Quanto vale o seu tempo?** **Gizmodo Brasil**, 4 ago. 2011. Disponível em: <<https://gizmodo.uol.com.br/quanto-vale-o-seu-tempo/>>. Acesso em: 24 jun. 2019

BRUNO, F. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede/Digital traces from the perspective of actor-network theory. **Revista Famecos**, v. 19, n. 3, p. 681, 2012.

BRUNO, F. Rastrear, classificar, performar. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 1, p. 34–38, mar. 2016.

BRUNO, F. Visões maquinicas da cidade maravilhosa: do centro de operações do Rio à Vila Autódromo. In: BRUNO, F. et al. (Eds.). **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**. São Paulo, Brasil: Boitempo. Estado de sítio. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUHR, S. **The FDA OK’d an app as a form of birth control** **TechCrunch**, 13 ago. 2018. Disponível em: <<http://social.techcrunch.com/2018/08/13/the-fda-okd-an-app-as-a-form-of-birth-control/>>. Acesso em: 2 set. 2018

CAMBRIDGE. **Zero-hours contracts are ‘tip of the iceberg’ of damaging shift work, say researchers**. Disponível em: <<https://www.cam.ac.uk/research/news/zero-hours-contracts-are-tip-of-the-iceberg-of-damaging-shift-work-say-researchers>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. Tradução Mauro Gama. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

CARROLL, R. Silicon Valley’s culture of failure ... and “the walking dead” it leaves behind. **The Guardian**, 28 jun. 2014.

CARUSO, S. **Homo oeconomicus: a false Redeemer - A lecture on today’s economic theology**. In: 12TH AISPE CONFERENCE. Firenze, 21 fev. 2013. . Acesso em: 9 jul. 2019

CARVALHO, P. **Burnout não é o fim**. Disponível em: <<https://vivabem.uol.com.br/reportagens-especiais/burnout-e-cada-vez-mais-comum-izabella-camargo-conta-sua-historia/index.htm>>. Acesso em: 19 set. 2019.

CASARA, R. O que restou do modo de pensar nazi? **Revista Cult**, 10 fev. 2020.

CASTELLANO, M.; BAKKER, B. Renovações do self-made man: meritocracia e empreendedorismo nos filmes À procura da felicidade e A rede social. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, n. 32, p. 32, 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1

CHAGAS, E. F. A determinação dupla do trabalho em Marx: Trabalho concreto e trabalho abstrato. **Outubro. São Paulo**, v. 1, p. 1–14, 2011.

CHAUÍ, M. Estado de natureza, contrato social, estado civil na filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau. **Filosofia. São Paulo: Ática**, p. 220–223, 2000.

CLOSE, S. **The Political Economy of Creative Entrepreneurship on Digital Platforms: Case Study of Etsy.com**. 2016 49th Hawaii International Conference on System Sciences (HICSS). **Anais...** In: 2016 49th Hawaii International Conference On System Sciences (HICSS). jan. 2016

COLNAGO, L. DE M. R. Trabalho intermitente-trabalho "zero hora"-trabalho fixo descontínuo. **Revista Ltr legislação do trabalho**, São Paulo, SP, v. 81, n. 9, p. 1086-1091, set. 2017.

CONDE, M. G. Jornalismo no feed de notícias: a relação entre jornalismo e redes sociais através do Instant Articles do Facebook. **JORNALISMO MÓVEL**, p. 135, 2017.

CONGER, K.; XU, V. X.; WICHTER, Z. Uber Drivers' Day of Strikes Circles the Globe Before the Company's I.P.O. **The New York Times**, 9 maio 2019.

COPELAND, M. **The Difference Between AI, Machine Learning, and Deep Learning? | NVIDIA Blog**. Disponível em: <<https://blogs.nvidia.com/blog/2016/07/29/whats-difference-artificial-intelligence-machine-learning-deep-learning-ai/>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CRARY, J. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2016.

DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2017.

DALLE, I. **Quando empreender é só uma luta desesperada pela sobrevivência**. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2019/02/26/quando-empreendedorismo-e-so-uma-luta-desesperada-pela-sobrevivencia/>>. Acesso em: 27 maio. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo - Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE GROEN, W. P. et al. **Employment and working conditions of selected types of platform work**: Publications Office of the European Union. Luxembourg: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2018.

DE STEFANO, V.; ALOISI, A. **European Legal Framework for 'Digital Labour Platforms'**. Luxembourg: [s.n.].

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Luiz Orlandi. São Paulo: 34, 2010. v. 3

DERESIEWICZ, W. The Entrepreneurial Generation. **The New York Times**, 12 nov. 2011.

DEWHURST, M. We are not entrepreneurs. In: GRAHAM, M.; WOODCOCK, J. (Eds.). **Towards a fairer platform economy: introducing the Fairwork Foundation**. [s.l.: s.n.]. v. 29.

DIGILABOUR. **DigiLabour #45: os brasileiros da Amazon Mechanical Turk**. Disponível em: <<https://mailchi.mp/uol/digilabour-45?e=c5ad617023>>. Acesso em: 20 fev. 2020a.

DIGILABOUR. **A uberização é só um dos aspectos do trabalho em plataformas: entrevista com Antonio Casilli** DigiLabour, 3 jun. 2019b. Disponível em: <<https://digilabour.com.br/2019/06/03/casilli-a-uberizacao-e-so-um-dos-aspectos-do-trabalho-de-plataforma/>>. Acesso em: 15 fev. 2020

DIGILABOUR, POR. **Convenção de associações de motoristas de aplicativos reúne 23 países na Inglaterra** DigiLabour, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://digilabour.com.br/2020/01/31/convencao-de-associacoes-de-motoristas-de-aplicativos-reune-23-paises-na-inglaterra/>>. Acesso em: 17 fev. 2020

DIJCK, J. VAN; POELL, T.; WAAL, M. DE. **The Platform Society**. New York: Oxford University Press, 2018.

DOLCE, J. **A uberização do trabalho é pior pra elas**. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/05/a-uberizacao-do-trabalho-e-pior-para-elas/>>. Acesso em: 30 maio. 2019.

DONOHUE, J. Fail Fast, Fail Often, Fail Everywhere. **The New Yorker**, 31 maio 2015.

DUBAL, V. **Uber Was Designed to Isolate Drivers. That's Why the Strike Was a Triumph**. Disponível em: <<https://slate.com/technology/2019/05/uber-strike-victory-drivers-network.html>>. Acesso em: 12 maio. 2019.

DUGGAN, J. et al. Algorithmic management and app-work in the gig economy: A research agenda for employment relations and HRM. **Human Resource Management Journal**, v. 30, n. 1, p. 114–132, 1 jan. 2020.

EDWARDS, L.; VEALE, M. Slave to the algorithm: Why a right to an explanation is probably not the remedy you are looking for. **Duke L. & Tech. Rev.**, v. 16, p. 18, 2017.

EFRATI, A. **Uber's Top Secret "Hell" Program Exploited Lyft's Vulnerability**. Disponível em: <<https://www.theinformation.com/articles/ubers-top-secret-hell-program-exploited-lyfts-vulnerability>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Tradução Pedro Bendassolli. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

EL PAÍS. **Tatiana Roque: "A esquerda deve ter um projeto próprio de reformas trabalhista e da Previdência"**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/04/politica/1501799787_669833.html>. Acesso em: 24 fev. 2020.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Brasil abriga quase um quinto das mais de 200 aceleradoras de startups do mundo**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2017/08/brasil-abriga-quase-um-quinto-das-mais-de-200-aceleradoras-de-startups-do-mundo.html>>. Acesso em: 8 out. 2017.

ESTADÃO. **12h por dia, 7 dias por semana, R\$ 936: como é pedalar fazendo entregas por aplicativo - Infográficos**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,12-horas-por-dia-7-dias-por-semana-r-936-como-e-a-vida-de-quem-faz-entregas-por-aplicativo,1034668>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

EVANS, B. **In praise of failure**. Disponível em: <<https://www.ben-evans.com/benedictevans/2016/4/28/winning-and-losing>>. Acesso em: 2 set. 2018.

EXAME. Qual o significado do termo "pivotar"? **EXAME**, 8 set. 2013.

EXAME. **Na regra de trabalho intermitente, o empregado paga previdência?** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/na-regra-de-trabalho-intermitente-o-empregado-paga-previdencia/>>. Acesso em: 3 jan. 2020a.

EXAME. **Startups crescem no Brasil e já fazem sucesso internacionalmente**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/startups-crescem-no-brasil-e-ja-fazem-sucesso-internacionalmente/>>. Acesso em: 4 out. 2017b.

EXAME. **Como a Uber fez o lucro das montadoras de veículos no Brasil cair**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/como-a-uber-fez-o-lucro-das-montadoras-de-veiculos-no-brasil-cair/>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

FAIRCROWD. **The Frankfurt Declaration on Platform-Based Work**. Disponível em: <<http://faircrowd.work/unions-for-crowdworkers/frankfurt-declaration/>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

FERRAZ, M. C. F. Do imperativo da avaliação: espelhos negros da contemporaneidade | E-Compós. **e-compós**, v. 22, 2019.

FIRMINO, R.; CARDOSO, B. **A uberização da Uber - Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-uberizacao-da-uber/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FLEMING, P. *The Death of Homo Economicus*. **University of Chicago Press Economics Books**, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Preços de corrida em SP sobem em dia de paralisação global de motoristas de Uber - 08/05/2019 - Mercado - Folha. 8 maio 2019.

FONSECA, E. G. DA. Comportamento individual: alternativas ao homem econômico. **Estudos Econômicos**, v. 20, n. esp., p. 5–37, 1990.

FONSECA, M. **Motoristas de 99, Cabify e Uber agora podem se registrar como MEIs | EXAME**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/pme/motoristas-de-99-cabify-e-uber-agora-podem-se-registrar-como-mei/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. São Paulo: Graal, 1979a.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. **Microfísica do poder**, v. 24, p. 278–293, 1979b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231–250.

FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. **RABINOW, P.; RABINOW, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 253–278, 1995b.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

FOUCAULT, M. A Ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos e Escritos**. Tradução Elisa Monteiro; Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. v. Vp. 264–287.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)**. Tradução Eduardo Brandão. [s.l.] WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Tradução Ivone Benedetti. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FREIRE FILHO, J. Sonhos de grandeza: o gerenciamento da vida em busca da alta performance. **A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo. Porto Alegre: Sulina**, p. 27–50, 2011.

FRENKEN, K. et al. **A fair share: Safeguarding public interests in the sharing and gig economy**. [s.l.] Rathenau Instituut, 2017.

FRENKEN, K.; SCHOR, J. Putting the sharing economy into perspective. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 23, p. 3–10, 2017.

G1. **Crianças recebem aulas de empreendedorismo em escola de SP**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2013/06/criancas-recebem-aulas-de-empendedorismo-em-escola-de-sp.html>>. Acesso em: 5 set. 2018.

G1. **PME - Mercado de startups cresce no Brasil e movimentada quase R\$ 2 bi**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2014/01/mercado-de-startups-cresce-no-brasil-e-movimentada-quase-r-2-bi.html>>. Acesso em: 8 out. 2017.

GADELHA COSTA, S. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, 2009.

GAGE, D. The Venture Capital Secret: 3 Out of 4 Start-Ups Fail. **Wall Street Journal**, 2012 2012.

GANDINI, A. Labour process theory and the gig economy. **Human Relations**, v. 72, n. 6, p. 1039–1056, 2019.

GANN, D.; DODGSON, M. **Forget the myth of the start-up garage. We need golden triangles and super clusters**. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/11/the-startup-garage-myth/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

GARBEN, S. **Protecting Workers in the Online Platform Economy: An overview of regulatory and policy developments in the EU**. [s.l.] Publications Office of the European Union, 2017.

GAÚCHAZH. **Rick Chester: “Se vender água não é para você, então a crise não está no Brasil, está dentro de você”**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/08/rick-chesther-se-vender-agua-nao-e-para-voce-entao-a-crise-nao-esta-no-brasil-esta-dentro-de-voce-cjlhxc8rj05rk01qksuksi68u.html>>. Acesso em: 7 set. 2018.

GAVRAS, D. **“Sem carteira, você vive um dia por vez”, diz ex-atendente de telemarketing**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/sem-carteira-voce-vive-um-dia-por-vez-diz-ex-atendente-de-telemarketing,c2ae2c362ef77d43b09b3f00422fde1517hwrg3j.html>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

GAZETA DO POVO. **Escolas estaduais do PR terão aula de empreendedorismo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/parana/empreendedorismo-escolas-estaduais-pr/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

GEHL, R. W. The archive and the processor: The internal logic of Web 2.0. **New media & society**, v. 13, n. 8, p. 1228–1244, 2011.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor 2016/17. 2017.

GORVETT, Z. **Can you work yourself to death?** Disponível em: <<http://www.bbc.com/capital/story/20160912-is-there-such-thing-as-death-from-overwork>>. Acesso em: 2 out. 2017.

GOV.UK. **There's a business in everyone.** Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/theres-a-business-in-everyone--2>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

GRIFFITH, E. Why Startups Die Slow Deaths | Fortune. **Fortune**, 15 set. 2016.

GROSSMAN, L. You — Yes, You — Are TIME's Person of the Year. **Time**, 25 dez. 2006.

GUMIERO, G. B. **Nas entranhas da Máquina Capitalista: entre sujeição social e servidão maquínica.** Campinas: UNICAMP, 2015.

GURLEY, B. **A Deeper Look at Uber's Dynamic Pricing Model.** Disponível em: <<http://abovethecrowd.com/2014/03/11/a-deeper-look-at-ubers-dynamic-pricing-model/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

GUTIERREZ, C. **A Reflexividade Evangélica a partir da produção crítica e construção de Projetos de Vida na Igreja Universal do Reino de Deus.** Campinas: UNICAMP, 2017.

HADFIELD, G. Governments can't handle tech regulation. It's time for companies to take over. **Quartz**, 2 jul. 2018.

HAGIU, A. **Strategic Decisions for Multisided Platforms.** Disponível em: <<https://sloanreview.mit.edu/article/strategic-decisions-for-multisided-platforms/>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A companion to Marx's Capital.** New York: Verso Books, 2010. v. 1

HECK, P. R.; SIMONS, D. J.; CHABRIS, C. F. 65% of Americans believe they are above average in intelligence: Results of two nationally representative surveys. **PLOS ONE**, v. 13, n. 7, p. e0200103, 3 jul. 2018.

HELMOND, A. The platformization of the web: Making web data platform ready. **Social Media+ Society**, v. 1, n. 2, p. 2056305115603080, 2015.

HEMP, P. **Presenteeism: At Work—But Out of It.** Disponível em: <<https://hbr.org/2004/10/presenteeism-at-work-but-out-of-it>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

HIMANEN, P. **The hacker ethic**. New York: Random House, 2010.

HITLIN, P. **Research in the Crowdsourcing Age, a Case Study** **Pew Research Center: Internet, Science & Tech**, 11 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/2016/07/11/research-in-the-crowdsourcing-age-a-case-study/>>. Acesso em: 22 dez. 2017

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOK, L. **The humans behind Mechanical Turk's artificial intelligence**. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/17518034-6f77-11e6-9ac1-1055824ca907>>. Acesso em: 27 maio. 2018.

HORAN, H. **Uber's "Academic Research" Program: How to Use Famous Economists to Spread Corporate Narratives** -. Disponível em: <<https://promarket.org/ubers-academic-research-program-how-to-use-famous-economists-to-spread-corporate-narratives/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

HUWS, U. A construção de um cibertariado? trabalho virtual num mundo real. In: **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

HUWS, U. Expression and expropriation: The dialectics of autonomy and control in creative labour. **Ephemera: Theory and Politics in Organization**, 2010.

HUWS, U. Platform labour or 'Crowdsourcing'. **presentation given at CEPS Winter School "From Uber to Amazon Mechanical Turk: Non-traditional labour markets driven by technological and organisational change"**, INGRID FP7, CEPS, Brussels, p. 23–25, 2015.

HUWS, U. et al. Work in the European gig economy: Research results from the UK, Sweden, Germany, Austria, the Netherlands, Switzerland and Italy. 2017.

IBM. **Myths, exaggerations and uncomfortable truths**. Disponível em: <<http://www-01.ibm.com/common/ssi/cgi-bin/ssialias?infotype=PM&subtype=XB&htmlfid=GBE03637USEN#loaded>>. Acesso em: 5 maio. 2015.

INTRONA, L. D. Algorithms, Governance, and Governmentality: On Governing Academic Writing. **Science, Technology, & Human Values**, v. 41, n. 1, p. 17–49, 1 jan. 2016.

IRWIN, N. What if Sociologists Had as Much Influence as Economists? **The New York Times**, 17 mar. 2017.

ISAAC, M. **Super pumped: The battle for Uber**. New York: WW Norton, Incorporated, 2019.

IWASAKI, K.; TAKAHASHI, M.; NAKATA, A. Health Problems due to Long Working Hours in Japan: Working Hours, Workers' Compensation (Karoshi), and Preventive Measures. **Industrial Health**, v. 44, n. 4, p. 537–540, 2006.

JOHNSON, S. **Cultura da interface**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JORNAL BEM PARANÁ. **Aplicativos de delivery e “canibalismo”: a guerra que os consumidores não veem - Bem Paraná**. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/aplicativos-de-delivery-e-canibalismo-a-guerra-que-os-consumidores-nao-veem>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Aplicativos viram fonte de renda. Jornal do Comércio**, 6 maio 2019.

JORNAL HORA DO POVO. **Trabalho semi-escravo dos “bike boys” já atinge 30 mil em São Paulo. Hora do Povo**, 22 set. 2019.

KALED, G. S. P. B. **Contrato de trabalho intermitente. Percurso**, v. 1, n. 28, p. 39–55, 2019.

KARSTEN, J.; WEST, D. **Start-Up Chile: A “start-up for start-ups” in Chilecon Valley Brookings**, 19 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/techtank/2015/08/19/start-up-chile-a-start-up-for-start-ups-in-chilecon-valley/>>. Acesso em: 19 abr. 2018

KEANE, M.; CHEN, Y. **Entrepreneurial solutionism, characteristic cultural industries and the Chinese dream. International Journal of Cultural Policy**, v. 25, n. 6, p. 743–755, 2019.

KESSLER, S. **Gigged: The end of the job and the future of work**. New York: St. Martin’s Press, 2018.

KIRCHGÄSSNER, G. **Homo oeconomicus: The economic model of behaviour and its applications in economics and other social sciences**. Springer Science & Business Media, 2008. v. 6

KLEIN, N. **Sem Logo - A tirania das marcas em um planeta vendido**. Tradução Rytta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLEIN, N. **Climate Change Is a Crisis We Can Only Solve Together. The Nation**, 6 jul. 2015.

KLEIN, N. **Não basta dizer não**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

KOKALITCHEVA, K. **Here’s Why Uber Sometimes Pockets Extra Money From Rides. Fortune**, 5 out. 2016.

KRAVETS, D. **Uber said to use “sophisticated” software to defraud drivers, passengers**. Disponível em: <<https://arstechnica.com/tech-policy/2017/04/uber-said-to-use-sophisticated-software-to-defraud-drivers-passengers/>>. Acesso em: 13 maio. 2019.

LANGLEY, P.; LEYSHON, A. **Platform capitalism: the intermediation and capitalisation of digital economic circulation. Finance and society.**, v. 3, n. 1, p. 11–31, 2017.

LAZZARATO, M. From capital-labour to capital-life. **Ephemera: theory & politics in organization**, v. 4, n. 3, p. 187–208, 2004.

LAZZARATO, M. **The making of the indebted man: An essay on the neoliberal condition**. Los Angeles: Semiotext(e), 2012.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMKE, T. **Foucault, governamentalidade e crítica**. Tradução Mario Marino; Eduardo Santos. 1. ed. São Paulo: Politeia, 2017.

LEMKE, T. **Biopolítica: críticas, debates e perspectivas**. Tradução Eduardo Santos. 1. ed. São Paulo: Politeia, 2018.

LEMOS, V. O cadeirante que entrega comidas por aplicativos na avenida Paulista. **BBC News Brasil**, 18 fev. 2020.

LESSA, S. Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva. **Crítica Marxista**, v. 15, 2002.

LESSIG, L. **CODE VERSION 2.0**. [s.l.] 翔泳社, 2007.

LÉVY, P. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista Famecos**, v. 5, n. 9, p. 37–49, 1998.

LEWIS-KRAUS, G. **One Startup's Struggle to Survive the Silicon Valley Gold Rush**. Disponível em: <<http://www.wired.com/2014/04/no-exit/>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. **O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. PhD Thesis—Universidade Estadual de Campinas: Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. O consumo como investimento: a teoria do capital humano e o capital humano como ethos. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 217–230, 2009.

LORENZI, F. L. Um herói contemporâneo em Você S/A: problematizando a produção do sujeito empreendedor. 2014.

LORUSSO, S. **What is the Entreprenariat?** Disponível em: <<http://networkcultures.org/entreprenariat/what-is-the-entreprenariat/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LUNDIN, E. Could an algorithm replace the pill? **The Guardian**, 7 nov. 2016.

LUPTON, D. **The quantified self**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2016.

MACHADO, D. et al. Análise das plataformas de compartilhamento online e de suas práticas colaborativas. **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**, 2017.

MACHADO, L. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. **BBC News Brasil**, 22 maio 2019.

MACHADO, R. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. **IHU Online**, 24 abr. 2017.

MADRIGAL, A. C. **The Servant Economy**. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/technology/archive/2019/03/what-happened-uber-x-companies/584236/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MADUREIRA, D. Como apps de entrega estão levando pequenos restaurantes à falência. **BBC News Brasil**, 8 fev. 2020.

MARQUES, P. **Uber com diploma: Desemprego alto faz até profissional com faculdade virar motorista e entregador de aplicativos**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/profissionais-com-faculdade-viram-uber/index.htm>>. Acesso em: 18 set. 2019.

MARSHALL, A. Why Uber Thinks It Can Still Call Its Drivers Contractors. **Wired**, 12 set. 2019.

MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 2, p. 254–270, jun. 2010.

MARX, K. **Capital**. v. I, 1867. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>>. Acesso em: 18 set. 2017.

MASON, C.; BROWN, D. R. **Entrepreneurial Ecosystems and Growth Oriented Entrepreneurship**. In: WORKSHOP FROM OECD LEED PROGRAMME AND THE DUTCH MINISTRY OF ECONOMIC AFFAIRS. Hague, 2014. Disponível em: <<https://www.oecd.org/cfe/leed/Entrepreneurial-ecosystems.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2018

MAUSS, M. **The gift: The form and reason for exchange in archaic societies**. London: Routledge, 2002.

MCTI; CNPQ; SEPIN. **Saiba tudo sobre o Start-Up Brasil**. Disponível em: <http://startupbrasil.org.br/sobre_programa/>. Acesso em: 24 set. 2015.

MCTI; CNPQ; SEPIN. **Programa Start-up Brasil**. Disponível em: <<http://resultado.cnpq.br/9788560281954668>>. Acesso em: 5 maio. 2015.

MEIO & MENSAGEM. **Santander emenda cena de novela com break na Globo – Meio & Mensagem**. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2017/07/27/santander-emenda-cena-de-novela-com-break-na-globo.html>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MELÉ, D.; CANTÓN, C. G. The Homo Economicus Model. In: **Human Foundations of Management**. Springer, 2014. p. 9–29.

MENDONÇA, H. **Brasil se equilibra numa bicicleta alugada.** Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2019-12-29/brasil-se-equilibra-numa-bicicleta-alugada.html>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MERCHANT, B. **Meet the Unseen Workforce That Stitches Etsy Together**Vice, 17 abr. 2015. Disponível em: <https://www.vice.com/en_us/article/ypwkqv/etsy-crafting-in-the-computer-age-the-unseen-workers-who-make-etsy-possible>. Acesso em: 19 jan. 2020

MILLER, F. A.; KATZ, J. H.; GANS, R. The OD Imperative to Add Inclusion to the Algorithms of Artificial Intelligence. **OD PRACTITIONER**, v. 50, n. 1, p. 8, 2018.

MILLER, P.; ROSE, N. **Governing the present: Administering economic, social and personal life.** Cambridge: Polity, 2008.

MÖHLMANN, M.; ZALMANSON, L. **Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers'**. Autonomy', in Proceedings of the International Conference on Information Systems (ICIS), Seoul South Korea. **Anais...2017**

MOROZOV, E. **To save everything, click here: The folly of technological solutionism.** New York: Public Affairs, 2013.

MOROZOV, E. **As novas roupas do capitalismo.** Disponível em: <<http://medialabufRJ.net/blog/2019/04/dobras-28-as-novas-roupas-do-capitalismo-parte-1/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

NAÍM, M. **A fraudulenta superioridade dos economistas.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/28/opinion/1427562693_607910.html>. Acesso em: 2 fev. 2020.

NASCIMENTO, B. T. **Tramas cartográficas: maquinações em comunicação, cultura, tecnologias e redes.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica.** Tradução Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOBEL, C. **Why Companies Fail—and How Their Founders Can Bounce Back.** Disponível em: <<http://hbswk.hbs.edu/item/6591.html>>. Acesso em: 17 maio. 2015.

NPR. **This Is Your Brain On Uber.** Disponível em: <<https://www.npr.org/2016/05/17/478266839/this-is-your-brain-on-uber>>. Acesso em: 17 maio. 2019.

O'BOYLE, E. J. The origins of homo economicus: A note. **Storia del Pensiero Economico**, v. 6, n. 1, p. 195–204, 2009.

OITAVEN, J. C. C.; CARELLI, R. DE L.; CASAGRANDE, C. L. **Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos.** Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018.

OLIVEIRA, R. **Quando seu bairro é definido como zona de risco por um app de transporte.** Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-01-10/quando-seu-bairro-e-definido-como-zona-de-risco-por-um-app-de-transporte.html>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

O'NEIL, C. **Weapons of math destruction: How big data increases inequality and threatens democracy.** New York: Broadway Books, 2016.

O'REILLY, T. **What Is Web 2.0.** Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

PASQUALE, F. **The black box society.** Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Bolsonaro vai se dar mal: trabalhadores preferem a informalidade à CLT precária**The Intercept, 20 dez. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/19/trabalhadores-preferem-liberdades-sem-direitos/>>. Acesso em: 23 fev. 2020

POCHMANN, M. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POSTER, M. **The second media age.** Cambridge: Polity Press, 1995.

PRADO, E. F. Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo—uma crítica a A. Negri e M. Hardt. **Crítica marxista**, v. 17, p. 109, 2003.

RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P. DOS. Trabalho e ação sindical em redes globais de produção. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 9–29, abr. 2018.

RAULINO, G. D. B. **Do lúdico ao lucro: o trabalho da audiência de YouTube e Facebook na acumulação do capital.** 2018. PhD Thesis—Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em ..., 2018.

REESE, H.; HEATH, N. **Inside Amazon's clickworker platform: How half a million people are being paid pennies to train AI.** Disponível em: <<https://www.techrepublic.com/article/inside-amazons-clickworker-platform-how-half-a-million-people-are-training-ai-for-pennies-per-task/>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

REICH, R. **Robert Reich: The 'Sharing Economy'? More Like the 'Share the Crumbs' Economy,** 4 fev. 2015. Disponível em: <http://inthesetimes.com/working/entry/17598/robert_reich_the_sharing_economy_more_like_the_share_the_crumbs_economy>. Acesso em: 19 fev. 2020

REUTERS. **Rappi aposta na coleta de dados de clientes para expandir negócio - Link.** Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,rappi-aposta-na-coleta-de-dados-de-clientes-para-expandir-negocio,70003146264>>. Acesso em: 8 jan. 2020.

RIBEIRO, M. H. et al. Auditing Radicalization Pathways on YouTube. **arXiv:1908.08313 [cs]**, 4 dez. 2019.

ROQUE, T. Subjetividades no ponto cego da esquerda: crise do trabalho e do bem-estar. **Revista Fevereiro**, v. 10, 2018.

ROSE, N. **Governing the soul: The shaping of the private self**. London: Free Association Books, 1999.

ROSENBLAT, A. **Uberland: how algorithms are rewriting the rules of work**. Berkeley: University of California Press, 2018.

ROSENBLAT, A.; STARK, L. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, n. 0, p. 27, 27 jul. 2016.

ROUVROY, A.; BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação. In: **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ROY, M. M.; LIERSCH, M. J. I Am a Better Driver Than You Think: Examining Self-Enhancement for Driving Ability. **Journal of applied social psychology**, v. 43, n. 8, 1 ago. 2013.

RUBINSTEIN, L. **Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SAEZ, E. Striking it Richer: **The Evolution of Top Incomes in the United States** (updated with 2012 preliminary estimates). Berkeley: University of California, Department of Economics, 2013.

SAKAMOTO, L. **Livre ou subordinado? Pesquisadores mostram como apps controlam entregador**. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/12/13/livres-ou-vigiados-veja-11-medidas-de-apps-para-controlar-entregadores/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SALGADO, J. **Entre solitários e solidários: o empreendedor nos discursos da Folha de S. Paulo (1972-2011)**. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SALMON, A. A empresa neoliberal: da ordem espontânea à ordem moral. **Sociologias**, v. 19, n. 45, p. 230–256, ago. 2017.

SANDEL, M. **Justiça - O que é Fazer a Coisa Certa**. Tradução Heloísa Matias; Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**. São Paulo: Elefante, 2016.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, J. A. **Platform logic: The need for an interdisciplinary approach to the platform-based economy** Oxford University, 2016.

SEBRAE. **O que é uma startup?** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-uma-startup,616913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SEBRAE. **10 dicas para tirar sua ideia do papel e montar uma startup de sucesso | Sebrae.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/10-dicas-para-tirar-sua-ideia-do-papel-e-montar-uma-startup-de-sucesso,4cde974198962510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SEBRAE. **O que é ser empreendedor | Sebrae.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-emprendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 3 set. 2018.

SHIRKY, C. **Algorithmic Authority.** Disponível em: <https://wiki.p2pfoundation.net/Algorithmic_Authority>. Acesso em: 1 fev. 2020.

SILVEIRA, S. A. Governo dos algoritmos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 1, p. 267–281, 2017.

SILVEIRA, S. A. **Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas.** São Paulo: Edições Sesc SP, 2019.

SLEE, T. **What's yours is mine: Against the sharing economy.** Nova Iorque - Londres: Or Books, 2017.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro.** Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SRNICEK, N. **Platform capitalism.** Cambridge: Polity Press, 2016.

STANDING, G. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 9–24, 1 maio 2014.

STARTUP WEEKEND SALVADOR. **Startup Weekend Salvador.** Disponível em: <<http://communities.techstars.com/brazil/salvador-bahia-brazil/startup-weekend/3766>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

STEIN, J. Baby, You Can Drive My Car, and Do My Errands, and Rent My Stuff.... **Time**, 29 jan. 2015.

STONE, Z. **Living and Dying on Airbnb.** Disponível em: <<https://medium.com/matter/living-and-dying-on-airbnb-6bff8d600c04>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

SUDJIC, O. 'I felt colossally naive': the backlash against the birth control app. **The Guardian**, 21 jul. 2018.

SUNO RESEARCH. **Fundamente-se: Tiago Reis entrevista Amure Pinho, presidente da ABStartups**, ago. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k9_LukwO50w&feature=youtu.be>. Acesso em: 2 set. 2018

SWPOA2014. **Startup Weekend Porto Alegre 2014**. Disponível em: <<http://portoalegre.startupweekend.org/events/swpoa2014/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

TEIXEIRA, L. **Apps de transporte garantiram criação de empregos no trimestre, aponta IBGE - 01/04/2019 - UOL Economia**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/01/aplicativos-impulsionam-setor-transporte-gerar-empregos.htm>>. Acesso em: 18 set. 2019.

THE GUARDIAN. **I didn't have enough Facebook friends to prove to Airbnb I was real. The Guardian**, 14 nov. 2014.

THE VERGE. **The Uber driver strike isn't about hindering Uber — it's about disrupting the IPO**. Disponível em: <<https://www.theverge.com/2019/5/8/18537194/uber-driver-strike-ipo-public-relations-nyc>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

THOMPSON, D. **America's Hot New Job Is Being a Rich Person's Servant**. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2019/08/americas-hot-new-job-being-rich-persons-servant/595774/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TIME. **Baby, You Can Drive My Car, and Do My Errands, and Rent My Stuff....** Disponível em: <<https://time.com/3687305/testing-the-sharing-economy/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS. **Projeto Doutor Empreendedor da Faperj investirá R\$ 5 milhões em projetos inovadores**. Disponível em: <<https://tribunadepetropolis.com.br/projeto-doutor-empreendedor-da-faperj-investira-r-5-milhoes-em-projetos-inovadores>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

TUFEKCI, Z. **How Recommendation Algorithms Run the World. Wired**, 22 abr. 2019.

UOL. **Turma da Mônica» MSP estimula crianças a empreender**. Disponível em: <<http://turmadamonica.uol.com.br/cartilha-de-empreendedorismo-com-a-turma-da-monica/>>. Acesso em: 8 out. 2017.

UOL TAB. **Você está preparado para viver na economia compartilhada?** Disponível em: <<http://tab.uol.com.br/economia-compartilhada/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

UOL TAB. **Compartilhar o quê?** Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/mundo-compartilhado/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

USA TODAY. **Here's why the Uber, Lyft protests might not even work**. Disponível em: <<https://www.usatoday.com/story/tech/2019/05/08/uber-lyft-strike-heres-why-so-few-people-showed-up-protests/1142708001/>>. Acesso em: 1 jun. 2019.

VALOR. **UE: Trabalhadores da economia dos bicos têm direito a férias pagas.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/5211977/ue-trabalhadores-da-economia-dos-bicos-tem-direito-ferias-pagas>>. Acesso em: 25 maio. 2018.

VAN DIJCK, J. **The culture of connectivity: A critical history of social media.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

VEJA. **Até 2020, demanda por engenheiros pode criar mais de 600.000 postos de trabalho.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/ate-2020-demanda-por-engenheiros-pode-criar-mais-de-600-000-postos-de-trabalho/>>. Acesso em: 5 set. 2018.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00207317, 27 maio 2019.

VINIK, D. Uber Drivers Love Uber, Says Uber Survey. Here's Why You Should Believe It. **The New Republic**, 22 jan. 2015.

WIRED. **What Happens When Algorithms Design a Concert Hall? The Stunning Elbphilharmonie.** Disponível em: <<https://www.wired.com/2017/01/happens-algorithms-design-concert-hall-stunning-elbphilharmonie/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

ZOEPF, S. The Economics of Ride Hailing, Revisited. **MIT Center for Energy and Environmental Policy Research**, 2018.

ZUBOFF, S. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F. et al. (Eds.). **Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem. São Paulo, Brasil: Boitempo.** Estado de sítio. São Paulo: Boitempo, 2018.

ZVARICK, L. **Novos entregadores lotam as ruas e ralam para ganhar pouco.** Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/07/novos-entregadores-lotam-as-ruas-e-ralam-para-ganhar-pouco.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2019.